

The background of the cover is a composite image. The top half shows a satellite or aerial view of a coastline with intricate patterns of sandbars and shallow water in various shades of blue and white. The bottom half shows a closer aerial view of a large, rugged, brownish-grey rocky island with sharp peaks and cliffs, surrounded by deep blue ocean water. The sky above the island is a clear, pale blue.

Finanças dos Municípios

Capixabas

Ano 17 • 2011



Com inauguração de uma obra por semana, a Prefeitura investe para a cidade crescer cada vez mais.

Serra supera muitas capitais brasileiras em investimento. Esse fato é comprovado pelas obras inauguradas este ano, além da lista de obras em execução. Basta passear pelo município e ver o desenvolvimento a céu aberto. Inaugurando uma obra por semana, a Prefeitura caminha junto com a população através do Orçamento Participativo. Nosso município se destaca com um dos mais altos índices de investimento do país. É a Prefeitura da Serra trabalhando para valorizar a vida de todos os moradores, oferecendo serviços de qualidade.



APRESENTAÇÃO

O anuário **Finanças dos Municípios Capixabas** nos acompanha há 17 anos ininterruptos. Durante todo esse tempo, os números das receitas e despesas dos municípios de nosso Estado traçaram um caminho e uma história que foram revelados e interpretados por esta publicação.

É muito interessante também fazer uma retrospectiva dos temas tratados nos artigos publicados pelo anuário. Muitos deles estão estritamente relacionados com a temática da época. Por exemplo, assim que a Lei de Responsabilidade Fiscal foi editada, o anuário tratou de divulgar vários artigos sobre ela. As discussões sobre a reforma fiscal também se fizeram presentes, assim como a questão da previdência municipal, da Emenda Constitucional nº 29 sobre a Saúde, dos precatórios, da Lei nº 116/2003 sobre o Imposto sobre Serviços (ISS), do Supersimples, do governo eletrônico e dos impactos da crise financeira internacional, além de artigos específicos sobre a administração de impostos municipais, controle interno e planejamento, dentre outros temas.

Neste ano, poderemos verificar o quanto as prefeituras conseguiram se recuperar após um ano de retração de receitas, que foi 2009. E, na seção de artigos, como sempre, os temas estão relacionados ao momento e aos interesses da administração municipal, como os mitos que perpassam as propostas de reforma tributária e que põem em risco a manutenção do sistema Fundap, a utilização dos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) para o desenvolvimento municipal, a alternativa oferecida pelas parcerias público-privadas para fomentar os investimentos públicos, a polêmica envolvendo a distribuição dos royalties do petróleo para os estados não produtores, as novidades jurídicas em licitações, o sistema de gestão por resultados que está sendo implantado no governo do Estado e a visão do Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo (Bandes) sobre a promoção equilibrada e descentralizada do desenvolvimento entre as regiões do Estado.

Que possamos aproveitar, ao máximo, esta edição, e colher, mais uma vez, bons frutos em suas páginas.

Boa leitura!

Maurício César Duque

Secretário de Estado da Fazenda do Espírito Santo

Sumário



Rua Dr. Eurico Aguiar, 888, sl. 504
CEP 29056-200 - Vitória - ES
Tels.: (27) 3235-7841/3235-7546
E-mail: aequus@aequus.com.br

Diretor:
Alberto Jorge Mendes Borges

Editora técnica:
Tânia Mara Cursino Villela

Administrativo:
Marta Luiza Cursino Villela

Equipe técnica:
Juliano César Gomes
Luiz Eduardo de Souza Dalfior
Victor Batista Trindade
Taís Francisca Lopes (estagiária)

Assessoria de imprensa:
C2 Comunicação

Revisão:
Triade Comunicação

Projeto gráfico:
Comunicação Impressa

Editoração:
Comunicação Impressa

Capa:
Cristina Xavier

Foto da capa:
Ernesto Reghran / Pulsar Imagens
Vista aérea da Ilha de Trindade no Oceano Atlântico,
que está alinhada com o Estado do Espírito Santo

Ilustração:
José Paulo Ferrer (Zepa)

Impressão:
Gráfica e Editora GSA

Visite o site www.financasdosmunicipios.com.br

Copyright by Aequus Consultoria S/S Ltda
Proibida a reprodução total ou parcial da mesma
sem a autorização dos titulares.

Finanças dos Municípios Capixabas /
organização de Alberto J. M. Borges e
Tânia M. C. Villela, v17 (2011). Vitória,
ES: Aequus Consultoria, julho/2011

CDU: 336.1

Panorama	» Panorama das finanças dos municípios capixabas.....	8
	Receitas	8
	Despesas	9
	Resultado orçamentário e suficiência financeira.....	10
Receita	» ISS	26
	IPTU	30
	ITBI	34
	Taxas.....	40
	Transferências	44
	QPM-ICMS	48
	FPM	56
	Dívida ativa.....	62
	Saldo Fundeb	66
	Royalties do petróleo	70
Despesa	» Pessoal	74
	Custeio.....	80
	Investimentos	84
	Encargos e amortizações da dívida	90
Despesa por função	» Câmaras municipais	94
	Educação	100
	Saúde.....	104
Artigos	» Resolvendo um grande problema enquanto ele ainda é pequeno.....	110
	<i>Guerino Balestrassi</i>	
	O Sistema de Gestão por resultados em implantação	114
	<i>Guilherme Henrique Pereira, Regis Mattos Teixeira e Henrique Rato Zanandrea</i>	
	Fundap, Reforma Tributária e os mitos sobre as importações.....	118
	<i>Severiano Alvarenga Imperial</i>	
	Os novos desafios para o desenvolvimento econômico capixaba.....	124
	<i>Marcos Guerra</i>	
	Novos fundamentos para a discussão acerca dos royalties e das participações especiais de estados e municípios	126
	<i>Ricardo Almeida Ribeiro da Silva</i>	
	Oportunidades para as parcerias público-privadas	130
	<i>Ana Paula Vitali Janes Vescovi e Mirta Noemi Sataka Bugarin</i>	
	O alcance da penalidade de suspensão temporária de licitar e de contratar com o Poder Público.....	136
	<i>Vinicius Xavier Teixeira</i>	

MULTI, PRESENTE NO DESENVOLVIMENTO DO ESPÍRITO SANTO.



O Grupo Multi, maior rede de ensino de idiomas e cursos de qualificação Profissional do Brasil, detentor das marcas Wizard, Skill, Yázigi, Alps, Quatrum, Microlins, BIT Company, SOS, People e Smartz, com mais de 2.500 unidades no país, participa do desenvolvimento econômico do Estado do Espírito Santo.

Parceiros da Secretaria de Educação do Estado do Espírito Santo - SEDU, ajuda a tornar o Centro Estadual de Idiomas (CEI) um sucesso na oferta de aulas inglês gratuitas aos alunos da rede pública.

A Multi atua em Vitória, Vila Velha, Cariacica, Serra, Cachoeiro do Itapemirim e Colatina, oferecendo cursos de inglês para mais de 5.000 alunos da rede pública de ensino.

A prova do sucesso desta iniciativa do Governo do Estado é o envio de 26 alunos para realizarem um semestre letivo em países da língua inglesa. Um referencial positivo para o melhor desempenho dos alunos nas escolas e redução da evasão escolar.

Nosso objetivo é ampliar esse benefício a todos os municípios do Estado do Espírito Santo.

Gestor público, entre em contato conosco e ofereça mais este benefício à sua população: idiomases@mh1.com.br

Qualificar e educar é um ganho para toda a vida.



MULTI

www.mh1.com.br

(19) 3743 2000

WIZARD
VOCÊ BILÍNGUE

Yázigi
VOCÊ CIDADÃO DO MUNDO

QUATRUM
ENGLISH SCHOOLS

SKILL
CURSOS

ALPS
INGLÊS FLUENTE

YESKI
CURSOS

Microlins
EDUCAÇÃO & PROFISSÃO

S.O.S
Educação Profissional

PEOPLE
FORMAÇÃO COMPLETA
INFORMÁTICA • INGLÊS

BIT
company
GRUPO ALIS PROFISSIONAL

smartz
SCHOOL
PORTUGUÊS • MATEMÁTICA

NOTAS METODOLÓGICAS

Agrupamento por mesorregiões

O anuário **Finanças dos Municípios Capixabas** apresenta os municípios nas tabelas sobre a evolução dos itens da receita e da despesa agrupados por mesorregiões. A divisão regional adotada é uma adaptação daquela definida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que consistiu na inclusão da Região Metropolitana, composta por seis municípios retirados da Mesorregião Central: Cariacica, Guarapari, Serra, Viana, Vila Velha e Vitória. Tal adaptação foi necessária devido ao comportamento diferenciado desses municípios, o que acabava por influenciar fortemente o desempenho do total da Mesorregião Central. Em cada mesorregião os municípios estão ordenados por ordem alfabética.

Índices de preços para atualização de valores

Todos os dados apresentados nesta edição foram atualizados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com a finalidade de possibilitar a comparação entre diversos períodos. Foram utilizados índices médios anuais, corrigindo-se os valores para preços de 2010.

► **IPCA médio de 2010, utilizado como multiplicador para a atualização dos valores dos respectivos anos**

2005	2006	2007	2008	2009	2010
1,2572	1,2067	1,1643	1,1017	1,0504	1,0000

Fonte de dados

A principal fonte de dados utilizada são os balanços municipais consolidados coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES). Nos casos em que os dados não estavam consolidados, eles foram substituídos pelas informações que os municípios transmitiram à Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Outras fontes constantes na publicação são a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), a Secretaria da Fazenda do Estado do Espírito Santo (Sefaz), o Sistema de Informações sobre Orçamento Público em Saúde (Siops) e o Sistema de Informações sobre Orçamento Público em Educação (Sioppe).

Deduções do Fundef/Fundeb

As séries de dados apresentados em **Finanças dos Municípios Capixabas** abrangem o período entre 2005 e 2010. Os dados sobre as receitas total e corrente dos municípios são apresentados já deduzidos dos valores do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do

Magistério (Fundef) para os anos de 2005 e 2006, e do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) para os anos de 2007 a 2010.

Os valores recebidos do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e da Quota-parte Municipal no Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (QPM-ICMS) estão publicados integralmente, sem os descontos do Fundef/Fundeb.

Despesa com pessoal

O conceito de despesa com pessoal utilizado por **Finanças dos Municípios Capixabas** engloba toda a despesa corrente com pessoal e encargos sociais (exceto as despesas com sentenças judiciais e as de exercícios anteriores) e inclui os gastos com aposentadorias e reformas, pensões, e salário família registrados em outras despesas correntes.

Despesa com investimento

Finanças dos Municípios Capixabas considera como despesa com investimento toda a despesa de capital, excluídas as amortizações da dívida.

Despesa com encargos e amortizações da dívida

Os gastos com encargos e amortizações da dívida somam toda a despesa corrente com juros e encargos da dívida, e a despesa de capital com amortizações da dívida.

Despesa com custeio

A despesa com custeio utilizada por **Finanças dos Municípios Capixabas** abrange toda a despesa corrente, excluídos juros e encargos da dívida e a despesa com pessoal calculada conforme exposto acima.

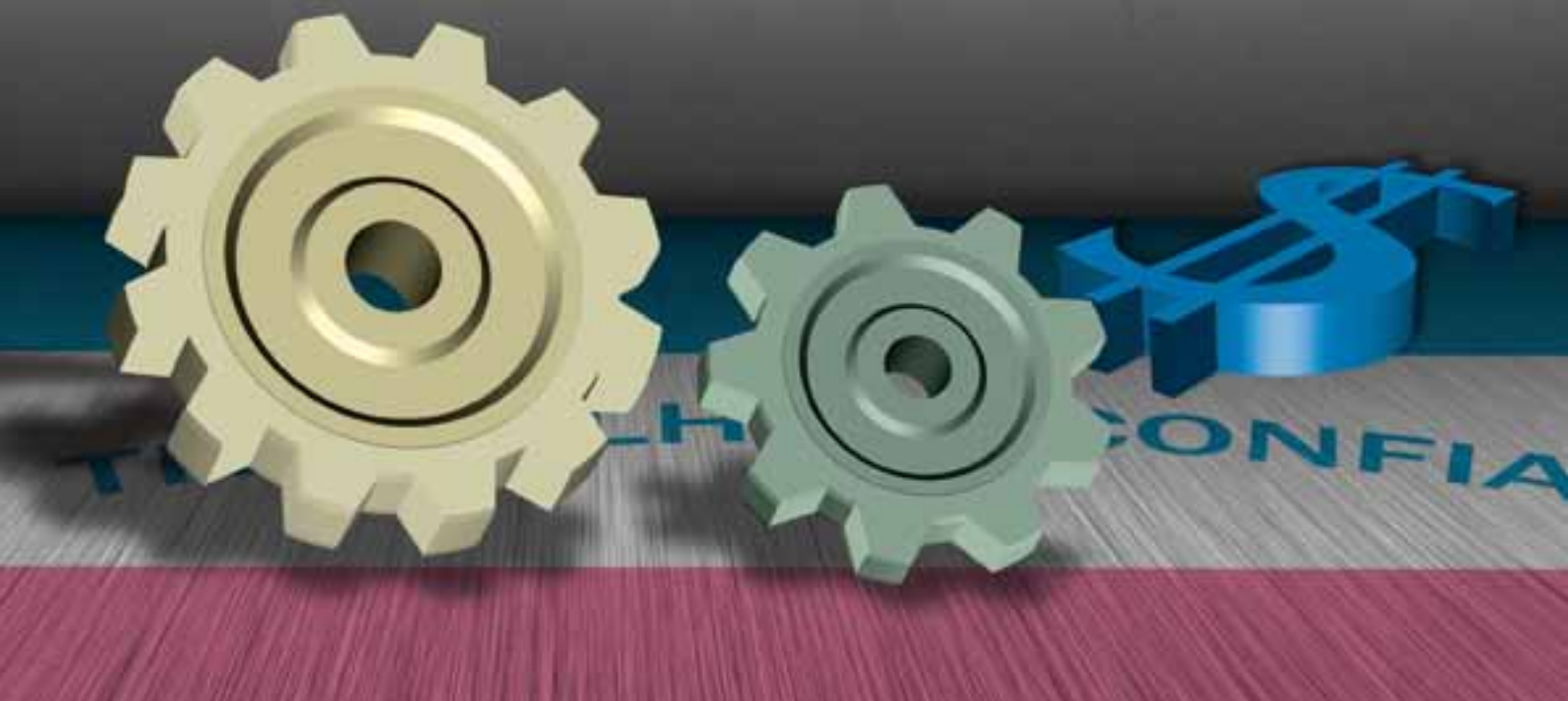
Sinais convencionais utilizados

Na apresentação das tabelas, quando necessário, utilizam-se os seguintes sinais convencionais:

- 0 ou 0,0 ➡ dado numérico igual a zero resultante de arredondamento de um dado numérico originalmente positivo;
- 0 ou -0,0 ➡ dado numérico igual a zero resultante de arredondamento de um dado numérico originalmente negativo;
- ➡ dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento;
- .. ➡ não se aplica dado numérico; e
- ... ➡ dado numérico não disponível.

Com a aprovação da atual proposta de Reforma Tributária, em apenas um ano o impacto na economia capixaba será:

- Redução drástica da capacidade de investimento da maior parte dos municípios, com **perda de R\$ 538 milhões nas receitas municipais.**
- **Diminuição de 26,3%**, em média, do Índice de Participação dos Municípios (IPM).
- **Redução drástica dos investimentos** em projetos de infraestrutura.
- Perda de **R\$ 2,2 bilhões na arrecadação de ICMS.**
- **Fim de recursos ao FundapSocial** e, por consequência, prejuízo ao Programa Nossocrédito.
- **Extinção de cerca de 500 empresas** capixabas e desemprego em massa.



E&L[®]

Produções de Software Gestão Pública Integrada

www.el.com.br



E&L Nota Fiscal de Serviços Eletrônica

A Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – NFS-e é um documento de existência exclusivamente digital, gerado e armazenado eletronicamente pela prefeitura ou por outra entidade conveniada, para documentar as operações de prestação de serviços.

Tem como principal objetivo a eficiência na fiscalização e o incremento na arrecadação municipal, gerando para o contribuinte menos custos com as obrigações acessórias e principalmente na emissão e guarda de documentos em papel.

Módulos:

- Emissão da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica;
- Declaração mensal de serviços;
- Fiscalização eletrônica;
- Substituição tributária, DAPS e prestador fora do município;
- Declaração mensal de serviços de instituições financeiras;
- Relatórios e consultas da NFS-e;
- Processo de envio de RPS via WebServices;
- Validação da NFS-e;
- Comunicação e interação com o fisco.



Sistema de ISS Bancário

O Sistema de ISS Bancário – SISSBAN foi desenvolvido com o intuito de qualificar as ações de administração tributária, possibilitando maior rapidez e flexibilidade no processamento da fiscalização das declarações de serviços emitidas pelas instituições financeiras.

Módulos:

- Sistema de Suporte e Controle – ISSCTR;
- Sistema de Auditoria da Fiscalização – ISSAUD;
- Sistema de Declaração de ISS – ISSDEC.

Lançamentos

Pensando sempre em crescer de olho no futuro, a E&L Produções de Software lança ainda no mercado mais soluções, dentre elas:

- E&L Controle Interno e Auditoria;
- E&L Gestão Educacional (Web);
- E&L WebServices – Serviço On-line da Administração ao Cidadão;
- Portal da Transparência.

Grupo E&L:



CIDADE DIGITAL

Cidade Digital é a criação de uma infraestrutura de telecomunicações e Internet para acesso tanto individual (residências, escritórios etc.) quanto público (escolas, hospitais, bibliotecas etc.) onde são disponibilizadas à população informações e serviços públicos e privados em ambiente virtual.

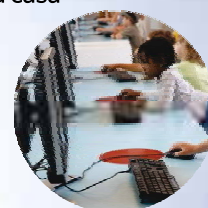
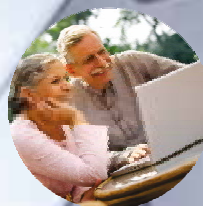
A Internet gratuita para todos muda a realidade de um município. Educação, saúde, segurança, finanças, turismo, cultura, esporte, assistência social e muitas outras áreas podem ser significativamente transformadas com as iniciativas de Cidade Digital. Atividades como planejamento, controle de custos e logística tornam-se substancialmente mais eficientes e rápidas com a adoção de sistemas e processos interligados por Internet.

Ser uma Cidade Digital significa modernizar a gestão pública e oferecer novos serviços e facilidades para as pessoas, além de levar aos seus habitantes uma nova perspectiva de cidadania possibilitando a inclusão digital.

COM ESSA TECNOLOGIA PODEMOS CRIAR A REDE MUNICIPAL DE INFORMAÇÕES QUE DISPONIBILIZARÁ:

- Acesso a Internet para a comunidade;
- Telefonia (VoIP, PABX e IPBX);
- TV pública municipal;
- Rádio/sonorização;
- Alarme;
- Segurança 24h via câmera digital;
- Conexão entre os prédios públicos;
- Integração dos distritos/bairros com a sede municipal;
- Integração da TV digital, do computador e do celular com possibilidade de transformar cada casa da população em um terminal ativo da administração.

A E&L tem expertise na criação de cidades digitais em tempo hábil. Já construiu a primeira cidade digital do Estado do Espírito Santo: Vila Valério e já possui seu 2º projeto: Nova Venécia Digital.



SUA CIDADE JÁ É DIGITAL? AINDA NÃO, ENTÃO, ENTRE EM CONTATO CONOSCO!

Matriz:

Av. Koehler, nº 238 - Centro
Domingos Martins - ES
CEP: 29.260-000
Telefax: (27) 3268-3123
E-mail: comercial@el.com.br

Filial - ES

Rua Presidente Dutra, nº 02
Ed. Lew, 3º andar
Campo Grande, Cariacica - ES
CEP: 29.146-090
Telefone: (27) 3343-2071
E-mail: faleconosco@el.com.br

Filial - MG

Av. Piracicaba, nº 62
Ilha, Governador Valadares - MG
CEP: 35.020-430
Telefone: (33) 3508-1767
E-mail: faleconosco@el.com.br

Filial - BA

Rua 28 de junho, nº 74
Jardim Boa Vista, Ilhéus - BA
CEP: 45.652-510
Telefone: (73) 3633-3739
E-mail: faleconosco@el.com.br

Filial - RJ

Rua Monte Líbano, nº 55, sala 112
Centro, Nova Friburgo - RJ
CEP: 28.610-460
Telefone: (22) 9244-6833
E-mail: faleconosco@el.com.br

www.el.com.br



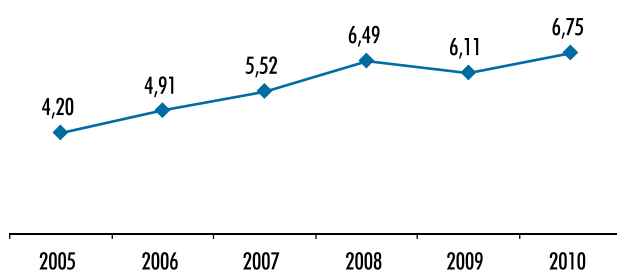
Panorama

▶ Receitas

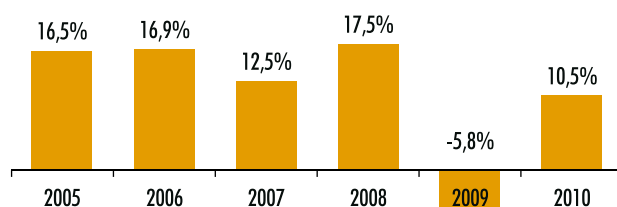
Embalada pelo bom desempenho da economia brasileira, que cresceu 7,5% em 2010, a receita dos municípios capixabas registrou uma expansão média de 10,5% quando atingiu R\$ 6,75 bilhões, no mesmo ano. No ano anterior, a eclosão da crise financeira internacional, que abalou a economia mundial no segundo semestre de 2008, fez com que os municípios capixabas sofressem uma queda real de receita da ordem de 5,8%.

Evolução da receita total

em R\$ bilhões - IPCA médio de 2010



Taxa de crescimento da receita total em relação ao ano anterior



Os royalties de petróleo e as participações especiais exerceram uma forte influência no desempenho global da receita municipal. Após o colapso do ano anterior, os royalties pagos aos municípios capixabas beneficiados cresceram 82,3%, graças à recuperação do preço e da produção do petróleo (veja mais sobre os royalties na página 70). Excluído esse item, por ser um recurso concentrado em poucos municípios, o aumento médio da receita foi de 8,1%.

As transferências voluntárias realizadas pelo governo estadual também tiveram forte impacto nas receitas municipais. Os recursos transferidos através de convênios para serem aplicados pelas prefeituras em investimentos atingiram R\$ 184

milhões em 2010, valor mais do que o dobro repassado no ano anterior, de R\$ 87,4 milhões (veja mais sobre transferências voluntárias na página 84).

Por outro lado, as transferências constitucionais do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), também efetuadas pelo governo estadual, tiveram comportamento bastante acanhado. Apesar da alta de 3,9%, ela não foi suficiente para suprir a queda de 9,6% ocorrida em 2009. Em valores corrigidos pela inflação, a quantia transferida em 2010, de R\$ 1,81 bilhão, ficou abaixo da registrada em 2008. O desempenho de 2010 deveu-se ao comportamento do ICMS proveniente das operações fundapiárias, que recuou pelo segundo ano consecutivo (veja mais sobre ICMS na página 48).

Após a queda de 2009, o Fundo de Participação dos Municípios (FPM) registrou um crescimento tímido em 2010. O volume de recursos transferidos pela União aos municípios capixabas foi de R\$ 926,3 milhões, o que representou um aumento real de apenas 2,6%, em relação ao ano anterior. Esse desempenho não foi suficiente para que o volume transferido retornasse ao patamar que prevalecia em 2008, anterior à crise financeira, quando alcançou R\$ 984,3 milhões (veja mais sobre FPM na página 56).

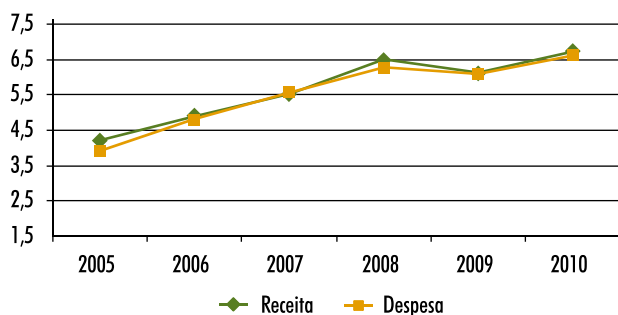
A arrecadação do conjunto dos tributos municipais, por sua vez, apresentou sensível melhora, com alta de 9,8%, passando de R\$ 1,03 bilhão, em 2009, para R\$ 1,13 bilhão, em 2010. O melhor desempenho coube ao Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis (ITBI), que cresceu intensamente (42,8%) após a queda de 2009. O Imposto sobre Serviços (ISS) também apresentou bom desempenho, com alta de 7,3%, sendo que a arrecadação de Vila Velha exerceu forte influência no conjunto dos municípios capixabas. Vila Velha também puxou, juntamente com Cariacica, o aumento da arrecadação de Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) em 2010, que cresceu 6,6% em relação ao ano anterior. O recolhimento municipal com taxas apresentou um comportamento mais homogêneo entre os municípios, com aumento médio de 11,1%. Finalmente, o Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) pelos municípios teve aumento de 6,7% (veja mais sobre os tributos nas páginas 26, 30, 34 e 40).

O saldo Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação) dos municípios – antes Fundef – apresentou uma considerável recuperação após a retração sofrida em 2009.

Com aumento de 17,1%, o saldo positivo dos municípios foi de R\$ 475,6 milhões. Em 2010, os municípios capixabas receberam o total de R\$ 1,06 bilhão em recursos do Fundeb, e repassaram R\$ 582,1 milhões para a formação do mesmo fundo (veja mais sobre Saldo Fundeb na página 66).

Evolução da receita e da despesa

em R\$ bilhões - IPCA médio de 2010



Desempenho das cidades

Dos 78 municípios capixabas, apenas Aracruz (-3,2%), Itarana (-2,8%) e Marechal Floriano (-0,5%) registraram queda de receita, mesmo assim relativamente suaves. O crescimento mais vigoroso de receita foi o de Presidente Kennedy (36,3%), que passou de R\$ 103,5 milhões, em 2010, para R\$ 141 milhões, em 2010. O aumento também foi intenso, acima de 25%, em Conceição da Barra (34,3%), Anchieta (32,8%), Itapemirim (26,8%) e Afonso Cláudio (25,7%).

Entre os municípios com mais de 50 mil habitantes, o aumento mais expressivo de receita foi presenciado por Vila Velha (18,6%), que passou de R\$ 473,4 milhões, em 2009, para R\$ 561,4 milhões, em 2010. Também cresceram acima de dois dígitos as receitas de Linhares (16,5%) e Guarapari (15,6%), seguidas por Colatina e Vitória, ambas com 7,9%. Numa faixa mais moderada de expansão aparecem Cachoeiro de Itapemirim (6,7%), Cariacica (5,5%), Serra (4,8%) e São Mateus (4,7%). Em Viana a alta foi de apenas 2,4%.

Despesas

O ritmo de aumentos dos gastos com pessoal voltou a cair em 2010. No período 2004-2008, a média anual de crescimento era de 15,5%. Recuou para 8,2%, em 2009, e para 5,8%, em 2010, a menor variação dos últimos sete anos. A freada iniciou após o choque ocorrido na receita de 2009, causado pela crise financeira internacional. O crescimento mais acentuado da receita corrente fez com que seu comprometimento com pessoal recuasse de 51,4%, em 2009, para 49,6%, em 2010. Entretanto, individualmente, 46 cidades (59% do total)

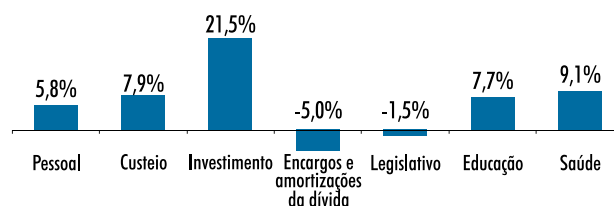
comprometeram mais de 50% da receita corrente com o pagamento de pessoal (veja mais sobre pessoal na página 74).

Com o crescimento da receita, as despesas com o custeio municipal voltaram a subir em 2010 a uma taxa média de 7,9%. Em 2009, com a diminuição da receita elas haviam recuado 2,1%. O peso dos custeios na receita corrente municipal de 2010 foi de 38%, taxa que vem se mantendo praticamente constante nos últimos anos (veja mais sobre custeio na página 80).

Em 2010, os municípios intensificaram a destinação de recursos direcionados aos investimentos, que atingiram R\$ 1 bilhão, cifra 21,5% maior do que a aplicada no ano anterior. Em 2009, eles haviam recuado 28,3% em função da crise financeira internacional e também devido ao fato de ser o primeiro ano de mandato das administrações municipais que então assumiam. Os recursos adicionais disponibilizados pelo governo estadual e a injeção de mais recursos dos próprios municípios, que passou de R\$ 566,3 milhões para R\$ 656,9 milhões, foram os fatores que alavancaram os investimentos dos municípios capixabas em 2010 (veja mais sobre investimento na página 84).

Pelo segundo ano consecutivo houve queda nas despesas do conjunto dos municípios capixabas com encargos e amortizações da dívida. Após o recuo de 6,2% em 2009, eles voltaram a cair 5% em 2010, quando totalizaram R\$ 121,4 milhões. Os desembolsos efetuados por Vitória, Vila Velha e Serra representaram 42,2% do total do gasto com encargos e amortizações da dívida dos municípios capixabas (veja mais sobre encargos e amortizações da dívida na página 90).

Taxa de crescimento dos principais itens da despesa 2010/2009



Após a inflexão de 2009, os municípios capixabas voltaram a intensificar os recursos direcionados para a saúde. Em 2010, o volume global aplicado na área foi de R\$ 1,19 bilhão, valor 9,1% maior que o do ano anterior. Em 2009, os municípios contiveram o aumento dos gastos em saúde, que cresceram 3,4%, em função do impacto negativo da crise financeira internacional na receita municipal (veja mais sobre saúde na página 104).

Em 2010, os recursos aplicados na educação dos municípios capixabas retomaram a trajetória ascendente, após a retração em 2009. Foi despendido na área R\$ 1,86 bilhão, valor 7,7% acima do efetivado no ano anterior (veja mais sobre educação na página 100).

As despesas com as câmaras municipais, por sua vez, sofreram uma ligeira queda em 2010. Ainda que de forma tímida, a queda de 1,5% nas transferências de recursos do Poder Executivo às câmaras municipais interrompeu um período de quatro anos de sucessivos aumentos. Essa queda de gastos num cenário de aumento das receitas deveu-se às regras estabelecidas pela Emenda Constitucional (EC) nº 25/2000, que define como parâmetro de repasse aos legislativos o montante da receita municipal do ano anterior e não do ano em curso (veja mais sobre os gastos das câmaras municipais na página 94).

▶ Resultado orçamentário e suficiência financeira

O resultado orçamentário e a suficiência (ou insuficiência) financeira são dois indicadores que permitem que se tenha uma ideia geral sobre o estado de saúde das finanças públicas dos municípios.

O resultado orçamentário é a diferença entre as receitas e as despesas. Quando esse resultado é positivo, é chamado de superávit orçamentário. Caso contrário, é chamado de déficit orçamentário.

A grande maioria dos municípios, 62 num total de 78, obteve superávit orçamentário em 2010. Com a recuperação da receita, o resultado orçamentário consolidado do conjunto dos municípios capixabas totalizou R\$ 133,4 milhões, valor que superou largamente o resultado positivo do ano anterior, de R\$ 10,6 milhões.

Anchieta foi quem registrou o maior superávit orçamentário, de R\$ 25,3 milhões, valor que correspondeu a 15,7% de sua receita total. Em seguida aparecem Serra (R\$ 20,4 milhões), Cariacica (R\$ 17,8 milhões), Presidente Kennedy (R\$ 16,3 milhões), Cachoeiro de Itapemirim (R\$ 14,8 milhões), Aracruz (R\$ 13,7 milhões) e Itapemirim (R\$ 10,2 milhões).

Dentre os que acusam déficits, o mais expressivo foi registrado por Vitória, de R\$ 16,9 milhões, valor que correspondeu a apenas 1,4% de sua receita. Em seguida aparece Vila Velha (com R\$ 9,2 milhões e 1,6% da receita), Nova Venécia (R\$ 5,7 milhões e 8,1% da receita) e Guaçuí (R\$ 3,7 milhões e 7,5% da receita).

É importante avaliar o resultado orçamentário em conjunto com a suficiência financeira, ou seja, com a diferença entre

ativos e passivos financeiros. O déficit orçamentário pode não significar nenhum prejuízo ao equilíbrio das contas públicas, caso haja cobertura financeira (suficiência financeira). Isso significa que a administração municipal gastou mais do que recebeu naquele ano, porém, possuía ativos financeiros suficientes para cobrir seus passivos (dívida de curto prazo) e também o déficit orçamentário.

Entretanto, os municípios devem apresentar seus balanços consolidados, ou seja, contendo os dados fiscais dos poderes Executivo e Legislativo, e das administrações direta e indireta. O nível de consolidação dos dados nos balanços anuais dos municípios nem sempre permite diferenciar os ativos e passivos de curto prazo de cada um desses entes. O caso que mais compromete a análise da situação financeira de curto prazo de um município é quando há a consolidação dos dados dos Institutos de Previdência. Nesses casos, a inclusão de sua reserva financeira como ativo disponível de curto prazo distorce a análise, pois esses recursos são destinados exclusivamente ao pagamento das futuras aposentadorias e pensões dos servidores públicos, não sendo assim lastro para cobrir os passivos de curto prazo do restante da administração.

Portanto, os dados de suficiência financeira apresentados nesta publicação (ver página 18) contêm essa distorção, pois sua fonte é o Anexo 14 dos balanços municipais consolidados. Feita essa ressalva é possível observar que a suficiência financeira dos municípios capixabas teve uma pequena melhora entre 2009 e 2010, que passou de R\$ 972,8 milhões, em 2009, para R\$ 984 milhões, em 2010.



▶ Número de municípios com resultados orçamentários positivos e negativos - 2005-2010

	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Positivos	64	57	51	56	52	62
Negativos	14	21	27	22	26	16
Total de municípios	78	78	78	78	78	78

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES), ainda não apreciados em plenário.

UM DESAFIO TRANSFORMADO EM RESULTADO UMA CIDADE TRANSFORMADA EM VITÓRIA



Os investimentos da Prefeitura de Vitória trazem grandes resultados e indicadores extremamente positivos para o município. A cidade vive uma expressiva transformação do cenário urbano, social e econômico, resultante do dinamismo e da força de uma administração participativa, responsável e inclusiva que busca melhores resultados em desenvolvimento e qualidade de vida para todos.

► Receita total^a - 2005-2010

Regiões e municípios	2005	2006	2007	2008	2009	2010	Variação 2010/2009	Partic. rec. total ^a 2010	Rec. total ^a per capita 2010
	em R\$ mil - IPCA médio de 2010						em %		em R\$
MS Noroeste	486.468,3	550.924,4	586.410,9	673.948,8	640.718,7	704.921,0	10,0	10,5	1.706,8
Água Doce do Norte	14.846,9	17.712,2	17.210,3	21.518,9	20.313,8	24.055,8	18,4	0,4	2.527,7
Água Branca	14.788,3	16.582,2	16.184,8	20.458,4	18.366,5	22.365,6	21,8	0,3	1.900,1
Alto Rio Novo	10.449,5	11.820,2	12.754,3	15.494,5	13.635,5	15.162,0	11,2	0,2	2.076,1
Baixo Guandu	42.785,3	44.225,3	45.737,7	50.859,2	45.012,8	48.104,8	6,9	0,7	1.653,9
Barra de São Francisco	36.469,3	43.017,4	50.103,3	60.063,8	54.052,6	58.143,0	7,6	0,9	1.431,7
Boa Esperança	19.836,7	19.778,3	22.602,2	26.711,2	24.653,4	26.095,1	5,8	0,4	1.837,8
Colatina	126.008,8	141.781,0	157.834,5	163.405,7	165.805,2	178.940,1	7,9	2,7	1.600,6
Ecoporanga	29.412,0	31.698,2	33.231,8	38.265,4	36.823,1	42.102,7	14,3	0,6	1.813,0
Governador Lindenberg	16.636,6	17.102,4	18.432,3	21.220,2	19.966,5	23.297,2	16,7	0,3	2.142,5
Mantenópolis	15.738,5	18.178,8	20.168,0	21.636,9	20.974,4	24.987,7	19,1	0,4	1.837,3
Marilândia	14.526,9	17.975,5	16.820,0	19.213,3	19.946,0	20.778,7	4,2	0,3	1.870,8
Nova Venécia	49.232,1	56.928,8	59.344,1	72.126,8	68.427,4	70.556,9	3,1	1,0	1.533,2
Pancas	23.359,7	28.932,8	26.570,6	32.119,5	29.265,4	33.233,4	13,6	0,5	1.544,3
São Domingos do Norte	12.723,2	13.727,6	15.350,3	18.536,3	16.140,1	18.047,9	11,8	0,3	2.251,5
São Gabriel da Palha	28.852,2	33.784,8	35.650,5	46.175,4	44.738,6	52.511,6	17,4	0,8	1.648,2
Vila Pavão	11.842,8	17.252,2	16.091,4	18.546,0	17.537,6	18.720,0	6,7	0,3	2.158,7
Vila Valério	18.959,6	20.426,7	22.324,9	27.597,2	25.059,7	27.818,6	11,0	0,4	2.011,5
MS Litoral Norte	799.296,7	933.407,2	1.000.330,2	1.224.642,7	1.064.748,3	1.159.750,4	8,9	17,2	2.113,1
Aracruz	195.180,5	232.790,5	239.462,3	266.778,2	236.689,7	229.215,6	-3,2	3,4	2.804,0
Conceição da Barra	38.375,1	42.149,9	50.540,7	55.398,7	48.278,9	64.825,5	34,3	1,0	2.276,4
Fundão	20.821,9	27.038,9	30.697,6	36.928,4	30.884,4	38.021,0	23,1	0,6	2.232,9
Ibiraçu	17.770,4	20.142,9	22.341,3	24.798,3	22.508,8	24.237,4	7,7	0,4	2.172,2
Jaguaré	51.762,4	53.836,7	49.272,8	57.087,8	50.106,4	51.427,2	2,6	0,8	2.080,6
João Neiva	25.773,6	30.289,9	31.900,8	36.507,2	31.649,0	32.458,4	2,6	0,5	2.053,3
Linhares	185.515,9	215.618,6	240.935,9	337.039,2	283.351,1	330.057,1	16,5	4,9	2.336,6
Montanha	23.807,5	28.785,5	27.698,5	33.051,4	30.552,0	32.321,1	5,8	0,5	1.810,3
Mucurici	11.920,2	15.067,4	14.429,4	15.987,8	14.468,7	15.940,7	10,2	0,2	2.810,4
Pedro Canário	21.167,6	25.615,2	28.495,2	33.817,9	33.872,6	39.469,9	16,5	0,6	1.659,2
Pinheiros	25.664,9	33.462,1	43.751,0	48.793,0	37.545,6	42.385,3	12,9	0,6	1.774,1
Ponto Belo	13.363,9	13.867,0	14.360,0	16.556,2	15.426,0	16.508,3	7,0	0,2	2.365,4
Rio Bananal	25.013,6	27.165,2	31.434,1	36.841,0	37.313,0	39.741,1	6,5	0,6	2.266,0
São Mateus	120.933,3	137.607,3	144.179,6	189.087,6	158.962,9	166.436,1	4,7	2,5	1.526,0
Sooretama	22.226,0	29.970,3	30.831,0	35.970,1	33.139,1	36.705,7	10,8	0,5	1.538,4
MS Central	428.147,6	521.015,7	575.574,9	650.220,2	618.854,9	721.597,8	16,6	10,7	2.280,4
Afonso Cláudio	31.265,3	36.082,9	38.238,6	43.339,2	42.404,8	53.285,6	25,7	0,8	1.714,1
Alfredo Chaves	15.420,1	20.627,0	23.037,1	29.578,6	26.918,3	27.367,8	1,7	0,4	1.960,4
Anchieta	65.622,9	86.001,5	112.327,6	114.383,3	121.778,6	161.773,9	32,8	2,4	6.770,5
Brejetuba	15.121,8	17.970,0	21.483,8	23.745,3	22.147,8	26.820,1	21,1	0,4	2.249,8
Conceição do Castelo	18.843,1	22.530,1	23.053,8	27.371,9	23.277,9	28.374,1	21,9	0,4	2.428,0
Domingos Martins	41.393,8	48.713,4	49.448,6	56.655,2	52.127,4	60.062,1	15,2	0,9	1.887,3
Iconha	16.377,2	23.262,1	25.176,8	27.374,1	24.219,2	26.374,5	8,9	0,4	2.107,6
Itaguaçu	18.613,3	23.063,7	24.389,2	27.952,0	24.182,6	27.950,9	15,6	0,4	1.977,6
Itarana	14.031,8	18.318,5	17.452,6	22.042,1	20.639,0	20.055,2	-2,8	0,3	1.843,1
Laranja da Terra	14.486,6	16.550,5	17.994,4	20.662,4	19.181,8	20.396,3	6,3	0,3	1.884,2
Marechal Floriano	20.374,3	24.849,2	26.010,6	27.799,4	26.688,8	26.557,9	-0,5	0,4	1.863,8
Piúma	20.481,9	24.651,2	27.100,1	28.291,0	30.639,4	37.139,9	21,2	0,6	2.049,3
Rio Novo do Sul	13.355,0	14.966,1	15.575,3	18.423,3	17.450,0	19.181,2	9,9	0,3	1.692,5
Santa Leopoldina	18.781,7	20.000,7	22.289,6	26.253,7	22.579,9	24.493,1	8,5	0,4	1.998,6
Santa Maria de Jetibá	37.200,7	40.554,1	47.443,6	58.396,7	54.000,3	58.323,2	8,0	0,9	1.706,5
Santa Teresa	29.435,7	36.888,7	35.973,2	41.979,1	37.212,3	41.896,4	12,6	0,6	1.920,5
São Roque do Canaã	12.503,5	15.002,0	15.283,5	19.018,6	19.093,3	21.389,9	12,0	0,3	1.895,1
Venda Nova do Imigrante	24.838,8	30.984,0	33.296,6	36.954,4	34.313,5	40.155,8	17,0	0,6	1.961,9
Região Metropolitana	1.879.357,2	2.194.581,0	2.560.101,7	2.933.464,1	2.841.020,8	3.092.738,8	8,9	45,9	1.853,8
Cariacica	189.857,0	223.793,6	267.217,5	305.172,8	324.766,1	342.482,6	5,5	5,1	981,5
Guarapari	93.104,2	108.750,1	120.528,5	139.096,9	142.396,1	164.663,8	15,6	2,4	1.564,8
Serra	429.821,7	540.351,3	598.232,3	701.628,3	675.019,5	707.538,4	4,8	10,5	1.728,6
Viana	65.504,6	82.126,1	79.623,2	90.100,9	92.084,5	94.278,2	2,4	1,4	1.450,5
Vila Velha	307.380,2	357.049,3	395.913,9	490.329,7	473.400,8	561.349,5	18,6	8,3	1.354,5
Vitória	793.689,5	882.510,6	1.098.586,2	1.207.135,4	1.133.353,9	1.222.426,3	7,9	18,1	3.756,1
MS Sul	603.225,5	705.502,0	795.608,1	1.003.928,8	941.934,7	1.068.112,6	13,4	15,8	1.887,0
Alegre	34.578,0	42.874,9	44.328,1	51.578,4	54.377,7	54.431,5	0,1	0,8	1.768,2
Apiaçá	11.271,1	11.998,6	14.515,7	15.618,3	14.168,8	15.185,3	7,2	0,2	2.021,2
Atílio Vivácqua	15.524,9	16.176,3	16.974,7	19.495,8	20.033,0	20.768,6	3,7	0,3	2.110,6
Bom Jesus do Norte	10.949,6	12.226,2	12.689,2	17.045,5	15.015,7	17.034,0	13,4	0,3	1.797,0
Cachoeiro de Itapemirim	150.080,3	171.243,0	210.163,9	244.658,7	230.305,9	245.642,8	6,7	3,6	1.293,7
Castelo	39.150,1	42.800,9	47.558,1	60.027,7	53.337,7	55.787,1	4,6	0,8	1.601,9
Divino de São Lourenço	8.191,8	9.984,1	10.209,9	11.719,8	9.805,6	11.067,9	12,9	0,2	2.451,4
Dores do Rio Preto	10.093,1	11.534,7	12.514,7	14.528,8	12.829,7	14.138,3	10,2	0,2	2.209,5
Guaçu	25.812,1	31.621,2	38.136,5	49.004,9	46.106,1	49.421,1	7,2	0,7	1.774,4
Ibatiba	22.565,7	26.062,3	26.108,7	30.702,9	29.340,0	36.337,2	23,8	0,5	1.626,1
Ibitirama	12.434,3	14.776,9	17.748,5	17.865,8	14.947,5	17.858,9	19,5	0,3	1.992,3
Irupí	13.429,8	15.412,9	16.529,4	19.341,1	17.920,0	21.594,2	20,5	0,3	1.841,1
Itapemirim	48.431,8	56.500,2	65.610,5	79.461,8	68.184,1	86.427,0	26,8	1,3	2.789,0
Júna	26.174,6	32.693,5	33.652,4	38.714,1	36.321,4	43.437,3	19,6	0,6	1.588,8
Jerônimo Monteiro	12.225,3	16.398,4	16.901,8	19.912,7	18.272,3	20.811,0	13,9	0,3	1.911,4
Marataizes	25.019,1	30.570,7	38.016,7	47.115,5	45.612,6	54.520,0	19,5	0,8	1.596,6
Mimoso do Sul	28.137,4	34.420,0	36.381,0	40.226,6	38.419,8	42.134,6	9,7	0,6	1.626,9
Muniz Freire	21.532,8	27.953,7	29.989,2	37.159,2	34.653,4	37.543,5	8,3	0,6	2.041,8
Muqui	16.026,2	18.307,9	20.106,5	23.818,3	19.844,3	21.670,5	9,2	0,3	1.505,3
Presidente Kennedy	29.802,1	29.829,3	38.480,1	105.916,4	103.475,4	141.009,1	36,3	2,1	13.670,3
São José do Calçado	15.343,8	21.920,5	19.175,1	21.970,3	21.310,5	22.360,0	4,9	0,3	2.146,5
Vargem Alta	26.451,7	30.195,8	29.817,4	38.046,1	37.653,3	38.932,8	3,4	0,6	2.034,0
TOTAL	4.196.495,2	4.905.430,3	5.518.025,8	6.486.204,6	6.107.277,5	6.747.120,6	10,5	100,0	1.920,8

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES), ainda não apreciados em plenário. Nota: ^areceita total ajustada dos efeitos do Fundef/Fundeb (ver "Notas metodológicas", na página 4).

► Receita total^a

Posição	Município	Receita total ^a em R\$	População
1º	Vitória	1.222.426.299,0	325.453
2º	Serra	707.538.442,3	409.324
3º	Vila Velha	561.349.463,3	414.420
4º	Cariacica	342.482.643,6	348.933
5º	Linhares	330.057.081,7	141.254
6º	Cachoeiro de Itapemirim	245.642.773,6	189.878
7º	Aracruz	229.215.564,1	81.746
8º	Colatina	178.940.061,0	111.794
9º	São Mateus	166.436.102,1	109.067
10º	Guarapari	164.663.755,7	105.227
11º	Anchieta	161.773.925,5	23.894
12º	Presidente Kennedy	141.009.091,2	10.315
13º	Viana	94.278.229,0	64.999
14º	Itapemirim	86.426.962,5	30.988
15º	Nova Venécia	70.556.852,4	46.020
16º	Conceição da Barra	64.825.494,8	28.477
17º	Domingos Martins	60.062.112,0	31.824
18º	Santa Maria de Jetibá	58.323.155,8	34.178
19º	Barra de São Francisco	58.142.997,2	40.610
20º	Castelo	55.787.096,2	34.826
21º	Marataizes	54.519.953,0	34.147
22º	Alegre	54.431.538,0	30.784
23º	Afonso Cláudio	53.285.552,2	31.086
24º	São Gabriel da Palha	52.511.566,4	31.859
25º	Jaguaré	51.427.241,3	24.718
26º	Guaçuí	49.421.124,7	27.853
27º	Baixo Guandu	48.104.835,5	29.086
28º	Ituna	43.437.329,1	27.340
29º	Pinheiros	42.385.266,6	23.891
30º	Mimoso do Sul	42.134.570,4	25.898
31º	Ecoporanga	42.102.686,5	23.223
32º	Santa Teresa	41.896.421,7	21.815
33º	Venda Nova do Imigrante	40.155.784,1	20.468
34º	Rio Bananal	39.741.082,2	17.538
35º	Pedro Canário	39.469.925,6	23.789
36º	Vargem Alta	38.932.771,2	19.141
37º	Fundão	38.021.021,4	17.028
38º	Muniz Freire	37.543.471,1	18.387
39º	Pinuma	37.139.944,3	18.123
40º	Sooretama	36.705.741,1	23.860
41º	Ibatiba	36.337.244,0	22.346
42º	Pancas	33.233.417,3	21.520
43º	João Neiva	32.458.353,4	15.808
44º	Montanha	32.321.141,5	17.854
45º	Conceição do Castelo	28.374.100,6	11.686
46º	Itaguaçu	27.950.859,8	14.134
47º	Vila Valério	27.818.619,4	13.830
48º	Alfredo Chaves	27.367.826,1	13.960
49º	Brejetuba	26.820.120,5	11.921
50º	Marechal Floriano	26.557.874,4	14.249
51º	Iconha	26.374.488,6	12.514
52º	Boa Esperança	26.095.066,4	14.199
53º	Mantenópolis	24.987.664,4	13.600
54º	Santa Leopoldina	24.493.056,5	12.255
55º	Ibiraçu	24.237.430,0	11.158
56º	Água Doce do Norte	24.055.833,7	9.517
57º	Governador Lindenberg	23.297.188,7	10.874
58º	Água Branca	22.365.620,2	11.771
59º	São José do Calçado	22.359.964,9	10.417
60º	Muqui	21.670.501,1	14.396
61º	Irupi	21.594.206,7	11.729
62º	São Roque do Canaã	21.389.937,2	11.287
63º	Jerônimo Monteiro	20.811.033,9	10.888
64º	Marilândia	20.778.736,1	11.107
65º	Atilio Vivacqua	20.768.638,4	9.840
66º	Laranja da Terra	20.396.269,3	10.825
67º	Itarana	20.055.159,8	10.881
68º	Rio Novo do Sul	19.181.203,6	11.333
69º	Vila Pavão	18.719.951,3	8.672
70º	São Domingos do Norte	18.047.850,0	8.016
71º	Ibitirama	17.858.860,1	8.964
72º	Bom Jesus do Norte	17.033.981,7	9.479
73º	Ponto Belo	16.508.300,7	6.979
74º	Mucurici	15.940.662,4	5.672
75º	Apicá	15.185.343,9	7.513
76º	Alto Rio Novo	15.162.005,2	7.303
77º	Dores do Rio Preto	14.138.280,3	6.399
78º	Divino de São Lourenço	11.067.875,6	4.515
TOTAL		6.747.120.596,8	3.512.672

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES), ainda não apreciados em plenário. População para 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Nota: *receita total ajustada dos efeitos do Fundeb (ver "Notas metodológicas", na página 4).

► Receita total^a per capita

Posição	Município	A / B	Receita total ^a (A) em R\$	População (B)
1º	Presidente Kennedy	13.670,3	141.009.091,2	10.315
2º	Anchieta	6.770,5	161.773.925,5	23.894
3º	Vitória	3.756,1	1.222.426.299,0	325.453
4º	Mucurici	2.810,4	15.940.662,4	5.672
5º	Aracruz	2.804,0	229.215.564,1	81.746
6º	Itapemirim	2.789,0	86.426.962,5	30.988
7º	Água Doce do Norte	2.527,7	24.055.833,7	9.517
8º	Divino de São Lourenço	2.451,4	11.067.875,6	4.515
9º	Conceição do Castelo	2.428,0	28.374.100,6	11.686
10º	Ponto Belo	2.365,4	16.508.300,7	6.979
11º	Linhares	2.336,6	330.057.081,7	141.254
12º	Conceição da Barra	2.276,4	64.825.494,8	28.477
13º	Rio Bananal	2.266,0	39.741.082,2	17.538
14º	São Domingos do Norte	2.251,5	18.047.850,0	8.016
15º	Brejetuba	2.249,8	26.820.120,5	11.921
16º	Fundão	2.232,9	38.021.021,4	17.028
17º	Dores do Rio Preto	2.209,5	14.138.280,3	6.399
18º	Ibiraçu	2.172,2	24.237.430,0	11.158
19º	Vila Pavão	2.158,7	18.719.951,3	8.672
20º	São José do Calçado	2.146,5	22.359.964,9	10.417
21º	Governador Lindenberg	2.142,5	23.297.188,7	10.874
22º	Atilio Vivacqua	2.110,6	20.768.638,4	9.840
23º	Iconha	2.107,6	26.374.488,6	12.514
24º	Jaguaré	2.080,6	51.427.241,3	24.718
25º	Alto Rio Novo	2.076,1	15.162.005,2	7.303
26º	João Neiva	2.053,3	32.458.353,4	15.808
27º	Pinuma	2.049,3	37.139.944,3	18.123
28º	Muniz Freire	2.041,8	37.543.471,1	18.387
29º	Vargem Alta	2.034,0	38.932.771,2	19.141
30º	Apicá	2.021,2	15.185.343,9	7.513
31º	Vila Valério	2.011,5	27.818.619,4	13.830
32º	Santa Leopoldina	1.998,6	24.493.056,5	12.255
33º	Ibitirama	1.992,3	17.858.860,1	8.964
34º	Itaguaçu	1.977,6	27.950.859,8	14.134
35º	Venda Nova do Imigrante	1.961,9	40.155.784,1	20.468
36º	Alfredo Chaves	1.960,4	27.367.826,1	13.960
37º	Santa Teresa	1.920,5	41.896.421,7	21.815
38º	Jerônimo Monteiro	1.911,4	20.811.033,9	10.888
39º	Água Branca	1.900,1	22.365.620,2	11.771
40º	São Roque do Canaã	1.895,1	21.389.937,2	11.287
41º	Domingos Martins	1.887,3	60.062.112,0	31.824
42º	Laranja da Terra	1.884,2	20.396.269,3	10.825
43º	Marilândia	1.870,8	20.778.736,1	11.107
44º	Marechal Floriano	1.863,8	26.557.874,4	14.249
45º	Itarana	1.843,1	20.055.159,8	10.881
46º	Irupi	1.841,1	21.594.206,7	11.729
47º	Boa Esperança	1.837,8	26.095.066,4	14.199
48º	Mantenópolis	1.837,3	24.987.664,4	13.600
49º	Ecoporanga	1.813,0	42.102.686,5	23.223
50º	Montanha	1.810,3	32.321.141,5	17.854
51º	Bom Jesus do Norte	1.797,0	17.033.981,7	9.479
52º	Guaçuí	1.774,4	49.421.124,7	27.853
53º	Pinheiros	1.774,1	42.385.266,6	23.891
54º	Alegre	1.768,2	54.431.538,0	30.784
55º	Serra	1.728,6	707.538.442,3	409.324
56º	Afonso Cláudio	1.714,1	53.285.552,2	31.086
57º	Santa Maria de Jetibá	1.706,5	58.323.155,8	34.178
58º	Rio Novo do Sul	1.692,5	19.181.203,6	11.333
59º	Pedro Canário	1.659,2	39.469.925,6	23.789
60º	Baixo Guandu	1.653,9	48.104.835,5	29.086
61º	São Gabriel da Palha	1.648,2	52.511.566,4	31.859
62º	Mimoso do Sul	1.626,9	42.134.570,4	25.898
63º	Ibatiba	1.626,1	36.337.244,0	22.346
64º	Castelo	1.601,9	55.787.096,2	34.826
65º	Colatina	1.600,6	178.940.061,0	111.794
66º	Marataizes	1.596,6	54.519.953,0	34.147
67º	Ituna	1.588,8	43.437.329,1	27.340
68º	Guarapari	1.564,8	164.663.755,7	105.227
69º	Pancas	1.544,3	33.233.417,3	21.520
70º	Sooretama	1.538,4	36.705.741,1	23.860
71º	Nova Venécia	1.533,2	70.556.852,4	46.020
72º	São Mateus	1.526,0	166.436.102,1	109.067
73º	Muqui	1.505,3	21.670.501,1	14.396
74º	Viana	1.450,5	94.278.229,0	64.999
75º	Barra de São Francisco	1.431,7	58.142.997,2	40.610
76º	Vila Velha	1.354,5	561.349.463,3	414.420
77º	Cachoeiro de Itapemirim	1.293,7	245.642.773,6	189.878
78º	Cariacica	981,5	342.482.643,6	348.933
TOTAL		1.920,8	6.747.120.596,8	3.512.672

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES), ainda não apreciados em plenário. População para 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Nota: *receita total ajustada dos efeitos do Fundeb (ver "Notas metodológicas", na página 4).

► Receita corrente^a - 2005-2010

Regiões e municípios	2005	2006	2007	2008	2009	2010	Variação 2010/2009	Partic. rec. total ^a 2010	Rec. corrente ^a per capita 2010
	em R\$ mil - IPCA médio de 2010						em %		em R\$
MS Noroeste	461.227,3	509.647,9	549.830,1	632.661,4	599.555,1	647.912,7	8,1	91,9	1.568,8
Água Doce do Norte	14.033,1	15.786,9	16.200,5	19.394,1	18.175,9	20.379,7	12,1	84,7	2.141,4
Água Branca	13.424,7	13.533,1	15.242,4	18.059,1	16.806,2	19.195,5	14,2	85,8	1.630,7
Alto Rio Novo	8.996,2	10.635,4	11.170,3	15.332,1	12.565,5	13.187,1	4,9	87,0	1.805,7
Baixo Guandu	39.178,2	40.753,4	41.612,6	45.981,4	42.498,8	44.348,4	4,4	92,2	1.524,7
Barra de São Francisco	36.331,0	41.124,2	49.596,9	59.228,0	52.676,7	54.193,8	2,9	93,2	1.334,5
Boa Esperança	18.553,0	19.385,7	21.351,9	23.900,0	22.806,8	23.148,2	1,5	88,7	1.630,3
Colatina	121.799,3	131.209,8	144.795,2	158.605,1	156.174,2	168.565,8	7,9	94,2	1.507,8
Ecoporanga	29.226,3	30.685,2	32.037,4	37.023,3	35.749,6	40.438,5	13,1	96,0	1.741,3
Governador Lindenberg	13.207,5	16.696,9	16.710,3	18.505,0	17.960,5	19.499,0	8,6	83,7	1.793,2
Mantenópolis	15.689,1	17.484,9	19.484,8	20.542,0	18.674,9	21.578,1	15,5	86,4	1.586,6
Marilândia	13.809,3	14.829,6	15.920,4	18.887,6	18.434,6	19.399,0	5,2	93,4	1.746,6
Nova Venécia	47.057,7	53.205,0	57.747,8	68.577,2	65.500,4	68.154,2	4,1	96,6	1.481,0
Pancas	22.416,1	26.693,9	25.619,6	31.235,9	27.800,9	29.876,8	7,5	89,9	1.388,3
São Domingos do Norte	10.696,1	12.288,4	13.564,1	15.728,2	15.204,4	16.671,5	9,6	92,4	2.079,8
São Gabriel da Palha	27.738,4	32.334,2	33.036,4	39.747,7	39.299,7	46.715,2	18,9	89,0	1.466,3
Vila Pavão	11.792,5	13.846,3	14.900,4	17.163,9	15.696,5	16.886,4	7,6	90,2	1.947,2
Vila Valério	17.278,9	19.155,1	20.839,3	24.750,9	23.529,7	25.675,5	9,1	92,3	1.856,5
MS Litoral Norte	777.970,5	882.706,3	949.005,9	1.140.458,6	1.016.348,6	1.113.402,5	9,5	96,0	2.028,7
Aracruz	195.039,9	230.211,4	232.063,8	251.114,0	227.567,0	225.706,8	-0,8	98,5	2.761,1
Conceição da Barra	37.025,0	40.051,1	48.788,6	54.415,8	47.598,3	63.003,9	32,4	97,2	2.212,5
Fundão	17.044,1	25.608,6	29.220,3	35.714,6	29.817,6	36.732,9	23,2	96,6	2.157,2
Ibiraçu	15.774,5	17.429,1	18.730,1	21.527,0	19.889,4	20.998,9	5,6	86,6	1.882,0
Jaguaré	51.072,9	53.748,7	48.918,9	56.316,6	49.191,2	50.706,5	3,1	98,6	2.051,4
João Neiva	23.595,4	25.802,8	28.680,7	31.982,3	28.053,4	29.658,7	5,7	91,4	1.876,2
Linhares	183.079,7	206.932,1	227.698,9	313.298,0	269.034,6	312.114,9	16,0	94,6	2.209,6
Montanha	23.101,3	22.305,9	25.521,1	30.946,3	28.205,1	31.355,8	11,2	97,0	1.756,2
Mucurici	11.638,1	12.420,5	13.671,4	15.154,5	13.460,5	15.309,7	13,7	96,0	2.699,2
Pedro Canário	21.063,2	23.842,5	28.398,0	30.917,4	31.429,4	35.513,8	13,0	90,0	1.492,9
Pinheiros	23.455,2	28.611,0	33.615,9	38.374,5	37.265,2	42.382,4	13,7	100,0	1.774,0
Ponto Belo	10.733,2	11.799,3	12.017,8	14.364,9	13.053,2	14.478,9	10,9	87,7	2.074,6
Rio Bananal	23.147,5	25.083,1	29.400,6	33.318,3	33.458,2	36.498,4	9,1	91,8	2.081,1
São Mateus	120.135,6	133.294,1	143.204,6	179.414,5	156.137,4	163.652,1	4,8	98,3	1.500,5
Sooretama	22.064,8	25.566,0	29.075,2	33.599,8	32.188,2	35.288,7	9,6	96,1	1.479,0
MS Central	413.886,1	483.685,4	536.646,2	604.893,4	579.792,9	663.679,9	14,5	92,0	2.097,4
Afonso Cláudio	30.390,8	33.938,9	35.410,2	41.479,4	39.966,4	45.821,0	14,6	86,0	1.474,0
Alfredo Chaves	14.334,8	19.416,1	22.596,9	26.357,5	23.133,1	25.248,7	9,1	92,3	1.808,6
Anchieta	65.186,7	84.742,6	105.050,8	110.815,4	117.679,9	157.905,6	34,2	97,6	6.608,6
Brejetuba	13.644,2	16.391,7	19.395,8	21.484,1	20.413,4	23.096,6	13,1	86,1	1.937,5
Conceição do Castelo	17.554,5	20.363,4	21.733,8	24.874,4	21.910,3	22.486,3	2,6	79,2	1.924,2
Domingos Martins	39.198,7	41.933,5	44.979,5	53.149,6	49.025,8	54.278,0	10,7	90,4	1.705,6
Iconha	17.534,7	20.389,8	21.670,1	24.612,7	22.935,6	23.654,2	3,1	89,7	1.890,2
Itaguaçu	17.019,7	21.272,6	22.042,1	24.945,8	22.797,6	24.900,4	9,2	89,1	1.761,7
Itarana	12.522,1	14.646,9	16.249,1	18.891,6	17.761,2	19.230,5	8,3	95,9	1.767,3
Laranja da Terra	13.419,2	14.916,0	16.243,0	18.598,4	16.896,1	18.432,4	9,1	90,4	1.702,8
Marechal Floriano	20.095,2	24.026,4	24.948,0	26.154,7	23.672,4	25.722,9	8,7	96,9	1.805,2
Piúma	19.700,7	23.836,7	25.490,1	28.198,3	29.984,7	36.362,6	21,3	97,9	2.006,4
Rio Novo do Sul	13.353,9	14.948,7	15.575,3	18.423,3	16.783,0	19.181,2	14,3	100,0	1.692,5
Santa Leopoldina	17.588,6	18.181,6	20.932,1	22.962,6	19.530,0	22.194,4	13,6	90,6	1.811,1
Santa Maria de Jetibá	36.852,3	39.096,3	45.570,5	53.230,8	52.563,1	53.616,4	2,0	91,9	1.568,7
Santa Teresa	29.435,7	33.540,8	32.520,5	37.903,9	35.334,6	38.642,5	9,4	92,2	1.771,4
São Roque do Canaã	11.749,8	13.125,6	14.585,5	17.345,0	16.061,0	17.670,8	10,0	82,6	1.565,6
Venda Nova do Imigrante	24.304,4	28.917,5	31.652,9	35.466,0	33.344,9	35.235,4	5,7	87,7	1.721,5
Região Metropolitana	1.852.399,5	2.162.659,9	2.540.648,1	2.765.780,2	2.621.210,5	2.820.103,2	7,6	91,2	1.690,3
Cariacica	186.486,5	214.543,6	271.159,5	285.327,7	296.184,0	330.135,6	11,5	96,4	946,1
Guarapari	92.265,1	113.193,1	117.463,8	136.117,3	134.753,4	150.923,2	12,0	91,7	1.434,3
Serra	416.559,6	515.580,8	573.283,0	680.342,0	648.243,4	676.684,5	4,4	95,6	1.653,2
Viana	63.794,1	72.519,6	74.701,3	82.834,5	82.968,6	86.408,9	4,1	91,7	1.329,4
Vila Velha	301.925,2	373.999,3	384.258,3	455.540,5	434.248,0	498.551,6	14,8	88,8	1.203,0
Vitória	791.369,1	872.823,5	1.119.782,1	1.125.618,2	1.024.813,1	1.077.399,5	5,1	88,1	3.310,5
MS Sul	577.105,1	631.322,7	752.342,6	954.327,3	884.944,7	1.003.550,9	13,4	94,0	1.772,9
Alegre	33.303,2	36.398,1	41.706,2	47.399,0	49.025,4	48.938,0	-0,2	89,9	1.589,7
Apiaçá	10.403,8	10.824,3	13.390,0	15.086,7	13.569,5	14.627,9	7,8	96,3	1.947,0
Atílio Vivácqua	14.724,0	14.830,9	16.618,8	19.330,5	17.587,9	18.580,0	5,6	89,5	1.888,2
Bom Jesus do Norte	10.582,6	11.446,1	12.391,8	15.209,0	13.645,7	15.350,9	12,5	90,1	1.619,5
Cachoeiro de Itapemirim	142.572,9	170.213,3	196.614,1	228.954,3	214.704,6	228.932,9	6,6	93,2	1.205,7
Castelo	37.066,7	37.200,4	46.241,4	55.501,4	49.858,3	53.782,7	7,9	96,4	1.544,3
Divino de São Lourenço	7.821,1	8.982,3	9.516,7	10.728,8	9.286,9	10.469,1	12,7	94,6	2.318,7
Dores do Rio Preto	10.093,1	11.374,1	12.278,5	14.528,8	12.726,3	14.138,3	11,1	100,0	2.209,5
Guaçu	25.799,4	29.086,2	36.983,7	47.381,5	40.016,1	45.683,6	14,2	92,4	1.640,2
Ibatiba	22.563,5	25.894,4	26.108,7	30.702,9	26.766,3	30.616,7	14,4	84,3	1.370,1
Ibitirama	11.312,3	12.022,0	17.701,0	16.384,2	14.635,1	17.210,6	17,6	96,4	1.920,0
Irupí	12.346,0	12.534,5	16.266,4	18.718,5	17.796,7	20.303,2	14,1	94,0	1.731,0
Itapemirim	45.896,3	48.700,7	62.418,8	75.050,1	63.750,5	80.796,2	26,7	93,5	2.607,3
Júna	23.874,6	27.368,5	31.775,8	37.978,6	34.459,4	39.261,9	13,9	90,4	1.436,1
Jerônimo Monteiro	11.785,4	12.206,9	15.043,6	18.217,2	16.654,0	19.358,8	16,2	93,0	1.778,0
Marataizes	25.019,1	26.984,2	34.596,8	45.427,7	44.567,4	52.190,4	17,1	95,7	1.528,4
Mimoso do Sul	27.166,6	26.815,9	33.998,4	38.626,7	37.070,6	40.085,8	8,1	95,1	1.547,8
Muniz Freire	20.481,2	22.708,6	28.099,5	35.106,8	32.549,3	34.285,7	5,3	91,3	1.864,7
Muqui	14.813,9	13.905,2	16.802,3	20.703,7	18.997,1	20.944,3	10,3	96,6	1.454,9
Presidente Kennedy	29.580,2	28.015,3	38.105,0	105.602,8	103.349,9	140.839,4	36,3	99,9	13.653,8
São José do Calçado	13.703,4	16.247,0	17.673,5	20.872,6	19.552,7	20.043,6	2,5	89,6	1.924,1
Vargem Alta	26.195,5	27.563,5	28.011,2	36.815,4	34.374,8	37.110,9	8,0	95,3	1.938,8
TOTAL	4.082.588,5	4.670.022,3	5.328.472,7	6.098.120,9	5.701.851,9	6.248.649,2	9,6	92,6	1.778,9

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES), ainda não apreciados em plenário. Nota: ^areceitas total e corrente ajustadas dos efeitos do Fundef/Fundeb (ver "Notas metodológicas", na página 4).

► Receita corrente^a

Posição	Município	Receita corrente ^a em R\$	População
1º	Vitória	1.077.399.501,2	325.453
2º	Serra	676.684.491,2	409.324
3º	Vila Velha	498.551.620,1	414.420
4º	Cariacica	330.135.555,8	348.933
5º	Linhares	312.114.866,2	141.254
6º	Cachoeiro de Itapemirim	228.932.877,3	189.878
7º	Aracruz	225.706.778,4	81.746
8º	Colatina	168.565.769,8	111.794
9º	São Mateus	163.652.095,4	109.067
10º	Anchieta	157.905.633,4	23.894
11º	Guarapari	150.923.156,5	105.227
12º	Presidente Kennedy	140.839.434,0	10.315
13º	Viana	86.408.887,1	64.999
14º	Itapemirim	80.796.222,1	30.988
15º	Nova Venécia	68.154.204,0	46.020
16º	Conceição da Barra	63.003.942,0	28.477
17º	Domingos Martins	54.277.963,5	31.824
18º	Barra de São Francisco	54.193.789,7	40.610
19º	Castelo	53.782.683,5	34.826
20º	Santa Maria de Jetibá	53.616.408,6	34.178
21º	Marataizes	52.190.423,0	34.147
22º	Jaguaré	50.706.453,2	24.718
23º	Alegre	48.938.012,2	30.784
24º	São Gabriel da Palha	46.715.200,5	31.859
25º	Afonso Cláudio	45.821.003,0	31.086
26º	Guaçuí	45.683.614,1	27.853
27º	Baixo Guandu	44.348.412,2	29.086
28º	Pinheiros	42.382.416,6	23.891
29º	Ecoporanga	40.438.505,3	23.223
30º	Mimoso do Sul	40.085.762,7	25.898
31º	Iúna	39.261.928,6	27.340
32º	Santa Teresa	38.642.483,5	21.815
33º	Vargem Alta	37.110.915,5	19.141
34º	Fundão	36.732.893,1	17.028
35º	Rio Bananal	36.498.423,7	17.538
36º	Piúma	36.362.613,7	18.123
37º	Pedro Canário	35.513.832,4	23.789
38º	Sooretama	35.288.747,8	23.860
39º	Venda Nova do Imigrante	35.235.405,6	20.468
40º	Muniz Freire	34.285.651,6	18.387
41º	Montanha	31.355.794,1	17.854
42º	Ibatiba	30.616.656,0	22.346
43º	Pancas	29.876.787,8	21.520
44º	João Neiva	29.658.700,1	15.808
45º	Marechal Floriano	25.722.917,3	14.249
46º	Vila Valério	25.675.523,0	13.830
47º	Alfredo Chaves	25.248.662,6	13.960
48º	Itaguaçu	24.900.382,1	14.134
49º	Iconha	23.654.172,1	12.514
50º	Boa Esperança	23.148.205,3	14.199
51º	Brejetuba	23.096.578,2	11.921
52º	Conceição do Castelo	22.486.339,8	11.686
53º	Santa Leopoldina	22.194.443,8	12.255
54º	Mantenópolis	21.578.111,9	13.600
55º	Ibiraçu	20.998.932,2	11.158
56º	Muqui	20.944.330,7	14.396
57º	Água Doce do Norte	20.379.679,8	9.517
58º	Irupi	20.303.188,1	11.729
59º	São José do Calçado	20.043.599,6	10.417
60º	Governador Lindenberg	19.499.048,7	10.874
61º	Marilândia	19.398.992,5	11.107
62º	Jerônimo Monteiro	19.358.793,5	10.888
63º	Itarana	19.230.532,7	10.881
64º	Água Branca	19.195.469,9	11.771
65º	Rio Novo do Sul	19.181.203,6	11.333
66º	Atilio Vivacqua	18.579.989,4	9.840
67º	Laranja da Terra	18.432.354,3	10.825
68º	São Roque do Canaã	17.670.814,1	11.287
69º	Ibitirama	17.210.615,0	8.964
70º	Vila Pavão	16.886.368,9	8.672
71º	São Domingos do Norte	16.671.464,7	8.016
72º	Bom Jesus do Norte	15.350.881,9	9.479
73º	Mucurici	15.309.733,6	5.672
74º	Apiaçá	14.627.912,9	7.513
75º	Ponto Belo	14.478.902,8	6.979
76º	Dores do Rio Preto	14.138.280,3	6.399
77º	Alto Rio Novo	13.187.143,3	7.303
78º	Divino de São Lourenço	10.469.098,4	4.515
TOTAL		6.248.649.182,9	3.512.672

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES), ainda não apreciados em plenário. População para 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Nota: ^areceita corrente ajustada dos efeitos do Fundef/Fundeb.

► Receita corrente^a per capita

Posição	Município	A / B	Receita corrente ^a (A) em R\$	População (B)
1º	Presidente Kennedy	13.653,8	140.839.434,0	10.315
2º	Anchieta	6.608,6	157.905.633,4	23.894
3º	Vitória	3.310,5	1.077.399.501,2	325.453
4º	Aracruz	2.761,1	225.706.778,4	81.746
5º	Mucurici	2.699,2	15.309.733,6	5.672
6º	Itapemirim	2.607,3	80.796.222,1	30.988
7º	Divino de São Lourenço	2.318,7	10.469.098,4	4.515
8º	Conceição da Barra	2.212,5	63.003.942,0	28.477
9º	Linhares	2.209,6	312.114.866,2	141.254
10º	Dores do Rio Preto	2.209,5	14.138.280,3	6.399
11º	Fundão	2.157,2	36.732.893,1	17.028
12º	Água Doce do Norte	2.141,4	20.379.679,8	9.517
13º	Rio Bananal	2.081,1	36.498.423,7	17.538
14º	São Domingos do Norte	2.079,8	16.671.464,7	8.016
15º	Ponto Belo	2.074,6	14.478.902,8	6.979
16º	Jaguaré	2.051,4	50.706.453,2	24.718
17º	Piúma	2.006,4	36.362.613,7	18.123
18º	Vila Pavão	1.947,2	16.886.368,9	8.672
19º	Apiaçá	1.947,0	14.627.912,9	7.513
20º	Vargem Alta	1.938,8	37.110.915,5	19.141
21º	Brejetuba	1.937,5	23.096.578,2	11.921
22º	Conceição do Castelo	1.924,2	22.486.339,8	11.686
23º	São José do Calçado	1.924,1	20.043.599,6	10.417
24º	Ibitirama	1.920,0	17.210.615,0	8.964
25º	Iconha	1.890,2	23.654.172,1	12.514
26º	Atilio Vivacqua	1.888,2	18.579.989,4	9.840
27º	Ibiraçu	1.882,0	20.998.932,2	11.158
28º	João Neiva	1.876,2	29.658.700,1	15.808
29º	Muniz Freire	1.864,7	34.285.651,6	18.387
30º	Vila Valério	1.856,5	25.675.523,0	13.830
31º	Santa Leopoldina	1.811,1	22.194.443,8	12.255
32º	Alfredo Chaves	1.808,6	25.248.662,6	13.960
33º	Alto Rio Novo	1.805,7	13.187.143,3	7.303
34º	Marechal Floriano	1.805,2	25.722.917,3	14.249
35º	Governador Lindenberg	1.793,2	19.499.048,7	10.874
36º	Jerônimo Monteiro	1.778,0	19.358.793,5	10.888
37º	Pinheiros	1.774,0	42.382.416,6	23.891
38º	Santa Teresa	1.771,4	38.642.483,5	21.815
39º	Itarana	1.767,3	19.230.532,7	10.881
40º	Itaguaçu	1.761,7	24.900.382,1	14.134
41º	Montanha	1.756,2	31.355.794,1	17.854
42º	Marilândia	1.746,6	19.398.992,5	11.107
43º	Ecoporanga	1.741,3	40.438.505,3	23.223
44º	Irupi	1.731,0	20.303.188,1	11.729
45º	Venda Nova do Imigrante	1.721,5	35.235.405,6	20.468
46º	Domingos Martins	1.705,6	54.277.963,5	31.824
47º	Laranja da Terra	1.702,8	18.432.354,3	10.825
48º	Rio Novo do Sul	1.692,5	19.181.203,6	11.333
49º	Serra	1.653,2	676.684.491,2	409.324
50º	Guaçuí	1.640,2	45.683.614,1	27.853
51º	Água Branca	1.630,7	19.195.469,9	11.771
52º	Boa Esperança	1.630,3	23.148.205,3	14.199
53º	Bom Jesus do Norte	1.619,5	15.350.881,9	9.479
54º	Alegre	1.589,7	48.938.012,2	30.784
55º	Mantenópolis	1.586,6	21.578.111,9	13.600
56º	Santa Maria de Jetibá	1.568,7	53.616.408,6	34.178
57º	São Roque do Canaã	1.565,6	17.670.814,1	11.287
58º	Mimoso do Sul	1.547,8	40.085.762,7	25.898
59º	Castelo	1.544,3	53.782.683,5	34.826
60º	Marataizes	1.528,4	52.190.423,0	34.147
61º	Baixo Guandu	1.524,7	44.348.412,2	29.086
62º	Colatina	1.507,8	168.565.769,8	111.794
63º	São Mateus	1.500,5	163.652.095,4	109.067
64º	Pedro Canário	1.492,9	35.513.832,4	23.789
65º	Nova Venécia	1.481,0	68.154.204,0	46.020
66º	Sooretama	1.479,0	35.288.747,8	23.860
67º	Afonso Cláudio	1.474,0	45.821.003,0	31.086
68º	São Gabriel da Palha	1.466,3	46.715.200,5	31.859
69º	Muqui	1.454,9	20.944.330,7	14.396
70º	Iúna	1.436,1	39.261.928,6	27.340
71º	Guarapari	1.434,3	150.923.156,5	105.227
72º	Pancas	1.388,3	29.876.787,8	21.520
73º	Ibatiba	1.370,1	30.616.656,0	22.346
74º	Barra de São Francisco	1.334,5	54.193.789,7	40.610
75º	Viana	1.329,4	86.408.887,1	64.999
76º	Cachoeiro de Itapemirim	1.205,7	228.932.877,3	189.878
77º	Vila Velha	1.203,0	498.551.620,1	414.420
78º	Cariacica	946,1	330.135.555,8	348.933
TOTAL		1.778,9	6.248.649.182,9	3.512.672

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES), ainda não apreciados em plenário. População para 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Nota: ^areceita corrente ajustada dos efeitos do Fundef/Fundeb.

► Despesa total - 2005-2010

Regiões e municípios	2005	2006	2007	2008	2009	2010	Variação 2010/2009	Partic. desp. total 2010	Desp. total per capita 2010
	em R\$ mil - IPCA médio de 2010						em %		em R\$
MS Noroeste	455.853,2	557.958,1	572.797,9	661.059,7	638.159,6	705.362,5	10,5	10,7	1.707,9
Água Doce do Norte	14.089,8	17.711,5	18.127,0	20.554,1	20.265,3	23.252,4	14,7	0,4	2.443,2
Água Branca	13.579,2	14.693,5	15.984,3	20.341,7	17.025,9	21.586,4	26,8	0,3	1.833,9
Alto Rio Novo	10.207,0	11.819,7	12.753,2	15.237,3	15.914,9	15.200,8	-4,5	0,2	2.081,5
Baixo Guandu	43.396,6	49.024,1	45.737,5	48.427,9	46.604,5	48.346,1	3,7	0,7	1.662,2
Barra de São Francisco	29.472,9	42.688,4	48.956,4	59.917,6	57.557,1	58.010,6	0,8	0,9	1.428,5
Boa Esperança	17.785,0	20.308,5	20.743,4	25.606,9	24.416,2	25.035,0	2,5	0,4	1.763,2
Colatina	122.213,2	141.016,5	156.320,1	159.444,3	161.964,0	178.836,1	10,4	2,7	1.599,7
Ecoporanga	26.660,1	32.799,0	31.009,0	38.975,9	38.023,3	41.274,4	8,6	0,6	1.777,3
Governador Lindenberg	15.545,0	18.694,1	18.277,4	22.833,9	19.649,7	21.963,5	11,8	0,3	2.019,8
Mantenópolis	15.929,7	17.172,9	18.644,5	22.265,1	19.728,6	23.342,3	18,3	0,4	1.716,3
Marilândia	14.030,7	18.903,0	16.956,2	19.203,6	18.839,9	21.680,5	15,1	0,3	1.952,0
Nova Venécia	45.090,3	56.986,2	55.661,2	68.375,8	71.037,2	76.289,2	7,4	1,2	1.657,7
Pancas	21.558,6	28.263,1	26.297,1	29.131,1	28.031,4	33.218,3	18,5	0,5	1.543,6
São Domingos do Norte	11.379,4	15.946,1	15.197,0	19.167,0	15.935,3	17.728,4	11,3	0,3	2.211,6
São Gabriel da Palha	24.877,0	34.969,7	32.588,0	44.340,7	40.962,3	54.326,4	32,6	0,8	1.705,2
Vila Pavão	11.585,4	16.699,3	17.961,9	18.492,6	17.379,9	17.668,1	1,7	0,3	2.037,4
Vila Valério	18.453,4	20.262,4	21.583,8	28.744,1	24.824,1	27.604,0	11,2	0,4	1.996,0
MS Litoral Norte	761.847,0	912.802,0	994.302,6	1.142.633,6	1.060.059,2	1.121.488,8	5,8	17,0	2.043,4
Aracruz	156.166,1	228.107,8	240.923,5	246.484,9	230.139,0	215.477,0	-6,4	3,3	2.635,9
Conceição da Barra	39.878,0	40.138,1	46.486,2	53.074,8	50.100,7	61.020,5	21,8	0,9	2.142,8
Fundão	19.534,6	26.478,1	32.269,9	36.753,7	34.320,7	35.268,2	2,8	0,5	2.071,2
Ibiraçu	15.695,0	18.896,2	21.318,4	22.524,6	21.554,0	23.517,8	9,1	0,4	2.107,7
Jaguare	54.877,3	50.253,8	51.713,5	55.649,6	49.224,0	50.861,7	3,3	0,8	2.057,7
João Neiva	22.700,1	29.943,2	30.386,5	35.318,2	30.396,7	31.212,3	2,7	0,5	1.974,5
Linhares	193.458,3	214.266,9	240.464,6	316.397,1	281.533,6	320.544,5	13,9	4,9	2.269,3
Montanha	22.294,3	26.910,3	29.295,3	34.405,9	30.024,1	32.838,3	9,4	0,5	1.839,3
Mucurici	11.241,8	13.336,5	15.641,9	15.440,6	13.748,1	17.714,2	28,8	0,3	3.123,1
Pedro Canário	24.575,7	23.171,7	31.426,9	31.001,8	32.556,4	36.670,8	12,6	0,6	1.541,5
Pinheiros	25.777,0	31.739,4	42.200,8	50.031,0	37.785,7	42.377,1	12,2	0,6	1.773,8
Ponto Belo	13.283,1	13.764,9	12.954,4	16.857,9	14.838,5	16.764,7	13,0	0,3	2.402,2
Rio Bananal	21.766,5	25.093,3	26.714,9	34.764,1	33.391,5	36.070,2	8,0	0,5	2.056,7
São Mateus	119.439,5	138.353,2	143.132,5	158.056,0	166.044,6	165.420,2	-0,4	2,5	1.516,7
Sooretama	21.159,6	32.348,7	29.373,6	35.873,3	34.401,5	35.731,7	3,9	0,5	1.497,6
MS Central	403.250,2	500.625,7	557.206,2	644.838,2	616.752,5	685.376,7	11,1	10,4	2.165,9
Afonso Cláudio	29.880,9	34.765,6	38.429,2	43.209,0	42.308,7	51.205,2	21,0	0,8	1.647,2
Alfredo Chaves	14.269,9	19.395,2	23.229,8	28.661,1	28.834,4	26.306,0	-8,8	0,4	1.884,4
Anchieta	57.924,5	79.182,3	103.028,9	119.256,2	114.482,9	136.439,1	19,2	2,1	5.710,2
Brejetuba	15.150,3	17.954,9	21.011,8	24.179,8	22.790,4	27.461,5	20,5	0,4	2.303,6
Conceição do Castelo	16.828,7	23.491,6	25.338,4	24.518,2	23.262,2	28.193,8	21,2	0,4	2.412,6
Domingos Martins	38.278,1	46.166,9	43.915,3	51.140,5	53.937,5	57.636,1	6,9	0,9	1.811,1
Iconha	17.773,7	20.644,5	23.030,9	28.848,8	23.467,6	25.866,1	10,2	0,4	2.067,0
Itaguaçu	16.878,8	21.838,6	24.240,4	26.665,5	24.018,5	29.771,9	24,0	0,5	2.106,4
Itarana	12.588,9	18.643,8	17.532,4	23.576,7	19.278,2	19.653,7	1,9	0,3	1.806,2
Laranja da Terra	13.569,8	16.160,2	17.390,5	21.288,6	19.156,4	19.312,1	0,8	0,3	1.784,0
Marechal Floriano	19.861,2	24.384,8	25.994,5	28.384,5	27.507,1	26.341,1	-4,2	0,4	1.848,6
Piuma	20.136,7	24.547,1	25.305,6	27.907,5	28.865,5	36.533,8	26,6	0,6	2.015,9
Rio Novo do Sul*	13.255,6	15.619,3	15.349,2	18.132,8	17.137,8	19.338,1	12,8	0,3	1.706,3
Santa Leopoldina	17.672,3	19.972,1	21.593,2	27.598,8	24.864,0	23.423,4	-5,8	0,4	1.911,3
Santa Maria de Jetibá	35.187,3	40.499,6	45.703,7	53.446,1	51.673,2	55.578,3	7,6	0,8	1.626,1
Santa Teresa	27.070,4	33.261,3	36.100,6	41.816,9	42.286,9	41.510,3	-1,8	0,6	1.902,8
São Roque do Canaã	11.304,7	14.647,7	15.213,1	18.842,2	18.574,1	20.808,6	12,0	0,3	1.843,6
Venda Nova do Imigrante	25.618,5	29.450,1	34.798,8	37.364,9	34.307,3	39.997,5	16,6	0,6	1.954,1
Região Metropolitana	1.693.981,7	2.128.897,8	2.668.681,3	2.859.796,9	2.900.905,1	3.079.933,9	6,2	46,7	1.846,1
Cariacica	174.563,9	192.647,9	269.990,2	270.457,7	281.088,0	324.659,0	15,5	4,9	930,4
Guarapari	86.594,1	105.641,4	108.721,4	105.681,7	137.426,4	164.475,2	19,7	2,5	1.563,1
Serra	412.225,2	525.964,9	607.154,1	688.178,4	711.603,5	687.099,9	-3,4	10,4	1.678,6
Viana	59.299,1	82.110,4	78.949,5	88.923,5	90.426,8	93.800,1	3,7	1,4	1.443,1
Vila Velha	289.902,7	353.967,5	393.973,3	502.977,3	453.870,0	570.597,0	25,7	8,6	1.376,9
Vitória	671.396,7	868.565,7	1.209.892,8	1.203.578,3	1.226.490,4	1.239.302,8	1,0	18,8	3.807,9
MS Sul	603.436,5	696.345,0	781.071,4	952.377,1	880.835,7	1.021.597,6	16,0	15,4	1.804,8
Alegre	34.581,4	38.324,1	44.014,4	51.428,7	51.123,1	56.839,5	11,2	0,9	1.846,4
Apiaçá	10.849,4	12.296,2	13.800,7	16.175,0	14.168,5	13.286,1	-6,2	0,2	1.768,4
Atílio Vivacqua	15.199,8	16.273,4	16.751,0	19.477,3	20.025,9	20.751,2	3,6	0,3	2.108,9
Bom Jesus do Norte	10.406,4	12.068,6	12.680,1	17.595,9	14.878,7	16.669,2	12,0	0,3	1.758,5
Cachoeiro de Itapemirim	162.011,8	169.964,1	203.021,8	247.129,7	211.313,7	230.890,9	9,3	3,5	1.216,0
Castelo	37.922,0	43.256,6	50.285,0	55.535,6	53.337,7	55.782,0	4,6	0,8	1.601,7
Divino de São Lourenço	8.189,1	9.615,1	10.437,1	11.617,5	10.147,9	10.898,7	7,4	0,2	2.413,9
Dores do Rio Preto	9.595,3	10.334,3	12.202,0	13.184,3	12.176,8	13.164,3	8,1	0,2	2.057,2
Guaçu	25.147,6	33.047,3	38.687,0	47.822,7	47.480,1	53.118,6	11,9	0,8	1.907,1
Ibatiba	21.450,6	27.217,0	28.106,6	30.874,9	29.007,2	33.571,8	15,7	0,5	1.502,4
Ibitirama	12.037,5	14.250,7	16.142,3	19.227,1	15.163,0	16.957,6	11,8	0,3	1.891,7
Irupi	13.240,0	16.795,4	17.106,0	19.113,5	18.113,5	20.715,6	14,4	0,3	1.766,2
Itapemirim	46.414,8	54.740,0	56.921,3	76.324,4	67.806,5	76.236,8	12,4	1,2	2.460,2
Júna	24.660,8	32.082,4	34.675,3	38.674,3	35.884,9	43.507,5	21,2	0,7	1.591,3
Jerônimo Monteiro	13.050,2	16.534,6	15.919,3	18.423,2	17.200,5	20.408,6	18,7	0,3	1.874,4
Marataizes	23.437,2	30.025,4	36.375,7	47.024,2	42.600,6	54.322,2	27,5	0,8	1.590,8
Mimoso do Sul	28.060,1	34.333,6	35.322,3	39.579,2	39.870,5	41.886,2	5,1	0,6	1.617,4
Muniz Freire	20.528,9	27.492,4	29.865,0	35.112,4	34.652,9	37.096,9	7,1	0,6	2.017,6
Muqui	16.016,0	17.888,9	20.599,6	23.549,4	22.276,2	19.868,4	-10,8	0,3	1.380,1
Presidente Kennedy	31.689,6	31.663,7	39.272,6	68.473,2	62.873,3	124.708,9	98,3	1,9	12.090,1
São José do Calçado	14.628,8	20.280,8	18.964,7	21.804,2	21.133,4	22.027,3	4,2	0,3	2.114,6
Vargem Alta	24.318,9	27.860,6	29.921,5	34.230,1	39.600,7	38.889,5	-1,8	0,6	2.031,7
TOTAL	3.918.368,5	4.796.628,6	5.574.059,5	6.260.705,5	6.096.712,2	6.613.759,4	8,5	100,0	1.882,8

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES), ainda não apreciados em plenário. Nota: *os dados de 2009 do município não incluem dados de seu legislativo.

EM LINHARES É ASSIM: A PREFEITURA INVESTE E A CIDADE CRESCE JUNTO COM A QUALIDADE DE VIDA DOS LINHARENSES.

TRABALHO E INCLUSÃO SOCIAL

Cidade capixaba que mais gerou empregos em maio e abril deste ano.

- O Programa de Qualificação e Capacitação, PIQ, contribui para a geração de renda e a qualidade de vida das famílias: R\$ 3 milhões em investimentos, 5 mil pessoas beneficiadas.
- Atração de empresas – Weg, Tecnotêxtil, Linhares Geração, shoppings, fábrica de processamento de cacau.

EDUCAÇÃO

Ensino nota 10.

- Todas as crianças de 0 a 5 anos na escola.
- 15 novas escolas e 44 reformadas, em 2 anos.
- Merenda escolar de qualidade.
- Boletim on-line.

ESPORTE, LAZER E CULTURA

Mais opções para todas as idades.

- Nova Praça 22 de Agosto.
- Nova Biblioteca Pública, informatizada.
- Centro Cultural Nice Avanza – incentivo à música, cultura e teatro.
- 3 estádios inaugurados. Mais 10 serão construídos.
- 1º Campo Público de Futebol Soçaite.
- Complexo esportivo com academia ao ar livre.
- Realização de passeios ciclísticos e torneios.

MEIO AMBIENTE

Crescimento responsável.

- Estação de Tratamento de Esgoto.
- Semana do Meio Ambiente – educação ambiental e mobilização.
- Licenciamento ambiental – emissão de licenças pelo município.

INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE URBANA

Ações que a cidade precisa.

- Projeto Linhares 100% infraestrutura.
- Ponte Shell – Interlagos.
- Melhorias no trânsito – nova sinalização, mais segurança para motoristas, pedestres e ciclistas.

SEGURANÇA

Ações preventivas.

- Câmeras de videomonitoramento.
- Campanha Antidrogas, Projeto Brincando na Praça.
- Capacitação da Guarda Municipal.

SAÚDE

Ampliação do atendimento.

- Nova frota de ambulâncias.
- 2 Unidades de Saúde da Família em construção.
- Pronto atendimento.
- 7 Unidades de Saúde da Família com funcionamento até as 21h.

www.linhares.es.gov.br

► Resultado orçamentário^a - 2005-2010

Regiões e municípios	2005	2006	2007	2008	2009	2010	Resultado 2010 / Rec. total ^b 2010	Ativo financeiro – Passivo financeiro	
	em R\$ mil - IPCA médio de 2010							2009	2010
								em R\$ mil - IPCA médio de 2010	
MS Noroeste	30.615,1	-7.033,6	13.613,0	12.889,1	2.559,1	-441,5	-0,1	69.416,3	67.330,7
Água Doce do Norte	757,1	0,6	-916,7	964,7	48,5	803,5	3,3	1.191,6	1.941,1
Água Branca	1.209,1	1.888,8	200,5	116,7	1.340,6	779,2	3,5	5.630,9	6.255,0
Alto Rio Novo	242,5	0,5	1,1	257,3	-2.279,3	-38,8	-0,3	-310,3	-1.659,4
Baixo Guandu	-611,4	-4.798,8	0,3	2.431,3	-1.591,6	-241,2	-0,5	3.128,0	2.700,4
Barra de São Francisco	6.996,5	329,0	1.146,9	146,2	-3.504,4	132,4	0,2	322,9	1.770,9
Boa Esperança	2.051,7	-530,2	1.858,7	1.104,3	237,2	1.060,1	4,1	5.642,2	6.266,2
Colatina	3.795,7	764,5	1.514,4	3.961,4	3.841,2	104,0	0,1	17.740,9	17.616,3
Ecoporanga	2.751,9	-1.100,8	2.222,8	-710,5	-1.200,2	828,3	2,0	3.551,3	4.339,2
Governador Lindenberg	1.091,5	-1.591,7	155,0	-1.613,8	316,7	1.333,7	5,7	-456,2	935,3
Mantenópolis	-191,2	1.006,0	1.523,5	-628,2	1.245,9	1.645,4	6,6	3.429,7	4.987,3
Marilândia	496,2	-927,5	-136,2	9,7	1.106,1	-901,8	-4,3	1.643,4	764,3
Nova Venécia	4.141,8	-57,4	3.682,9	3.751,0	-2.609,9	-5.732,4	-8,1	8.779,7	2.937,4
Pancas	1.801,2	669,7	273,4	2.988,4	1.234,0	15,2	0,0	5.192,8	4.956,4
São Domingos do Norte	1.343,8	-2.218,5	153,2	-630,7	204,8	319,4	1,8	694,7	1.149,6
São Gabriel da Palha	3.975,3	-1.184,9	3.062,5	1.834,8	3.776,3	-1.814,9	-3,5	12.695,4	10.250,5
Vila Pavão	257,3	552,9	-1.870,5	53,3	157,7	1.051,8	5,6	73,0	1.329,3
Vila Valério	506,2	164,3	741,1	-1.146,9	235,7	214,6	0,8	466,3	790,7
MS Litoral Norte	37.449,7	20.605,2	6.027,6	82.009,1	4.689,0	38.261,6	3,3	162.481,7	150.047,9
Aracruz	39.014,4	4.682,7	-1.461,1	20.293,3	6.550,6	13.738,6	6,0	77.121,5	19.599,0
Conceição da Barra	-1.503,0	2.011,7	4.054,5	2.323,9	-1.821,8	3.805,0	5,9	3.005,7	19.943,1
Fundão	1.287,3	560,8	-1.572,3	174,7	-3.436,3	2.752,9	7,2	-2.666,6	199,4
Ibiraçu	2.075,4	1.246,7	1.023,0	2.273,7	954,8	719,7	3,0	9.984,5	10.329,8
Jaguare	-3.114,9	3.583,0	-2.440,7	1.438,2	882,4	565,5	1,1	2.592,2	3.260,0
João Neiva	3.073,5	346,6	1.514,3	1.188,9	1.252,4	1.246,1	3,8	8.374,1	8.978,1
Linhares	-7.942,4	1.351,7	471,3	20.642,1	1.817,5	9.512,6	2,9	35.003,6	46.405,4
Montanha	1.513,2	1.875,2	-1.596,8	-1.354,5	527,9	-517,1	-1,6	1.329,4	2.336,0
Mucurici	678,4	1.730,9	-1.212,6	547,1	720,6	-1.773,5	-11,1	3.029,1	1.778,5
Pedro Canário	-3.408,1	2.443,5	-2.931,7	2.816,0	1.316,2	2.799,2	7,1	-996,2	766,5
Pinheiros	-112,1	1.722,7	1.550,2	-1.238,0	-240,1	8,2	0,0	1.566,7	1.499,7
Ponto Belo	80,8	102,1	1.405,6	-301,7	587,5	-256,4	-1,6	766,3	1.176,2
Rio Bananal	3.247,1	2.071,9	4.719,2	2.076,9	3.921,5	3.670,9	9,2	20.715,9	24.262,5
São Mateus	1.493,7	-745,9	1.047,1	31.031,6	-7.081,7	1.015,9	0,6	515,6	6.027,8
Sooretama	1.066,4	-2.378,5	1.457,4	96,8	-1.262,4	974,1	2,7	2.139,9	3.485,8
MS Central	24.897,4	20.390,0	18.368,7	5.382,1	2.102,4	36.221,1	5,0	89.244,1	136.257,2
Afonso Cláudio	1.384,4	1.317,3	-190,6	130,2	96,1	2.080,4	3,9	3.451,9	5.710,4
Alfredo Chaves	1.150,3	1.231,8	-192,8	917,5	-1.916,1	1.061,8	3,9	1.199,4	2.212,3
Anchieta	7.698,4	6.819,2	9.298,7	-4.872,9	7.295,7	25.334,8	15,7	24.455,0	56.997,2
Brejetuba	-28,5	15,1	472,0	-434,5	-642,6	-641,4	-2,4	685,8	-211,6
Conceição do Castelo	2.014,4	-961,6	-2.284,6	2.853,7	15,7	180,3	0,6	3.334,5	3.772,0
Domingos Martins	3.115,7	2.546,5	5.533,4	5.514,7	-1.810,1	2.426,0	4,0	20.143,9	23.679,1
Iconha	-1.396,5	2.617,6	2.145,9	-1.474,7	751,5	508,4	1,9	4.375,5	4.722,1
Itaguaçu	1.734,5	1.225,1	148,8	1.286,5	164,1	-1.821,1	-6,5	5.350,6	3.360,1
Itarana	1.442,9	-325,2	-79,8	-1.534,6	1.360,9	401,5	2,0	1.761,8	2.078,8
Laranja da Terra	916,8	390,2	603,9	-626,2	25,4	1.084,1	5,3	1.210,7	2.245,2
Marechal Floriano	513,1	464,4	16,1	-585,2	-818,3	216,8	0,8	109,9	321,4
Piúma	345,3	104,1	1.794,5	383,4	1.773,9	606,1	1,6	4.514,2	6.168,1
Rio Novo do Sul ^c	99,4	-653,3	226,1	290,6	312,2	-156,8	-0,8	-532,9	-378,6
Santa Leopoldina	1.109,5	28,6	696,4	-1.345,1	-2.284,1	1.069,6	4,4	-1.245,1	106,3
Santa Maria de Jetibá	2.013,4	54,5	1.739,9	4.950,6	2.327,1	2.744,9	4,7	13.752,5	16.819,3
Santa Teresa	2.365,3	3.627,4	-127,4	162,2	-5.074,6	386,1	0,9	3.388,9	4.216,4
São Roque do Canaã	1.198,7	354,2	70,3	176,4	519,2	581,3	2,7	2.387,9	2.854,7
Venda Nova do Imigrante	-779,8	1.533,9	-1.502,2	-410,5	6,2	158,3	0,4	899,6	1.584,0
Região Metropolitana	185.375,5	65.683,2	-108.579,6	73.667,2	-59.884,3	12.804,9	0,4	450.112,2	389.406,8
Cariacica	15.293,1	31.145,7	-2.772,7	34.715,1	43.678,1	17.823,7	5,2	89.322,9	102.881,5
Guarapari	6.510,1	3.108,7	11.807,1	33.415,1	4.969,7	188,6	0,1	27.555,3	26.918,4
Serra	17.596,5	14.386,4	-8.921,8	13.450,0	-36.584,0	20.438,5	2,9	97.683,0	9.408,9
Viana	6.205,5	15,7	673,7	1.177,4	1.657,7	478,2	0,5	13.790,2	13.902,6
Vila Velha	17.477,4	3.081,9	1.940,6	-12.647,6	19.530,8	-9.247,5	-1,6	46.191,1	49.564,0
Vitória	122.292,8	13.944,8	-111.306,5	3.557,1	-93.136,6	-16.876,5	-1,4	175.569,7	186.731,4
MS Sul	-211,0	9.157,0	14.536,7	51.551,7	61.099,0	46.515,0	4,4	201.590,7	240.983,4
Alegre	-3,5	4.550,8	313,7	149,6	3.254,6	-2.407,9	-4,4	6.614,9	4.165,0
Apicá	421,8	-297,6	715,0	-556,7	0,2	1.899,3	12,5	482,4	2.358,7
Atilio Vivácqua	325,0	-97,1	223,6	18,5	7,1	17,4	0,1	753,4	-100,0
Bom Jesus do Norte	543,2	157,6	9,1	-550,5	137,0	364,8	2,1	319,6	854,7
Cachoeiro de Itapemirim	-11.931,5	1.279,0	7.142,1	-2.471,0	18.992,2	14.751,9	6,0	61.628,8	75.884,0
Castelo	1.228,0	-455,7	-2.726,9	4.492,2	0,0	5,1	0,0	7.372,2	7.026,5
Divino de São Lourenço	2,7	369,0	-227,3	102,3	-342,3	169,1	1,5	16,7	84,5
Dores do Rio Preto	497,8	1.200,4	312,7	1.344,5	652,9	974,0	6,9	5.364,8	6.083,6
Guaçu	664,5	-1.426,2	-550,5	1.182,2	-1.374,0	-3.697,5	-7,5	3.878,7	-57,9
Ibatiba	1.115,1	-1.154,7	-1.997,9	-172,0	332,8	2.765,4	7,6	-934,3	2.274,3
Ibitirama	396,7	526,2	1.606,2	-1.361,3	-215,5	901,3	5,0	1.283,3	2.148,6
Irupi	189,9	-1.382,4	-576,6	227,6	-193,5	878,6	4,1	-591,7	315,3
Itapemirim	2.017,0	1.760,1	8.689,2	3.137,4	377,6	10.190,2	11,8	20.373,3	28.004,7
Júna	1.513,8	611,1	-1.022,9	39,8	436,5	-70,2	-0,2	894,0	780,9
Jerônimo Monteiro	-824,9	-136,2	982,5	1.489,5	1.071,8	402,4	1,9	3.452,7	3.746,3
Marataizes	1.581,9	545,3	1.641,0	91,2	3.012,0	197,8	0,4	6.302,0	6.193,5
Mimoso do Sul	77,3	86,4	1.058,7	647,4	-1.450,7	248,4	0,6	-1.218,4	-873,8
Muniz Freire	1.003,8	461,3	124,2	2.046,8	0,5	446,6	1,2	3.392,7	3.885,7
Muqui	10,2	419,0	-493,1	268,9	-2.431,9	1.802,1	8,3	-652,3	1.871,6
Presidente Kennedy	-1.887,4	-1.834,4	-792,5	37.443,2	40.602,1	16.300,1	11,6	76.923,3	90.339,6
São José do Calçado	714,9	1.639,7	210,4	166,1	177,1	332,7	1,5	1.601,8	1.771,7
Vargem Alta	2.132,8	2.335,2	-104,1	3.816,0	-1.947,4	43,3	0,1	4.332,9	4.225,7
TOTAL	278.126,7	108.801,7	-56.033,6	225.499,2	10.565,2	133.361,2	2,0	972.845,0	984.026,0

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES), ainda não apreciados em plenário. Notas: ^aequivala à receita total menos a despesa total, ajustadas dos efeitos do Fundef/Fundeb. ^breceita total ajustada dos efeitos do Fundef/Fundeb (ver "Notas metodológicas", na página 4). ^cos dados de 2009 do município não incluem dados de seu legislativo.

FOZ DO BRASIL.

COMPROMISSO COM O ESPÍRITO SANTO. COMPROMISSO COM VOCÊ.

A Foz do Brasil é uma empresa da Organização Odebrecht dedicada a investir e operar ativos ambientais em três segmentos: **Água** - com Concessões Públicas de Saneamento Básico, **Indústria** - através da Terceirização de Centrais de Utilidades e **Ambiental** - realizando o Diagnóstico e remediação de áreas contaminadas, monitoramento de águas superficiais e subterrâneas e valorização energética dos resíduos sólidos urbanos.

Atende mais de 4,7 milhões de pessoas no Brasil, nos Estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro, Espírito Santo, São Paulo, Bahia, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Aqui, no Espírito Santo, é responsável pelos serviços de água e esgoto de Cachoeiro de Itapemirim e, em parceria com a CESAN, opera os sistemas de esgotamento sanitário da Grande Vitória.

Com tecnologia de ponta e profissionais capacitados, a Foz do Brasil tem o compromisso com a universalização dos serviços de saneamento do País, que tem relação direta com o desenvolvimento, saúde e qualidade de vida para você e sua família.



► Quadro comparativo da receita e da despesa - 2010

em R\$ mil

Regiões e municípios	Receita total ^a	Receita tributária	ISS	IPU	IRRF	ITBI	Taxas	FPM	QPM-ICMS	Despesa total	Pessoal ^b	Custeio ^c	Investimentos ^d	População 2010 - IBGE
MS Noroeste	704.921,0	39.949,9	20.155,8	4.027,8	6.859,2	4.223,6	4.678,1	156.785,8	194.713,4	705.362,5	332.098,7	267.783,6	92.207,6	413.001
Água Doce do Norte	24.055,8	861,2	367,1	90,0	236,1	128,4	39,5	6.271,4	5.627,5	23.252,4	11.534,3	6.302,6	5.179,8	9.517
Água Branca	22.365,6	552,7	290,5	24,4	147,4	40,5	49,8	4.703,6	6.800,3	21.586,4	10.034,7	6.663,6	4.670,4	11.771
Alto Rio Novo	15.162,0	177,5	81,4	18,5	11,6	40,1	26,0	4.703,6	4.824,6	15.200,8	7.994,2	5.246,9	1.556,6	7.303
Baixo Guandu	48.104,8	2.397,9	982,9	313,2	449,9	242,9	408,2	10.975,0	12.604,7	48.346,1	23.464,2	19.953,7	4.225,2	29.086
Barra de São Francisco	58.143,0	4.470,3	1.901,2	493,5	1.044,3	376,6	652,1	14.110,7	15.107,6	58.010,6	28.563,0	25.494,1	3.503,9	40.610
Boa Esperança	26.095,1	816,6	329,5	68,1	176,3	144,0	98,7	6.271,4	6.423,2	25.035,0	12.586,7	7.908,1	4.061,3	14.199
Colatina	178.940,1	16.485,0	10.021,2	2.054,2	1.424,4	1.487,5	1.497,7	25.085,7	41.219,4	178.836,1	82.451,9	70.573,5	19.584,8	111.794
Ecoporanga	42.102,7	1.185,1	438,5	21,2	307,3	320,7	97,4	10.975,0	15.012,3	41.274,4	20.670,1	14.255,7	5.554,3	23.223
Governador Lindenberg	23.297,2	781,8	382,2	24,6	220,4	69,5	85,1	6.271,4	8.340,3	21.963,5	9.780,9	7.579,8	4.582,6	10.874
Mantenópolis	24.987,7	762,3	294,7	87,9	187,0	105,0	87,8	6.271,4	5.119,1	23.342,3	10.788,3	8.908,8	3.251,7	13.600
Marilândia	20.778,7	626,7	232,6	15,0	261,3	82,7	35,1	6.271,4	7.325,4	21.680,5	10.085,2	8.269,7	3.261,4	11.107
Nova Venécia	70.556,9	4.630,7	2.239,2	402,7	845,3	687,1	456,4	15.678,6	18.817,3	76.289,2	39.792,1	29.325,1	5.930,3	46.020
Pancas	33.233,4	1.289,8	452,6	110,3	429,9	119,9	177,1	9.407,1	8.735,7	33.218,3	15.321,4	11.812,7	5.279,3	21.520
São Domingos do Norte	18.047,9	546,6	372,7	29,3	25,4	67,9	49,4	4.703,6	7.369,2	17.728,4	8.712,5	6.657,1	2.344,7	8.016
São Gabriel da Palha	52.511,6	2.730,2	850,7	226,3	732,4	235,9	685,0	12.542,9	13.295,5	54.326,4	22.010,0	18.618,0	13.022,5	31.859
Vila Pavão	18.720,0	385,1	156,9	38,1	69,7	34,4	85,9	4.703,6	6.728,1	17.668,1	7.846,7	7.082,4	2.506,3	8.672
Vila Valério	27.818,6	1.250,4	761,8	10,6	290,6	40,5	146,9	7.839,3	11.363,4	27.604,0	10.462,5	13.132,0	3.692,7	13.830
MS Litoral Norte	1.159.750,4	150.754,2	116.559,9	5.907,8	13.833,2	6.283,6	7.590,1	174.032,2	292.001,8	1.121.488,8	556.826,0	424.820,5	122.437,2	548.839
Aracruz	229.215,6	46.811,0	41.255,2	1.515,9	2.671,8	149,4	1.218,7	20.382,2	75.313,4	215.477,0	109.455,9	87.114,9	13.936,3	81.746
Conceição da Barra	64.825,5	9.567,2	8.301,3	197,9	720,6	227,1	120,3	10.975,0	15.253,8	61.020,5	32.481,1	16.889,4	10.938,8	28.477
Fundão	38.021,0	4.870,6	3.166,2	274,0	222,7	282,6	925,1	7.839,3	5.901,7	35.268,2	19.945,4	13.709,1	930,4	17.028
Ibiraçu	24.237,4	1.829,9	1.266,8	115,8	190,4	112,6	144,3	6.271,4	5.715,9	23.517,8	11.496,8	8.395,7	3.137,7	11.158
Jaguaré	51.427,2	3.313,2	2.300,9	100,6	614,8	171,7	125,2	9.407,1	16.161,2	50.861,7	24.478,8	22.974,7	2.482,1	24.718
João Neiva	32.458,4	1.644,6	729,7	118,1	247,5	123,0	426,4	7.839,3	7.021,8	31.212,3	12.879,9	15.670,0	2.401,5	15.808
Linhares	330.057,1	50.137,8	38.469,2	2.601,7	4.822,8	2.521,7	1.722,5	28.221,4	76.090,3	320.544,5	147.706,2	123.204,2	45.182,4	141.254
Montanha	32.321,1	1.746,2	1.257,1	20,7	209,3	180,7	78,3	9.407,1	9.732,3	32.838,3	14.902,1	13.692,8	3.804,5	17.854
Mucurici	15.940,7	433,1	253,8	18,9	134,1	16,6	9,8	4.703,6	5.244,9	17.714,2	6.932,8	6.330,1	4.288,5	5.672
Pedro Canário	39.469,9	1.649,4	1.467,6	24,1	59,4	1,1	97,2	10.975,0	7.485,6	36.670,8	17.506,5	11.046,0	7.426,1	23.789
Pinheiros	42.385,3	3.208,6	1.267,7	60,0	621,3	412,6	267,4	10.975,0	11.195,6	42.377,1	22.808,4	16.110,0	3.015,2	23.891
Ponto Belo	16.508,3	444,9	226,7	32,0	105,6	48,8	31,9	4.703,6	4.441,6	16.764,7	7.566,5	5.991,0	3.190,4	6.979
Rio Bananal	39.741,1	1.104,8	283,7	134,8	506,9	113,0	66,4	9.407,1	11.929,3	36.070,2	18.359,0	12.149,6	5.250,8	17.538
São Mateus	166.436,1	23.089,7	15.908,0	661,0	2.411,3	1.874,5	2.235,0	23.517,9	31.052,1	165.420,2	91.714,6	58.337,3	12.744,7	109.067
Sooretama	36.705,7	903,1	406,2	32,2	294,9	48,1	121,7	9.407,1	9.462,1	35.731,7	18.592,0	13.205,7	3.707,9	23.860
MS Central	721.597,8	67.574,6	47.540,8	5.842,9	5.306,5	3.936,3	4.175,2	147.378,6	227.656,3	685.376,7	305.285,6	261.566,8	107.113,3	316.433
Afonso Cláudio	53.285,6	1.973,6	1.019,1	305,4	320,2	219,8	109,2	12.542,9	12.095,9	51.205,2	23.436,7	18.798,9	8.392,2	31.086
Alfredo Chaves	27.367,8	1.891,1	1.244,1	163,0	135,6	162,1	186,3	7.839,3	7.648,3	26.306,0	10.441,1	11.571,6	3.502,3	13.960
Anchieta	161.773,9	36.815,4	32.197,5	2.116,2	1.183,0	741,6	577,1	9.407,1	73.520,0	136.439,1	55.866,4	54.941,4	22.836,1	23.894
Brejo da Suba	26.820,1	677,3	491,8	58,4	62,6	44,2	20,3	6.271,4	9.225,3	27.461,5	10.140,9	10.871,3	6.181,3	11.921
Conceição do Castelo	28.374,1	1.178,1	363,4	167,0	269,9	103,0	89,1	6.271,4	7.921,4	28.193,8	11.933,1	8.413,6	7.446,3	11.686
Domingos Martins	60.062,1	3.817,7	2.267,3	366,8	357,8	485,3	340,6	12.542,9	16.052,9	57.636,1	25.948,5	22.160,5	8.518,7	31.824
Iconha	26.374,5	1.488,6	679,2	218,1	173,2	90,6	327,5	6.271,4	6.114,5	25.866,1	13.721,5	8.874,5	2.766,1	12.514

Regiões e municípios	Receita total ^a	Receita tributária	ISS	IPJU	IRRF	ITBI	Taxas	FPM	QPM-ICMS	Despesa total	Pessoal ^b	Custeio ^c	Investimentos ^d	População 2009 - IBGE
Itaguaçu	27.950,9	1.336,6	523,0	153,6	183,5	263,0	213,5	7.839,3	7.055,3	29.771,9	12.309,1	10.816,2	6.316,8	14.134
Itarana	20.055,2	768,4	266,6	76,5	143,1	61,0	221,1	6.271,4	5.589,6	19.653,7	8.967,7	8.545,2	2.070,2	10.881
Laranja da Terra	20.396,3	787,4	271,5	31,0	301,3	113,0	70,6	6.271,4	6.042,0	19.312,1	9.657,6	6.986,7	2.419,8	10.825
Marechal Floriano	26.557,9	1.910,4	997,9	136,5	353,7	216,1	206,2	6.271,4	8.899,7	26.341,1	14.704,7	8.612,7	2.699,9	14.249
Pluma	37.139,9	4.961,3	2.570,5	1.022,1	436,4	305,6	478,1	9.407,1	3.291,6	36.533,8	16.850,9	13.644,9	4.801,8	18.123
Rio Novo do Sul	19.181,2	814,8	449,0	122,4	35,4	58,3	149,7	6.271,4	5.181,1	19.338,1	10.828,7	5.855,1	2.483,8	11.333
Santa Leopoldina	24.493,1	1.270,5	663,9	26,5	357,4	188,7	34,0	6.271,4	7.273,1	23.423,4	12.378,6	8.157,9	2.262,9	12.255
Santa Maria de Jetibá	58.323,2	2.324,2	1.272,2	160,4	358,3	222,9	310,4	12.542,9	22.096,2	55.578,3	26.220,8	21.531,8	6.744,8	34.178
Santa Teresa	41.896,4	2.218,4	906,1	382,5	272,9	326,5	330,4	9.407,1	9.949,3	41.510,3	19.923,1	16.181,5	4.687,4	21.815
São Roque do Canaã	21.389,9	653,3	327,7	49,3	170,5	54,5	51,3	6.271,4	6.040,7	20.808,6	7.731,9	7.978,7	4.954,5	11.287
Venda Nova do Imigrante	40.155,8	2.687,7	1.030,1	287,2	191,8	280,2	459,8	9.407,1	13.659,2	39.997,5	14.224,2	17.624,2	8.028,4	20.468
Região Metropolitana	3.092.738,8	803.906,7	505.207,5	92.449,7	62.287,6	78.246,2	65.715,7	235.231,1	880.156,0	3.079.933,9	1.424.426,3	1.039.065,2	552.908,2	1.668.356
Cariacica	342.482,6	56.673,2	38.635,7	6.188,8	4.551,1	2.233,4	5.064,2	40.450,6	67.527,9	324.659,0	151.571,8	112.738,9	51.431,6	348.933
Guarapari	164.663,8	38.039,6	9.585,1	11.510,8	1.949,7	7.293,2	7.700,7	25.085,7	14.920,5	164.475,2	76.010,1	49.863,9	36.685,9	105.227
Serra	707.538,4	157.335,4	102.256,6	13.156,7	16.800,4	14.627,5	10.494,2	40.450,6	275.469,6	687.099,9	327.682,2	212.040,2	132.874,4	409.324
Viana	94.278,2	12.380,3	8.274,2	856,9	1.569,2	751,6	928,5	17.246,4	17.649,4	93.800,1	53.414,9	31.162,4	7.732,0	64.999
Vila Velha	561.349,5	167.703,2	91.135,5	20.664,5	7.556,9	25.885,6	22.460,8	40.450,6	112.698,5	570.597,0	235.090,1	206.411,9	112.135,4	414.420
Vitória	1.222.426,3	371.775,0	255.320,4	40.072,1	29.860,3	27.455,0	19.067,3	71.547,1	391.890,0	1.239.302,8	580.657,2	426.847,8	212.048,9	325.453
MS Sul	1.068.112,6	71.228,3	35.371,3	11.171,1	9.989,8	4.993,8	6.798,5	212.915,0	213.930,4	1.021.597,6	482.403,3	384.583,9	138.810,6	566.043
Alegre	54.431,5	5.710,0	2.750,5	300,3	637,6	189,9	681,0	12.542,9	8.726,9	56.839,5	31.614,1	18.650,5	5.396,1	30.784
Apiaçá	15.185,3	446,5	163,6	61,1	104,7	33,3	80,9	4.703,6	3.216,1	13.286,1	7.722,8	4.841,2	496,3	7.513
Atílio Viváqua	20.768,6	730,6	380,0	47,7	169,0	44,1	89,9	4.703,6	6.239,3	20.751,2	9.714,8	7.318,5	3.342,6	9.840
Bom Jesus do Norte	17.034,0	521,2	176,2	132,1	74,7	4,9	133,3	4.703,6	3.672,1	16.669,2	8.376,4	5.544,0	2.554,0	9.479
Cachoeiro de Itapemirim	245.642,8	33.897,1	19.830,7	6.156,1	3.675,9	1.998,3	2.236,1	40.450,6	57.546,4	230.890,9	125.098,6	80.811,6	19.405,0	189.878
Castelo	55.787,9	4.788,0	1.397,4	546,0	350,9	583,4	677,4	12.542,9	18.072,3	55.782,0	28.464,3	18.064,8	8.998,5	34.826
Divino de São Lourenço	11.067,9	267,4	143,9	32,2	27,7	48,2	15,3	4.703,6	3.327,8	10.898,7	4.993,5	4.510,3	1.244,5	4.515
Dores do Rio Preto	14.138,3	324,3	142,5	40,2	53,9	32,1	55,5	4.703,6	3.574,8	13.164,3	6.385,8	4.701,2	1.836,9	6.399
Guaçu	49.421,1	2.501,0	1.077,6	589,6	355,3	301,2	177,4	10.975,0	7.181,2	53.118,6	27.308,1	17.718,0	7.817,5	27.853
Ibatiba	36.337,2	949,6	481,0	32,6	241,9	53,9	140,2	9.407,1	7.204,1	33.571,8	16.428,5	10.417,5	6.045,8	22.346
Ibitirama	17.858,9	617,8	239,9	38,5	178,5	7,0	153,9	4.703,6	4.556,6	16.957,6	9.059,8	5.883,8	1.893,8	8.964
Irupí	21.594,2	549,4	211,4	44,7	167,2	34,0	92,1	6.271,4	7.029,8	20.715,6	11.334,1	7.977,1	1.102,1	11.729
Itapemirim	86.427,0	3.454,8	1.310,9	466,4	824,5	587,9	285,1	12.542,9	16.110,7	76.236,8	35.756,5	28.543,2	10.653,8	30.988
Ituna	43.437,3	1.848,7	617,5	126,6	470,8	283,4	385,7	10.975,0	9.351,1	43.507,5	20.390,6	15.239,0	7.271,1	27.340
Jerônimo Monteiro	20.811,0	1.361,7	617,7	206,1	153,6	66,9	88,5	6.271,4	4.249,5	20.408,6	10.302,9	6.892,5	2.826,7	10.888
Maratões	54.520,0	3.346,7	954,2	919,9	503,4	278,4	690,9	12.542,9	5.861,3	54.322,2	24.892,9	16.989,6	11.528,9	34.147
Mimoso do Sul	42.134,6	1.474,9	853,3	233,5	160,9	126,6	100,6	10.975,0	9.477,6	41.886,2	20.911,7	17.662,0	2.401,8	25.998
Muniz Freire	37.543,5	1.703,0	531,3	309,7	339,8	39,7	218,8	9.407,1	11.760,6	37.096,9	17.954,5	14.908,0	3.639,8	18.387
Muqui	21.670,5	664,9	361,9	95,5	58,2	62,4	86,8	7.839,3	4.666,9	19.868,4	10.375,3	8.389,0	667,1	14.396
Presidente Kennedy	141.009,1	3.400,3	1.695,2	290,5	1.127,9	156,6	130,0	6.271,4	8.373,3	124.708,9	26.988,5	66.703,6	30.834,8	10.315
São José do Calçado	22.360,0	983,5	327,6	383,0	96,8	56,5	119,6	6.271,4	4.994,0	22.027,3	10.396,2	9.194,9	2.183,4	10.417
Vargem Alta	38.932,8	1.687,0	1.107,0	118,7	216,8	45,1	199,4	9.407,1	8.737,8	38.889,5	17.933,6	13.623,8	6.670,1	19.141
TOTAL	6.747.120,6	1.133.413,7	724.835,3	119.399,2	98.276,3	97.683,6	88.957,7	926.342,8	1.808.457,9	6.613.759,4	3.101.040,0	2.377.820,2	1.013.476,9	3.512.672

Fontes: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES), ainda não apreciados em plenário e Secretaria do Tesouro Nacional (STN). População para 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Nota: "receita total ajustada dos efeitos do Fundeb (ver "Notas metodológicas", na página 4). "inclui despesa com inativos, pensionistas e salário-família. "refere-se a toda a despesa corrente, exceto pessoal, inativos, pensionistas, salário-família e pagamento de juros da dívida. "inclui toda a despesa de capital, exceto as amortizações da dívida.

► Quadro comparativo da receita e da despesa per capita - 2010

em R\$

Regiões e municípios	Receita total ^a	Receita tributária	ISS	IPTU	IRRF	ITBI	Taxas	FPM	QPM-ICMS	Despesa total	Pessoal ^b	Custeio ^c	Investimentos ^d	População 2010 - IBGE
MS Noroeste	1.706,8	96,7	48,8	9,8	16,6	10,2	11,3	379,6	471,5	1.707,9	804,1	648,4	223,3	413.001
Água Doce do Norte	2.527,7	90,5	38,6	9,5	24,8	13,5	4,2	659,0	591,3	2.443,2	1.212,0	662,2	544,3	9.517
Águia Branca	1.900,1	47,0	24,7	2,1	12,5	3,4	4,2	399,6	577,7	1.833,9	852,5	566,1	396,8	11.771
Alto Rio Novo	2.076,1	24,3	11,2	2,5	1,6	5,5	3,6	644,1	660,6	2.081,5	1.094,6	718,5	213,1	7.303
Baixo Guandu	1.653,9	82,4	33,8	10,8	15,5	8,4	14,0	377,3	433,4	1.662,2	806,7	686,0	145,3	29.086
Barra de São Francisco	1.431,7	110,1	48,8	12,2	25,7	9,3	16,1	347,5	372,0	1.428,5	703,3	702,8	86,3	40.610
Boa Esperança	1.837,8	57,5	23,2	4,8	12,4	10,1	7,0	441,7	452,4	1.763,2	886,4	556,9	286,0	14.199
Colatina	1.600,6	147,5	89,6	18,4	12,7	13,3	13,4	224,4	368,7	1.599,7	737,5	631,3	175,2	111.794
Ecoporanga	1.813,0	51,0	18,9	0,9	13,2	13,8	4,2	472,6	646,4	1.777,3	890,1	613,9	239,2	23.223
Governador Lindenberg	2.142,5	71,9	35,1	2,3	20,3	6,4	7,8	576,7	767,0	2.019,8	899,5	697,1	421,4	10.874
Mantenópolis	1.837,3	56,1	21,7	6,5	13,7	7,7	6,5	461,1	376,4	1.716,3	793,3	655,1	239,1	13.600
Mariálandia	1.870,8	56,4	20,9	1,3	23,5	7,4	3,2	564,6	659,5	1.952,0	908,0	744,5	293,6	11.107
Nova Venécia	1.533,2	100,6	48,7	8,8	18,4	14,9	9,9	340,7	408,9	1.657,7	864,7	637,2	128,9	46.020
Pancas	1.544,3	59,9	21,0	5,1	20,0	5,6	8,2	437,1	405,9	1.543,6	712,0	548,9	245,3	21.520
São Domingos do Norte	2.251,5	68,2	46,5	3,7	3,2	8,5	6,2	586,8	919,3	2.211,6	1.086,9	830,5	292,5	8.016
São Gabriel da Palha	1.648,2	85,7	26,7	7,1	23,0	7,4	21,5	393,7	417,3	1.705,2	690,9	584,4	408,8	31.859
Vila Pavão	2.158,7	44,4	18,1	4,4	8,0	4,0	9,9	542,4	775,8	2.037,4	904,8	816,7	289,0	8.672
Vila Valério	2.011,5	90,4	55,1	0,8	21,0	2,9	10,6	566,8	821,7	1.996,0	756,5	949,5	267,0	13.830
MS Litoral Norte	2.113,1	274,7	212,4	10,8	25,2	11,4	13,8	317,1	532,0	2.043,4	1.014,6	774,0	223,1	548.839
Aracruz	2.804,0	572,6	504,7	18,5	32,7	1,8	14,9	249,3	921,3	2.635,9	1.339,0	1.065,7	170,5	81.746
Conceição da Barra	2.276,4	336,0	291,5	6,9	25,3	8,0	4,2	385,4	535,7	2.142,8	1.140,6	593,1	384,1	28.477
Fundão	2.232,9	286,0	185,9	16,1	13,1	16,6	54,3	460,4	346,6	2.071,2	1.171,3	805,1	54,6	17.028
Ibiraçu	2.172,2	164,0	113,5	10,4	17,1	10,1	12,9	562,1	512,3	2.107,7	1.030,4	752,4	281,2	11.158
Jaguaré	2.080,6	134,0	93,1	4,1	24,9	6,9	5,1	380,6	653,8	2.057,7	990,3	929,5	100,4	24.718
João Neiva	2.053,3	104,0	46,2	7,5	15,7	7,8	27,0	495,9	444,2	1.974,5	814,8	991,3	151,9	15.808
Linhares	2.336,6	354,9	272,3	18,4	34,1	17,9	12,2	199,8	538,7	2.269,3	1.045,7	872,2	319,9	141.254
Montanha	1.810,3	97,8	70,4	1,2	11,7	10,1	4,4	526,9	545,1	1.839,3	834,7	766,9	213,1	17.854
Mucurici	2.810,4	76,4	44,7	3,3	23,6	2,9	1,7	829,3	924,7	3.123,1	1.222,3	1.116,0	756,1	5.672
Pedro Canário	1.659,2	69,3	61,7	1,0	2,5	0,0	4,1	461,3	314,7	1.541,5	735,9	464,3	312,2	23.789
Pinheiros	1.774,1	134,3	53,1	2,5	26,0	17,3	11,2	459,4	468,6	1.773,8	954,7	674,3	126,2	23.891
Porto Belo	2.395,4	63,8	32,5	4,6	15,1	7,0	4,6	674,0	636,4	2.402,2	1.084,2	858,4	457,1	6.979
Rio Bananal	2.266,0	63,0	16,2	7,7	28,9	6,4	3,8	536,4	680,2	2.056,7	1.046,8	692,8	299,4	17.538
São Mateus	1.526,0	211,7	145,9	6,1	22,1	17,2	20,5	215,6	284,7	1.516,7	840,9	534,9	116,9	109.067
Sooretama	1.538,4	37,9	17,0	1,4	12,4	2,0	5,1	394,3	396,6	1.497,6	779,2	553,5	155,4	23.860
MS Central	2.280,4	213,6	150,2	18,5	16,8	12,4	13,2	465,7	719,4	2.165,9	964,8	826,6	338,5	316.433
Afonso Cláudio	1.714,1	63,5	32,8	9,8	10,3	7,1	3,5	403,5	389,1	1.647,2	753,9	604,7	270,0	31.086
Alfredo Chaves	1.960,4	135,5	89,1	11,7	9,7	11,6	13,3	561,6	547,9	1.884,4	747,9	828,9	250,9	13.960
Anchieta	6.770,5	1.540,8	1.347,5	88,6	49,5	31,0	24,2	393,7	3.076,9	5.710,2	2.338,1	2.299,4	955,7	23.894
Brejetuba	2.249,8	56,8	41,3	4,9	5,3	3,7	1,7	526,1	773,9	2.303,6	850,7	911,9	518,5	11.921
Conceição do Castelo	2.428,0	100,8	31,1	14,3	23,1	8,8	7,6	536,7	677,9	2.412,6	1.021,1	720,0	637,2	11.686
Domingos Martins	1.887,3	120,0	71,2	11,5	11,2	15,3	10,7	394,1	504,4	1.811,1	815,4	696,3	267,7	31.824
Iconha	2.107,6	119,0	54,3	17,4	13,8	7,2	26,2	501,2	488,6	2.067,0	1.096,5	709,2	221,0	12.514

Regiões e municípios	Receita total ^a	Receita tributária	ISS	IPTU	IRRF	ITBI	Taxas	FPM	QPM-ICMS	Despesa total	Pessoal ^b	Custeio ^c	Investimentos ^d	População 2009 - IBGE
Itaguaçu	1.977,6	94,6	37,0	10,9	13,0	18,6	15,1	554,6	499,2	2.106,4	870,9	765,3	446,9	14.134
Itarana	1.843,1	70,6	24,5	7,0	13,2	5,6	20,3	576,4	513,7	1.806,2	824,2	785,3	190,3	10.881
Laranjeira da Terra	1.884,2	72,7	25,1	2,9	27,8	10,4	6,5	579,3	558,2	1.784,0	892,2	645,4	223,5	10.825
Marechal Floriano	1.863,8	134,1	70,0	9,6	24,8	15,2	14,5	440,1	624,6	1.848,6	1.032,0	604,4	189,5	14.249
Pluma	2.049,3	273,8	141,8	56,4	24,1	16,9	26,4	519,1	181,6	2.015,9	929,8	752,9	265,0	18.123
Rio Novo do Sul	1.692,5	71,9	39,6	10,8	3,1	5,1	13,2	553,4	457,2	1.706,3	955,5	516,6	219,2	11.333
Santa Leopoldina	1.998,6	103,7	54,2	2,2	29,2	15,4	2,8	511,7	593,5	1.911,3	1.010,1	665,7	184,7	12.255
Santa Maria de Jetibá	1.706,5	68,0	37,2	4,7	10,5	6,5	9,1	367,0	646,5	1.626,1	767,2	630,0	197,3	34.178
Santa Teresa	1.920,5	101,7	41,5	17,5	12,5	15,0	15,1	431,2	456,1	1.902,8	913,3	741,8	214,9	21.815
São Roque do Canaã	1.895,1	57,9	29,0	4,4	15,1	4,8	4,5	555,6	535,2	1.843,6	685,0	706,9	439,0	11.287
Venda Nova do Imigrante	1.961,9	131,3	50,3	14,0	9,4	13,7	22,5	459,6	667,3	1.954,1	694,9	861,1	392,2	20.468
Região Metropolitana	1.853,8	481,9	302,8	55,4	37,3	46,9	39,4	141,0	527,6	1.846,1	853,8	622,8	331,4	1.668.356
Cariacica	981,5	162,4	110,7	17,7	13,0	6,4	14,5	115,9	193,5	930,4	434,4	323,1	147,4	348.933
Guarapari	1.564,8	361,5	91,1	109,4	18,5	69,3	73,2	238,4	141,8	1.563,1	722,3	473,9	348,6	105.227
Serra	1.728,6	384,4	249,8	32,1	41,0	35,7	25,6	98,8	673,0	1.678,6	800,5	518,0	324,6	409.324
Viana	1.450,5	190,5	127,3	13,2	24,1	11,6	14,3	265,3	271,5	1.443,1	821,8	479,4	119,0	64.999
Vila Velha	1.354,5	404,7	219,9	49,9	18,2	62,5	54,2	97,6	271,9	1.376,9	567,3	498,1	270,6	414.420
Vitória	3.756,1	1.142,3	784,5	123,1	91,8	84,4	58,6	219,8	1.204,1	3.807,9	1.784,2	1.311,5	651,5	325.453
MS Sul	1.887,0	125,8	62,5	19,7	17,6	8,8	12,0	376,1	377,9	1.804,8	852,2	679,4	245,2	566.043
Alegre	1.768,2	185,5	89,3	9,8	20,7	5,5	22,1	407,4	283,5	1.846,4	1.027,0	605,8	175,3	30.784
Apiaçá	2.021,2	59,4	21,8	8,1	13,9	4,4	10,8	626,1	428,1	1.768,4	1.027,9	644,4	66,1	7.513
Atílio Viváquea	2.110,6	74,2	38,6	4,8	17,2	4,5	9,1	478,0	634,1	2.108,9	987,3	743,8	339,7	9.840
Bom Jesus do Norte	1.797,0	55,0	18,6	13,9	7,9	0,5	14,1	496,2	387,4	1.758,5	883,7	584,9	269,4	9.479
Cachoeiro de Itapemirim	1.293,7	178,5	104,4	32,4	19,4	10,5	11,8	213,0	303,1	1.216,0	658,8	425,6	102,2	189.878
Castelo	1.601,9	137,5	40,1	15,7	10,1	16,8	19,5	360,2	518,9	1.601,7	817,3	518,7	258,4	34.826
Divino de São Lourenço	2.451,4	59,2	31,9	7,1	6,1	10,7	3,4	1.041,8	737,1	2.413,9	1.106,0	999,0	275,6	4.515
Dores do Rio Preto	2.209,5	50,7	22,3	6,3	8,4	5,0	8,7	735,0	558,7	2.057,2	997,9	734,7	287,1	6.399
Guaçu	1.774,4	89,8	38,7	21,2	12,8	10,8	6,4	394,0	257,8	1.907,1	980,4	636,1	280,7	27.853
Ibatiba	1.626,1	42,5	21,5	1,5	10,8	2,4	6,3	421,0	322,4	1.502,4	735,2	466,2	270,6	22.346
Ibitirama	1.992,3	68,9	26,8	4,3	19,9	0,8	17,2	524,7	508,3	1.891,7	1.010,7	656,4	211,3	8.964
Irupí	1.841,1	46,8	18,0	3,8	14,3	2,9	7,8	534,7	599,3	1.766,2	966,3	680,1	94,0	11.729
Itapemirim	2.789,0	111,5	42,3	15,1	26,6	19,0	8,6	404,8	519,9	2.460,2	1.153,9	921,1	343,8	30.988
Ituna	1.588,8	67,6	22,6	4,6	17,2	9,6	13,4	401,4	342,0	1.591,3	745,8	557,4	266,0	27.340
Jerônimo Monteiro	1.911,4	125,1	56,7	18,9	14,1	6,1	8,1	576,0	390,3	1.874,4	946,3	633,0	259,6	10.888
Maratões	1.596,6	98,0	27,9	26,9	14,7	8,2	20,2	367,3	171,6	1.590,8	729,0	497,5	337,6	34.147
Mimoso do Sul	1.626,9	57,0	32,9	9,0	6,2	4,9	3,9	423,8	366,0	1.617,4	807,5	682,0	92,7	25.998
Muniz Freire	2.041,8	92,6	28,9	16,8	18,5	2,2	11,9	511,6	639,6	2.017,6	976,5	810,8	198,0	18.387
Muqui	1.505,3	46,2	25,1	6,6	4,0	4,3	6,0	544,5	324,2	1.380,1	720,7	582,7	46,3	14.396
Presidente Kennedy	13.670,3	329,6	164,3	28,2	109,3	15,2	12,6	608,0	811,8	12.090,1	2.616,4	6.466,7	2.989,3	10.315
São José do Calçado	2.146,5	94,4	31,4	36,8	9,3	5,4	11,5	602,0	479,4	2.114,6	998,0	882,7	209,6	10.417
Vargem Alta	2.034,0	88,1	57,8	6,2	11,3	2,4	10,4	491,5	456,5	2.031,7	936,9	711,8	348,5	19.141
TOTAL	1.920,8	322,7	206,3	34,0	28,0	27,8	25,3	263,7	514,8	1.882,8	882,8	676,9	288,5	3.512.672

Fontes: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES), ainda não apreciados em plenário e Secretaria do Tesouro Nacional (STN). População para 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Nota: "receita total ajustada dos efeitos do Fundeb (ver "Notas metodológicas", na página 4). "inclui despesa com inativos, pensionistas e salário-família. "refere-se a toda a despesa corrente, exceto pessoal, inativos, pensionistas, salário-família e pagamento de juros da dívida. "inclui toda a despesa de capital, exceto as amortizações da dívida.



**Minha Casa
Minha Vida**

UM MILHÃO DE MOTIVOS PARA COMEMORAR.

O Programa Minha Casa Minha Vida, do Governo Federal, acaba de atingir a marca de **um milhão de moradias contratadas**. Isto significa que mais um milhão de famílias brasileiras estão realizando o sonho da casa própria. A CAIXA se orgulha de fazer parte desta realidade.

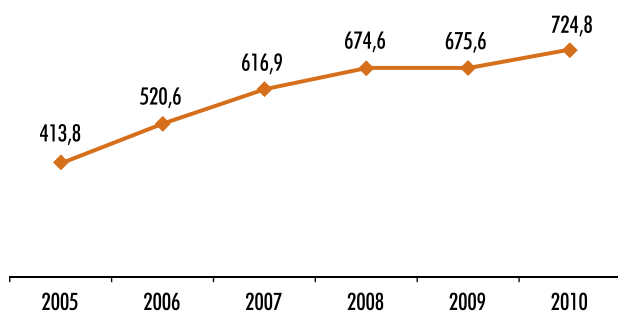


A arrecadação conjunta do Imposto sobre Serviços (ISS) dos municípios capixabas totalizou R\$ 724,8 milhões em 2010, valor 7,3% maior que o do ano anterior. Pode ser considerado um bom resultado, entretanto, o dinamismo não é o mesmo que vinha prevalecendo nos anos anteriores à crise financeira, que abalou a economia mundial.

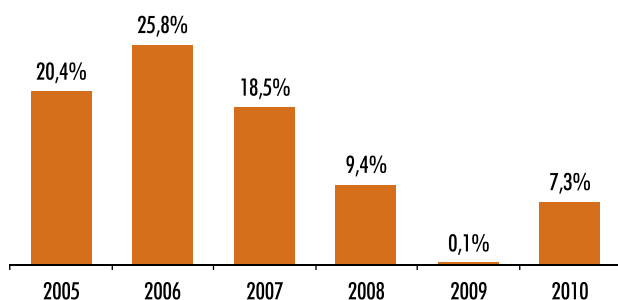
Embalada pela expansão econômica, pelo aprimoramento da legislação (Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003) e pela crescente utilização dos recursos da tecnologia da informação, a taxa média anual de crescimento da arrecadação do ISS foi de quase 20%, entre 2004 e 2008. Com a crise mundial ela ficou estagnada em 2009.

Evolução da arrecadação do ISS

em R\$ milhões - IPCA médio de 2010



Taxa de crescimento do ISS em relação ao ano anterior



Vila Velha liderou a expansão do ISS entre os principais centros prestadores de serviços. O volume recolhido pelo Município saltou de R\$ 70,1 milhões, em 2009, para R\$ 91,1 milhões, em 2010. Com alta de 30,1%, foi o segundo ano de melhor desempenho do ISS de Vila Velha na década. A Serra também

apresentou uma excelente performance, com alta de 16,5%. Vitória, líder no Estado, registrou crescimento do ISS mais moderado, de 4,7%.

Entre as demais cidades com mais de 50 mil habitantes, o destaque foi Cachoeiro de Itapemirim, que apresentou intenso crescimento no recolhimento do ISS, de 36%, passando de R\$ 14,6 milhões, em 2009, para R\$ 19,8 milhões, em 2010. Em Cariacica o aumento foi de 12,3% e em Colatina de 10,6%. Os municípios de Viana (-29,3%) e São Mateus (-16,8%) registraram as maiores quedas. Nos dois casos, ela é explicada pelos altos valores recolhidos em 2009. Conforme mencionado na edição anterior de **Finanças dos Municípios Capixabas**, a alta arrecadação de Viana em 2009 decorreu, em grande parte, da reforma e ampliação do Presídio de Segurança Máxima, das obras do gasoduto da Petrobras e da instalação de várias empresas de logística no município.

Variação do ISS em relação ao ano anterior dos municípios com mais de 50 mil habitantes

Município	2009	2010
Cachoeiro de Itapemirim	-9,6%	36,0%
Vila Velha	-4,2%	30,1%
Serra	-6,9%	16,5%
Cariacica	-1,0%	12,3%
Colatina	8,5%	10,6%
Vitória	-1,6%	4,7%
Aracruz	23,3%	3,3%
Guarapari	66,2%	-6,3%
Linhares	-22,4%	-7,8%
São Mateus	17,1%	-16,8%
Viana	68,7%	-29,3%

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES), ainda não apreciados em plenário.

Linhares assistiu ao encolhimento da arrecadação do ISS pelo segundo ano, sendo que em 2010 a queda foi de 7,8%. Seu ISS passou de R\$ 53,8 milhões, em 2008, ano de pico de arrecadação, para R\$ 41,7 milhões no ano seguinte e depois recuou ainda mais para R\$ 38,5 milhões, em 2010. Até 2008, Linhares presenciou uma forte expansão do ISS, que perdurou por sete anos consecutivos. Em 2001, o Município arrecadava apenas R\$ 3,5 milhões, em valores corrigidos da inflação.

Vitória (35,2%), Serra (14,1%) e Vila Velha (12,6%) concentram quase dois terços da arrecadação de ISS do Espírito Santo. Por mais um ano, o peso do ISS da capital se vê reduzido, passando de 36,1%, em 2009, para 35,2%, em 2010. No início da década, Vitória respondia pela metade de todo ISS

recolhido pelos municípios capixabas. Juntas, as dez cidades com as maiores arrecadações de ISS responderam por 89% do total recolhido em 2010.

► **As dez maiores receitas de ISS em 2010 e a participação no total arrecadado**

Posição	Municípios	Valor arrecadado em R\$ milhões	Participação no total	Participação acumulada
			em %	
1º	Vitória	255,3	35,2	35,2
2º	Serra	102,3	14,1	49,3
3º	Vila Velha	91,1	12,6	61,9
4º	Aracruz	41,3	5,7	67,6
5º	Cariacica	38,6	5,3	72,9
6º	Linhares	38,5	5,3	78,2
7º	Anchieta	32,2	4,4	82,7
8º	Cach. de Itapemirim	19,8	2,7	85,4
9º	São Mateus	15,9	2,2	87,6
10º	Colatina	10,0	1,4	89,0
Total		724,8	100,0	100,0

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES), ainda não apreciados em plenário.

► **Peso nos orçamentos**

Por ser um imposto de natureza fundamentalmente urbana, o ISS é mais importante para os municípios de maior porte, notadamente aqueles que dispõem de uma forte estrutura de serviços ou que detêm importantes plantas industriais. Em Vitória ele foi responsável por 23,7% de sua receita corrente em 2010, percentual que vem se mantendo nos últimos anos, com pequenas alterações. Na Serra seu peso foi de 15,1%, e em Vila Velha, de 18,3%.

► **As dez cidades com maior peso do ISS na receita corrente em 2009 e 2010**

Posição	Município	2009	2010
		em %	
1º	Vitória	23,8	23,7
2º	Anchieta	31,0	20,4
3º	Vila Velha	16,1	18,3
4º	Aracruz	17,5	18,3
5º	Serra	13,5	15,1
6º	Conceição da Barra	7,8	13,2
7º	Linhares	15,5	12,3
8º	Cariacica	11,6	11,7
9º	São Mateus	12,2	9,7
10º	Viana	14,1	9,6

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES), ainda não apreciados em plenário.

Tenha as **finanças das cidades** em **suas mãos** de maneira **ágil e confiável** com o conteúdo do **Multicidades Online.**

O Multicidades Online é um site de fácil navegação, com acesso rápido a informações sobre as finanças públicas de qualquer cidade brasileira. Com ele é possível comparar o desempenho entre municípios, fazer pesquisas, relatórios, montar rankings e gráficos.



Todo o conteúdo deste anuário e muito mais pode ser acessado no Multicidades Online!

Acesse
www.multicidadesonline.com.br
experimente e assine!



DESENVOLVIDO POR



Tel.: (27) 3227-9999

► Arrecadação do ISS - 2005-2010

Regiões e municípios	2005	2006	2007	2008	2009	2010	Variação 2010/2009	Participação 2010		ISS per capita 2010 em R\$
								no total do ISS	na receita corrente ^a	
	em R\$ mil - IPCA médio de 2010							em %		
MS Noroeste	9.251,3	12.065,5	15.545,4	16.774,9	16.713,4	20.155,8	20,6	2,8	3,1	48,8
Água Doce do Norte	121,2	203,3	162,7	171,8	133,9	367,1	174,2	0,1	1,8	38,6
Água Branca	128,3	171,6	610,2	442,7	208,7	290,5	39,2	0,0	1,5	24,7
Alto Rio Novo	114,8	115,3	87,5	140,6	262,8	81,4	-69,0	0,0	0,6	11,2
Baixo Guandu	515,3	535,1	762,2	892,1	624,5	982,9	57,4	0,1	2,2	33,8
Barra de São Francisco	885,0	1.011,6	1.184,6	1.268,5	1.289,6	1.901,2	47,4	0,3	3,5	46,8
Boa Esperança	163,6	182,8	154,8	332,9	219,7	329,5	50,0	0,0	1,4	23,2
Colatina	5.012,5	6.260,4	8.417,4	8.346,3	9.059,2	10.021,2	10,6	1,4	5,9	89,6
Ecoporanga	230,4	348,9	415,5	366,0	356,1	438,5	23,1	0,1	1,1	18,9
Governador Lindenberg	86,0	182,5	231,5	356,7	189,5	382,2	101,6	0,1	2,0	35,1
Mantenópolis	83,9	133,0	132,4	121,0	121,9	294,7	141,8	0,0	1,4	21,7
Marilândia	65,8	116,9	212,1	228,0	463,3	232,6	-49,8	0,0	1,2	20,9
Nova Venécia	845,4	1.010,6	1.277,6	1.716,9	1.663,9	2.239,2	34,6	0,3	3,3	48,7
Pancas	188,8	263,7	410,6	396,9	468,7	452,6	-3,4	0,1	1,5	21,0
São Domingos do Norte	155,9	261,0	351,2	483,8	302,2	372,7	23,3	0,1	2,2	46,5
São Gabriel da Palha	256,5	559,4	540,8	781,9	719,3	850,7	18,3	0,1	1,8	26,7
Vila Pavão	64,6	260,3	125,6	95,6	93,0	156,9	68,8	0,0	0,9	18,1
Vila Valério	333,2	449,0	468,7	633,1	537,2	761,8	41,8	0,1	3,0	55,1
MS Litoral Norte	59.168,7	74.724,9	99.978,8	119.923,2	117.361,3	116.559,9	-0,7	16,1	10,5	212,4
Aracruz	19.790,6	25.503,5	34.012,3	32.383,5	39.928,6	41.255,2	3,3	5,7	18,3	504,7
Conceição da Barra	2.707,5	2.406,8	2.477,3	4.373,2	3.722,5	8.301,3	123,0	1,1	13,2	291,5
Fundão	2.681,4	4.122,2	3.983,3	3.836,9	3.422,9	3.166,2	-7,5	0,4	8,6	185,9
Ibiraçu	2.270,7	1.890,0	1.612,7	1.600,3	1.369,1	1.266,8	-7,5	0,2	6,0	113,5
Jaguaré	5.051,1	2.686,1	2.722,0	2.264,8	2.566,8	2.300,9	-10,4	0,3	4,5	93,1
João Neiva	643,4	948,4	1.039,7	949,8	743,6	729,7	-1,9	0,1	2,5	46,2
Linhares	14.522,6	24.170,9	35.872,7	53.796,8	41.745,0	38.469,2	-7,8	5,3	12,3	272,3
Montanha	473,3	529,6	879,8	832,3	750,5	1.257,1	67,5	0,2	4,0	70,4
Mucurici	101,4	253,3	257,2	301,4	246,9	253,8	2,8	0,0	1,7	44,7
Pedro Canário	489,1	678,7	1.570,0	1.192,7	1.667,9	1.467,6	-12,0	0,2	4,1	61,7
Pinheiros	440,4	516,4	676,2	1.177,2	1.185,8	1.267,7	6,9	0,2	3,0	53,1
Ponto Belo	154,8	370,0	148,0	157,6	193,1	226,7	17,4	0,0	1,6	32,5
Rio Bananal	85,0	181,7	361,7	273,7	302,0	283,7	-6,1	0,0	0,8	16,2
São Mateus	9.595,1	10.055,1	14.016,2	16.328,0	19.113,3	15.908,0	-16,8	2,2	9,7	145,9
Sooretama	162,3	412,2	349,5	455,0	403,4	406,2	0,7	0,1	1,2	17,0
MS Central	13.302,9	21.752,3	41.103,0	43.621,7	52.035,8	47.540,8	-8,6	6,6	7,2	150,2
Afonso Cláudio	323,9	665,3	683,4	739,6	842,8	1.019,1	20,9	0,1	2,2	32,8
Alfredo Chaves	305,9	855,3	1.322,6	2.088,9	1.332,5	1.244,1	-6,6	0,2	4,9	89,1
Anchieta	6.997,5	12.960,8	29.367,9	28.200,0	36.527,1	32.197,5	-11,9	4,4	20,4	1.347,5
Brejetuba	387,0	216,8	277,4	336,4	270,1	491,8	82,1	0,1	2,1	41,3
Conceição do Castelo	231,0	259,0	363,6	301,5	299,9	363,4	21,1	0,1	1,6	31,1
Domingos Martins	1.067,4	1.379,9	1.876,4	4.035,1	3.038,3	2.267,3	-25,4	0,3	4,2	71,2
Iconha	353,7	270,8	397,8	734,4	450,6	679,2	50,7	0,1	2,9	54,3
Itaguaçu	232,5	367,8	691,0	506,6	401,5	523,0	30,3	0,1	2,1	37,0
Itarana	151,3	367,3	218,8	258,2	287,9	266,6	-7,4	0,0	1,4	24,5
Laranja da Terra	124,8	148,9	128,3	173,7	136,0	271,5	99,6	0,0	1,5	25,1
Marechal Floriano	633,0	799,8	786,7	1.032,4	924,1	997,9	8,0	0,1	3,9	70,0
Pinuma	344,4	695,8	1.115,6	1.255,6	3.731,9	2.570,5	-31,1	0,4	7,1	141,8
Rio Novo do Sul	151,6	289,3	366,3	190,1	401,6	449,0	11,8	0,1	2,3	39,6
Santa Leopoldina	424,6	367,5	838,4	838,6	674,1	663,9	-1,5	0,1	3,0	54,2
Santa Maria de Jetibá	434,8	641,9	1.026,9	1.012,5	778,1	1.272,2	63,5	0,2	2,4	37,2
Santa Teresa	520,1	698,0	772,1	791,4	697,2	906,1	30,0	0,1	2,3	41,5
São Roque do Canaã	203,0	227,7	213,7	253,5	244,7	327,7	33,9	0,0	1,9	29,0
Venda Nova do Imigrante	416,3	540,6	656,0	873,1	997,4	1.030,1	3,3	0,1	2,9	50,3
Região Metropolitana	313.906,8	387.875,2	430.729,1	463.130,4	458.024,8	505.207,5	10,3	69,7	17,9	302,8
Cariacica	18.831,4	23.073,4	29.352,7	34.775,8	34.413,3	38.635,7	12,3	5,3	11,7	110,7
Guarapari	4.799,7	6.166,8	9.551,8	6.156,3	10.231,9	9.585,1	-6,3	1,3	6,4	91,1
Serra	61.231,0	86.846,8	86.732,2	94.354,0	87.797,0	102.256,6	16,5	14,1	15,1	249,8
Viana	4.536,1	5.836,1	6.629,9	6.933,3	11.697,9	8.274,2	-29,3	1,1	9,6	127,3
Vila Velha	44.644,2	58.208,0	63.316,9	73.094,6	70.054,5	91.135,5	30,1	12,6	18,3	219,9
Vitória	179.864,4	207.744,1	235.145,6	247.816,4	243.830,3	255.320,4	4,7	35,2	23,7	784,5
MS Sul	18.139,0	24.144,4	29.525,8	31.169,0	31.414,9	35.371,3	12,6	4,9	3,5	62,5
Alegre	536,0	1.416,3	2.356,7	3.421,0	3.991,0	2.750,5	-31,1	0,4	5,6	89,3
Apiacá	88,4	220,6	163,5	178,9	146,2	163,6	11,8	0,0	1,1	21,8
Atilio Vivacqua	257,6	240,6	260,8	268,9	265,7	380,0	43,0	0,1	2,0	38,6
Bom Jesus do Norte	100,7	104,4	150,1	204,6	147,6	176,2	19,4	0,0	1,1	18,6
Cachoeiro de Itapemirim	11.354,9	13.222,9	15.497,6	16.139,2	14.583,0	19.830,7	36,0	2,7	8,7	104,4
Castelo	927,0	1.715,9	1.386,7	1.350,3	1.276,6	1.397,4	9,5	0,2	2,6	40,1
Divino de São Lourenço	36,8	83,2	67,2	50,1	82,3	143,9	74,9	0,0	1,4	31,9
Dores do Rio Preto	98,1	356,1	352,9	198,2	96,8	142,5	47,1	0,0	1,0	22,3
Guaçu	251,4	340,6	446,4	427,0	668,1	1.077,6	61,3	0,1	2,4	38,7
Ibatiba	244,9	298,3	425,6	457,1	308,5	481,0	55,9	0,1	1,6	21,5
Ibitirama	81,6	118,5	191,8	169,9	160,0	239,9	49,9	0,0	1,4	26,8
Irupi	110,6	132,9	148,5	125,4	162,1	211,4	30,4	0,0	1,0	18,0
Itapemirim	1.281,5	1.227,4	2.776,8	1.957,1	1.571,5	1.310,9	-16,6	0,2	1,6	42,3
Iúna	350,7	509,3	438,6	493,2	530,0	617,5	16,5	0,1	1,6	22,6
Jerônimo Monteiro	70,3	153,9	264,2	141,6	148,5	617,7	316,0	0,1	3,2	56,7
Marataizes	521,7	1.005,8	1.126,8	1.359,7	2.035,7	954,2	-53,1	0,1	1,8	27,9
Mimoso do Sul	232,2	627,6	627,8	983,2	2.171,6	853,3	-60,7	0,1	2,1	32,9
Muniz Freire	429,7	462,3	321,4	395,6	492,8	531,3	7,8	0,1	1,5	28,9
Muqui	225,6	286,1	282,7	374,2	297,7	361,9	21,6	0,0	1,7	25,1
Presidente Kennedy	313,3	700,5	1.076,0	1.098,6	900,1	1.695,2	88,3	0,2	1,2	164,3
São José do Calçado	157,0	394,2	452,6	432,2	624,0	327,6	-47,5	0,0	1,6	31,4
Vargem Alta	468,9	527,0	711,1	943,3	755,1	1.107,0	46,6	0,2	3,0	57,8
TOTAL	413.768,7	520.562,3	616.882,2	674.619,1	675.550,3	724.835,3	7,3	100,0	11,6	206,3

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES), ainda não apreciados em plenário. Nota: ^areceita corrente ajustada dos efeitos do Fundef/Fundeb (ver "Notas metodológicas", na página 4).

ISS

Posição	Município	ISS em R\$	População
1º	Vitória	255.320.351,7	325.453
2º	Serra	102.256.570,4	409.324
3º	Vila Velha	91.135.512,6	414.420
4º	Aracruz	41.255.187,3	81.746
5º	Cariacica	38.635.739,3	348.933
6º	Linhares	38.469.190,3	141.254
7º	Anchieta	32.197.539,5	23.894
8º	Cachoeiro de Itapemirim	19.830.666,8	189.878
9º	São Mateus	15.907.954,3	109.067
10º	Colatina	10.021.216,1	111.794
11º	Guarapari	9.585.128,2	105.227
12º	Conceição da Barra	8.301.268,5	28.477
13º	Viana	8.274.209,6	64.999
14º	Fundão	3.166.227,3	17.028
15º	Alegre	2.750.509,4	30.784
16º	Piúma	2.570.506,1	18.123
17º	Jaguaré	2.300.942,7	24.718
18º	Domingos Martins	2.267.273,0	31.824
19º	Nova Venécia	2.239.155,1	46.020
20º	Barra de São Francisco	1.901.156,7	40.610
21º	Presidente Kennedy	1.695.237,4	10.315
22º	Pedro Canário	1.467.551,2	23.789
23º	Castelo	1.397.439,3	34.826
24º	Itapemirim	1.310.943,5	30.988
25º	Santa Maria de Jetibá	1.272.233,5	34.178
26º	Pinheiros	1.267.651,9	23.891
27º	Ibiraçu	1.266.780,5	11.158
28º	Montanha	1.257.134,2	17.854
29º	Alfredo Chaves	1.244.070,0	13.960
30º	Vargem Alta	1.106.988,4	19.141
31º	Guaçuí	1.077.573,9	27.853
32º	Venda Nova do Imigrante	1.030.125,4	20.468
33º	Afonso Cláudio	1.019.052,0	31.086
34º	Marechal Floriano	997.932,9	14.249
35º	Baixo Guandu	982.917,3	29.086
36º	Marataizes	954.222,0	34.147
37º	Santa Teresa	906.107,0	21.815
38º	Mimoso do Sul	853.271,6	25.898
39º	São Gabriel da Palha	850.696,5	31.859
40º	Vila Valério	761.828,0	13.830
41º	João Neiva	729.671,7	15.808
42º	Iconha	679.166,7	12.514
43º	Santa Leopoldina	663.948,2	12.255
44º	Jerônimo Monteiro	617.726,7	10.888
45º	Iúna	617.470,1	27.340
46º	Muniz Freire	531.277,8	18.387
47º	Itaguaçu	523.004,1	14.134
48º	Brejetuba	491.775,9	11.921
49º	Ibatiba	480.969,1	22.346
50º	Pancas	452.648,6	21.520
51º	Rio Novo do Sul	448.992,8	11.333
52º	Ecoporanga	438.525,7	23.223
53º	Sooretama	406.222,6	23.860
54º	Governador Lindenberg	382.220,3	10.874
55º	Átilio Vivacqua	379.988,7	9.840
56º	São Domingos do Norte	372.670,1	8.016
57º	Água Doce do Norte	367.119,8	9.517
58º	Conceição do Castelo	363.370,8	11.686
59º	Muqui	361.920,6	14.396
60º	Boa Esperança	329.500,5	14.199
61º	São Roque do Canaã	327.667,0	11.287
62º	São José do Calçado	327.581,7	10.417
63º	Mantenópolis	294.674,6	13.600
64º	Água Branca	290.503,4	11.771
65º	Rio Bananal	283.688,7	17.538
66º	Laranja da Terra	271.491,2	10.825
67º	Itarana	266.568,7	10.881
68º	Mucurici	253.761,3	5.672
69º	Ibitirama	239.871,2	8.964
70º	Mariilândia	232.626,6	11.107
71º	Ponto Belo	226.654,6	6.979
72º	Irupi	211.424,8	11.729
73º	Bom Jesus do Norte	176.227,8	9.479
74º	Apiacá	163.552,7	7.513
75º	Vila Pavão	156.933,8	8.672
76º	Divino de São Lourenço	143.933,3	4.515
77º	Dores do Rio Preto	142.459,3	6.399
78º	Alto Rio Novo	81.448,7	7.303
TOTAL		724.835.320,9	3.512.672

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES), ainda não apreciados em plenário. População para 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

ISS per capita

Posição	Município	A / B	ISS (A)	População (B)
			em R\$	
1º	Anchieta	1.347,5	32.197.539,5	23.894
2º	Vitória	784,5	255.320.351,7	325.453
3º	Aracruz	504,7	41.255.187,3	81.746
4º	Conceição da Barra	291,5	8.301.268,5	28.477
5º	Linhares	272,3	38.469.190,3	141.254
6º	Serra	249,8	102.256.570,4	409.324
7º	Vila Velha	219,9	91.135.512,6	414.420
8º	Fundão	185,9	3.166.227,3	17.028
9º	Presidente Kennedy	164,3	1.695.237,4	10.315
10º	São Mateus	145,9	15.907.954,3	109.067
11º	Piúma	141,8	2.570.506,1	18.123
12º	Viana	127,3	8.274.209,6	64.999
13º	Ibiraçu	113,5	1.266.780,5	11.158
14º	Cariacica	110,7	38.635.739,3	348.933
15º	Cachoeiro de Itapemirim	104,4	19.830.666,8	189.878
16º	Jaguaré	93,1	2.300.942,7	24.718
17º	Guarapari	91,1	9.585.128,2	105.227
18º	Colatina	89,6	10.021.216,1	111.794
19º	Alegre	89,3	2.750.509,4	30.784
20º	Alfredo Chaves	89,1	1.244.070,0	13.960
21º	Domingos Martins	71,2	2.267.273,0	31.824
22º	Montanha	70,4	1.257.134,2	17.854
23º	Marechal Floriano	70,0	997.932,9	14.249
24º	Pedro Canário	61,7	1.467.551,2	23.789
25º	Vargem Alta	57,8	1.106.988,4	19.141
26º	Jerônimo Monteiro	56,7	617.726,7	10.888
27º	Vila Valério	55,1	761.828,0	13.830
28º	Iconha	54,3	679.166,7	12.514
29º	Santa Leopoldina	54,2	663.948,2	12.255
30º	Pinheiros	53,1	1.267.651,9	23.891
31º	Venda Nova do Imigrante	50,3	1.030.125,4	20.468
32º	Nova Venécia	48,7	2.239.155,1	46.020
33º	Barra de São Francisco	46,8	1.901.156,7	40.610
34º	São Domingos do Norte	46,5	372.670,1	8.016
35º	João Neiva	46,2	729.671,7	15.808
36º	Mucurici	44,7	253.761,3	5.672
37º	Itapemirim	42,3	1.310.943,5	30.988
38º	Santa Teresa	41,5	906.107,0	21.815
39º	Brejetuba	41,3	491.775,9	11.921
40º	Castelo	40,1	1.397.439,3	34.826
41º	Rio Novo do Sul	39,6	448.992,8	11.333
42º	Guaçuí	38,7	1.077.573,9	27.853
43º	Átilio Vivacqua	38,6	379.988,7	9.840
44º	Água Doce do Norte	38,6	367.119,8	9.517
45º	Santa Maria de Jetibá	37,2	1.272.233,5	34.178
46º	Itaguaçu	37,0	523.004,1	14.134
47º	Governador Lindenberg	35,1	382.220,3	10.874
48º	Baixo Guandu	33,8	982.917,3	29.086
49º	Mimoso do Sul	32,9	853.271,6	25.898
50º	Afonso Cláudio	32,8	1.019.052,0	31.086
51º	Ponto Belo	32,5	226.654,6	6.979
52º	Divino de São Lourenço	31,9	143.933,3	4.515
53º	São José do Calçado	31,4	327.581,7	10.417
54º	Conceição do Castelo	31,1	363.370,8	11.686
55º	São Roque do Canaã	29,0	327.667,0	11.287
56º	Muniz Freire	28,9	531.277,8	18.387
57º	Marataizes	27,9	954.222,0	34.147
58º	Ibitirama	26,8	239.871,2	8.964
59º	São Gabriel da Palha	26,7	850.696,5	31.859
60º	Muqui	25,1	361.920,6	14.396
61º	Laranja da Terra	25,1	271.491,2	10.825
62º	Água Branca	24,7	290.503,4	11.771
63º	Itarana	24,5	266.568,7	10.881
64º	Boa Esperança	23,2	329.500,5	14.199
65º	Iúna	22,6	617.470,1	27.340
66º	Dores do Rio Preto	22,3	142.459,3	6.399
67º	Apiacá	21,8	163.552,7	7.513
68º	Mantenópolis	21,7	294.674,6	13.600
69º	Ibatiba	21,5	480.969,1	22.346
70º	Pancas	21,0	452.648,6	21.520
71º	Mariilândia	20,9	232.626,6	11.107
72º	Ecoporanga	18,9	438.525,7	23.223
73º	Bom Jesus do Norte	18,6	176.227,8	9.479
74º	Vila Pavão	18,1	156.933,8	8.672
75º	Irupi	18,0	211.424,8	11.729
76º	Sooretama	17,0	406.222,6	23.860
77º	Rio Bananal	16,2	283.688,7	17.538
78º	Alto Rio Novo	11,2	81.448,7	7.303
TOTAL		206,3	724.835.320,9	3.512.672

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES), ainda não apreciados em plenário. População para 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

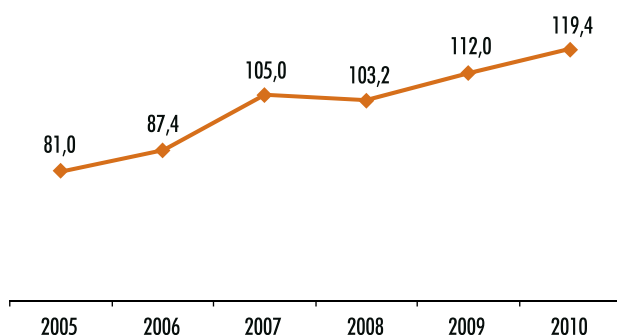
Desempenho

O Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) é um tributo municipal cobrado sobre a propriedade, o domínio útil ou a posse de bem imóvel localizado na zona urbana do município.

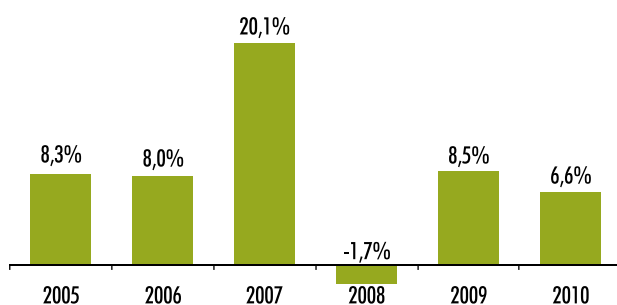
Em 2010, a arrecadação do IPTU dos municípios capixabas apresentou um crescimento real de 6,6% em relação ao ano anterior, o que equivaleu a um incremento de R\$ 7,4 milhões, passando de R\$ 112 milhões para R\$ 119,4 milhões.

Evolução da arrecadação do IPTU

em R\$ milhões - IPCA médio de 2010



Taxa de crescimento do IPTU em relação ao ano anterior



Esse desempenho foi puxado, principalmente, pelo aumento da arrecadação ocorrido em Vila Velha e Cariacica. Com um incremento de R\$ 1,9 milhão e R\$ 1,7 milhão, respectivamente, juntas, essas cidades responderam por quase a metade (48,7%) de toda a receita adicional do conjunto dos municípios do Espírito Santo.

O recolhimento de IPTU de Cariacica, em 2010, foi o melhor desde 1998 (primeiro ano da série analisada por **Finanças dos Municípios Capixabas**), tanto em termos relativos quanto absolutos, com crescimento real de 37,3%, indo de R\$ 4,5 milhões, em 2009, para R\$ 6,2 milhões, em 2010. Em Vila Velha o aumento de 10,2% fez com que a arrecadação do Município saltasse de R\$ 18,7 milhões para R\$ 20,7 milhões, no mesmo período.

Além de Vila Velha e Cariacica, outros dos maiores aumentos absolutos foram registrados nos municípios de Vitória (R\$ 1 milhão), Guarapari (R\$ 963 mil) e Serra (R\$ 514,9 mil). Em termos relativos, destacam-se as altas em Brejetuba, que quintuplicou (404,8%) sua arrecadação entre 2009 e 2010, passando de R\$ 11,6 mil para R\$ 58,4 mil, no mesmo período; Água Doce do Norte (84,3%); Pinheiros (77,4%); Dolores do Rio Preto e Guaçu (60,5% cada). O desempenho de Brejetuba deveu-se a uma recuperação do baixo nível de recolhimento dessa receita nos dois últimos anos.

Houve retração na arrecadação de 23 municípios, sendo as mais expressivas apresentadas por Marilândia (-71,3%), Montanha (-63,7%), Alto Rio Novo (-59,5%), Vila Valério (-46,1%) e Boa Esperança (-39,8%). Desses, Boa Esperança, Marilândia e Montanha também tiveram as maiores quedas em termos absolutos no Estado, de - R\$ 45,1 mil, - R\$ 37,2 mil e - R\$ 36,4 mil, respectivamente.

Por ser um imposto cobrado sobre o patrimônio dos contribuintes, o desempenho da arrecadação do IPTU sofre maior influência das definições políticas e de fatores de ordem administrativa do que de flutuações na atividade econômica. As alterações das alíquotas tributárias, a implantação de políticas de combate à sonegação, bem como as atualizações no cadastro imobiliário e na planta genérica de valores do município são ações que potencializam a arrecadação.

Concentração

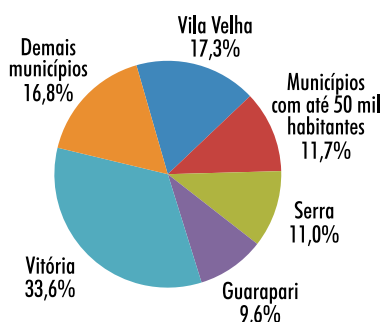
No Espírito Santo, a arrecadação do IPTU concentra-se, principalmente, nos municípios da Região Metropolitana, que responderam por 77,4% do total recolhido em 2010.

Historicamente, Vitória é o município que apresenta a maior arrecadação do IPTU, respondendo por, no mínimo, 30% do total desde 1998. Em 2010, os R\$ 40,1 milhões recolhidos pela capital representaram 33,6% do total arrecadado.

Vila Velha, Serra e Guarapari ocupam as demais posições iniciais no ranking de arrecadação, mas com participações bem menores, de 17,3%, 11,0% e 9,6%, respectivamente.

Ao longo dos últimos 12 anos, o Município de Vila Velha teve um crescimento expressivo na coleta do IPTU, com uma média de expansão de 12,5% ao ano. Em 1998, com uma receita de R\$ 5 milhões (já em valores atualizados), o município ocupava a quarta posição no ranking, mantida até 2001. Entretanto, em 2002, após a adoção de uma série de medidas, como a atualização do cadastro imobiliário e da planta genérica de valores, o Município alavancou o recolhimento do IPTU, passando a ocupar, desde então, a segunda posição no ranking.

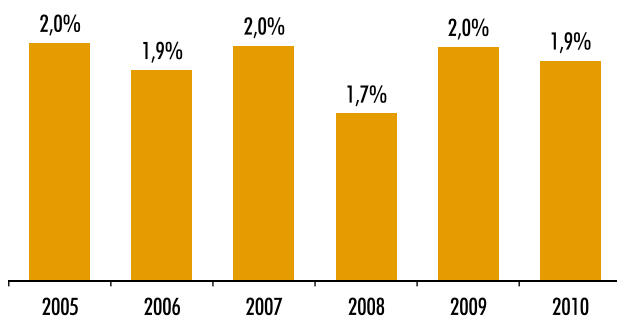
Distribuição da arrecadação do IPTU, por município



Peso orçamentário

Em geral, o IPTU possui um peso bem pequeno na composição da receita corrente dos municípios capixabas, alcançando 1,9% em 2010. Em anos anteriores, essa participação era maior, chegando a 3,1% em 1998, e veio diminuindo com o passar dos anos. Pode-se observar também um comportamento semelhante na participação do IPTU na composição da receita tributária, que passou de 14,2% para 10,5%, no mesmo período.

Participação média do IPTU na receita corrente dos municípios



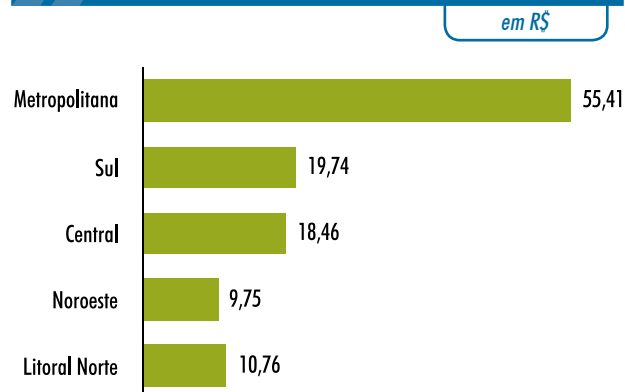
Essa redução na participação orçamentária deve-se, principalmente, ao crescimento menos acentuado do IPTU frente a outras fontes de receitas municipais. Como sua base tributável é menos sensível aos choques dos ciclos econômicos, sua arrecadação, por conseguinte, não acompanha a dinâmica do crescimento de alguns segmentos da economia, como o de serviços, que é a base de tributação do ISS.

Em 2010, os municípios que detiveram a maior participação do IPTU na receita corrente foram Guarapari (7,6%), Vila Velha (4,1%), Vitória (3,7%), Piúma (2,8%) e Cachoeiro de Itapemirim (2,7%). O peso do IPTU para esses municípios se justifica pela influência, isolada ou em conjunto, de dois fatores principais: ampla base tributável, devido ao grande porte populacional, e setor turístico bem desenvolvido. Nos demais municípios, a participação do IPTU na receita corrente é inferior a 2% e, em 82% desses, menor que 1%.

Arrecadação per capita

Em média, o conjunto dos municípios capixabas recolheu R\$ 33,99 em IPTU por habitante, em 2010. Entretanto, conforme pode ser observado no gráfico abaixo, essa arrecadação foi bem dispar, acentuando-se mais na Região Metropolitana, onde atingiu uma média de R\$ 55,41. Nas demais regiões esse valor foi bem inferior, chegando ao menor valor médio de R\$ 9,75 entre os municípios da Região Noroeste.

Receita per capita do IPTU por região - 2010



Individualmente, os municípios com as maiores receitas de IPTU por habitante foram Vitória (R\$ 123,13), Guarapari (R\$ 109,39), Anchieta (R\$ 88,56), Piúma (R\$ 56,40) e Vila Velha (R\$ 49,86). Anchieta, que ocupou a liderança do ranking per capita de 1999 a 2005, e a vice-liderança de 2006 a 2009, em 2010 passou para o terceiro lugar, cedendo uma posição para Guarapari. As menores arrecadações por habitante ocorreram em Marilândia (R\$ 1,35), Montanha (R\$ 1,16), Pedro Canário (R\$ 1,01), Ecoporanga (R\$ 0,91) e Vila Valério (R\$ 0,77).

► Arrecadação do IPTU - 2005-2010

Regiões e municípios	2005	2006	2007	2008	2009	2010	Variação 2010/2009	Participação 2010		IPTU per capita 2010 em R\$
	em R\$ mil - IPCA médio de 2010							no total do IPTU	na receita corrente ^a	
							em %			
MS Noroeste	3.416,4	3.849,6	3.930,7	3.956,1	3.878,8	4.027,8	3,8	3,4	0,6	9,8
Água Doce do Norte	26,7	26,7	24,8	23,1	48,9	90,0	84,3	0,1	0,4	9,5
Água Branca	28,8	44,7	31,0	125,7	27,7	24,4	-11,8	0,0	0,1	2,1
Alto Rio Novo	91,6	135,1	160,5	190,0	45,5	18,5	-59,5	0,0	0,1	2,5
Baixo Guandu	344,4	272,5	283,1	313,4	308,0	313,2	1,7	0,3	0,7	10,8
Barra de São Francisco	325,2	361,1	402,4	388,4	427,3	493,5	15,5	0,4	0,9	12,2
Boa Esperança	49,6	84,3	79,3	108,2	113,3	68,1	-39,8	0,1	0,3	4,8
Colatina	1.511,5	1.835,9	1.984,8	1.837,6	1.918,1	2.054,2	7,1	1,7	1,2	18,4
Ecoporanga	2,0	61,5	16,5	29,5	26,9	21,2	-21,3	0,0	0,1	0,9
Governador Lindenberg	62,3	43,3	30,7	27,7	24,7	24,6	-0,4	0,0	0,1	2,3
Mantenópolis	116,3	159,0	74,8	77,7	91,7	87,9	-4,2	0,1	0,4	6,5
Marilândia	81,3	41,0	53,9	50,7	52,2	15,0	-71,3	0,0	0,1	1,3
Nova Venécia	378,5	429,3	405,4	408,2	389,2	402,7	3,5	0,3	0,6	8,8
Pancas	136,6	108,5	88,5	116,1	110,8	110,3	-0,5	0,1	0,4	5,1
São Domingos do Norte	21,4	22,5	22,9	22,1	24,8	29,3	18,1	0,0	0,2	3,7
São Gabriel da Palha	187,7	181,7	214,8	194,4	212,1	226,3	6,7	0,2	0,5	7,1
Vila Pavão	30,2	35,0	34,9	31,4	38,0	38,1	0,3	0,0	0,2	4,4
Vila Valério	22,4	7,4	22,6	12,0	19,6	10,6	-46,1	0,0	0,0	0,8
MS Litoral Norte	6.009,9	4.824,1	5.418,4	4.961,5	5.591,4	5.907,8	5,7	4,9	0,5	10,8
Aracruz	2.564,4	1.330,5	1.355,4	1.058,7	1.265,1	1.515,9	19,8	1,3	0,7	18,5
Conceição da Barra	122,3	114,8	148,5	154,0	177,8	197,9	11,3	0,2	0,3	6,9
Fundão	372,3	287,1	379,6	288,8	346,8	274,0	-21,0	0,2	0,7	16,1
Ibiraçu	94,8	113,5	111,9	110,1	124,5	115,8	-7,0	0,1	0,6	10,4
Jaguaré	62,0	71,1	93,3	96,9	100,7	100,6	-0,1	0,1	0,2	4,1
João Neiva	139,4	132,2	134,2	126,7	123,6	118,1	-4,4	0,1	0,4	7,5
Linhares	1.792,8	1.993,2	2.226,1	2.204,3	2.511,5	2.601,7	3,6	2,2	0,8	18,4
Montanha	51,7	28,8	93,9	20,6	57,1	20,7	-63,7	0,0	0,1	1,2
Mucurici	3,3	4,3	0,9	1,7	18,2	18,9	3,7	0,0	0,1	3,3
Pedro Canário	26,0	19,0	35,2	33,0	20,0	24,1	20,7	0,0	0,1	1,0
Pinheiros	39,3	33,5	83,8	127,9	33,8	60,0	77,4	0,1	0,1	2,5
Ponto Belo	18,9	18,7	19,9	24,9	20,3	32,0	58,1	0,0	0,2	4,6
Rio Bananal	59,0	83,7	96,4	102,1	122,4	134,8	10,2	0,1	0,4	7,7
São Mateus	606,0	567,8	606,7	583,5	643,0	661,0	2,8	0,6	0,4	6,1
Sooretama	57,8	25,7	32,5	28,4	26,7	32,2	20,8	0,0	0,1	1,4
MS Central	5.469,7	5.217,3	5.288,6	4.637,6	5.677,3	5.842,9	2,9	4,9	0,9	18,5
Afonso Cláudio	300,4	263,0	280,9	261,9	314,8	305,4	-3,0	0,3	0,7	9,8
Alfredo Chaves	76,4	99,8	103,4	116,3	162,4	163,0	0,4	0,1	0,6	11,7
Anchieta	2.005,3	2.006,8	2.051,8	1.333,3	2.052,2	2.116,2	3,1	1,8	1,3	88,6
Brejetuba	37,7	39,9	26,9	9,6	11,6	58,4	404,8	0,0	0,3	4,9
Conceição do Castelo	137,8	141,3	150,3	153,2	162,7	167,0	2,6	0,1	0,7	14,3
Domingos Martins	285,6	307,5	331,2	340,6	350,4	366,8	4,7	0,3	0,7	11,5
Iconha	310,3	105,3	139,2	231,4	191,3	218,1	14,0	0,2	0,9	17,4
Itaguaçu	152,4	147,2	149,6	149,8	159,8	153,6	-3,9	0,1	0,6	10,9
Itarana	66,9	70,3	76,7	68,6	76,4	76,5	0,1	0,1	0,4	7,0
Laranja da Terra	201,8	184,5	26,4	27,6	28,2	31,0	9,9	0,0	0,2	2,9
Marechal Floriano	102,9	131,4	143,7	143,0	139,2	136,5	-2,0	0,1	0,5	9,6
Piúma	1.117,3	990,5	981,0	1.034,6	1.064,0	1.022,1	-3,9	0,9	2,8	56,4
Rio Novo do Sul	44,2	49,9	48,8	76,1	105,6	122,4	16,0	0,1	0,6	10,8
Santa Leopoldina	34,9	13,7	37,6	26,0	21,3	26,5	24,5	0,0	0,1	2,2
Santa Maria de Jetibá	98,2	121,0	111,2	117,6	146,0	160,4	9,9	0,1	0,3	4,7
Santa Teresa	217,2	249,1	328,0	269,2	376,3	382,5	1,7	0,3	1,0	17,5
São Roque do Canaã	50,5	59,1	55,7	52,1	52,2	49,3	-5,5	0,0	0,3	4,4
Venda Nova do Imigrante	229,9	237,1	246,2	226,7	263,0	287,2	9,2	0,2	0,8	14,0
Região Metropolitana	57.759,6	64.399,6	80.656,9	79.403,5	86.354,0	92.449,7	7,1	77,4	3,3	55,4
Caraciaca	3.065,7	3.510,5	4.140,6	4.096,6	4.508,5	6.188,8	37,3	5,2	1,9	17,7
Guarapari	7.683,2	8.978,0	8.636,7	6.806,5	10.547,7	11.510,8	9,1	9,6	7,6	109,4
Serra	8.949,1	10.006,2	10.924,6	12.481,9	12.641,8	13.156,7	4,1	11,0	1,9	32,1
Viana	544,6	572,0	640,6	727,4	842,5	856,9	1,7	0,7	1,0	13,2
Vila Velha	12.909,2	12.392,7	15.313,5	15.900,9	18.743,7	20.664,5	10,2	17,3	4,1	49,9
Vitória	24.607,8	28.940,2	41.000,8	39.390,3	39.069,8	40.072,1	2,6	33,6	3,7	123,1
MS Sul	8.328,6	9.154,1	9.709,5	10.265,9	10.508,3	11.171,1	6,3	9,4	1,1	19,7
Alegre	248,4	256,2	255,0	270,4	289,0	300,3	3,9	0,3	0,6	9,8
Apiacá	48,4	54,4	46,4	52,8	55,7	61,1	9,6	0,1	0,4	8,1
Atilio Vivacqua	45,9	45,4	46,7	38,7	53,8	47,7	-11,4	0,0	0,3	4,8
Bom Jesus do Norte	100,0	97,5	125,3	111,9	128,2	132,1	3,0	0,1	0,9	13,9
Cachoeiro de Itapemirim	4.819,8	5.108,0	5.490,5	6.081,4	5.948,1	6.156,1	3,5	5,2	2,7	32,4
Castelo	377,1	495,0	547,5	520,3	524,5	546,0	4,1	0,5	1,0	15,7
Divino de São Lourenço	23,2	19,7	31,1	28,7	31,7	32,2	1,7	0,0	0,3	7,1
Dores do Rio Preto	47,3	49,4	68,9	49,2	25,1	40,2	60,5	0,0	0,3	6,3
Guaçu	250,1	259,7	264,3	330,7	367,3	589,6	60,5	0,5	1,3	21,2
Ibatiba	50,6	12,7	59,4	41,5	26,6	32,6	22,5	0,0	0,1	1,5
Ibitirama	69,0	73,6	38,5	30,4	36,8	38,5	4,7	0,0	0,2	4,3
Irupi	44,3	50,4	70,4	57,6	56,1	44,7	-20,3	0,0	0,2	3,8
Itapemirim	413,7	410,7	416,4	419,5	433,6	466,4	7,6	0,4	0,6	15,1
Ituna	111,9	100,3	105,2	109,4	116,3	126,6	8,8	0,1	0,3	4,6
Jerônimo Monteiro	146,0	201,9	221,5	230,3	231,3	206,1	-10,9	0,2	1,1	18,9
Marataizes	769,1	890,6	924,3	831,3	861,9	919,9	6,7	0,8	1,8	26,9
Mimoso do Sul	221,3	179,0	204,6	238,3	237,7	233,5	-1,8	0,2	0,6	9,0
Muniz Freire	208,8	236,3	218,9	239,9	298,4	309,7	3,8	0,3	0,9	16,8
Muqui	73,9	74,1	81,0	80,3	89,6	95,5	6,6	0,1	0,5	6,6
Presidente Kennedy	96,5	197,7	180,3	176,4	238,5	290,5	21,8	0,2	0,2	28,2
São José do Calçado	46,2	218,2	180,2	200,4	345,8	383,0	10,8	0,3	1,9	36,8
Vargem Alta	117,2	123,3	133,1	126,5	112,5	118,7	5,5	0,1	0,3	6,2
TOTAL	80.984,2	87.444,6	105.004,1	103.224,7	112.009,8	119.399,2	6,6	100,0	1,9	34,0

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES), ainda não apreciados em plenário. Nota: ^areceita corrente ajustada dos efeitos do Fundef/Fundeb (ver "Notas metodológicas", na página 4).

► IPTU

Posição	Município	IPTU em R\$	População
1º	Vitória	40.072.068,8	325.453
2º	Vila Velha	20.664.472,5	414.420
3º	Serra	13.156.679,0	409.324
4º	Guarapari	11.510.779,2	105.227
5º	Cariacica	6.188.769,7	348.933
6º	Cachoeiro de Itapemirim	6.156.057,9	189.878
7º	Linhares	2.601.672,3	141.254
8º	Anchieta	2.116.154,7	23.894
9º	Colatina	2.054.158,4	111.794
10º	Aracruz	1.515.915,8	81.746
11º	Piúma	1.022.098,2	18.123
12º	Marataizes	919.889,0	34.147
13º	Viana	856.883,5	64.999
14º	São Mateus	660.995,6	109.067
15º	Guaçuí	589.565,8	27.853
16º	Castelo	545.961,1	34.826
17º	Barra de São Francisco	493.458,9	40.610
18º	Itapemirim	466.395,7	30.988
19º	Nova Venécia	402.726,1	46.020
20º	São José do Calçado	383.010,9	10.417
21º	Santa Teresa	382.533,1	21.815
22º	Domingos Martins	366.785,8	31.824
23º	Baixo Guandu	313.224,1	29.086
24º	Muniz Freire	309.735,7	18.387
25º	Afonso Cláudio	305.388,0	31.086
26º	Alegre	300.335,6	30.784
27º	Presidente Kennedy	290.514,0	10.315
28º	Venda Nova do Imigrante	287.161,5	20.468
29º	Fundão	273.970,4	17.028
30º	Mimoso do Sul	233.537,9	25.898
31º	São Gabriel da Palha	226.260,6	31.859
32º	Iconha	218.123,2	12.514
33º	Jerônimo Monteiro	206.142,6	10.888
34º	Conceição da Barra	197.894,6	28.477
35º	Conceição do Castelo	166.964,1	11.686
36º	Alfredo Chaves	163.036,6	13.960
37º	Santa Maria de Jetibá	160.430,0	34.178
38º	Itaguaçu	153.607,3	14.134
39º	Marechal Floriano	136.495,3	14.249
40º	Rio Bananal	134.833,0	17.538
41º	Bom Jesus do Norte	132.094,1	9.479
42º	Íluna	126.556,8	27.340
43º	Rio Novo do Sul	122.444,7	11.333
44º	Vargem Alta	118.699,5	19.141
45º	João Neiva	118.108,4	15.808
46º	Ibiraçu	115.835,1	11.158
47º	Pancas	110.320,6	21.520
48º	Jaguaré	100.559,1	24.718
49º	Muqui	95.549,8	14.396
50º	Água Doce do Norte	90.039,3	9.517
51º	Mantenópolis	87.881,5	13.600
52º	Itarana	76.545,3	10.881
53º	Boa Esperança	68.143,8	14.199
54º	Apiacá	61.057,3	7.513
55º	Pinheiros	59.981,9	23.891
56º	Brejetuba	58.366,7	11.921
57º	São Roque do Canaã	49.282,6	11.287
58º	Atílio Vivacqua	47.661,2	9.840
59º	Irupi	44.710,4	11.729
60º	Dores do Rio Preto	40.237,0	6.399
61º	Ibitirama	38.518,8	8.964
62º	Vila Pavão	38.098,4	8.672
63º	Ibatiba	32.621,8	22.346
64º	Sooretama	32.238,9	23.860
65º	Divino de São Lourenço	32.220,9	4.515
66º	Ponto Belo	32.020,2	6.979
67º	Laranja da Terra	30.990,5	10.825
68º	São Domingos do Norte	29.263,7	8.016
69º	Santa Leopoldina	26.480,0	12.255
70º	Governador Lindenberg	24.579,0	10.874
71º	Águia Branca	24.448,6	11.771
72º	Pedro Canário	24.100,8	23.789
73º	Ecoporanga	21.192,3	23.223
74º	Montanha	20.749,5	17.854
75º	Mucurici	18.900,5	5.672
76º	Alto Rio Novo	18.451,4	7.303
77º	Marilândia	14.989,9	11.107
78º	Vila Valério	10.581,0	13.830
TOTAL		119.399.207,7	3.512.672

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES), ainda não apreciados em plenário. População para 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

► IPTU per capita

Posição	Município	A / B	IPTU (A)	População (B)
		em R\$		
1º	Vitória	123,1	40.072.068,8	325.453
2º	Guarapari	109,4	11.510.779,2	105.227
3º	Anchieta	88,6	2.116.154,7	23.894
4º	Piúma	56,4	1.022.098,2	18.123
5º	Vila Velha	49,9	20.664.472,5	414.420
6º	São José do Calçado	36,8	383.010,9	10.417
7º	Cachoeiro de Itapemirim	32,4	6.156.057,9	189.878
8º	Serra	32,1	13.156.679,0	409.324
9º	Presidente Kennedy	28,2	290.514,0	10.315
10º	Marataizes	26,9	919.889,0	34.147
11º	Guaçuí	21,2	589.565,8	27.853
12º	Jerônimo Monteiro	18,9	206.142,6	10.888
13º	Aracruz	18,5	1.515.915,8	81.746
14º	Linhares	18,4	2.601.672,3	141.254
15º	Colatina	18,4	2.054.158,4	111.794
16º	Cariacica	17,7	6.188.769,7	348.933
17º	Santa Teresa	17,5	382.533,1	21.815
18º	Iconha	17,4	218.123,2	12.514
19º	Muniz Freire	16,8	309.735,7	18.387
20º	Fundão	16,1	273.970,4	17.028
21º	Castelo	15,7	545.961,1	34.826
22º	Itapemirim	15,1	466.395,7	30.988
23º	Conceição do Castelo	14,3	166.964,1	11.686
24º	Venda Nova do Imigrante	14,0	287.161,5	20.468
25º	Bom Jesus do Norte	13,9	132.094,1	9.479
26º	Viana	13,2	856.883,5	64.999
27º	Barra de São Francisco	12,2	493.458,9	40.610
28º	Alfredo Chaves	11,7	163.036,6	13.960
29º	Domingos Martins	11,5	366.785,8	31.824
30º	Itaguaçu	10,9	153.607,3	14.134
31º	Rio Novo do Sul	10,8	122.444,7	11.333
32º	Baixo Guandu	10,8	313.224,1	29.086
33º	Ibiraçu	10,4	115.835,1	11.158
34º	Afonso Cláudio	9,8	305.388,0	31.086
35º	Alegre	9,8	300.335,6	30.784
36º	Marechal Floriano	9,6	136.495,3	14.249
37º	Água Doce do Norte	9,5	90.039,3	9.517
38º	Mimoso do Sul	9,0	233.537,9	25.898
39º	Nova Venécia	8,8	402.726,1	46.020
40º	Apiacá	8,1	61.057,3	7.513
41º	Rio Bananal	7,7	134.833,0	17.538
42º	João Neiva	7,5	118.108,4	15.808
43º	Divino de São Lourenço	7,1	32.220,9	4.515
44º	São Gabriel da Palha	7,1	226.260,6	31.859
45º	Itarana	7,0	76.545,3	10.881
46º	Conceição da Barra	6,9	197.894,6	28.477
47º	Muqui	6,6	95.549,8	14.396
48º	Mantenópolis	6,5	87.881,5	13.600
49º	Dores do Rio Preto	6,3	40.237,0	6.399
50º	Vargem Alta	6,2	118.699,5	19.141
51º	São Mateus	6,1	660.995,6	109.067
52º	Pancas	5,1	110.320,6	21.520
53º	Brejetuba	4,9	58.366,7	11.921
54º	Atílio Vivacqua	4,8	47.661,2	9.840
55º	Boa Esperança	4,8	68.143,8	14.199
56º	Santa Maria de Jetibá	4,7	160.430,0	34.178
57º	Íluna	4,6	126.556,8	27.340
58º	Ponto Belo	4,6	32.020,2	6.979
59º	Vila Pavão	4,4	38.098,4	8.672
60º	São Roque do Canaã	4,4	49.282,6	11.287
61º	Ibitirama	4,3	38.518,8	8.964
62º	Jaguaré	4,1	100.559,1	24.718
63º	Irupi	3,8	44.710,4	11.729
64º	São Domingos do Norte	3,7	29.263,7	8.016
65º	Mucurici	3,3	18.900,5	5.672
66º	Laranja da Terra	2,9	30.990,5	10.825
67º	Alto Rio Novo	2,5	18.451,4	7.303
68º	Pinheiros	2,5	59.981,9	23.891
69º	Governador Lindenberg	2,3	24.579,0	10.874
70º	Santa Leopoldina	2,2	26.480,0	12.255
71º	Águia Branca	2,1	24.448,6	11.771
72º	Ibatiba	1,5	32.621,8	22.346
73º	Sooretama	1,4	32.238,9	23.860
74º	Marilândia	1,3	14.989,9	11.107
75º	Montanha	1,2	20.749,5	17.854
76º	Pedro Canário	1,0	24.100,8	23.789
77º	Ecoporanga	0,9	21.192,3	23.223
78º	Vila Valério	0,8	10.581,0	13.830
TOTAL		34,0	119.399.207,7	3.512.672

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES), ainda não apreciados em plenário. População para 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

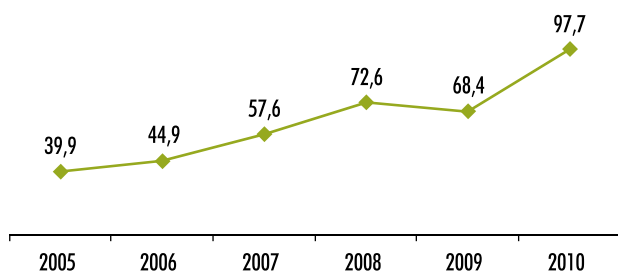
A arrecadação do Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis *Inter Vivos* (ITBI) teve uma retomada espetacular após o revés sofrido em 2009 em função do impacto da crise financeira internacional no setor imobiliário. Em 2010, a receita conjunta dos municípios capixabas com o imposto cresceu 42,8%, o mais vigoroso aumento da década. Cinquenta e seis municípios, de um universo de 78, assistiram a um aumento de arrecadação.

Os três principais polos geradores do ITBI entre os municípios capixabas apresentaram um excelente desempenho em 2010, a melhor performance dos últimos anos para todos eles. Líder entre os municípios capixabas, responsável por 28,1% do total arrecadado com o ITBI em 2010, Vitória assistiu a um aumento de 29,8% no recolhimento do imposto, que passou de R\$ 21,2 milhões, em 2009, para R\$ 27,5 milhões, em 2010. Em Vila Velha, vice-líder, a alta foi de 55,8% e na Serra, de 80,4%.

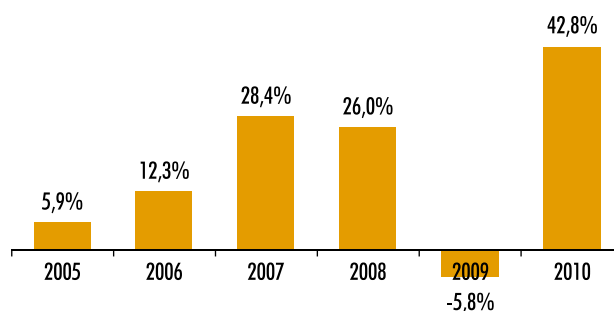
Entre as demais cidades com mais de 50 mil habitantes apresentaram crescimento expressivo na arrecadação de ITBI, entre 2009 e 2010, os municípios de Viana (180,9%), Linhares (72,1%), São Mateus (66,6%), Colatina (45,6%), Guarapari (41,6%) e Cariacica (29,5%). Em Cachoeiro de Itapemirim o recolhimento foi praticamente o mesmo do ano anterior, de R\$ 2 milhões, com alta de apenas 2,9%. Nesse grupo, apenas Aracruz apresentou queda na arrecadação do ITBI. O Município recolheu R\$ 149,4 mil em 2010, a mais baixa quantia da década.

Evolução da arrecadação do ITBI

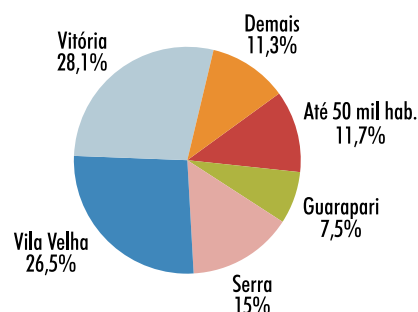
em R\$ milhões - IPCA médio de 2010



Taxa de crescimento do ITBI em relação ao ano anterior



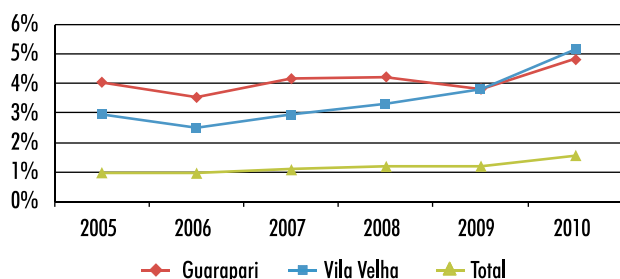
Participação dos municípios na receita do ITBI - 2010



No geral, os municípios de menor porte populacional, com até 50 mil habitantes, apresentaram um aumento médio de arrecadação do ITBI de 20,5% em 2010. Nesse grupo, vale citar os casos de Itapemirim e Nova Venécia, cujas altas de recolhimento foram de 250,9% e 148%, respectivamente.

Com o excelente desempenho, cresceu o peso do ITBI na receita corrente dos municípios capixabas em 2010, quando atingiu 1,6%. Nos últimos anos ele vinha flutuando entre 1% e 1,2%. Nos anos recentes, o ITBI tem tido maior importância nos orçamentos de Vila Velha e Guarapari. Em 2010, seu peso na receita corrente desses municípios foi de 5,2% e 4,8%, respectivamente.

Participação do ITBI na receita corrente



Saiba mais sobre o ITBI

Tendo como fato gerador a compra e venda ou a cessão de imóveis, o imposto depende de transações entre agentes econômicos, cujas decisões são influenciadas por avaliações de uso ou de natureza patrimonial. Seu potencial arrecadador diferencia-se entre as cidades, variando conforme o nível de concentração urbana, o grau de desenvolvimento da estrutura produtiva e o nível de renda das pessoas. Seu comportamento depende ainda das condições estruturais ou conjunturais da economia, da oferta de crédito e da política de fiscalização dos governos locais.

Na primeira Constituição da República Federativa do Brasil, em 1891, o ITBI era de competência dos estados. Com a Emenda Constitucional nº 5, de 1961, distinguiu-se o imposto em ITBI *causa mortis* (herança ou sucessão) e ITBI *inter vivos* (transações imobiliárias), destinando-se a competência do primeiro aos estados e a do segundo aos municípios. Essa determinação foi sendo alterada ao longo das sucessivas constituições e emendas, até que na Constituição Federal de 1988 passou a vigorar o mesmo estabelecido em 1961.

O ITBI tem como fato gerador a transmissão da propriedade ou do domínio útil de bens imóveis e a transmissão de direitos reais sobre imóveis, exceto os direitos reais de garantia. O contribuinte é definido em lei municipal, podendo ser qualquer uma das partes envolvidas na transação. A base de cálculo do imposto é o valor venal do imóvel, e a definição da alíquota que incide sobre essa base é de plena competência municipal, não existindo limite para sua fixação.



**Cada vez
mais presente
nas prefeituras
de todo o Brasil**



Aequus Consultoria

www.aequus.com.br
Tel.: (27) 3235-7841

► Arrecadação do ITBI - 2005-2010

Regiões e municípios	2005	2006	2007	2008	2009	2010	Variação 2010/2009	Participação 2010		ITBI per capita 2010 em R\$
								no total do ITBI	na receita corrente ^a	
	em R\$ mil - IPCA médio de 2010							em %		
MS Noroeste	2.562,6	2.745,6	2.939,1	3.004,3	2.989,1	4.223,6	41,3	4,3	0,7	10,2
Água Doce do Norte	61,7	38,6	50,3	52,4	79,0	128,4	62,6	0,1	0,6	13,5
Água Branca	63,5	95,6	57,1	59,7	54,4	40,5	-25,5	0,0	0,2	3,4
Alto Rio Novo	22,3	5,9	0,1	0,0	26,2	40,1	52,6	0,0	0,3	5,5
Baixo Guandu	184,5	205,5	161,5	102,2	203,0	242,9	19,7	0,2	0,5	8,4
Barra de São Francisco	391,6	438,9	425,2	389,3	376,2	376,6	0,1	0,4	0,7	9,3
Boa Esperança	124,0	91,2	176,3	112,9	96,8	144,0	48,8	0,1	0,6	10,1
Colatina	748,3	808,5	879,3	990,8	1.021,6	1.487,5	45,6	1,5	0,9	13,3
Ecoporanga	173,8	145,5	145,3	170,7	219,0	320,7	46,4	0,3	0,8	13,8
Governador Lindenberg	1,1	35,3	65,0	37,8	34,6	69,5	101,1	0,1	0,4	6,4
Mantenópolis	154,0	142,7	120,2	123,4	105,3	105,0	-0,3	0,1	0,5	7,7
Marilândia	63,2	59,5	72,1	71,5	59,6	82,7	38,8	0,1	0,4	7,4
Nova Venécia	173,3	300,6	283,4	350,7	277,0	687,1	148,0	0,7	1,0	14,9
Pancas	119,9	102,1	148,1	140,7	114,7	119,9	4,5	0,1	0,4	5,6
São Domingos do Norte	76,6	33,6	140,8	89,3	67,2	67,9	1,1	0,1	0,4	8,5
São Gabriel da Palha	147,9	162,2	141,4	186,4	181,7	235,9	29,8	0,2	0,5	7,4
Vila Pavão	13,8	14,6	31,8	28,2	25,0	34,4	37,7	0,0	0,2	4,0
Vila Valério	43,1	65,3	41,5	98,2	47,9	40,5	-15,4	0,0	0,2	2,9
MS Litoral Norte	3.465,9	3.570,4	5.896,6	5.001,8	4.239,9	6.283,6	48,2	6,4	0,6	11,4
Aracruz	455,8	679,8	855,9	386,1	342,0	149,4	-56,3	0,2	0,1	1,8
Conceição da Barra	78,2	54,3	265,1	166,3	108,4	227,1	109,6	0,2	0,4	8,0
Fundão	99,0	116,3	119,8	159,9	189,0	282,6	49,6	0,3	0,8	16,6
Ibiraçu	34,4	40,7	63,0	79,5	52,0	112,6	116,4	0,1	0,5	10,1
Jaguaré	88,4	86,4	157,0	141,9	132,5	171,7	29,6	0,2	0,3	6,9
João Neiva	70,0	112,7	84,1	124,3	137,8	123,0	-10,7	0,1	0,4	7,8
Linhares	1.120,5	925,7	1.496,8	1.533,7	1.465,4	2.521,7	72,1	2,6	0,8	17,9
Montanha	146,3	185,3	197,8	226,5	123,0	180,7	47,0	0,2	0,6	10,1
Mucurici	282,9	182,1	31,9	96,0	22,7	16,6	-27,1	0,0	0,1	2,9
Pedro Canário	106,1	47,9	436,1	91,2	36,3	1,1	-97,0	0,0	0,0	0,0
Pinheiros	164,9	309,9	366,4	549,0	239,1	412,6	72,6	0,4	1,0	17,3
Ponto Belo	31,3	29,1	56,3	53,1	45,6	48,8	7,0	0,0	0,3	7,0
Rio Bananal	107,4	90,3	199,7	185,1	136,5	113,0	-17,2	0,1	0,3	6,4
São Mateus	584,1	647,7	1.151,5	1.098,5	1.124,9	1.874,5	66,6	1,9	1,1	17,2
Sooretama	96,5	62,3	415,2	110,7	84,9	48,1	-43,3	0,0	0,1	2,0
MS Central	2.424,4	2.416,1	3.043,6	3.835,3	3.698,9	3.936,3	6,4	4,0	0,6	12,4
Afonso Cláudio	156,7	135,2	148,9	206,5	149,2	219,8	47,3	0,2	0,5	7,1
Alfredo Chaves	86,1	99,8	133,1	89,5	150,6	162,1	7,6	0,2	0,6	11,6
Anchieta	267,6	384,9	436,7	786,2	1.093,9	741,6	-32,2	0,8	0,5	31,0
Brejetuba	66,1	58,9	25,6	28,7	24,3	44,2	82,4	0,0	0,2	3,7
Conceição do Castelo	94,0	87,0	65,0	106,7	76,6	103,0	34,4	0,1	0,5	8,8
Domingos Martins	511,2	474,3	623,9	614,1	509,5	485,3	-4,7	0,5	0,9	15,3
Iconha	18,0	40,4	147,7	109,5	51,8	90,6	74,8	0,1	0,4	7,2
Itaguaçu	114,6	98,9	148,2	180,7	183,8	263,0	43,1	0,3	1,1	18,6
Itarana	51,7	66,4	91,2	65,5	87,3	61,0	-30,1	0,1	0,3	5,6
Laranja da Terra	-	5,0	32,2	77,2	74,7	113,0	51,1	0,1	0,6	10,4
Marechal Floriano	200,8	157,1	232,4	306,9	176,2	216,1	22,6	0,2	0,8	15,2
Pinuma	279,3	314,9	223,8	359,9	285,5	305,6	7,1	0,3	0,8	16,9
Rio Novo do Sul	20,7	28,5	37,7	27,2	62,0	58,3	-6,0	0,1	0,3	5,1
Santa Leopoldina	45,9	59,6	103,8	111,3	105,7	188,7	78,5	0,2	0,9	15,4
Santa Maria de Jetibá	101,7	104,3	129,9	202,0	175,5	222,9	27,0	0,2	0,4	6,5
Santa Teresa	202,2	195,3	250,2	328,4	285,1	326,5	14,5	0,3	0,8	15,0
São Roque do Canaã	64,7	25,6	58,8	58,7	33,0	54,5	65,4	0,1	0,3	4,8
Venda Nova do Imigrante	143,0	80,0	154,6	176,2	174,3	280,2	60,8	0,3	0,8	13,7
Região Metropolitana	28.499,9	33.080,2	41.998,7	53.666,1	53.022,5	78.246,2	47,6	80,1	2,8	46,9
Cariacica	679,3	1.101,6	2.068,0	2.053,3	1.724,9	2.233,4	29,5	2,3	0,7	6,4
Guarapari	3.740,2	3.996,3	4.904,7	5.767,4	5.149,8	7.293,2	41,6	7,5	4,8	69,3
Serra	3.612,3	4.785,7	6.836,4	9.955,2	8.108,9	14.627,5	80,4	15,0	2,2	35,7
Viana	181,5	222,9	160,1	330,7	267,6	751,6	180,9	0,8	0,9	11,6
Vila Velha	8.949,5	9.331,0	11.280,9	15.042,2	16.614,6	25.885,6	55,8	26,5	5,2	62,5
Vitória	11.337,1	13.642,8	16.748,5	20.517,2	21.156,8	27.455,0	29,8	28,1	2,5	84,4
MS Sul	2.991,8	3.059,6	3.729,4	7.094,5	4.437,8	4.993,8	12,5	5,1	0,5	8,8
Alegre	146,5	206,9	194,5	181,0	181,6	169,9	-6,5	0,2	0,3	5,5
Apiacá	45,2	50,3	26,6	31,6	20,7	33,3	61,2	0,0	0,2	4,4
Atilio Vivacqua	33,1	33,8	54,5	74,1	70,5	44,1	-37,5	0,0	0,2	4,5
Bom Jesus do Norte	16,6	13,4	27,7	26,3	29,8	4,9	-83,5	0,0	0,0	0,5
Cachoeiro de Itapemirim	1.047,7	1.348,2	1.610,6	1.694,7	1.942,7	1.998,3	2,9	2,0	0,9	10,5
Castelo	299,2	245,7	410,4	475,0	471,9	583,4	23,6	0,6	1,1	16,8
Divino de São Lourenço	40,5	11,0	14,9	28,9	32,1	48,2	50,3	0,0	0,5	10,7
Dores do Rio Preto	25,5	29,2	35,1	29,7	38,5	32,1	-16,6	0,0	0,2	5,0
Guacuí	127,9	140,0	122,8	123,9	173,8	301,2	73,3	0,3	0,7	10,8
Ibatiba	126,3	32,4	38,8	57,8	67,6	53,9	-20,3	0,1	0,2	2,4
Ibitirama	31,1	28,4	28,3	66,4	71,5	7,0	-90,2	0,0	0,0	0,8
Irupi	62,4	50,9	52,0	72,5	50,8	34,0	-33,1	0,0	0,2	2,9
Itapemirim	90,3	84,3	162,0	238,5	167,5	587,9	250,9	0,6	0,7	19,0
Júna	180,2	137,3	201,2	173,0	162,2	263,4	62,4	0,3	0,7	9,6
Jerônimo Monteiro	60,1	40,0	47,8	73,0	36,9	66,9	81,1	0,1	0,3	6,1
Marataizes	147,6	171,1	220,4	220,3	234,1	278,4	18,9	0,3	0,5	8,2
Mimoso do Sul	67,8	125,6	94,9	136,9	106,4	126,6	19,0	0,1	0,3	4,9
Muniz Freire	122,7	85,2	67,0	114,6	91,5	39,7	-56,6	0,0	0,1	2,2
Muqui	67,2	62,7	45,5	54,6	54,3	62,4	15,0	0,1	0,3	4,3
Presidente Kennedy	132,5	85,4	118,1	3.088,1	118,7	156,6	31,9	0,2	0,1	15,2
São José do Calçado	27,9	47,6	78,1	59,7	47,0	56,5	20,2	0,1	0,3	5,4
Vargem Alta	93,5	30,0	78,2	74,1	267,6	45,1	-83,1	0,0	0,1	2,4
TOTAL	39.944,7	44.871,9	57.607,2	72.602,0	68.388,2	97.683,6	42,8	100,0	1,6	27,8

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES), ainda não apreciados em plenário. Nota: ^areceita corrente ajustada dos efeitos do Fundef/Fundeb (ver "Notas metodológicas", na página 4).

▶ ITBI

Posição	Município	ITBI em R\$	População
1º	Vitória	27.454.954,3	325.453
2º	Vila Velha	25.885.552,0	414.420
3º	Serra	14.627.480,7	409.324
4º	Guarapari	7.293.234,3	105.227
5º	Linhares	2.521.676,2	141.254
6º	Cariacica	2.233.399,3	348.933
7º	Cachoeiro de Itapemirim	1.998.341,4	189.878
8º	São Mateus	1.874.508,6	109.067
9º	Colatina	1.487.483,5	111.794
10º	Viana	751.582,1	64.999
11º	Anchieta	741.633,8	23.894
12º	Nova Venécia	687.127,5	46.020
13º	Itapemirim	587.871,4	30.988
14º	Castelo	583.371,2	34.826
15º	Domingos Martins	485.318,8	31.824
16º	Pinheiros	412.648,3	23.891
17º	Barra de São Francisco	376.642,7	40.610
18º	Santa Teresa	326.500,6	21.815
19º	Ecoporanga	320.711,0	23.223
20º	Piúma	305.640,1	18.123
21º	Guaçuí	301.171,6	27.853
22º	Fundão	282.587,7	17.028
23º	Venda Nova do Imigrante	280.220,7	20.468
24º	Marataízes	278.387,0	34.147
25º	Íluna	263.386,5	27.340
26º	Itaguaçu	262.983,6	14.134
27º	Baixo Guandu	242.908,6	29.086
28º	São Gabriel da Palha	235.870,1	31.859
29º	Conceição da Barra	227.112,8	28.477
30º	Santa Maria de Jetibá	222.895,6	34.178
31º	Afonso Cláudio	219.764,4	31.086
32º	Marechal Floriano	216.056,0	14.249
33º	Santa Leopoldina	188.703,4	12.255
34º	Montanha	180.720,0	17.854
35º	Jaguaré	171.684,6	24.718
36º	Alegre	169.880,7	30.784
37º	Alfredo Chaves	162.064,4	13.960
38º	Presidente Kennedy	156.649,2	10.315
39º	Aracruz	149.429,6	81.746
40º	Boa Esperança	144.012,0	14.199
41º	Água Doce do Norte	128.354,4	9.517
42º	Mimoso do Sul	126.606,7	25.898
43º	João Neiva	122.967,2	15.808
44º	Pancas	119.922,9	21.520
45º	Rio Bananal	113.014,1	17.538
46º	Laranja da Terra	112.961,4	10.825
47º	Ibiraçu	112.620,3	11.158
48º	Mantenópolis	105.005,1	13.600
49º	Conceição do Castelo	103.016,8	11.686
50º	Iconha	90.562,2	12.514
51º	Marilândia	82.652,9	11.107
52º	Governador Lindenberg	69.534,8	10.874
53º	São Domingos do Norte	67.919,9	8.016
54º	Jerônimo Monteiro	66.869,1	10.888
55º	Muqui	62.420,8	14.396
56º	Itarana	60.988,2	10.881
57º	Rio Novo do Sul	58.257,2	11.333
58º	São José do Calçado	56.477,0	10.417
59º	São Roque do Canaã	54.524,2	11.287
60º	Ibatiba	53.919,5	22.346
61º	Ponto Belo	48.792,1	6.979
62º	Divino de São Lourenço	48.244,4	4.515
63º	Sooretama	48.132,3	23.860
64º	Vargem Alta	45.108,7	19.141
65º	Brejetuba	44.234,9	11.921
66º	Atílio Vivácqua	44.057,7	9.840
67º	Águia Branca	40.519,4	11.771
68º	Vila Valério	40.476,9	13.830
69º	Alto Rio Novo	40.050,9	7.303
70º	Muniz Freire	39.684,4	18.387
71º	Vila Pavão	34.449,1	8.672
72º	Irupi	33.994,4	11.729
73º	Apiacá	33.346,6	7.513
74º	Dores do Rio Preto	32.143,1	6.399
75º	Mucurici	16.560,0	5.672
76º	Ibitirama	6.987,6	8.964
77º	Bom Jesus do Norte	4.920,9	9.479
78º	Pedro Canário	1.105,0	23.789
TOTAL		97.683.569,0	3.512.672

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES), ainda não apreciados em plenário. População para 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

▶ ITBI per capita

Posição	Município	A / B	ITBI (A)	População (B)
			em R\$	
1º	Vitória	84,4	27.454.954,3	325.453
2º	Guarapari	69,3	7.293.234,3	105.227
3º	Vila Velha	62,5	25.885.552,0	414.420
4º	Serra	35,7	14.627.480,7	409.324
5º	Anchieta	31,0	741.633,8	23.894
6º	Itapemirim	19,0	587.871,4	30.988
7º	Itaguaçu	18,6	262.983,6	14.134
8º	Linhares	17,9	2.521.676,2	141.254
9º	Pinheiros	17,3	412.648,3	23.891
10º	São Mateus	17,2	1.874.508,6	109.067
11º	Piúma	16,9	305.640,1	18.123
12º	Castelo	16,8	583.371,2	34.826
13º	Fundão	16,6	282.587,7	17.028
14º	Santa Leopoldina	15,4	188.703,4	12.255
15º	Domingos Martins	15,3	485.318,8	31.824
16º	Presidente Kennedy	15,2	156.649,2	10.315
17º	Marechal Floriano	15,2	216.056,0	14.249
18º	Santa Teresa	15,0	326.500,6	21.815
19º	Nova Venécia	14,9	687.127,5	46.020
20º	Ecoporanga	13,8	320.711,0	23.223
21º	Venda Nova do Imigrante	13,7	280.220,7	20.468
22º	Água Doce do Norte	13,5	128.354,4	9.517
23º	Colatina	13,3	1.487.483,5	111.794
24º	Alfredo Chaves	11,6	162.064,4	13.960
25º	Viana	11,6	751.582,1	64.999
26º	Guaçuí	10,8	301.171,6	27.853
27º	Divino de São Lourenço	10,7	48.244,4	4.515
28º	Cachoeiro de Itapemirim	10,5	1.998.341,4	189.878
29º	Laranja da Terra	10,4	112.961,4	10.825
30º	Boa Esperança	10,1	144.012,0	14.199
31º	Montanha	10,1	180.720,0	17.854
32º	Ibiraçu	10,1	112.620,3	11.158
33º	Íluna	9,6	263.386,5	27.340
34º	Barra de São Francisco	9,3	376.642,7	40.610
35º	Conceição do Castelo	8,8	103.016,8	11.686
36º	São Domingos do Norte	8,5	67.919,9	8.016
37º	Baixo Guandu	8,4	242.908,6	29.086
38º	Marataízes	8,2	278.387,0	34.147
39º	Conceição da Barra	8,0	227.112,8	28.477
40º	João Neiva	7,8	122.967,2	15.808
41º	Mantenópolis	7,7	105.005,1	13.600
42º	Marilândia	7,4	82.652,9	11.107
43º	São Gabriel da Palha	7,4	235.870,1	31.859
44º	Iconha	7,2	90.562,2	12.514
45º	Afonso Cláudio	7,1	219.764,4	31.086
46º	Ponto Belo	7,0	48.792,1	6.979
47º	Jaguaré	6,9	171.684,6	24.718
48º	Santa Maria de Jetibá	6,5	222.895,6	34.178
49º	Rio Bananal	6,4	113.014,1	17.538
50º	Cariacica	6,4	2.233.399,3	348.933
51º	Governador Lindenberg	6,4	69.534,8	10.874
52º	Jerônimo Monteiro	6,1	66.869,1	10.888
53º	Itarana	5,6	60.988,2	10.881
54º	Pancas	5,6	119.922,9	21.520
55º	Alegre	5,5	169.880,7	30.784
56º	Alto Rio Novo	5,5	40.050,9	7.303
57º	São José do Calçado	5,4	56.477,0	10.417
58º	Rio Novo do Sul	5,1	58.257,2	11.333
59º	Dores do Rio Preto	5,0	32.143,1	6.399
60º	Mimoso do Sul	4,9	126.606,7	25.898
61º	São Roque do Canaã	4,8	54.524,2	11.287
62º	Atílio Vivácqua	4,5	44.057,7	9.840
63º	Apiacá	4,4	33.346,6	7.513
64º	Muqui	4,3	62.420,8	14.396
65º	Vila Pavão	4,0	34.449,1	8.672
66º	Brejetuba	3,7	44.234,9	11.921
67º	Águia Branca	3,4	40.519,4	11.771
68º	Vila Valério	2,9	40.476,9	13.830
69º	Mucurici	2,9	16.560,0	5.672
70º	Irupi	2,9	33.994,4	11.729
71º	Ibatiba	2,4	53.919,5	22.346
72º	Vargem Alta	2,4	45.108,7	19.141
73º	Muniz Freire	2,2	39.684,4	18.387
74º	Sooretama	2,0	48.132,3	23.860
75º	Aracruz	1,8	149.429,6	81.746
76º	Ibitirama	0,8	6.987,6	8.964
77º	Bom Jesus do Norte	0,5	4.920,9	9.479
78º	Pedro Canário	0,0	1.105,0	23.789
TOTAL		27,8	97.683.569,0	3.512.672

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES), ainda não apreciados em plenário. População para 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).





As oportunidades para você investir crescem junto com a nossa cidade.

O desenvolvimento econômico chegou a Presidente Kennedy. Nos próximos anos, o município receberá R\$ 4 bilhões em investimentos no setor industrial. E para colher os benefícios, prefeitura e população estão se preparando juntas. O acesso à saúde, educação, capacitação profissional, saneamento, o transporte e a moradia estão sendo ampliados. Além disso, estão sendo criadas novas oportunidades e incentivos para empreendedores em várias atividades. Invista em Presidente Kennedy. Uma cidade que cresce a cada dia e pode fazer o mesmo para seus negócios.



O futuro é agora. Participe.

www.presidentekennedy.es.gov.br



Taxas

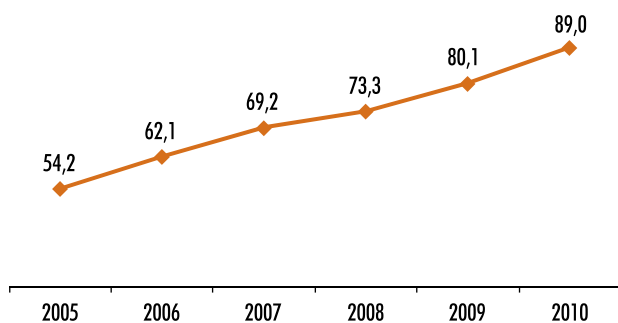
Visando a adequar as informações divulgadas em **Finanças dos Municípios Capixabas** com as demais publicações da Aequis Consultoria, desde a edição anterior a receita da Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública (Cosip) não está mais incluída nos valores das taxas. Essa inclusão era feita para uniformizar as informações sobre taxas, pois até 2002 o custeio da iluminação pública era feito por meio da receita de taxas. A Cosip passou a vigorar a partir de 2003. Dessa forma, o leitor pode comparar o desempenho das taxas dos municípios do Espírito Santo com o de qualquer outro da Região Sudeste, através das revistas **Finanças dos Municípios Fluminenses**, **Finanças dos Municípios Mineiros**, e **Finanças dos Municípios Paulistas**, ou com os principais municípios do Brasil, por meio do anuário **Multi Cidades – Finanças dos Municípios do Brasil**, editado pela Frente Nacional de Prefeitos (FNP).

Desempenho e concentração

A arrecadação de taxas dos municípios do Espírito Santo teve um crescimento real de 11,1%, entre 2009 e 2010. Esse crescimento representou um adicional de R\$ 8,9 milhões aos cofres municipais, perfazendo um montante de R\$ 89 milhões.

Evolução da arrecadação das taxas

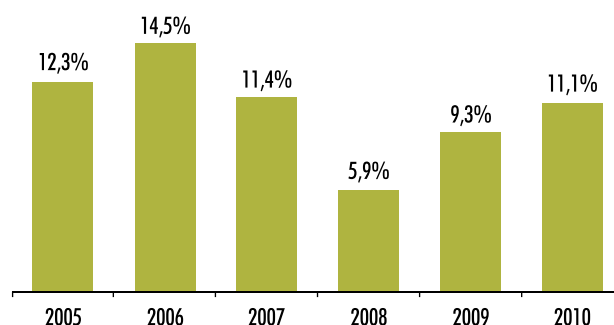
em R\$ milhões - IPCA médio de 2010



A maioria dos municípios apresentou um bom desempenho no recolhimento das taxas. O Município de Fundão multiplicou sua receita de taxas em mais de oito vezes, passando de uma arrecadação de R\$ 107,4 milhões, em 2009, para R\$ 925,1

milhões, em 2010. Outros municípios também tiveram altas expressivas, porém numa magnitude menor, como São José do Calçado (298,5%), Pinheiros (137,2%), Bom Jesus do Norte (96,9%) e Sooretama (87,4%). Em termos absolutos, cabe destaque os incrementos realizados por Guarapari (R\$ 2,2 milhões), Vila Velha (R\$ 2,1 milhões), Serra (R\$ 953,9 mil), Fundão (R\$ 817,7 mil) e Cariacica (R\$ 688,6 mil).

Taxa de crescimento da receita de taxas em relação ao ano anterior



Nos dois últimos anos, a arrecadação de Guarapari tem se expandido em um ritmo bem intenso. Após uma retração de 36,7% em 2008, sua receita de taxas aumentou, respectivamente, 98,3% e 40,7% nos dois anos seguintes, fazendo com que, em 2010, o tributo chegasse à soma de R\$ 7,7 milhões, o maior valor arrecadado nos últimos sete anos.

Em Vitória a arrecadação ficou praticamente estável, com alta de apenas 1,2%, e atingiu R\$ 19,1 milhões.

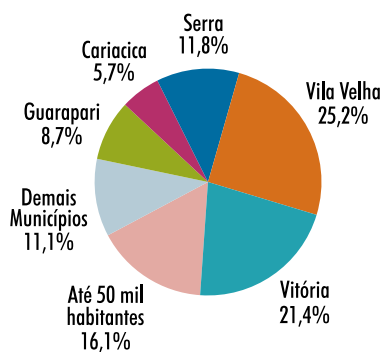
Dos 78 municípios capixabas, 25 registraram perdas reais no recolhimento das taxas. As mais expressivas ocorreram em Mucurici (-61,6%), Guaçuí (-46,6%), Rio Novo do Sul (-44,1%), Presidente Kennedy (-36,7%) e Santa Leopoldina (-30,3%).

Essa fonte de receita é altamente concentrada no Espírito Santo, onde Vila Velha (25,2%), Vitória (21,4%) e Serra (11,8%) são responsáveis por mais da metade do total arrecadado. Quando somamos a esses os municípios de Guarapari (8,7%) e Cariacica (5,7%), a participação acumulada dessas localidades sobe para 72,8%.

No caso de Vila Velha e Vitória, que juntas arrecadaram R\$ 41,5 milhões, a maior parte dessa receita provém da cobrança das taxas sobre a coleta de lixo e de resíduos sólidos, que totali-

zaram R\$ 10,9 milhões e R\$ 18,6 milhões, nas respectivas localidades. Já na Serra, as taxas pelo poder de polícia são mais vultosas, totalizando R\$ 7 milhões, enquanto a arrecadação pela prestação de serviços somou R\$ 3,5 milhões.

Participação dos municípios na receita de taxas - 2010

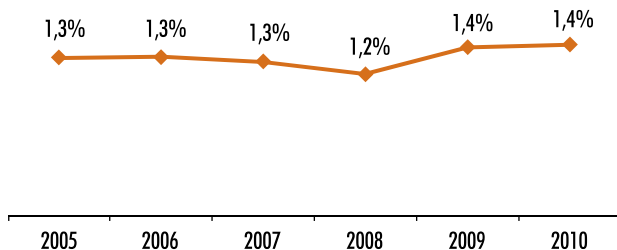


Participação orçamentária e composição

Em geral, as taxas municipais possuem pouca representação orçamentária. Em 2010, sua participação na receita corrente foi de 1,4%, a mesma do ano anterior. No conjunto dos municípios com mais de 50 mil habitantes, exceto Vitória, essa importância é um pouco maior, de 2%, e diminui nos demais grupos de cidades até alcançar 0,4% entre aquelas com até 15 mil habitantes.

Os municípios onde a receita de taxas registrou as maiores participações na receita corrente foram Guarapari (5,1%), Vila Velha (4,5%), Fundão (2,5%), Vitória (1,8%) e Serra (1,6%).

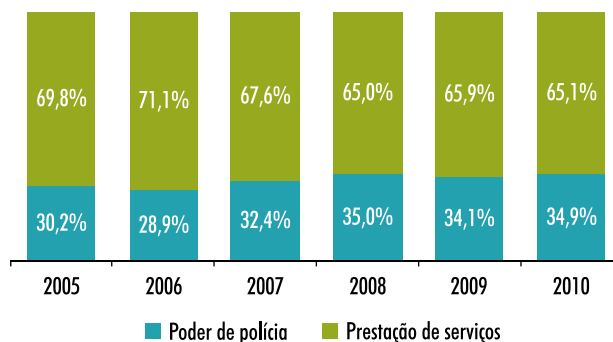
Participação média das taxas na receita corrente dos municípios



Quase dois terços da arrecadação de taxas dos municípios capixabas provêm da contrapartida pela prestação de serviços

públicos. Segundo dados da pesquisa Perfil dos Municípios Brasileiros – 2009, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 72 cidades do Espírito Santo realizam a cobrança da taxa de coleta de lixo, e 70 a cobrança da taxa de limpeza pública, que possuem a característica de prestação de serviços. As taxas pelo exercício do poder de polícia são cobradas por 56 cidades.

Composição média da receita de taxas



Saiba mais sobre taxas

Taxas são tributos com destinação vinculada ao custeio de determinadas atividades realizadas pelo governo. Uma das principais características delas é sua cobrança estar vinculada a alguma atividade estatal específica, diferentemente do imposto cuja cobrança é independente desse tipo de atividade.

As taxas são subdivididas em dois grupos. O primeiro é composto pelas taxas de prestação de serviços, cuja receita se destina ao custeio de serviços públicos prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição. O segundo compreende as taxas pelo exercício do poder de polícia, a fim de cobrir os custos inerentes às suas atividades regulatórias e disciplinadoras.

A base de cálculo da taxa deve estar vinculada ao custo da atividade prestada ou posta à disposição do contribuinte. Dessa forma, deve haver uma razoável equivalência de valor global entre o custo do serviço prestado pela Administração Pública e a receita prevista pela cobrança do tributo. Os municípios possuem competência para definir os critérios de distribuição desses custos entre os contribuintes, considerando sempre os princípios de divisibilidade e especificidade da atividade pública, exigidos pelo artigo 145, inciso II da Constituição Federal. Algumas vezes, a aplicabilidade desses princípios é controversa, o que tem resultado em frequentes questionamentos legais.

► Arrecadação das taxas^a - 2005-2010

Regiões e municípios	2005	2006	2007	2008	2009	2010	Variação 2010/2009	Participação 2010		Taxas per capita 2010 em R\$
								no total das taxas	na receita corrente ^b	
	em R\$ mil - IPCA médio de 2010							em %		
MS Noroeste	3.299,4	3.981,9	4.353,3	4.513,2	4.457,7	4.678,1	4,9	5,3	0,7	11,3
Água Doce do Norte	39,2	38,8	39,7	29,0	41,3	39,5	-4,4	0,0	0,2	4,2
Água Branca	39,6	41,3	43,8	42,3	42,5	49,8	17,3	0,1	0,3	4,2
Alto Rio Novo	11,4	13,8	-	0,1	30,4	26,0	-14,4	0,0	0,2	3,6
Baixo Guandu	419,9	499,8	417,2	502,7	473,7	408,2	-13,8	0,5	0,9	14,0
Barra de São Francisco	376,2	465,9	490,8	512,8	609,4	652,1	7,0	0,7	1,2	16,1
Boa Esperança	70,1	80,2	164,5	123,5	72,9	98,7	35,3	0,1	0,4	7,0
Colatina	1.104,1	1.153,6	1.443,4	1.534,2	1.378,7	1.497,7	8,6	1,7	0,9	13,4
Ecoporanga	80,0	119,8	84,2	98,1	121,2	97,4	-19,6	0,1	0,2	4,2
Governador Lindenberg	63,9	81,3	164,3	152,4	56,7	85,1	50,2	0,1	0,4	7,8
Mantenópolis	30,2	46,1	81,0	79,2	92,2	87,8	-4,8	0,1	0,4	6,5
Marilândia	45,3	18,8	28,9	23,1	30,8	35,1	14,1	0,0	0,2	3,2
Nova Venécia	379,8	427,7	458,2	414,8	450,0	456,4	1,4	0,5	0,7	9,9
Pancas	82,0	276,5	199,0	216,1	171,2	177,1	3,4	0,2	0,6	8,2
São Domingos do Norte	34,7	38,1	53,7	49,3	52,4	49,4	-5,7	0,1	0,3	6,2
São Gabriel da Palha	344,3	504,4	515,5	573,0	648,0	685,0	5,7	0,8	1,5	21,5
Vila Pavão	87,0	98,1	96,2	83,6	52,2	85,9	64,5	0,1	0,5	9,9
Vila Valério	91,8	77,7	72,9	78,9	134,0	146,9	9,6	0,2	0,6	10,6
MS Litoral Norte	3.993,2	5.507,2	5.618,5	6.268,5	5.654,1	7.590,1	34,2	8,5	0,7	13,8
Aracruz	372,7	668,6	870,3	1.148,4	1.042,7	1.218,7	16,9	1,4	0,5	14,9
Conceição da Barra	107,5	109,6	138,9	159,9	136,0	120,3	-11,5	0,1	0,2	4,2
Fundão	61,3	791,1	67,0	70,3	107,4	925,1	761,6	1,0	2,5	54,3
Ibiraçu	146,6	155,9	170,1	134,8	127,5	144,3	13,2	0,2	0,7	12,9
Jaguaré	92,7	81,9	333,0	288,9	125,9	125,2	-0,6	0,1	0,2	5,1
João Neiva	356,1	402,0	418,9	429,7	447,9	426,4	-4,8	0,5	1,4	27,0
Linhares	1.151,1	1.214,1	1.629,5	1.472,8	1.517,4	1.722,5	13,5	1,9	0,6	12,2
Montanha	40,1	60,3	68,3	67,2	84,2	78,3	-7,1	0,1	0,2	4,4
Mucurici	35,1	23,6	19,4	10,5	25,6	9,8	-61,6	0,0	0,1	1,7
Pedro Canário	72,8	75,5	53,6	85,5	108,1	97,2	-10,0	0,1	0,3	4,1
Pinheiros	100,5	104,7	80,0	160,9	112,7	267,4	137,2	0,3	0,6	11,2
Ponto Belo	35,3	42,5	41,9	30,9	33,8	31,9	-5,5	0,0	0,2	4,6
Rio Bananal	10,1	11,5	46,2	49,5	52,9	66,4	25,5	0,1	0,2	3,8
São Mateus	1.368,7	1.699,5	1.619,4	2.051,6	1.667,0	2.235,0	34,1	2,5	1,4	20,5
Sooretama	42,6	66,4	62,0	107,4	64,9	121,7	87,4	0,1	0,3	5,1
MS Central	2.771,8	3.222,7	3.798,2	3.819,4	4.013,6	4.175,2	4,0	4,7	0,6	13,2
Afonso Cláudio	48,6	31,6	65,4	37,5	63,0	109,2	73,3	0,1	0,2	3,5
Alfredo Chaves	62,7	350,3	489,7	122,3	265,7	186,3	-29,9	0,2	0,7	13,3
Anchieta	377,5	328,5	439,6	592,0	483,9	577,1	19,3	0,6	0,4	24,2
Brejetuba	32,9	20,1	14,2	17,0	18,9	20,3	7,7	0,0	0,1	1,7
Conceição do Castelo	122,6	63,0	65,4	78,6	74,9	89,1	18,9	0,1	0,4	7,6
Domingos Martins	309,2	296,2	324,6	474,2	350,3	340,6	-2,8	0,4	0,6	10,7
Iconha	49,3	156,5	228,7	301,3	244,8	327,5	33,8	0,4	1,4	26,2
Itaguaçu	178,8	174,5	188,1	195,4	207,6	213,5	2,8	0,2	0,9	15,1
Itarana	226,4	186,2	212,8	127,8	146,9	221,1	50,5	0,2	1,1	20,3
Laranja da Terra	68,1	13,8	69,2	64,8	73,3	70,6	-3,7	0,1	0,4	6,5
Marechal Floriano	175,0	172,4	210,4	217,9	204,9	206,2	0,6	0,2	0,8	14,5
Piúma	419,4	452,9	413,5	447,2	503,9	478,1	-5,1	0,5	1,3	26,4
Rio Novo do Sul	94,0	106,0	120,9	165,0	267,7	149,7	-44,1	0,2	0,8	13,2
Santa Leopoldina	20,4	67,3	70,3	50,5	48,8	34,0	-30,3	0,0	0,2	2,8
Santa Maria de Jetibá	125,3	216,6	232,2	244,5	284,6	310,4	9,0	0,3	0,6	9,1
Santa Teresa	205,0	213,7	260,2	289,1	323,6	330,4	2,1	0,4	0,9	15,1
São Roque do Canaã	31,3	39,8	44,9	43,9	46,8	51,3	9,6	0,1	0,3	4,5
Venda Nova do Imigrante	225,3	333,3	348,1	350,4	404,0	459,8	13,8	0,5	1,3	22,5
Região Metropolitana	39.980,1	44.426,7	48.825,5	52.036,4	59.415,8	65.715,7	10,6	73,9	2,3	39,4
Cariacica	2.400,1	2.798,3	3.661,9	3.915,8	4.375,5	5.064,2	15,7	5,7	1,5	14,5
Guarapari	3.631,1	3.858,4	4.360,3	2.759,2	5.471,8	7.700,7	40,7	8,7	5,1	73,2
Serra	5.154,5	5.781,3	7.075,5	8.743,7	9.540,3	10.494,2	10,0	11,8	1,6	25,6
Viana	373,3	674,0	1.013,1	933,0	853,7	928,5	8,8	1,0	1,1	14,3
Vila Velha	11.781,7	14.008,8	15.312,1	18.433,0	20.338,9	22.460,8	10,4	25,2	4,5	54,2
Vitória	16.639,4	17.306,0	17.402,6	17.251,8	18.835,5	19.067,3	1,2	21,4	1,8	58,6
MS Sul	4.179,7	4.974,4	6.586,9	6.644,5	6.560,9	6.798,5	3,6	7,6	0,7	12,0
Alegre	431,9	435,4	546,6	723,5	663,8	681,0	2,6	0,8	1,4	22,1
Apiacá	60,8	62,9	60,3	70,9	71,0	80,9	14,0	0,1	0,6	10,8
Atilio Vivacqua	58,3	60,6	72,0	47,3	126,8	89,9	-29,1	0,1	0,5	9,1
Bom Jesus do Norte	53,7	75,3	116,1	119,8	67,7	133,3	96,9	0,1	0,9	14,1
Cachoeiro de Itapemirim	1.168,9	1.118,5	2.232,6	2.135,3	2.228,6	2.236,1	0,3	2,5	1,0	11,8
Castelo	515,5	567,7	599,3	622,3	649,3	677,4	4,3	0,8	1,3	19,5
Divino de São Lourenço	3,5	3,6	9,3	10,1	20,6	15,3	-26,0	0,0	0,1	3,4
Dores do Rio Preto	16,5	20,2	16,9	12,1	38,2	55,5	45,5	0,1	0,4	8,7
Guaçu	451,4	713,3	810,2	679,9	331,9	177,4	-46,6	0,2	0,4	6,4
Ibatiba	55,7	39,1	51,2	35,5	106,4	140,2	31,8	0,2	0,5	6,3
Ibitirama	46,1	93,6	174,9	107,9	83,6	153,9	84,0	0,2	0,9	17,2
Irupi	33,5	28,3	51,6	63,0	52,1	92,1	76,8	0,1	0,5	7,8
Itapemirim	273,5	239,5	296,7	266,9	257,2	265,1	3,1	0,3	0,3	8,6
Ituna	208,4	329,2	362,9	324,2	334,5	365,7	9,3	0,4	0,9	13,4
Jerônimo Monteiro	51,5	47,2	72,6	46,9	69,9	88,5	26,6	0,1	0,5	8,1
Marataizes	325,6	613,9	654,8	616,5	618,9	690,9	11,6	0,8	1,3	20,2
Mimoso do Sul	29,3	131,8	97,9	94,6	100,5	100,6	0,1	0,1	0,3	3,9
Muniz Freire	110,6	117,9	122,1	162,0	230,7	218,8	-5,1	0,2	0,6	11,9
Muqui	58,2	63,0	81,3	85,7	87,9	86,8	-1,2	0,1	0,4	6,0
Presidente Kennedy	101,9	58,7	63,2	301,9	205,1	130,0	-36,7	0,1	0,1	12,6
São José do Calçado	53,1	54,2	57,1	46,2	30,0	119,6	298,5	0,1	0,6	11,5
Vargem Alta	71,9	100,5	37,4	72,2	186,0	199,4	7,2	0,2	0,5	10,4
TOTAL	54.224,2	62.112,9	69.182,5	73.282,0	80.102,0	88.957,7	11,1	100,0	1,4	25,3

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES), ainda não apreciados em plenário. Nota: ^a inclui a Cosip (Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública) desde 2003, quando passou a vigorar. ^b receita corrente ajustada dos efeitos do Fundef/Fundeb (ver "Notas metodológicas", na página 4).

Taxas

Posição	Município	Taxas em R\$	População
1º	Vila Velha	22.460.812,2	414.420
2º	Vitória	19.067.338,3	325.453
3º	Serra	10.494.232,6	409.324
4º	Guarapari	7.700.747,9	105.227
5º	Cariacica	5.064.158,5	348.933
6º	Cachoeiro de Itapemirim	2.236.133,0	189.878
7º	São Mateus	2.234.967,6	109.067
8º	Linhares	1.722.473,1	141.254
9º	Colatina	1.497.704,0	111.794
10º	Aracruz	1.218.666,1	81.746
11º	Viana	928.450,3	64.999
12º	Fundão	925.100,7	17.028
13º	Marataízes	690.865,2	34.147
14º	São Gabriel da Palha	684.993,0	31.859
15º	Alegre	681.009,5	30.784
16º	Castelo	677.441,2	34.826
17º	Barra de São Francisco	652.099,4	40.610
18º	Anchieta	577.080,8	23.894
19º	Piúma	478.102,9	18.123
20º	Venda Nova do Imigrante	459.779,5	20.468
21º	Nova Venécia	456.402,8	46.020
22º	João Neiva	426.428,4	15.808
23º	Baixo Guandu	408.249,6	29.086
24º	Lúna	365.662,8	27.340
25º	Domingos Martins	340.552,2	31.824
26º	Santa Teresa	330.379,3	21.815
27º	Iconha	327.543,6	12.514
28º	Santa Maria de Jetibá	310.368,9	34.178
29º	Pinheiros	267.375,0	23.891
30º	Itapemirim	265.149,2	30.988
31º	Itarana	221.130,8	10.881
32º	Muniz Freire	218.845,1	18.387
33º	Itaguaçu	213.519,7	14.134
34º	Marechal Floriano	206.171,8	14.249
35º	Vargem Alta	199.369,2	19.141
36º	Alfredo Chaves	186.295,1	13.960
37º	Guaçuí	177.375,4	27.853
38º	Pancas	177.059,9	21.520
39º	Ibitirama	153.910,9	8.964
40º	Rio Novo do Sul	149.701,6	11.333
41º	Vila Valério	146.857,5	13.830
42º	Ibiraçu	144.298,5	11.158
43º	Ibatiba	140.235,0	22.346
44º	Bom Jesus do Norte	133.317,0	9.479
45º	Presidente Kennedy	129.953,6	10.315
46º	Jaguaré	125.166,8	24.718
47º	Sooretama	121.660,0	23.860
48º	Conceição da Barra	120.292,7	28.477
49º	São José do Calçado	119.558,7	10.417
50º	Afonso Cláudio	109.234,7	31.086
51º	Mimoso do Sul	100.632,6	25.898
52º	Boa Esperança	98.691,9	14.199
53º	Ecoporanga	97.390,4	23.223
54º	Pedro Canário	97.245,9	23.789
55º	Irupi	92.058,8	11.729
56º	Atílio Vivácqua	89.902,0	9.840
57º	Conceição do Castelo	89.101,4	11.686
58º	Jerônimo Monteiro	88.526,5	10.888
59º	Mantenópolis	87.785,5	13.600
60º	Muqui	86.843,8	14.396
61º	Vila Pavão	85.879,3	8.672
62º	Governador Lindenberg	85.125,9	10.874
63º	Apiacá	80.915,0	7.513
64º	Montanha	78.281,1	17.854
65º	Laranja da Terra	70.595,8	10.825
66º	Rio Bananal	66.399,5	17.538
67º	Dores do Rio Preto	55.549,9	6.399
68º	São Roque do Canaã	51.336,2	11.287
69º	Água Branca	49.845,3	11.771
70º	São Domingos do Norte	49.364,5	8.016
71º	Água Doce do Norte	39.518,1	9.517
72º	Marilândia	35.121,3	11.107
73º	Santa Leopoldina	34.000,9	12.255
74º	Ponto Belo	31.930,7	6.979
75º	Alto Rio Novo	25.992,6	7.303
76º	Brejetuba	20.315,2	11.921
77º	Divino de São Lourenço	15.275,1	4.515
78º	Mucurici	9.815,2	5.672
TOTAL		88.957.662,0	3.512.672

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES), ainda não apreciados em plenário. População para 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Taxas per capita

Posição	Município	A / B	Taxas (A)	População (B)
			em R\$	
1º	Guarapari	73,2	7.700.747,9	105.227
2º	Vitória	58,6	19.067.338,3	325.453
3º	Fundão	54,3	925.100,7	17.028
4º	Vila Velha	54,2	22.460.812,2	414.420
5º	João Neiva	27,0	426.428,4	15.808
6º	Piúma	26,4	478.102,9	18.123
7º	Iconha	26,2	327.543,6	12.514
8º	Serra	25,6	10.494.232,6	409.324
9º	Anchieta	24,2	577.080,8	23.894
10º	Venda Nova do Imigrante	22,5	459.779,5	20.468
11º	Alegre	22,1	681.009,5	30.784
12º	São Gabriel da Palha	21,5	684.993,0	31.859
13º	São Mateus	20,5	2.234.967,6	109.067
14º	Itarana	20,3	221.130,8	10.881
15º	Marataízes	20,2	690.865,2	34.147
16º	Castelo	19,5	677.441,2	34.826
17º	Ibitirama	17,2	153.910,9	8.964
18º	Barra de São Francisco	16,1	652.099,4	40.610
19º	Santa Teresa	15,1	330.379,3	21.815
20º	Itaguaçu	15,1	213.519,7	14.134
21º	Aracruz	14,9	1.218.666,1	81.746
22º	Cariacica	14,5	5.064.158,5	348.933
23º	Marechal Floriano	14,5	206.171,8	14.249
24º	Viana	14,3	928.450,3	64.999
25º	Bom Jesus do Norte	14,1	133.317,0	9.479
26º	Baixo Guandu	14,0	408.249,6	29.086
27º	Colatina	13,4	1.497.704,0	111.794
28º	Lúna	13,4	365.662,8	27.340
29º	Alfredo Chaves	13,3	186.295,1	13.960
30º	Rio Novo do Sul	13,2	149.701,6	11.333
31º	Ibiraçu	12,9	144.298,5	11.158
32º	Presidente Kennedy	12,6	129.953,6	10.315
33º	Linhares	12,2	1.722.473,1	141.254
34º	Muniz Freire	11,9	218.845,1	18.387
35º	Cachoeiro de Itapemirim	11,8	2.236.133,0	189.878
36º	São José do Calçado	11,5	119.558,7	10.417
37º	Pinheiros	11,2	267.375,0	23.891
38º	Apiacá	10,8	80.915,0	7.513
39º	Domingos Martins	10,7	340.552,2	31.824
40º	Vila Valério	10,6	146.857,5	13.830
41º	Vargem Alta	10,4	199.369,2	19.141
42º	Nova Venécia	9,9	456.402,8	46.020
43º	Vila Pavão	9,9	85.879,3	8.672
44º	Atílio Vivácqua	9,1	89.902,0	9.840
45º	Santa Maria de Jetibá	9,1	310.368,9	34.178
46º	Dores do Rio Preto	8,7	55.549,9	6.399
47º	Itapemirim	8,6	265.149,2	30.988
48º	Pancas	8,2	177.059,9	21.520
49º	Jerônimo Monteiro	8,1	88.526,5	10.888
50º	Irupi	8,1	92.058,8	11.729
51º	Governador Lindenberg	7,8	85.125,9	10.874
52º	Conceição do Castelo	7,6	89.101,4	11.686
53º	Boa Esperança	7,0	98.691,9	14.199
54º	Laranja da Terra	6,5	70.595,8	10.825
55º	Mantenópolis	6,5	87.785,5	13.600
56º	Guaçuí	6,4	177.375,4	27.853
57º	Ibatiba	6,3	140.235,0	22.346
58º	São Domingos do Norte	6,2	49.364,5	8.016
59º	Muqui	6,0	86.843,8	14.396
60º	Sooretama	5,1	121.660,0	23.860
61º	Jaguaré	5,1	125.166,8	24.718
62º	Ponto Belo	4,6	31.930,7	6.979
63º	São Roque do Canaã	4,5	51.336,2	11.287
64º	Montanha	4,4	78.281,1	17.854
65º	Água Branca	4,2	49.845,3	11.771
66º	Conceição da Barra	4,2	120.292,7	28.477
67º	Ecoporanga	4,2	97.390,4	23.223
68º	Água Doce do Norte	4,2	39.518,1	9.517
69º	Pedro Canário	4,1	97.245,9	23.789
70º	Mimoso do Sul	3,9	100.632,6	25.898
71º	Rio Bananal	3,8	66.399,5	17.538
72º	Alto Rio Novo	3,6	25.992,6	7.303
73º	Afonso Cláudio	3,5	109.234,7	31.086
74º	Divino de São Lourenço	3,4	15.275,1	4.515
75º	Marilândia	3,2	35.121,3	11.107
76º	Santa Leopoldina	2,8	34.000,9	12.255
77º	Mucurici	1,7	9.815,2	5.672
78º	Brejetuba	1,7	20.315,2	11.921
TOTAL		25,3	88.957.662,0	3.512.672

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES), ainda não apreciados em plenário. População para 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Transferências

As transferências têm o objetivo de redistribuir recursos entre as três esferas de governo e as regiões que apresentam diferentes níveis de renda e desenvolvimento. Elas são repassadas da União para os estados e municípios e dos estados para os municípios.

Há dois tipos de transferências: as constitucionais e legais (conforme descrito no quadro abaixo), que são estabelecidas pela Constituição Federal e por leis federais ou estaduais; e as voluntárias, que, como o próprio nome sugere, são recursos financeiros repassados às esferas subnacionais em função de acordos

e convênios entre a União, os estados e os municípios.

Em 2010, os municípios capixabas receberam R\$ 5,05 bilhões em transferências das esferas supranacionais, respondendo por 70,3% da composição da receita total das cidades do Estado. As mais significativas foram a Quota-parte Municipal no Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (QPM-ICMS) e o repasse do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), que juntas equivaleram a 54% do volume total de recursos transferidos aos municípios (veja mais sobre ICMS na página 48 e sobre o FPM na página 56).

► Quadro das transferências constitucionais e legais recebidas pelos municípios

Nome da transferência	Origem dos recursos		Critério de distribuição aos municípios
Fundo de Participação dos Municípios (FPM)	União	23,5% da arrecadação líquida do Imposto de Renda (IR) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).	Distribuído de acordo com a Lei nº 5.172, de 25/10/1966, Lei nº 62, de 28/12/1989 e Decreto-lei nº 1.881, de 27/08/1981.
Imposto sobre Produtos Industrializados relativos à exportação (IPI-exportação) ou Fundo de exportação	União Estado	A União transfere 10% da arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) aos estados, proporcionalmente ao valor de suas exportações. Os estados transferem 25% do que recebem aos municípios.	De acordo com o índice de participação do município no ICMS ¹ . Constituição Federal, artigo 159, II.
Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR)	União	Arrecadação do ITR dos imóveis rurais situados no município.	50% do valor arrecadado. Constituição Federal, artigo 158, II.
Compensação pela desoneração das exportações	União	O valor da compensação é definido na Lei Orçamentária da União e é distribuído aos estados de acordo com os coeficientes definidos no anexo da Lei Complementar (LC) nº 115, de 26/12/2002. Do valor de cada Estado, 25% são repassados aos seus municípios.	De acordo com o índice de participação do município no ICMS ¹ . (Lei Kandir – Lei Complementar nº 87, de 13/09/1996).
Imposto sobre Operações Financeiras sobre o Ouro (IOF-Ouro)	União	Da arrecadação do IOF-Ouro, quando definido em lei como ativo financeiro ou instrumento cambial, 30% são transferidos ao Estado e 70% ao município onde foi extraído o ouro.	70%
Quota-parte Municipal no Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (QPM-ICMS)	Estado	25% da arrecadação líquida do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).	75%, no mínimo, de acordo com o valor adicionado do município e 25% de acordo com o que dispuser a legislação estadual. Constituição Federal, artigo 157.
Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA)	Estado	50% da arrecadação do IPVA dos veículos automotores licenciados no município.	50%. Constituição Federal, artigo 157.
Fundo para Redução das Desigualdades Regionais	Estado	30% da arrecadação estadual proveniente dos royalties que incidem sobre a produção de petróleo e gás à alíquota de 5%.	Proporcionalmente à população e inversamente proporcional ao índice de participação do município na distribuição do ICMS, excluídos aqueles com índice acima de 10 e os que receberem mais de 2% do total dos royalties repassados aos municípios. Lei Estadual nº 8.308, de 12/06/2006.

Crescer é compartilhar. Crescer é participar. Crescer é acreditar. Crescer é ter oportunidades.

Para quem vive hoje no Espírito Santo, o verbo crescer tem vários significados. É ter acesso a serviços públicos de qualidade e apoio para evoluir como cidadão e profissional. É participar do desenvolvimento sustentável do estado e dos seus benefícios. É acreditar no futuro. Crescer, para os capixabas, é contar com um Governo aberto, participativo e eficiente, que trabalha em parceria com a União, os municípios, a iniciativa privada e as organizações da sociedade. Um Governo que investe na redução das desigualdades regionais e sociais, para oferecer oportunidades a todos os capixabas. Crescer, no Espírito Santo de hoje, é saber que o futuro se constrói juntos. E é assim que a gente cresce.



Nome da transferência	Origem dos recursos		Critério de distribuição aos municípios
Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) ²	Estado municípios	Recursos que já compunham o Fundef FPM, Fundo de Participação dos Estados (FPE), ICMS do Estado, QPM-ICMS, IPI exportação e compensação pela desoneração das exportações. Percentual progressivo: 2007, 16,66%; 2008, 18,33%, a partir de 2009, 20%. Recursos novos com o Fundeb Imposto sobre Transmissão <i>Causa Mortis</i> e Doações (ITCMD), Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), Quota-parte de 50% do Imposto Territorial Rural devido aos municípios (ITR) e receitas da dívida ativa e de juros e multas incidentes sobre as fontes acima relacionadas. Percentual progressivo: 2007, 6,66%; 2008, 13,33%, a partir de 2009, 20%.	De acordo com a participação do número de alunos matriculados na rede municipal de ensino básico em relação ao total de alunos da rede municipal de cada Estado. Lei Federal nº 11.494, de 20/06/2007.
Quota-parte do Salário-Educação	Empresas ↓ INSS ou FNDE	2,5% do total das remunerações pagas pelas empresas vinculadas à Seguridade Social. Desse valor, descontados 1% de taxa de administração do INSS e as despesas do Sistema de Manutenção do Ensino (SME), 90% são distribuídos da seguinte forma: 1/3 é a cota federal e 2/3 são a cota estadual e municipal. A destinação dos 10% restantes será decidida por um comitê constituído no âmbito do Ministério da Educação.	As cotas estadual e municipal são distribuídas de acordo com o número de alunos matriculados no ensino fundamental nas respectivas redes de ensino. Lei Federal nº 9.394, de 20/12/1996.
Repasses para o Sistema Único de Saúde (SUS)	União Estado	O Fundo Municipal de Saúde (FMS) recebe recursos do Fundo Nacional de Saúde (FNS) e do Fundo Estadual de Saúde (FES), além dos recursos próprios do município (15% de sua receita de impostos). O FNS é formado pelas receitas da arrecadação da Contribuição Social sobre o Lucro das Pessoas Jurídicas (CSSL), da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e do DPVAT (seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos). O FES é formado por 12% da receita estadual de impostos e pelos recursos que o Estado recebe do FNS.	Uma parcela dos recursos distribuídos pelo FNS é fixa, de acordo com a população municipal, e outra, variável, de acordo com os procedimentos médicos, ambulatoriais e hospitalares realizados pelo SUS municipal. Além disso, existem recursos direcionados a programas específicos e a convênios. Os estados repassam aos municípios recursos para incentivo ao Programa de Saúde da Família (PSF) e para assistência farmacêutica. Emenda Constitucional nº 29/2000 e Lei Federal nº 8.142, de 28/12/1990.

Notas: ¹veja sobre os critérios para a formação do índice de participação para os municípios do Espírito Santo na página 50. ²veja sobre o Fundeb no item Saldo Fundeb, página 66.

► Compensações financeiras

Nome da transferência	Origem dos recursos		Critério de distribuição aos municípios
Compensação financeira pela extração de minerais	Empresas mineradoras ↓ União	Do valor correspondente a 3% do faturamento líquido da venda do produto mineral, 23% são distribuídos aos estados, 65% aos municípios, 2% ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e 10% ao Ministério das Minas e Energia.	65% aos municípios.
Compensação financeira pela exploração de recursos hídricos	Concessionárias distribuidoras de energia elétrica ↓ União	Do correspondente a 6% do valor da energia elétrica produzida, 45% são repassados aos estados, 45% aos municípios, 3% ao Ministério do Meio Ambiente, 3% ao Ministério das Minas e Energia e 4% ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.	45% aos municípios onde se localizam instalações destinadas à produção de energia elétrica ou que tenham áreas invadidas por águas dos respectivos reservatórios.
Compensação financeira pela exploração de petróleo, xisto betuminoso e gás natural	Empresas concessionárias da exploração de petróleo, xisto betuminoso e gás natural ↓ União	De 5% a 10% do valor da produção de óleo bruto, xisto betuminoso e gás extraídos dos territórios ou da plataforma continental onde se fixa a lavra ou se localizam instalações de embarque ou desembarque.	Veja na seção sobre royalties, na página 70.

Fonte: Constituição Federal e Lei Federal nº 9.478/1997.

CARIACICA

O SEU CAMINHO PARA O CRESCIMENTO



Cariacica é o melhor caminho para o seu investimento. A cidade é um dos centros com maior potencial logístico em desenvolvimento do país. Atraindo novas empresas, o município tem se destacado como um dos mais promissores da atualidade. As políticas para o desenvolvimento da cidade atraem novos investidores a cada dia, aquecendo a economia local e trabalhando para a geração de emprego e renda.

Aqui, grandes e pequenos empreendedores caminham na mesma direção.



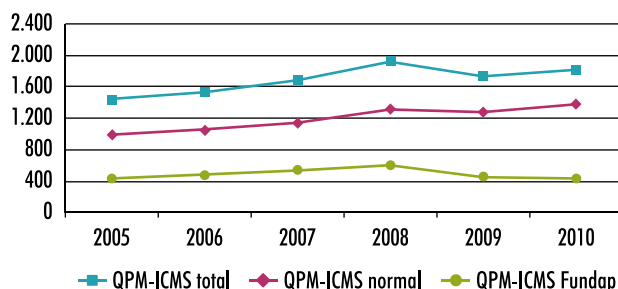
QPM-ICMS

Desempenho

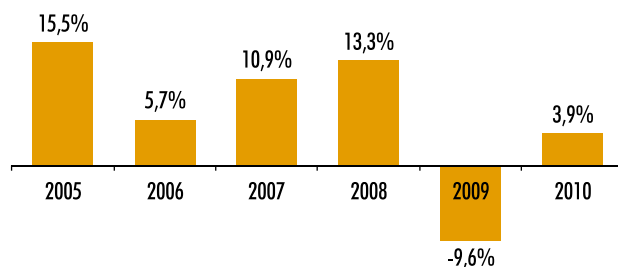
Em 2010, as transferências do governo estadual do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) aos municípios capixabas apresentaram um desempenho bastante acanhado. Apesar da alta de 3,9%, a mesma não foi suficiente para suprir a queda de 9,6% ocorrida em 2009. Em valores corrigidos pela inflação, a quantia transferida em 2010, de R\$ 1,81 bilhão, ficou abaixo da registrada em 2008, segundo dados dos balanços dos municípios.

Evolução das transferências de ICMS total, normal e Fundap 2005-2010

em R\$ milhões - IPCA médio de 2010



Taxa de crescimento da QPM-ICMS em relação ano a ano anterior



O ICMS é um tributo de competência estadual e a sua incidência ocorre sobre as operações relativas à circulação de mercadorias e à prestação de serviços de transporte, comunicação e energia elétrica. Conforme o artigo 158 da Constituição, 25%

da arrecadação estadual do ICMS pertence aos municípios.

O desempenho de 2010 deveu-se ao comportamento do ICMS proveniente das operações fundapias. O ICMS-Fundap, como é conhecido no meio municipal, recuou pelo segundo ano consecutivo. No auge de 2008 alcançou R\$ 608,8 milhões. No ano seguinte caiu intensamente para o patamar de R\$ 459,7 milhões e, em 2010, para R\$ 441,3 milhões, quando retrocedeu para o mesmo nível de 2005, segundo os dados da Secretaria do Estado da Fazenda (veja tabela na próxima página).

Dois fatores influenciaram o desempenho do ICMS-Fundap nos dois últimos anos. Em primeiro lugar, deve-se considerar a crise financeira internacional que eclodiu no final de 2008, travou os mercados de crédito e derrubou a economia mundial. Em segundo, o impacto causado pelo protocolo firmado entre Espírito Santo e São Paulo, em junho de 2009, quando o ICMS incidente sobre importações passou a ser tributado no Estado de destino nas categorias "Por conta e ordem de terceiros" e "Importação por encomenda."

Com isso, ocorreu uma forte queda da participação do ICMS-Fundap no total do ICMS transferido aos municípios capixabas, respondendo por 24,3% em 2010, o mais baixo nível da década.

Já as transferências provenientes do ICMS normal registraram um crescimento de 7,8%, após a queda de 2,9% em 2009. Ao todo, foram repassados para os municípios capixabas, nessa modalidade, R\$ 1,38 bilhão.

De acordo com os dados divulgados pelo Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) sobre a arrecadação do ICMS, o conjunto dos estados brasileiros arrecadou R\$ 277,61 bilhões em 2010, 12,3% a mais que no ano anterior, em valores corrigidos pelo IPCA. A expansão baseou-se no aumento do consumo doméstico, favorecido pelo aumento da renda e da expansão do crédito, e também em decorrência do baixo nível de arrecadação de 2009, quando houve um decréscimo de 1,8%. No Espírito Santo a arrecadação estadual do ICMS, excluídas as operações do Fundap, ficou abaixo da média nacional, com uma alta de 10,2%, em relação ao ano de 2009.

► **Evolução da QPM-ICMS total, normal e Fundap - 2000-2010**
em R\$ mil - IPCA médio de 2010

ANO	QPM-ICMS total		QPM-ICMS normal		Participação total (%)	QPM-ICMS Fundap		Participação total (%)
	em R\$ mil	Variação %	em R\$ mil	Variação %		em R\$ mil	Variação %	
2000	956.822	20,2	618.313	20,8	64,6	338.509	19,1	35,4
2001	1.067.537	11,6	666.789	7,8	62,5	400.747	18,4	37,5
2002	991.284	-7,1	706.958	6,0	71,3	284.326	-29,1	28,7
2003	1.051.155	6,0	766.814	8,5	72,9	284.340	0,0	27,1
2004	1.230.795	17,1	830.559	8,3	67,5	400.236	40,8	32,5
2005	1.438.701	16,9	997.565	20,1	69,3	441.136	10,2	30,7
2006	1.533.381	6,6	1.052.854	5,5	68,7	480.527	8,9	31,3
2007	1.687.488	10,1	1.142.692	8,5	67,7	544.795	13,4	32,3
2008	1.924.982	14,1	1.316.232	15,2	68,4	608.751	11,7	31,6
2009	1.738.107	-9,7	1.278.383	-2,9	73,6	459.724	-24,5	26,4
2010	1.818.793	4,6	1.377.458	7,8	75,7	441.334	-4,0	24,3

Fonte: Secretaria de Estado da Fazenda do Espírito Santo / relatórios do Banestes e Siafem.

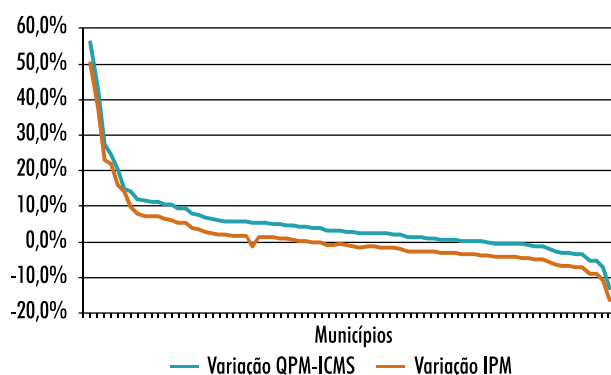
Impacto nos municípios

Em geral, houve poucas variações agudas na receita das QPM-ICMS repassadas aos municípios. Anchieta foi a cidade onde houve o maior acréscimo: 56%, saltando de R\$ 47,1 milhões, em 2009, para R\$ 73,5 milhões, no ano seguinte. Isso foi resultado do aumento vigoroso de seu índice de participação, que passou de 2,71%, em 2009, para 4,07%, em 2010. Outras 12 cidades também registraram variações consideráveis na QPM-ICMS, acima de 10%. Entre elas destacam-se Itapemirim, Linhares, Alto Rio Novo e Conceição da Barra, que cresceram entre 20,5% e 42,8%. O aumento obtido por essas cinco cidades equivaleu a 75% do acréscimo global da QPM-ICMS em 2010.

Das 78 cidades capixabas, 59 expandiram sua QPM-ICMS e 19 tiveram quedas, ainda que pequenas. Essas retrações estão diretamente relacionadas a reduções no índice de participação dos municípios. Conceição do Castelo teve um decréscimo de 13,2% em 2010, sendo que seu IPM caiu 16,4%, uma das maiores quedas entre os municípios capixabas. Jaguaré foi outra cidade que sofreu reduções impactantes no índice de participação, ocasionando uma redução de R\$ 1,3 milhão, ou 7,2%, em sua QPM-ICMS, comparado a 2009.

Considerando a pequena variação na receita do ICMS do Estado comparada ao ano anterior, o único indicador que pôde explicar as variações na receita recebida pelas cidades é a variação no seu índice de participação. Veja o gráfico a seguir e a lista com os percentuais do IPM na página 54.

Variação da QPM-ICMS e do IPM - 2010/2009



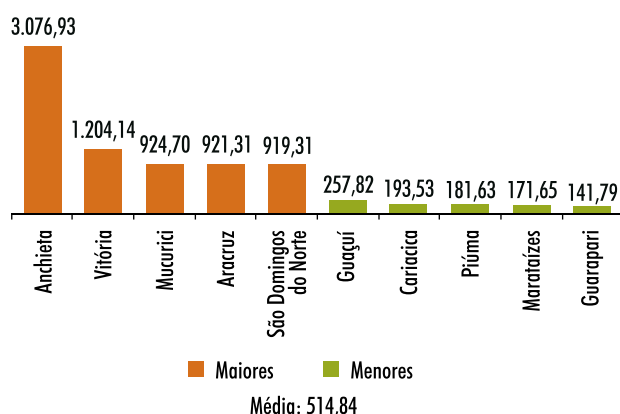
Concentração e importância

Vitória e Serra concentram a maior parte do total da QPM-ICMS repassada aos municípios capixabas. Juntos recebem 36,9% do total. Em 2010, a capital recebeu R\$ 391,9 milhões, valor que lhe conferiu a segunda posição no ranking per capita: R\$ 1.204,14.

Anchieta, cidade no litoral sul do Estado com 23.894 habitantes que sedia um polo siderúrgico de mineração, ampliou ainda mais a liderança per capita, com R\$ 3.076,93. No sentido oposto, entre as últimas posições encontram-se Guaçuí (R\$ 257,82), Cariacica (R\$ 193,53) Piúma (R\$ 181,63), Marataízes (R\$ 171,65) e Guarapari (R\$ 141,79), destacando-se Cariacica e Guarapari com população superior a 50 mil habitantes.

As cinco maiores e menores QPM-ICMS per capita em 2010

em R\$



A QPM-ICMS é a maior fonte individual de receita dos municípios capixabas, respondendo, em média, por 28,9% da receita corrente do conjunto. Entretanto, em algumas delas essa participação fica bem acima da média, dentre as quais destacam-se Anchieta (46,6%), Vila Valério (44,3%), São Domingos do Norte (44,2%), Governador Lindenberg (42,8%), Santa Maria de Jetibá (41,2%) e Serra (40,7%) com a maior dependência orçamentária dessa transferência.



IPM e seus critérios de distribuição

Conforme foi dito, o comportamento do IPM é um dos fatores que influenciam a variação das receitas de ICMS das cidades. A Constituição Federal, no artigo 158, parágrafo único, determina que os estados devem distribuir, no mínimo, 75% da QPM-ICMS de acordo com o Valor Adicionado (VA) do município. Os demais 25% são distribuídos de acordo com critérios adotados por cada Estado. O índice é calculado anualmente, sendo publicado primeiramente o provisório e, posteriormente, após o prazo de 30 dias para o questionamento dos municípios, é publicado o índice definitivo a ser aplicado no ano seguinte ao da apuração.

No Espírito Santo, os demais critérios de distribuição adotados são: área territorial, número de propriedades rurais, produção agrícola e alguns indicadores da área da saúde. Nos municípios onde o VA é relativamente baixo, os demais critérios podem desempenhar um papel importante na definição do índice final. É importante verificar quais desses critérios são significativos no município e qual o grau de manobra existente para elevá-los.

Os critérios adotados no Espírito Santo estão relacionados no quadro a seguir:

Critérios para a distribuição da QPM-ICMS no Estado do Espírito Santo		Pesos
1. Valor adicionado	Proporcional ao VA do município, de dois anos anteriores ao da apuração, em relação ao total dos municípios do Estado	75%
2. Área territorial	Proporcional à área do município em relação à área total do Estado	5%
3. Propriedades rurais	Proporcional ao número de propriedades rurais no município em relação ao total do Estado	7%
4. Produção agrícola	Proporcional à comercialização de produtos agrícolas e hortifrutigranjeiros do município, dos dois exercícios anteriores ao da apuração, em relação ao total do Estado	6%
5. Saúde	Percentual rateado igualmente entre os dez municípios de maior VA que estejam enquadrados na gestão mais avançada do Sistema Único de Saúde (SUS)	0,5%
	Para os demais municípios:	
	Percentual dividido igualmente entre os municípios que estejam enquadrados na gestão mais avançada do SUS	2,5%
	Proporcional à participação do gasto com saúde e saneamento básico no gasto total do município em relação à soma dessas participações de todos os municípios do Estado	3%
	Igualmente distribuído entre os municípios participantes de consórcio para prestação de serviços de saúde	1%

Fonte: Lei Estadual nº 5.344, de 19/12/1996.

PRÊMIO SEBRAE PREFEITO EMPREENDEDOR

O desenvolvimento do seu município passa pelas suas mãos.

VII edição

Faça como o Prefeito
Helder Ignácio Salomão,
de **Cariacica (ES)**,
que fez uma cidade-dormitório ser
referência em desenvolvimento.
Criou o Programa Estruturante da
MPE (Proempe), o Centro Integrado
de Apoio à MPE (Ciampe), a Feira
de Negócios, o Programa de
Compras Governamentais,
o Banco Sol e foi o vencedor
nacional da VI edição, nas
categorias Região Sudeste
e Compras Governamentais.



Prêmio Sebrae
**Prefeito
Empreendedor**

Quem tem conhecimento vai pra frente | 0800 570 0800 | sebrae.com.br



Conheça mais vencedores e inscreva-se no site.
Acesse www.prefeitoempreendedor.sebrae.com.br

► QPM-ICMS - 2005-2010

Regiões e municípios	2005	2006	2007	2008	2009	2010	Variação 2010/2009	Partic. na rec. corr. ^a 2010	QPM-ICMS per capita 2010 em R\$
	em R\$ mil - IPCA médio de 2010						em %		
MS Noroeste	156.889,4	155.375,2	173.682,2	199.059,6	189.192,1	194.713,4	2,9	30,1	471,5
Água Doce do Norte	4.670,8	4.465,4	5.116,4	6.119,1	5.655,3	5.627,5	-0,5	27,6	591,3
Água Branca	5.444,6	4.786,2	5.377,4	6.697,2	6.496,4	6.800,3	4,7	35,4	577,7
Alto Rio Novo	2.681,7	3.356,0	3.505,3	4.101,2	3.871,1	4.824,6	24,6	36,6	660,6
Baixo Guandu	17.166,6	17.362,7	16.155,7	14.613,9	11.837,5	12.604,7	6,5	28,4	433,4
Barra de São Francisco	10.963,5	11.135,2	14.267,8	16.348,5	15.382,4	15.107,6	-1,8	27,9	372,0
Boa Esperança	6.055,9	5.477,8	6.268,3	6.918,7	6.646,4	6.423,2	-3,4	27,7	452,4
Colatina	29.307,7	28.962,3	33.795,2	40.869,4	39.651,0	41.219,4	4,0	24,5	368,7
Ecoporanga	12.427,5	12.362,8	13.592,7	15.329,0	14.390,6	15.012,3	4,3	37,1	646,4
Governador Lindenberg	7.640,0	8.264,7	9.339,5	9.411,4	8.388,6	8.340,3	-0,6	42,8	767,0
Mantenópolis	4.879,6	4.297,6	6.323,5	5.432,3	4.994,9	5.119,1	2,5	23,7	376,4
Marilândia	5.635,1	5.110,3	5.597,4	6.795,6	7.132,1	7.325,4	2,7	37,8	659,5
Nova Venécia	15.528,3	14.752,0	17.044,7	20.031,0	18.744,8	18.817,3	0,4	27,6	408,9
Pancas	8.435,7	7.612,0	7.624,1	8.973,8	8.248,6	8.735,7	5,9	29,2	405,9
São Domingos do Norte	4.515,1	4.998,2	5.430,2	7.158,8	7.220,8	7.369,2	2,1	44,2	919,3
São Gabriel da Palha	9.379,7	8.833,2	9.577,7	12.720,9	13.133,4	13.295,5	1,2	28,5	417,3
Vila Pavão	4.791,3	5.472,8	6.005,7	6.912,8	6.386,5	6.728,1	5,3	39,8	775,8
Vila Valério	7.366,4	8.125,9	8.660,5	10.626,1	11.011,7	11.363,4	3,2	44,3	821,7
MS Litoral Norte	290.144,5	281.801,5	264.544,1	300.079,0	277.613,9	292.001,8	5,2	26,2	532,0
Aracruz	115.403,1	109.004,2	82.546,9	86.934,3	79.542,0	75.313,4	-5,3	33,4	921,3
Conceição da Barra	13.009,6	12.348,2	15.000,0	16.792,7	12.655,7	15.253,8	20,5	24,2	535,7
Fundão	3.922,0	3.314,6	4.122,7	4.641,6	5.127,8	5.901,7	15,1	16,1	346,6
Ibiraçu	3.732,2	4.628,1	5.341,4	5.970,1	5.551,1	5.715,9	3,0	27,2	512,3
Jaguari	21.400,0	17.204,6	16.592,7	19.273,5	17.419,5	16.161,2	-7,2	31,9	653,8
João Neiva	7.361,9	6.870,6	7.907,9	9.032,2	7.276,8	7.021,8	-3,5	23,7	444,2
Linhares	53.444,7	51.150,8	51.683,3	61.242,0	59.668,6	76.090,3	27,5	24,4	538,7
Montanha	7.523,0	8.356,1	9.255,0	10.686,8	9.606,6	9.732,3	1,3	31,0	545,1
Mucurici	3.965,1	4.995,6	5.240,8	5.776,3	4.960,7	5.244,9	5,7	34,3	924,7
Pedro Canário	6.998,6	7.299,9	7.860,6	7.478,6	6.717,7	7.485,6	11,4	21,1	314,7
Pinheiros	8.219,1	9.656,7	10.245,3	11.637,3	10.661,6	11.195,6	5,0	26,4	468,6
Ponto Belo	3.440,1	3.969,2	4.067,1	4.832,5	4.298,8	4.441,6	3,3	30,7	636,4
Rio Bananal	7.885,9	7.991,0	8.965,4	11.681,8	11.795,4	11.929,3	1,1	32,7	680,2
São Mateus	27.609,7	28.024,2	28.433,0	35.129,2	32.834,4	31.052,1	-5,4	19,0	284,7
Sooretama	6.229,4	6.987,8	7.282,1	8.970,1	9.497,2	9.462,1	-0,4	26,8	396,6
MS Central	154.527,9	172.561,3	193.281,4	209.944,2	196.012,9	227.656,3	16,1	34,3	719,4
Afonso Cláudio	9.237,4	8.959,2	10.071,1	11.879,4	10.841,8	12.095,9	11,6	26,4	389,1
Alfredo Chaves	4.386,9	5.944,1	6.634,8	7.639,6	6.880,6	7.648,3	11,2	30,3	547,9
Anchieta	33.157,9	37.651,2	44.632,8	43.037,4	47.136,8	73.520,0	56,0	46,6	3.076,9
Brejetuba	4.793,5	6.907,8	8.978,8	10.244,5	9.015,5	9.225,3	2,3	39,9	773,9
Conceição do Castelo	7.736,2	8.738,5	9.510,6	11.109,8	9.122,1	7.921,4	-13,2	35,2	677,9
Domingos Martins	14.477,7	14.250,9	14.583,5	16.158,5	14.670,5	16.052,9	9,4	29,6	504,4
Iconha	3.775,0	5.086,9	5.970,5	7.126,2	6.109,2	6.114,5	0,1	25,8	488,6
Itaguaçu	4.864,5	5.976,9	6.840,7	7.779,7	7.013,5	7.055,3	0,6	28,3	499,2
Itarana	4.093,5	5.024,7	5.291,3	6.027,1	5.533,6	5.589,6	1,0	29,1	513,7
Laranja da Terra	4.544,9	5.331,9	5.767,2	6.528,0	6.020,7	6.042,0	0,4	32,8	558,2
Marechal Floriano	9.428,2	10.837,9	10.783,4	9.564,2	8.683,9	8.899,7	2,5	34,6	624,6
Piúma	3.108,6	2.716,8	2.909,8	3.350,4	3.114,9	3.291,6	5,7	9,1	181,6
Rio Novo do Sul	3.703,1	4.283,2	4.661,8	5.691,4	4.925,8	5.181,1	5,2	27,0	457,2
Santa Leopoldina	6.754,0	7.543,0	7.805,6	8.622,4	7.189,9	7.273,1	1,2	32,8	593,5
Santa Maria de Jetibá	16.422,3	17.049,4	19.274,3	22.100,4	20.203,6	22.096,2	9,4	41,2	646,5
Santa Teresa	8.641,2	8.570,5	9.933,0	11.341,7	10.041,6	9.949,3	-0,9	25,7	456,1
São Roque do Canaã	4.253,6	4.826,9	5.171,9	6.103,2	5.776,7	6.040,7	4,6	34,2	535,2
Venda Nova do Imigrante	11.149,5	12.861,3	14.460,2	15.640,4	13.732,2	13.659,2	-0,5	38,8	667,3
Região Metropolitana	671.925,0	736.892,2	871.540,3	991.027,3	872.384,8	880.156,0	0,9	31,2	527,6
Cariacica	47.101,6	53.584,6	60.357,8	65.370,0	60.207,5	67.527,9	19,3	20,5	193,5
Guarapari	10.194,8	11.156,9	12.021,2	14.501,5	14.179,4	14.920,5	5,2	9,9	141,8
Serra	199.178,1	241.975,8	285.346,9	313.601,6	284.086,3	275.469,6	-3,0	40,7	673,0
Viana	17.170,4	16.911,8	15.608,1	17.543,3	16.408,4	17.649,4	7,6	20,4	271,5
Vila Velha	83.952,5	86.215,2	92.495,2	111.367,9	108.529,7	112.698,5	3,8	22,6	271,9
Vitória	314.327,8	327.047,7	405.711,1	468.643,0	388.973,5	391.890,0	0,7	36,4	1.204,1
MS Sul	177.109,1	186.169,4	196.541,8	224.675,4	205.025,7	213.930,4	4,3	21,3	377,9
Alegre	7.480,4	7.241,1	8.369,2	9.647,1	8.506,4	8.726,9	2,6	17,8	283,5
Apiaçá	3.528,3	2.900,3	3.753,8	3.794,1	3.306,8	3.216,1	-2,7	22,0	428,1
Atílio Vivacqua	5.431,3	4.957,1	5.766,1	6.624,0	5.847,9	6.239,3	6,7	33,6	634,1
Bom Jesus do Norte	3.006,8	2.716,4	2.875,5	3.643,7	3.601,8	3.672,1	2,0	23,9	387,4
Cachoeiro de Itapemirim	50.931,6	53.490,1	56.550,2	64.201,5	57.860,5	57.546,4	-0,5	25,1	303,1
Castelo	14.487,1	15.304,4	16.452,8	19.656,7	17.942,0	18.072,3	0,7	33,6	518,9
Divino de São Lourenço	2.777,2	2.895,6	3.283,7	3.697,5	3.151,1	3.327,8	5,6	31,8	737,1
Dores do Rio Preto	2.246,1	2.913,7	3.221,1	4.118,8	3.620,2	3.574,8	-1,3	25,3	558,7
Guaçu	6.044,2	6.115,0	6.853,2	7.735,8	6.813,1	7.181,2	5,4	15,7	257,8
Ibatiba	6.711,3	6.275,7	6.343,5	7.297,9	6.526,4	7.204,1	10,4	23,5	322,4
Ibitirama	3.848,2	4.521,8	4.984,8	4.894,9	4.125,4	4.556,6	10,5	26,5	508,3
Irupi	3.747,6	4.429,7	5.103,3	5.968,8	6.158,3	7.029,8	14,2	34,6	599,3
Itapemirim	14.923,8	18.650,8	15.022,1	14.320,4	11.281,2	16.110,7	42,8	19,9	519,9
Iúna	7.145,3	8.014,5	8.659,3	10.013,0	9.071,3	9.351,1	3,1	23,8	342,0
Jerônimo Monteiro	2.991,0	3.449,1	3.827,9	4.313,6	3.932,7	4.249,5	8,1	22,0	390,3
Maratáez	4.327,7	5.208,9	5.224,3	6.065,3	5.933,0	5.861,3	-1,2	11,2	171,7
Mimoso do Sul	9.367,4	8.746,1	9.273,2	10.169,4	9.084,7	9.477,6	4,3	23,6	366,0
Muniz Freire	6.346,1	7.492,1	8.660,5	12.791,4	12.110,2	11.760,6	-2,9	34,3	639,6
Muqui	4.748,4	4.220,7	4.441,0	5.026,1	4.559,5	4.666,9	2,4	22,3	324,2
Presidente Kennedy	4.443,2	4.661,5	5.103,5	5.623,7	7.891,8	8.373,3	6,1	5,9	811,8
São José do Calçado	4.850,9	4.447,8	4.933,1	5.354,4	4.999,6	4.994,0	-0,1	24,9	479,4
Vargem Alta	7.725,1	7.517,1	7.839,5	9.717,2	8.701,7	8.737,8	0,4	23,5	456,5
TOTAL	1.450.596,0	1.532.799,5	1.699.589,8	1.924.785,5	1.740.229,4	1.808.457,9	3,9	28,9	514,8

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES), ainda não apreciados em plenário. Nota: ^areceita corrente ajustada dos efeitos do Fundef/Fundeb (ver "Notas metodológicas", na página 4).

► QPM-ICMS

Posição	Município	QPM-ICMS em R\$	População
1º	Vitória	391.890.003,1	325.453
2º	Serra	275.469.590,9	409.324
3º	Vila Velha	112.698.513,0	414.420
4º	Linhares	76.090.338,6	141.254
5º	Aracruz	75.313.398,9	81.746
6º	Anchieta	73.520.049,5	23.894
7º	Cariacica	67.527.925,6	348.933
8º	Cachoeiro de Itapemirim	57.546.350,9	189.878
9º	Colatina	41.219.374,2	111.794
10º	São Mateus	31.052.125,7	109.067
11º	Santa Maria de Jetibá	22.096.187,2	34.178
12º	Nova Venécia	18.817.315,5	46.020
13º	Castelo	18.072.333,5	34.826
14º	Viana	17.649.413,9	64.999
15º	Jaguaré	16.161.200,8	24.718
16º	Itapemirim	16.110.674,8	30.988
17º	Domingos Martins	16.052.947,3	31.824
18º	Conceição da Barra	15.253.773,7	28.477
19º	Barra de São Francisco	15.107.566,2	40.610
20º	Ecoporanga	15.012.316,5	23.223
21º	Guarapari	14.920.529,9	105.227
22º	Venda Nova do Imigrante	13.659.180,6	20.468
23º	São Gabriel da Palha	13.295.516,6	31.859
24º	Baixo Guandu	12.604.665,0	29.086
25º	Afonso Cláudio	12.095.924,9	31.086
26º	Rio Bananal	11.929.318,1	17.538
27º	Muniz Freire	11.760.552,6	18.387
28º	Vila Valério	11.363.441,1	13.830
29º	Pinheiros	11.195.603,7	23.891
30º	Santa Teresa	9.949.305,1	21.815
31º	Montanha	9.732.348,0	17.854
32º	Mimoso do Sul	9.477.640,6	25.898
33º	Sooretama	9.462.053,8	23.860
34º	Lúna	9.351.137,0	27.340
35º	Brejetuba	9.225.343,2	11.921
36º	Marechal Floriano	8.899.676,7	14.249
37º	Vargem Alta	8.737.786,6	19.141
38º	Pancas	8.735.675,5	21.520
39º	Alegre	8.726.933,1	30.784
40º	Presidente Kennedy	8.373.310,8	10.315
41º	Governador Lindenberg	8.340.263,2	10.874
42º	Conceição do Castelo	7.921.390,7	11.686
43º	Alfredo Chaves	7.648.305,3	13.960
44º	Pedro Canário	7.485.610,7	23.789
45º	São Domingos do Norte	7.369.180,5	8.016
46º	Mariândia	7.325.372,8	11.107
47º	Santa Leopoldina	7.273.148,7	12.255
48º	Ibatiba	7.204.119,2	22.346
49º	Guaçuí	7.181.183,2	27.853
50º	Itaguaçu	7.055.312,1	14.134
51º	Irupi	7.029.775,4	11.729
52º	João Neiva	7.021.843,4	15.808
53º	Água Branca	6.800.284,7	11.771
54º	Vila Pavão	6.728.069,7	8.672
55º	Boa Esperança	6.423.151,9	14.199
56º	Atílio Vivacqua	6.239.337,5	9.840
57º	Iconha	6.114.462,7	12.514
58º	Laranja da Terra	6.042.021,9	10.825
59º	São Roque do Canaã	6.040.738,0	11.287
60º	Fundão	5.901.746,6	17.028
61º	Marataízes	5.861.286,0	34.147
62º	Ibiraçu	5.715.914,0	11.158
63º	Água Doce do Norte	5.627.514,7	9.517
64º	Itarana	5.589.580,6	10.881
65º	Mucuní	5.244.898,2	5.672
66º	Rio Novo do Sul	5.181.140,0	11.333
67º	Mantenópolis	5.119.120,3	13.600
68º	São José do Calçado	4.994.022,1	10.417
69º	Alto Rio Novo	4.824.599,5	7.303
70º	Muqui	4.666.933,8	14.396
71º	Ibitirama	4.556.648,1	8.964
72º	Ponto Belo	4.441.612,0	6.979
73º	Jerônimo Monteiro	4.249.492,1	10.888
74º	Bom Jesus do Norte	3.672.124,0	9.479
75º	Dores do Rio Preto	3.574.828,2	6.399
76º	Divino de São Lourenço	3.327.813,5	4.515
77º	Piúma	3.291.627,7	18.123
78º	Apicá	3.216.074,0	7.513
TOTAL		1.808.457.889,4	3.512.672

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES), ainda não apreciados em plenário. População para 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

► QPM-ICMS per capita

Posição	Município	A / B	QPM-ICMS (A) em R\$	População (B)
1º	Anchieta	3.076,9	73.520.049,5	23.894
2º	Vitória	1.204,1	391.890.003,1	325.453
3º	Mucurici	924,7	5.244.898,2	5.672
4º	Aracruz	921,3	75.313.398,9	81.746
5º	São Domingos do Norte	919,3	7.369.180,5	8.016
6º	Vila Valério	821,7	11.363.441,1	13.830
7º	Presidente Kennedy	811,8	8.373.310,8	10.315
8º	Vila Pavão	775,8	6.728.069,7	8.672
9º	Brejetuba	773,9	9.225.343,2	11.921
10º	Governador Lindenberg	767,0	8.340.263,2	10.874
11º	Divino de São Lourenço	737,1	3.327.813,5	4.515
12º	Rio Bananal	680,2	11.929.318,1	17.538
13º	Conceição do Castelo	677,9	7.921.390,7	11.686
14º	Serra	673,0	275.469.590,9	409.324
15º	Venda Nova do Imigrante	667,3	13.659.180,6	20.468
16º	Alto Rio Novo	660,6	4.824.599,5	7.303
17º	Mariândia	659,5	7.325.372,8	11.107
18º	Jaguaré	653,8	16.161.200,8	24.718
19º	Santa Maria de Jetibá	646,5	22.096.187,2	34.178
20º	Ecoporanga	646,4	15.012.316,5	23.223
21º	Muniz Freire	639,6	11.760.552,6	18.387
22º	Ponto Belo	636,4	4.441.612,0	6.979
23º	Atílio Vivacqua	634,1	6.239.337,5	9.840
24º	Marechal Floriano	624,6	8.899.676,7	14.249
25º	Irupi	599,3	7.029.775,4	11.729
26º	Santa Leopoldina	593,5	7.273.148,7	12.255
27º	Água Doce do Norte	591,3	5.627.514,7	9.517
28º	Água Branca	577,7	6.800.284,7	11.771
29º	Dores do Rio Preto	558,7	3.574.828,2	6.399
30º	Laranja da Terra	558,2	6.042.021,9	10.825
31º	Alfredo Chaves	547,9	7.648.305,3	13.960
32º	Montanha	545,1	9.732.348,0	17.854
33º	Linhares	538,7	76.090.338,6	141.254
34º	Conceição da Barra	535,7	15.253.773,7	28.477
35º	São Roque do Canaã	535,2	6.040.738,0	11.287
36º	Itapemirim	519,9	16.110.674,8	30.988
37º	Castelo	518,9	18.072.333,5	34.826
38º	Itarana	513,7	5.589.580,6	10.881
39º	Ibiraçu	512,3	5.715.914,0	11.158
40º	Ibitirama	508,3	4.556.648,1	8.964
41º	Domingos Martins	504,4	16.052.947,3	31.824
42º	Itaguaçu	499,2	7.055.312,1	14.134
43º	Iconha	488,6	6.114.462,7	12.514
44º	São José do Calçado	479,4	4.994.022,1	10.417
45º	Pinheiros	468,6	11.195.603,7	23.891
46º	Rio Novo do Sul	457,2	5.181.140,0	11.333
47º	Vargem Alta	456,5	8.737.786,6	19.141
48º	Santa Teresa	456,1	9.949.305,1	21.815
49º	Boa Esperança	452,4	6.423.151,9	14.199
50º	João Neiva	444,2	7.021.843,4	15.808
51º	Baixo Guandu	433,4	12.604.665,0	29.086
52º	Apicá	428,1	3.216.074,0	7.513
53º	São Gabriel da Palha	417,3	13.295.516,6	31.859
54º	Nova Venécia	408,9	18.817.315,5	46.020
55º	Pancas	405,9	8.735.675,5	21.520
56º	Sooretama	396,6	9.462.053,8	23.860
57º	Jerônimo Monteiro	390,3	4.249.492,1	10.888
58º	Afonso Cláudio	389,1	12.095.924,9	31.086
59º	Bom Jesus do Norte	387,4	3.672.124,0	9.479
60º	Mantenópolis	376,4	5.119.120,3	13.600
61º	Barra de São Francisco	372,0	15.107.566,2	40.610
62º	Colatina	368,7	41.219.374,2	111.794
63º	Mimoso do Sul	366,0	9.477.640,6	25.898
64º	Fundão	346,6	5.901.746,6	17.028
65º	Lúna	342,0	9.351.137,0	27.340
66º	Muqui	324,2	4.666.933,8	14.396
67º	Ibatiba	322,4	7.204.119,2	22.346
68º	Pedro Canário	314,7	7.485.610,7	23.789
69º	Cachoeiro de Itapemirim	303,1	57.546.350,9	189.878
70º	São Mateus	284,7	31.052.125,7	109.067
71º	Alegre	283,5	8.726.933,1	30.784
72º	Vila Velha	271,9	112.698.513,0	414.420
73º	Viana	271,5	17.649.413,9	64.999
74º	Guaçuí	257,8	7.181.183,2	27.853
75º	Cariacica	193,5	67.527.925,6	348.933
76º	Piúma	181,6	3.291.627,7	18.123
77º	Marataízes	171,6	5.861.286,0	34.147
78º	Guarapari	141,8	14.920.529,9	105.227
TOTAL		514,8	1.808.457.889,4	3.512.672

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES), ainda não apreciados em plenário. População para 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

► Evolução dos índices de participação dos municípios na QPM-ICMS de 2001 a 2011

Mesorregiões e municípios	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
MS Noroeste	11,5200	10,9390	10,8460	11,1430	10,8120	10,1320	10,1980	10,3400	10,8690	10,7650	10,3900
Água Doce do Norte	0,3360	0,3240	0,3330	0,3360	0,3330	0,2910	0,2900	0,3180	0,3250	0,3120	0,2830
Águia Branca	0,4100	0,3780	0,3650	0,3660	0,3750	0,3120	0,3170	0,3480	0,3730	0,3760	0,3460
Alto Rio Novo	0,1890	0,1970	0,1960	0,1820	0,1840	0,2190	0,2060	0,2130	0,2190	0,2670	0,2780
Baixo Guandu	1,4980	1,3700	1,3040	1,2300	1,1820	1,1320	0,9480	0,7580	0,6800	0,6970	0,7080
Barra de São Francisco	0,7730	0,7550	0,7270	0,7480	0,7550	0,7260	0,8390	0,8490	0,8840	0,8350	0,8100
Boa Esperança	0,4030	0,4610	0,4540	0,4450	0,4170	0,3580	0,3680	0,3590	0,3820	0,3550	0,3340
Colatina	2,6220	2,3630	2,4130	2,1840	2,0180	1,8890	1,9870	2,1230	2,2790	2,2790	2,2270
Ecoporanga	0,7690	0,7430	0,7460	0,8200	0,8560	0,8060	0,7990	0,7960	0,8270	0,8300	0,8430
Governador Lindenberg	0,3200	0,3200	0,3200	0,5650	0,5260	0,5390	0,5490	0,4890	0,4820	0,4610	0,3850
Mantenópolis	0,3440	0,3440	0,3520	0,3430	0,3360	0,2800	0,3720	0,2820	0,2870	0,2830	0,2790
Marilândia	0,4180	0,4110	0,3830	0,4060	0,3880	0,3330	0,3290	0,3530	0,4100	0,4050	0,3800
Nova Venécia	1,1630	1,1290	1,1340	1,1450	1,0680	0,9620	1,0020	1,0420	1,0770	1,0400	1,0170
Pancas	0,7130	0,6220	0,5310	0,5470	0,5810	0,4960	0,4480	0,4660	0,4740	0,4830	0,4590
São Domingos do Norte	0,2270	0,2340	0,2500	0,2840	0,3110	0,3260	0,3190	0,3720	0,4150	0,4080	0,4050
São Gabriel da Palha	0,5330	0,5120	0,5390	0,6440	0,6460	0,5760	0,5630	0,6610	0,7550	0,7350	0,7000
Vila Pavão	0,2510	0,2560	0,2650	0,3090	0,3300	0,3570	0,3530	0,3590	0,3670	0,3720	0,3430
Vila Valério	0,5510	0,5200	0,5340	0,5890	0,5060	0,5300	0,5090	0,5520	0,6330	0,6270	0,5930
MS Litoral Norte	17,1800	18,8500	18,6410	18,7950	19,9850	18,3760	15,6000	15,6060	15,9510	16,1560	16,1820
Aracruz	6,4050	7,9650	7,3110	6,8810	7,9510	7,1080	4,8460	4,5240	4,5710	4,1620	3,8310
Conceição da Barra	0,8190	0,7840	0,8020	0,8930	0,8960	0,8050	0,8820	0,8720	0,7270	0,8440	1,0420
Fundão	0,3800	0,3590	0,3330	0,3070	0,2700	0,2160	0,2490	0,2410	0,2950	0,3370	0,2890
Ibiraçu	0,2970	0,2720	0,2380	0,2600	0,2570	0,3020	0,3140	0,3100	0,3190	0,3160	0,3170
Jaguare	0,8350	0,9120	1,1390	1,3790	1,4740	1,1210	0,9750	1,0010	1,0010	0,8930	0,8480
João Neiva	0,4630	0,4910	0,5100	0,5150	0,5070	0,4480	0,4780	0,4690	0,4180	0,3880	0,3450
Linhares	3,2430	3,2350	3,5950	3,8030	3,6800	3,3340	3,0370	3,1810	3,4260	4,2110	4,3360
Montanha	0,3590	0,4090	0,5330	0,5340	0,5180	0,5450	0,5440	0,5550	0,5520	0,5380	0,5560
Mucurici	0,2500	0,2860	0,2810	0,2890	0,2730	0,3260	0,3080	0,3000	0,2850	0,2900	0,3190
Pedro Canário	0,3730	0,4080	0,4270	0,4630	0,4820	0,4760	0,4620	0,3880	0,3860	0,4140	0,3480
Pinheiros	0,5310	0,4960	0,5260	0,5620	0,5660	0,6300	0,6400	0,6160	0,6130	0,6190	0,6630
Ponto Belo	0,2090	0,2070	0,1870	0,2010	0,2370	0,2600	0,2390	0,2510	0,2470	0,2450	0,2760
Rio Bananal	0,7470	0,6870	0,6160	0,5580	0,5430	0,5210	0,5270	0,6070	0,6780	0,6600	0,6650
São Mateus	1,7760	1,8730	1,7100	1,7310	1,9020	1,8280	1,6710	1,8250	1,8870	1,7160	1,8250
Sooretama	0,4930	0,4660	0,4330	0,4190	0,4290	0,4560	0,4280	0,4660	0,5460	0,5230	0,5220
MS Central	11,0440	11,0720	10,7440	10,4730	10,6510	11,2570	11,3990	10,9130	11,2630	12,5940	13,3980
Afonso Cláudio	0,7940	0,7760	0,7190	0,6760	0,6360	0,5840	0,5920	0,6170	0,6230	0,6690	0,6930
Alfredo Chaves	0,3800	0,3520	0,3480	0,3360	0,3020	0,3880	0,3900	0,3970	0,3940	0,4230	0,4600
Anchieta	1,9830	2,2290	2,1920	2,0540	2,2840	2,4560	2,6240	2,2330	2,7100	4,0720	4,5760
Brejetuba	0,5470	0,5340	0,4490	0,3620	0,3300	0,4510	0,5280	0,5320	0,5180	0,5100	0,4660
Conceição do Castelo	0,3990	0,3820	0,3910	0,4410	0,5330	0,5700	0,5590	0,5770	0,5240	0,4380	0,4330
Domingos Martins	1,0240	1,0650	0,9810	0,9870	0,9970	0,9290	0,8570	0,8390	0,8430	0,8870	0,9860
Iconha	0,3270	0,3050	0,2970	0,2830	0,2690	0,3320	0,3510	0,3700	0,3510	0,3380	0,3490
Itaguaçu	0,4120	0,3970	0,3430	0,3290	0,3350	0,3900	0,4010	0,4040	0,4030	0,3900	0,3950
Itarana	0,3350	0,3530	0,2950	0,2560	0,2820	0,3280	0,3110	0,3130	0,3180	0,3090	0,3150
Laranja da Terra	0,3310	0,3560	0,3390	0,3170	0,3130	0,3480	0,3390	0,3390	0,3460	0,3340	0,3230
Marechal Floriano	0,6990	0,6230	0,7060	0,7370	0,6490	0,7070	0,6330	0,4960	0,4990	0,4920	0,5440
Piúma	0,2560	0,2480	0,2450	0,2370	0,2140	0,1770	0,1710	0,1740	0,1790	0,1820	0,2120
Rio Novo do Sul	0,2310	0,2360	0,2410	0,2560	0,2550	0,2800	0,2740	0,2970	0,2830	0,2870	0,2220
Santa Leopoldina	0,5320	0,5260	0,4780	0,4990	0,4650	0,4920	0,4980	0,4590	0,4130	0,4020	0,4030
Santa Maria de Jetibá	1,0630	1,0290	1,1320	1,0910	1,1310	1,1120	1,1330	1,1480	1,1610	1,2220	1,3330
Santa Teresa	0,7290	0,7290	0,6580	0,6420	0,5950	0,5590	0,5840	0,5890	0,5770	0,5500	0,5890
São Roque do Canaã	0,3420	0,3200	0,2900	0,2770	0,2930	0,3150	0,3040	0,3170	0,3320	0,3340	0,3220
Venda Nova do Imigrante	0,6600	0,6120	0,6400	0,6930	0,7680	0,8390	0,8500	0,8120	0,7890	0,7550	0,7770
Região Metropolitana	47,1680	46,3210	47,4970	47,6760	46,3500	48,0830	51,2280	51,4650	50,1270	48,6560	47,8750
Cariacica	3,4540	3,2680	3,2730	3,3410	3,3230	3,5000	3,5330	3,3940	3,4600	3,7350	4,3850
Guarapari	0,7810	0,7000	0,7010	0,7210	0,7000	0,7280	0,7060	0,7530	0,8150	0,8250	0,8550
Serra	12,6060	13,4530	13,5110	12,9010	13,7200	15,7950	16,7770	16,2830	16,3250	15,2250	13,5160
Viana	1,1750	1,0450	0,9130	1,0230	1,1830	1,1030	0,9170	0,9110	0,9430	0,9760	1,0110
Vila Velha	6,1220	6,1580	6,4910	6,1920	5,7810	5,6240	5,4370	5,7850	6,2380	6,2310	6,6420
Vitória	23,0300	21,6970	22,6080	23,4980	21,6430	21,3330	23,8580	24,3390	22,3460	21,6640	21,4660
MS Sul	13,0880	12,8180	12,2720	11,9130	12,2020	12,1520	11,5750	11,6760	11,7900	11,8290	12,1550
Alegre	0,5960	0,6080	0,5940	0,5570	0,5150	0,4720	0,4920	0,5010	0,4900	0,4830	0,5100
Apiaçá	0,2390	0,2760	0,2390	0,2430	0,2430	0,1890	0,2220	0,1970	0,1900	0,1780	0,2000
Atílio Vivacqua	0,3390	0,3700	0,3570	0,3790	0,3740	0,3230	0,3390	0,3440	0,3360	0,3450	0,3690
Bom Jesus do Norte	0,2680	0,2600	0,2330	0,2270	0,2070	0,1770	0,1690	0,1960	0,2070	0,2030	0,1700
Cachoeiro de Itapemirim	4,0220	3,8550	3,7280	3,5170	3,5080	3,4910	3,3330	3,3370	3,3230	3,1810	3,2420
Castelo	1,0080	0,9460	0,8380	0,8650	0,9980	0,9980	0,9670	1,0210	1,0310	0,9990	0,9040
Divino de São Lourenço	0,1540	0,1450	0,1630	0,2000	0,1950	0,1980	0,1930	0,1920	0,1810	0,1840	0,1800
Dores do Rio Preto	0,1740	0,1760	0,1760	0,1470	0,1550	0,1900	0,1900	0,2140	0,2080	0,1980	0,2000
Guaçuí	0,3870	0,3840	0,4690	0,4790	0,4160	0,3980	0,4030	0,4010	0,4020	0,3970	0,3980
Ibatiba	0,5310	0,5720	0,5280	0,5190	0,4620	0,4090	0,3720	0,3790	0,3750	0,3980	0,4010
Ibitirama	0,3420	0,3460	0,2860	0,2650	0,2650	0,2950	0,2930	0,2540	0,2370	0,2520	0,2710
Irupi	0,3970	0,3690	0,3400	0,2820	0,2580	0,2890	0,3000	0,3100	0,3540	0,3890	0,3890
Itapemirim	0,5860	0,5360	0,5160	0,5710	0,5290	1,2170	0,8820	0,7430	0,6480	0,8920	1,3530
Ituna	0,6670	0,6690	0,6090	0,5090	0,4920	0,5230	0,5090	0,5200	0,5200	0,5170	0,5360
Jerônimo Monteiro	0,1790	0,1770	0,1840	0,1940	0,2060	0,2250	0,2250	0,2240	0,2260	0,2350	0,2420
Marataízes	0,3410	0,3160	0,3140	0,3130	0,2980	0,3400	0,3070	0,3150	0,3410	0,3240	0,3220
Mimoso do Sul	0,7630	0,7610	0,7020	0,6680	0,6450	0,5700	0,5450	0,5280	0,5220	0,5240	0,5280
Muniz Freire	0,4990	0,5170	0,4970	0,4600	0,4370	0,4890	0,5090	0,6650	0,6960	0,6500	0,5830
Muqui	0,3420	0,3230	0,3160	0,3240	0,3270	0,2750	0,2610	0,2610	0,2620	0,2580	0,2780
Presidente Kennedy	0,2740	0,2740	0,2700	0,3060	0,3060	0,3040	0,3000	0,2920	0,4540	0,4630	0,3420
São José do Calçado	0,3470	0,3340	0,3470	0,3650	0,3340	0,2900	0,2900	0,2780	0,2870	0,2760	0,2630
Vargem Alta	0,6330	0,6040	0,5660	0,5230	0,5320	0,4900	0,4740	0,5040	0,5000	0,4830	0,4740
TOTAL	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

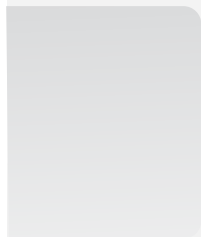
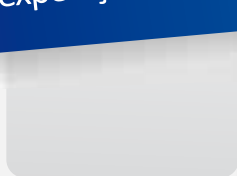
Fonte: Secretaria de Estado da Fazenda do Espírito Santo/CODEF.



www.propaganda86.com.br

Lean warehouse. A nova filosofia do Terca

Nosso foco está voltado para: atividades que agregam valor, eliminação de perdas, melhoria contínua, priorização do fluxo e direcionamento para os clientes. Este modelo nos permite atender com maior agilidade, confiabilidade e excelência os processos de expedição.

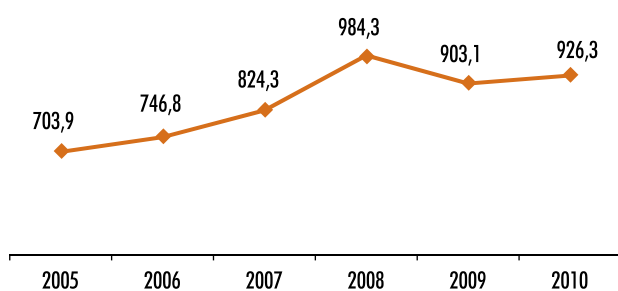


Desempenho

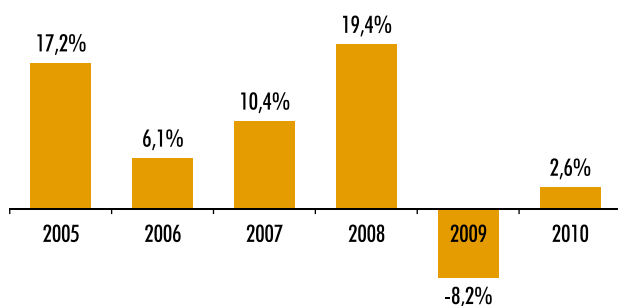
Após a queda de 2009, o Fundo de Participação dos Municípios (FPM) registrou um crescimento tímido em 2010. O volume de recursos transferidos pela União aos municípios capixabas foi de R\$ 926,3 milhões, o que representou um aumento real de apenas 2,6% em relação ao ano anterior.

Evolução do FPM no Espírito Santo

em R\$ milhões - IPCA médio de 2010



Taxa de crescimento do FPM no Espírito Santo em relação ao ano anterior



O FPM é formado por 23,5% da arrecadação líquida do Imposto de Renda (IR) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). Em 2010, a arrecadação bruta do IR e do IPI registrou um crescimento real de 3,5% e 23,8%, totalizando R\$ 208,2 bilhões e R\$ 40 bilhões, respectivamente.

Entretanto, esse desempenho não foi suficiente para que a arrecadação retornasse ao patamar que prevalecia em 2008, antes da crise financeira, quando os mesmos alcançaram R\$ 211,3 bilhões e R\$ 43,5 bilhões. Cabe destacar ainda que a arrecadação do IPI foi afetada pelas

isenções tributárias dos setores de eletrodomésticos linha branca (finalizada em 31 de janeiro de 2010) e automóveis (finalizada em 31 de março de 2010), bem como dos materiais de construção civil (previsão de término para o final de 2011).

Devido aos critérios de distribuição que norteiam os repasses do FPM, praticamente todos os municípios apresentaram a mesma variação, de 2,1%. As exceções foram os quatro municípios que integram o FPM-Reserva (Cachoeiro de Itapemirim, Cariacica, Serra e Vila Velha), cujo aumento foi de 1,8%, além de São Gabriel da Palha (16,7%) e Pinheiros (19,1%). A variação desses dois últimos municípios, bem acima da média dos demais, deveu-se à expansão do número de habitantes, segundo a estimativa populacional do IBGE para 2009, ocasionando, consequentemente, a mudança na faixa de coeficiente populacional, e o aumento no montante recebido. Os recursos do FPM recebidos por Vitória totalizaram R\$ 71,5 milhões, 4,3% a mais, comparado ao volume recebido em 2009.

Importância orçamentária

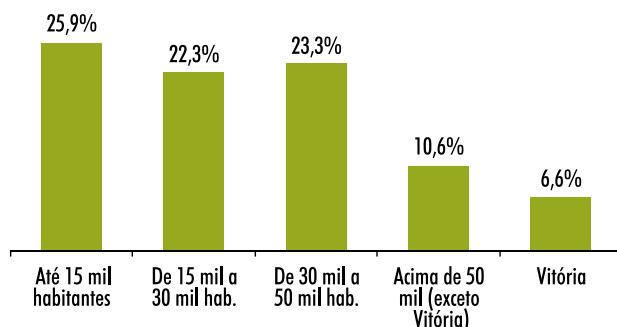
O FPM é uma fonte de receita de grande importância para os municípios brasileiros, principalmente para aqueles de menor porte populacional e que possuem baixo potencial de receita própria.

No Espírito Santo, os repasses desse fundo responderam, em média, por 14,8% da receita corrente dos municípios, sendo a segunda maior fonte de recursos, atrás apenas das transferências do ICMS. Entretanto, essa participação é bastante díspar, variando segundo o porte populacional dos municípios. Entre as cidades pequenas, com menos de 15 mil habitantes, o FPM representou, em média, pouco mais de um quarto da receita corrente, alcançando as maiores participações em Divino de São Lourenço (44,9%), Muqui (37,4%), Alto Rio Novo (35,7%), São Roque do Canaã (35,5%) e Laranja da Terra (34%).

As menores participações do FPM na receita corrente foram as de Vila Velha (8,1%), Vitória (6,6%), Serra e Anchieta (6% cada uma) e Presidente Kennedy (4,5%). Dessas, apenas Anchieta e Presidente Kennedy possuem um pequeno contingente populacional (23.894 e 10.315 habitantes, respectivamente), e essa baixa participação, em franca discrepância com o comportamento dos municípios de mesmo porte populacio-

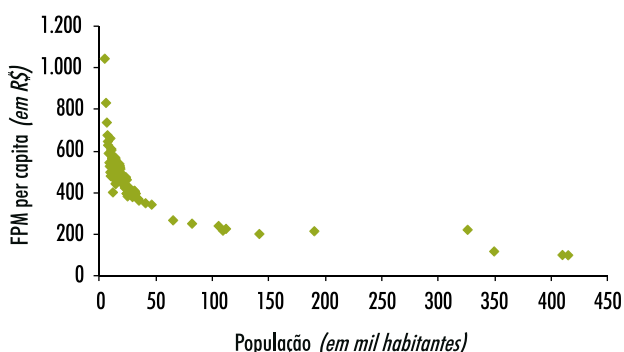
nal, deve-se ao grande volume de outras fontes de receitas desses dois municípios, como o ICMS, no caso do primeiro, e dos royalties do petróleo, no caso do segundo.

Participação média do FPM na receita corrente municipal por faixa populacional - 2010



Em relação à população, os municípios capixabas receberam, em média, R\$ 263,71 do FPM per capita. Como os critérios de repasse se relacionam com o número de habitantes, de forma que os maiores municípios recebem proporcionalmente menos que os menores, o valor do FPM per capita tende a acompanhar inversamente a curva de distribuição populacional (veja gráfico abaixo). Sendo assim, a liderança e a última posição no ranking per capita cabem, invariavelmente, a Divino de São Lourenço (R\$ 1.041,77), o município com a menor população do Estado, e a Vila Velha (R\$ 97,61), o município mais populoso do Estado.

FPM per capita e população residente - 2010



Saiba mais sobre o FPM

O FPM é uma transferência de recursos da União a todos os municípios brasileiros, garantida pela Constituição Federal, no artigo 159, inciso I, alínea b. Esse fundo é composto, efetivamente, por 23,5% da arrecadação federal líquida do Imposto de Renda (IR) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), sendo 22,5% da arrecadação repassados a cada dez dias, e 1% distribuído em uma única parcela, no primeiro decêndio do mês de dezembro.

O FPM divide-se em três grupos: FPM-Interior, FPM-Reserva e FPM-Capital, e cada grupo possui critérios específicos de repartição dos recursos, como mostra o quadro abaixo.

Com exceção das capitais, todos os demais municípios recebem recursos do FPM-Interior. Cada município recebe um coeficiente de participação de acordo com sua população, que varia de 0,6 a 4,0 (veja tabela abaixo). A participação de cada município é obtida dividindo-se seu coeficiente pela soma dos coeficientes dos municípios de seu respectivo Estado. Cada Estado possui uma participação fixa na repartição dos recursos do FPM-Interior (veja tabela na página seguinte).

Coeficientes para distribuição do FPM-Interior

Categoria do município segundo o número de habitantes				Coeficiente
Até	10.188			0,6
De	10.189	a	13.584	0,8
De	13.585	a	16.980	1,0
De	16.981	a	23.772	1,2
De	23.773	a	30.564	1,4
De	30.565	a	37.356	1,6
De	37.357	a	44.148	1,8
De	44.149	a	50.940	2,0
De	50.941	a	61.128	2,2
De	61.129	a	71.316	2,4
De	71.317	a	81.504	2,6
De	81.505	a	91.692	2,8
De	91.693	a	101.880	3,0
De	101.881	a	115.464	3,2
De	115.465	a	129.048	3,4
De	129.049	a	142.632	3,6
De	142.633	a	156.216	3,8
Além de	156.216			4,0

Fonte: Decreto-Lei nº 1.881, de 27/08/1981.

Divisões do FPM e seus respectivos critérios de distribuição

Divisões do FPM		Critérios de distribuição
FPM-Interior	86,4% do FPM total. É distribuído a todos os municípios do país, exceto as capitais.	Coeficientes definidos por faixa populacional no Decreto-Lei nº 1.881/81. Desde 1990, a participação de cada município é obtida dividindo-se seu respectivo coeficiente pelo somatório dos coeficientes dos municípios do Estado.
FPM-Reserva	3,6% do FPM total. É destinado aos municípios do interior com população superior a 142.633 habitantes.	De acordo com coeficientes que consideram a população e o inverso da renda per capita do respectivo Estado. Em 2010, participaram desse fundo 156 municípios brasileiros. Desses, quatro são capixabas.
FPM-Capital	10% do FPM total. É distribuído às capitais estaduais.	Coeficientes que consideram a população e o inverso da renda per capita do Estado. A participação da capital é obtida dividindo-se seu coeficiente pelo somatório dos coeficientes de todas as capitais.

Fonte: Lei Federal nº 5.172, de 25/10/1966; Decreto-Lei nº 1.881, de 27/08/1981; e Decisão Normativa nº 101/2009 - Tribunal de Contas da União.

Todos os municípios com mais de 142.633 habitantes, além do FPM-Interior, também recebem os recursos do FPM-Reserva. O objetivo desse Fundo é proporcionar um adicional de recursos às cidades com maiores contingentes demográficos, beneficiando, principalmente, aquelas

► **Participação no FPM-Interior, número de municípios e população por Estado**

Unidades da Federação	Participação no total em %	Número de municípios 2009 ¹	População 2009
Acre	0,2630	21	385.178
Alagoas	2,0883	101	2.219.794
Amapá	0,1392	15	260.125
Amazonas	1,2452	61	1.654.728
Bahia	9,2695	416	11.639.308
Ceará	4,5864	183	6.042.257
Espírito Santo	1,7595	77	3.167.043
Goiás	3,7318	245	4.644.325
Maranhão	3,9715	216	5.370.040
Mato Grosso	1,8949	140	2.451.130
Mato Grosso do Sul	1,5004	77	1.605.391
Minas Gerais	14,1846	852	17.581.048
Pará	3,2948	142	6.019.519
Paraíba	3,1942	222	3.067.742
Paraná	7,2857	398	8.835.032
Pernambuco	4,7952	183	7.245.489
Piauí	2,4015	223	2.342.788
Rio de Janeiro	2,7379	91	9.823.719
Rio Grande do Norte	2,4324	166	2.331.338
Rio Grande do Sul	7,3011	495	9.478.005
Rondônia	0,7464	51	1.121.099
Roraima	0,0851	14	154.598
Santa Catarina	4,1997	292	5.710.582
São Paulo	14,2620	644	30.346.446
Sergipe	1,3342	74	1.475.640
Tocantins	1,2955	138	1.103.406
Total	100,0000	5.537	146.075.770

Fonte: Decisão Normativa nº 101/2009 - Tribunal de Contas da União. Nota: ¹exceto as capitais.

localizadas em estados mais pobres, uma vez que sua distribuição também leva em consideração o inverso da renda per capita dos seus respectivos estados.

O FPM-Capital é distribuído exclusivamente às 27 capitais do país, e seus critérios de distribuição são os mesmos do FPM-Reserva, ou seja, população e renda per capita estadual.

► **Coefficiente, participação no FPM-capital e população das capitais**

Capital	UF	Coefficiente de 2010	Participação no total 2010 em %	População 2009
Aracaju	SE	3,20	2,7073	544.039
Belém	PA	7,00	5,9222	1.437.600
Belo Horizonte	MG	6,00	5,0761	2.452.617
Boa Vista	RR	2,80	2,3689	266.901
Brasília	DF	2,00	1,6920	2.606.885
Campo Grande	MS	2,40	2,0305	755.107
Cuiabá	MT	2,00	1,6920	550.562
Curitiba	PR	4,05	3,4264	1.851.215
Florianópolis	SC	1,60	1,3536	408.161
Fortaleza	CE	12,50	10,5753	2.505.552
Goiânia	GO	3,60	3,0457	1.281.975
João Pessoa	PB	5,00	4,2301	702.235
Macapá	AP	2,80	2,3689	366.484
Maceió	AL	6,25	5,2876	936.314
Manaus	AM	4,80	4,0609	1.738.641
Natal	RN	4,00	3,3841	806.203
Palmas	TO	3,20	2,7073	188.645
Porto Alegre	RS	3,15	2,6650	1.436.123
Porto Velho	RO	2,80	2,3689	382.829
Recife	PE	7,00	5,9222	1.564.767
Rio Branco	AC	3,20	2,7073	305.954
Rio de Janeiro	RJ	4,00	3,3841	6.186.710
Salvador	BA	9,00	7,6142	2.998.056
São Luís	MA	6,25	5,2876	997.098
São Paulo	SP	3,00	2,5381	11.037.593
Teresina	PI	5,00	4,2301	802.537
Vitória	ES	1,60	1,3536	320.156
Total		118,20	100,0000	45.430.959

Fonte: Decisão Normativa nº 101/2009 - Tribunal de Contas da União.



Em Colatina os investimentos em desenvolvimento estão por toda a parte.

Já foram investidos mais de R\$ 200 milhões nos últimos dois anos.

Atrair investimentos, gerar mais empregos e renda para a população também são prioridades da administração municipal.

O Terminal de Cargas, o Polo Empresarial de Barbados, o destaque do setor de granito e a parceria com o Shopping Moda Brasil, são iniciativas que garantem novos postos de trabalho e o desenvolvimento sustentável de todo o município.

**É A PREFEITURA DE COLATINA
FAZENDO A SUA PARTE E AJUDANDO NA CONSTRUÇÃO
DE UM FUTURO MELHOR PARA TODO MUNDO.**



► FPM - 2005-2010

Regiões e municípios	2005	2006	2007	2008	2009	2010	Variação 2010/2009	Partic. na rec. corr. ^a 2010	FPM per capita 2010 em R\$
	em R\$ mil - IPCA médio de 2010						em %		
MS Noroeste	114.402,4	119.192,0	132.204,7	164.352,0	152.007,7	156.785,8	3,1	24,2	379,6
Água Doce do Norte	4.986,8	5.047,7	5.434,5	6.777,4	6.141,7	6.271,4	2,1	30,8	659,0
Águia Branca	3.903,3	3.900,9	4.140,6	5.083,1	4.606,3	4.703,6	2,1	24,5	399,6
Alto Rio Novo	3.576,9	3.670,7	4.011,2	5.083,1	4.606,3	4.703,6	2,1	35,7	644,1
Baixo Guandu	7.911,0	8.258,0	9.186,8	11.860,5	10.748,0	10.975,0	2,1	24,7	377,3
Barra de São Francisco	10.078,0	10.551,6	11.774,6	15.249,2	13.818,9	14.110,7	2,1	26,0	347,5
Boa Esperança	5.856,5	6.262,4	7.109,2	6.777,4	6.141,7	6.271,4	2,1	27,1	441,7
Colatina	17.662,7	18.579,4	20.832,0	27.109,6	24.566,9	25.085,7	2,1	14,9	224,4
Ecoporanga	7.812,1	7.803,6	8.281,2	10.166,1	10.748,0	10.975,0	2,1	27,1	472,6
Governador Lindenberg	3.513,9	3.757,5	4.265,5	5.083,1	6.141,7	6.271,4	2,1	32,2	576,7
Mantenópolis	4.986,8	5.047,7	5.434,5	6.777,4	6.141,7	6.271,4	2,1	29,1	461,1
Marilândia	4.682,8	5.008,9	5.687,4	6.777,4	6.141,7	6.271,4	2,1	32,3	564,6
Nova Venécia	11.156,0	11.696,6	13.068,5	16.943,5	15.354,3	15.678,6	2,1	23,0	340,7
Pancas	6.827,5	7.111,2	7.892,9	10.166,1	9.212,6	9.407,1	2,1	31,5	437,1
São Domingos do Norte	3.513,9	3.757,5	4.265,5	5.083,1	4.606,3	4.703,6	2,1	28,2	586,8
São Gabriel da Palha	8.563,7	8.718,4	9.445,7	11.860,5	10.748,0	12.542,9	16,7	26,8	393,7
Vila Pavão	3.513,9	3.757,5	4.265,5	5.083,1	4.606,3	4.703,6	2,1	27,9	542,4
Vila Valério	5.856,5	6.262,4	7.109,2	8.471,8	7.677,2	7.839,3	2,1	30,5	566,8
MS Litoral Norte	124.587,0	132.071,0	150.712,9	181.295,5	168.897,4	174.032,2	3,0	15,6	317,1
Aracruz	14.055,7	16.278,2	18.483,9	22.026,6	19.960,6	20.382,2	2,1	9,0	249,3
Conceição da Barra	8.199,2	8.767,4	9.952,9	11.860,5	10.748,0	10.975,0	2,1	17,4	385,4
Fundão	5.856,5	6.262,4	7.109,2	8.471,8	7.677,2	7.839,3	2,1	21,3	460,4
Ibiraçu	4.685,2	5.009,9	5.687,4	6.777,4	6.141,7	6.271,4	2,1	29,9	562,1
Jaguaré	7.027,8	7.514,9	8.531,0	10.166,1	9.212,6	9.407,1	2,1	18,6	380,6
João Neiva	5.744,0	5.964,3	6.599,0	8.471,8	7.677,2	7.839,3	2,1	26,4	495,9
Linhares	21.651,4	21.755,3	23.110,2	28.804,0	27.637,8	28.221,4	2,1	9,0	199,8
Montanha	5.753,3	5.967,4	6.599,0	10.166,1	9.212,6	9.407,1	2,1	30,0	526,9
Mucurici	3.903,3	3.900,9	4.140,6	5.083,1	4.606,3	4.703,6	2,1	30,7	829,3
Pedro Canário	7.027,8	7.514,9	8.531,0	10.166,1	10.748,0	10.975,0	2,1	30,9	461,3
Pinheiros	6.827,5	7.111,2	7.892,9	10.166,1	9.212,6	10.975,0	19,1	25,9	459,4
Ponto Belo	3.513,9	3.757,5	4.265,5	5.083,1	4.606,3	4.703,6	2,1	32,5	674,0
Rio Bananal	5.744,0	5.964,3	6.530,4	8.471,8	9.212,6	9.407,1	2,1	25,8	536,4
São Mateus	17.569,6	18.787,3	22.748,9	25.415,3	23.031,5	23.517,9	2,1	14,4	215,6
Sooretama	7.027,8	7.514,9	8.531,0	10.166,1	9.212,6	9.407,1	2,1	26,7	394,3
MS Central	109.505,9	117.956,4	133.542,5	157.574,6	144.330,5	147.378,6	2,1	22,2	465,7
Afonso Cláudio	8.994,5	9.404,8	10.480,7	13.554,8	12.283,4	12.542,9	2,1	27,4	403,5
Alfredo Chaves	5.856,5	6.262,4	7.109,2	8.471,8	7.677,2	7.839,3	2,1	31,0	561,6
Anchieta	7.027,8	7.514,9	8.531,0	10.166,1	9.212,6	9.407,1	2,1	6,0	393,7
Brejetuba	4.685,2	5.009,9	5.687,4	6.777,4	6.141,7	6.271,4	2,1	27,2	526,1
Conceição do Castelo	4.685,2	5.009,9	5.687,4	6.777,4	6.141,7	6.271,4	2,1	27,9	536,7
Domingos Martins	9.370,5	10.019,9	11.374,7	13.554,8	12.283,4	12.542,9	2,1	23,1	394,1
Iconha	4.685,2	5.009,9	5.687,4	6.777,4	6.141,7	6.271,4	2,1	26,5	501,2
Itaguaçu	5.856,5	6.262,4	7.109,2	8.471,8	7.677,2	7.839,3	2,1	31,5	554,6
Itarana	4.685,2	5.009,9	5.687,4	6.777,4	6.141,7	6.271,4	2,1	32,6	576,4
Laranja da Terra	4.685,2	5.009,9	5.687,4	6.777,4	6.141,7	6.271,4	2,1	34,0	579,3
Marechal Floriano	4.685,2	6.258,4	7.109,2	6.777,4	6.141,7	6.271,4	2,1	24,4	440,1
Piúma	7.017,5	7.511,5	8.531,0	8.471,8	9.212,6	9.407,1	2,1	25,9	519,1
Rio Novo do Sul	4.685,2	5.009,9	5.687,4	6.777,4	6.141,7	6.271,4	2,1	32,7	553,4
Santa Leopoldina	4.685,2	5.009,9	5.687,4	6.777,4	6.141,7	6.271,4	2,1	28,3	511,7
Santa Maria de Jetibá	9.360,1	10.016,4	11.374,7	13.554,8	12.283,4	12.542,9	2,1	23,4	367,0
Santa Teresa	6.827,5	7.111,2	7.892,9	10.166,1	9.212,6	9.407,1	2,1	24,3	431,2
São Roque do Canaã	4.685,2	5.009,9	5.687,4	6.777,4	6.141,7	6.271,4	2,1	35,5	555,6
Venda Nova do Imigrante	7.027,8	7.514,9	8.531,0	10.166,1	9.212,6	9.407,1	2,1	26,7	459,6
Região Metropolitana	194.871,1	207.600,5	216.893,3	252.175,4	229.223,1	235.231,1	2,6	8,3	141,0
Cariacica	32.627,5	34.951,7	37.077,3	44.183,2	39.719,0	40.450,6	1,8	12,3	115,9
Guarapari	18.730,5	20.036,3	22.749,4	25.415,3	24.566,9	25.085,7	2,1	16,6	238,4
Serra	32.627,5	34.951,7	37.077,3	44.183,2	39.719,0	40.450,6	1,8	6,0	98,8
Viana	12.884,4	13.777,4	15.640,2	18.637,9	16.889,7	17.246,4	2,1	20,0	265,3
Vila Velha	32.627,5	34.951,7	37.077,3	44.183,2	39.719,0	40.450,6	1,8	8,1	97,6
Vitória	65.373,6	68.931,7	67.271,7	75.572,6	68.609,6	71.547,1	4,3	6,6	219,8
MS Sul	160.549,2	169.988,4	190.897,3	228.867,5	208.616,4	212.915,0	2,1	21,2	376,1
Alegre	8.994,5	9.404,8	10.480,7	11.860,5	12.283,4	12.542,9	2,1	25,6	407,4
Apiacá	3.513,9	3.757,5	4.265,5	5.083,1	4.606,3	4.703,6	2,1	32,2	626,1
Atílio Vivacqua	3.576,9	3.670,7	4.011,2	5.083,1	4.606,3	4.703,6	2,1	25,3	478,0
Bom Jesus do Norte	3.513,9	3.757,5	4.265,5	5.083,1	4.606,3	4.703,6	2,1	30,6	496,2
Cachoeiro de Itapemirim	32.628,2	34.952,0	37.933,1	44.183,2	39.719,0	40.450,6	1,8	17,7	213,0
Castelo	9.370,5	10.019,9	11.374,7	13.554,8	12.283,4	12.542,9	2,1	23,3	360,2
Divino de São Lourenço	3.513,9	3.757,5	4.265,5	5.083,1	4.606,3	4.703,6	2,1	44,9	1.041,8
Dores do Rio Preto	3.513,9	3.757,5	4.265,5	5.083,1	4.606,3	4.703,6	2,1	33,3	735,0
Guaçuí	8.199,2	8.767,4	9.952,9	11.860,5	10.748,0	10.975,0	2,1	24,0	394,0
Ibatiba	7.027,8	7.514,9	8.531,0	10.166,1	9.212,6	9.407,1	2,1	30,7	421,0
Ibitirama	3.513,9	3.757,5	5.686,9	5.083,1	4.606,3	4.703,6	2,1	27,3	524,7
Irupi	4.685,2	5.009,9	5.687,4	6.777,4	6.141,7	6.271,4	2,1	30,9	534,7
Itapemirim	9.641,7	9.863,4	10.739,6	13.554,8	12.283,4	12.542,9	2,1	15,5	404,8
Iúna	8.237,4	8.488,2	9.316,2	11.860,5	10.748,0	10.975,0	2,1	28,0	401,4
Jerônimo Monteiro	4.660,4	4.817,5	5.305,1	6.777,4	6.141,7	6.271,4	2,1	32,4	576,0
Marataizes	9.370,5	10.019,9	11.374,7	13.554,8	12.283,4	12.542,9	2,1	24,0	367,3
Mimoso do Sul	8.199,2	8.767,4	9.952,9	11.860,5	10.748,0	10.975,0	2,1	27,4	423,8
Muniz Freire	7.027,8	7.514,9	8.531,0	10.166,1	9.212,6	9.407,1	2,1	27,4	511,6
Muqui	5.744,0	5.964,3	6.599,0	8.471,8	7.677,2	7.839,3	2,1	37,4	544,5
Presidente Kennedy	3.903,3	3.900,9	4.140,6	6.777,4	6.141,7	6.271,4	2,1	4,5	608,0
São José do Calçado	4.685,2	5.009,9	5.687,4	6.777,4	6.141,7	6.271,4	2,1	31,3	602,0
Vargem Alta	7.027,8	7.514,9	8.531,0	10.166,1	9.212,6	9.407,1	2,1	25,3	491,5
TOTAL	703.915,7	746.808,3	824.250,8	984.265,0	903.075,1	926.342,8	2,6	14,8	263,7

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Nota: ^a receita corrente ajustada dos efeitos do Fundef/Fundeb (ver "Notas metodológicas", na página 4).

FPM

Posição	Município	FPM em R\$	População
1º	Vitória	71.547.069,3	325.453
2º	Cachoeiro de Itapemirim	40.450.631,4	189.878
3º	Cariacica	40.450.631,4	348.933
4º	Serra	40.450.631,4	409.324
5º	Vila Velha	40.450.631,4	414.420
6º	Linhares	28.221.440,1	141.254
7º	Colatina	25.085.724,5	111.794
8º	Guarapari	25.085.724,5	105.227
9º	São Mateus	23.517.866,8	109.067
10º	Aracruz	20.382.151,2	81.746
11º	Viana	17.246.435,8	64.999
12º	Nova Venécia	15.678.577,9	46.020
13º	Barra de São Francisco	14.110.720,3	40.610
14º	Afonso Cláudio	12.542.862,5	31.086
15º	Alegre	12.542.862,5	30.784
16º	Castelo	12.542.862,5	34.826
17º	Domingos Martins	12.542.862,5	31.824
18º	Itapemirim	12.542.862,5	30.988
19º	Marataizes	12.542.862,5	34.147
20º	Santa Maria de Jetibá	12.542.862,5	34.178
21º	São Gabriel da Palha	12.542.862,5	31.859
22º	Baixo Guandu	10.975.004,7	29.086
23º	Conceição da Barra	10.975.004,7	28.477
24º	Ecoporanga	10.975.004,7	23.223
25º	Guaçuí	10.975.004,7	27.853
26º	Lúna	10.975.004,7	27.340
27º	Mimoso do Sul	10.975.004,7	25.898
28º	Pedro Canário	10.975.004,7	23.789
29º	Pinheiros	10.975.004,7	23.891
30º	Anchieta	9.407.147,0	23.894
31º	Ibatiba	9.407.147,0	22.346
32º	Jaguaré	9.407.147,0	24.718
33º	Montanha	9.407.147,0	17.854
34º	Muniz Freire	9.407.147,0	18.387
35º	Pancas	9.407.147,0	21.520
36º	Piúma	9.407.147,0	18.123
37º	Rio Bananal	9.407.147,0	17.538
38º	Santa Teresa	9.407.147,0	21.815
39º	Sooretama	9.407.147,0	23.860
40º	Vargem Alta	9.407.147,0	19.141
41º	Venda Nova do Imigrante	9.407.147,0	20.468
42º	Alfredo Chaves	7.839.289,2	13.960
43º	Fundão	7.839.289,2	17.028
44º	Itaguaçu	7.839.289,2	14.134
45º	João Neiva	7.839.289,2	15.808
46º	Muqui	7.839.289,2	14.396
47º	Vila Valério	7.839.289,2	13.830
48º	Água Doce do Norte	6.271.431,5	9.517
49º	Boa Esperança	6.271.431,5	14.199
50º	Brejetuba	6.271.431,5	11.921
51º	Conceição do Castelo	6.271.431,5	11.686
52º	Ibiraçu	6.271.431,5	11.158
53º	Iconha	6.271.431,5	12.514
54º	Irupi	6.271.431,5	11.729
55º	Itarana	6.271.431,5	10.881
56º	Jerônimo Monteiro	6.271.431,5	10.888
57º	Laranja da Terra	6.271.431,5	10.825
58º	Mantenópolis	6.271.431,5	13.600
59º	Marechal Floriano	6.271.431,5	14.249
60º	Marilândia	6.271.431,5	11.107
61º	Presidente Kennedy	6.271.431,5	10.315
62º	Rio Novo do Sul	6.271.431,5	11.333
63º	Santa Leopoldina	6.271.431,5	12.255
64º	São José do Calçado	6.271.431,5	10.417
65º	São Roque do Canaã	6.271.431,5	11.287
66º	Governador Lindenberg	6.271.430,7	10.874
67º	Águia Branca	4.703.573,7	11.771
68º	Alto Rio Novo	4.703.573,7	7.303
69º	Apiacá	4.703.573,7	7.513
70º	Atílio Vivacqua	4.703.573,7	9.840
71º	Bom Jesus do Norte	4.703.573,7	9.479
72º	Divino de São Lourenço	4.703.573,7	4.515
73º	Dores do Rio Preto	4.703.573,7	6.399
74º	Ibitirama	4.703.573,7	8.964
75º	Mucurici	4.703.573,7	5.672
76º	Ponto Belo	4.703.573,7	6.979
77º	São Domingos do Norte	4.703.573,7	8.016
78º	Vila Pavão	4.703.573,7	8.672
TOTAL		926.342.753,6	3.512.672

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional (STN). População para 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

FPM per capita

Posição	Município	A / B	FPM (A)	População (B)
		em R\$		
1º	Divino de São Lourenço	1.041,8	4.703.573,7	4.515
2º	Mucurici	829,3	4.703.573,7	5.672
3º	Dores do Rio Preto	735,0	4.703.573,7	6.399
4º	Ponto Belo	674,0	4.703.573,7	6.979
5º	Água Doce do Norte	659,0	6.271.431,5	9.517
6º	Alto Rio Novo	644,1	4.703.573,7	7.303
7º	Apiacá	626,1	4.703.573,7	7.513
8º	Presidente Kennedy	608,0	6.271.431,5	10.315
9º	São José do Calçado	602,0	6.271.431,5	10.417
10º	São Domingos do Norte	586,8	4.703.573,7	8.016
11º	Laranja da Terra	579,3	6.271.431,5	10.825
12º	Governador Lindenberg	576,7	6.271.430,7	10.874
13º	Itarana	576,4	6.271.431,5	10.881
14º	Jerônimo Monteiro	576,0	6.271.431,5	10.888
15º	Vila Valério	566,8	7.839.289,2	13.830
16º	Marilândia	564,6	6.271.431,5	11.107
17º	Ibiraçu	562,1	6.271.431,5	11.158
18º	Alfredo Chaves	561,6	7.839.289,2	13.960
19º	São Roque do Canaã	555,6	6.271.431,5	11.287
20º	Itaguaçu	554,6	7.839.289,2	14.134
21º	Rio Novo do Sul	553,4	6.271.431,5	11.333
22º	Muqui	544,5	7.839.289,2	14.396
23º	Vila Pavão	542,4	4.703.573,7	8.672
24º	Conceição do Castelo	536,7	6.271.431,5	11.686
25º	Rio Bananal	536,4	9.407.147,0	17.538
26º	Irupi	534,7	6.271.431,5	11.729
27º	Montanha	526,9	9.407.147,0	17.854
28º	Brejetuba	526,1	6.271.431,5	11.921
29º	Ibitirama	524,7	4.703.573,7	8.964
30º	Piúma	519,1	9.407.147,0	18.123
31º	Santa Leopoldina	511,7	6.271.431,5	12.255
32º	Muniz Freire	511,6	9.407.147,0	18.387
33º	Iconha	501,2	6.271.431,5	12.514
34º	Bom Jesus do Norte	496,2	4.703.573,7	9.479
35º	João Neiva	495,9	7.839.289,2	15.808
36º	Vargem Alta	491,5	9.407.147,0	19.141
37º	Atílio Vivacqua	478,0	4.703.573,7	9.840
38º	Ecoporanga	472,6	10.975.004,7	23.223
39º	Pedro Canário	461,3	10.975.004,7	23.789
40º	Mantenópolis	461,1	6.271.431,5	13.600
41º	Fundão	460,4	7.839.289,2	17.028
42º	Venda Nova do Imigrante	459,6	9.407.147,0	20.468
43º	Pinheiros	459,4	10.975.004,7	23.891
44º	Boa Esperança	441,7	6.271.431,5	14.199
45º	Marechal Floriano	440,1	6.271.431,5	14.249
46º	Pancas	437,1	9.407.147,0	21.520
47º	Santa Teresa	431,2	9.407.147,0	21.815
48º	Mimoso do Sul	423,8	10.975.004,7	25.898
49º	Ibatiba	421,0	9.407.147,0	22.346
50º	Alegre	407,4	12.542.862,5	30.784
51º	Itapemirim	404,8	12.542.862,5	30.988
52º	Afonso Cláudio	403,5	12.542.862,5	31.086
53º	Lúna	401,4	10.975.004,7	27.340
54º	Águia Branca	399,6	4.703.573,7	11.771
55º	Sooretama	394,3	9.407.147,0	23.860
56º	Domingos Martins	394,1	12.542.862,5	31.824
57º	Guaçuí	394,0	10.975.004,7	27.853
58º	Anchieta	393,7	9.407.147,0	23.894
59º	São Gabriel da Palha	393,7	12.542.862,5	31.859
60º	Conceição da Barra	385,4	10.975.004,7	28.477
61º	Jaguaré	380,6	9.407.147,0	24.718
62º	Baixo Guandu	377,3	10.975.004,7	29.086
63º	Marataizes	367,3	12.542.862,5	34.147
64º	Santa Maria de Jetibá	367,0	12.542.862,5	34.178
65º	Castelo	360,2	12.542.862,5	34.826
66º	Barra de São Francisco	347,5	14.110.720,3	40.610
67º	Nova Venécia	340,7	15.678.577,9	46.020
68º	Viana	265,3	17.246.435,8	64.999
69º	Aracruz	249,3	20.382.151,2	81.746
70º	Guarapari	238,4	25.085.724,5	105.227
71º	Colatina	224,4	25.085.724,5	111.794
72º	Vitória	219,8	71.547.069,3	325.453
73º	São Mateus	215,6	23.517.866,8	109.067
74º	Cachoeiro de Itapemirim	213,0	40.450.631,4	189.878
75º	Linhares	199,8	28.221.440,1	141.254
76º	Cariacica	115,9	40.450.631,4	348.933
77º	Serra	98,8	40.450.631,4	409.324
78º	Vila Velha	97,6	40.450.631,4	414.420
TOTAL		263,7	926.342.753,6	3.512.672

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional (STN). População para 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Dívida ativa

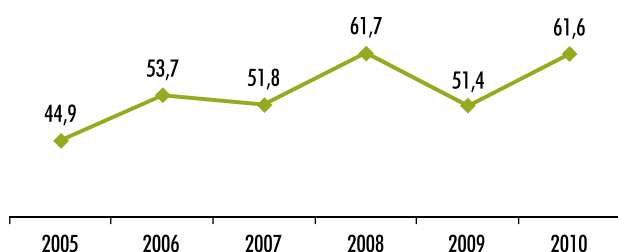
Em 2010, os municípios capixabas arrecadaram R\$ 61,6 milhões referentes aos créditos da dívida ativa, R\$ 10,2 milhões a mais do que no ano anterior. A dívida ativa é formada por créditos da municipalidade contra terceiros, sendo a maior parte de débitos tributários não pagos pelos contribuintes.

O aumento de 19,8% deveu-se, principalmente, ao desempenho dos municípios de Vila Velha e Serra. Em Vila Velha, a receita proveniente da cobrança da dívida ativa foi de R\$ 7,2 milhões em 2010, sendo que desde 2005 ela vinha flutuando entre R\$ 2,4 milhões e R\$ 6,3 milhões. Na Serra ela totalizou R\$ 9,9 milhões, contra uma média de R\$ 6,3 milhões dos três anos anteriores.

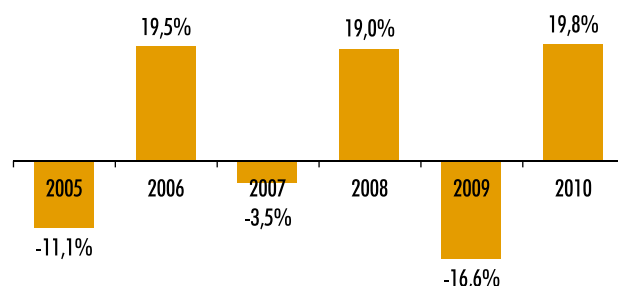
Linhares e Cariacica também apresentaram um bom resultado em 2010. Nos dois últimos anos, Linhares aumentou em cerca de R\$ 1 milhão a receita da dívida ativa ao ano, que alcançou R\$ 3 milhões em 2010. Em Cariacica, por sua vez, a receita alcançou R\$ 7,5 milhões ante os R\$ 6,5 milhões que prevaleceram nos dois anos anteriores.

Evolução da receita da dívida ativa

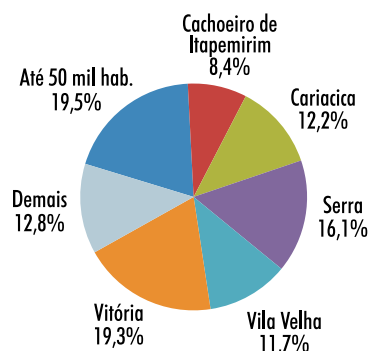
em R\$ milhões - IPCA médio de 2010



Taxa de crescimento da receita da dívida ativa em relação ao ano anterior



Participação dos municípios na receita da dívida ativa 2010



Essa receita é proveniente dos créditos previamente inscritos em dívida ativa, no ativo financeiro, pela autoridade fazendária municipal. O estoque total acumulado do conjunto dos municípios capixabas até o final de 2009 era de R\$ 3,04 bilhões contra R\$ 1,70 bilhão do ano anterior. Esse vertiginoso aumento se deu, basicamente, em função dos municípios de Vila Velha e Itapemirim. No primeiro caso, saltou de R\$ 224,9 milhões, em 2008, para R\$ 858,7 milhões, em 2009, e, no segundo, de R\$ 49,7 milhões para R\$ 553,1 milhões.

Em Itapemirim, a inscrições desses novos créditos no ativo ainda não se traduziu em aumento da receita. De fato, a receita de dívida ativa de 2010, de R\$ 472,7 mil, foi até menor que a do ano anterior, de R\$ 481,2 mil. Já no caso de Vila Velha ocorreu efetivamente um aumento da receita, porém num ritmo muito menos intenso que a inscrição dos contribuintes em dívida ativa.

Esse efeito ainda pode ser observado no conjunto dos municípios capixabas. O aumento proporcionalmente maior das inscrições dos créditos em dívida ativa, frente à expansão do recolhimento junto aos devedores, fez com que o valor resgatado em 2010 representasse apenas 2% do montante inscrito no ano anterior. Em 2009, esse indicador havia ficado 1 ponto percentual acima, em 3%.

O município de Rio Bananal apresentou o melhor desempenho. No total recolheu R\$ 31,3 mil dos R\$ 60,7 mil que formavam o seu estoque em 2009, o que representou 51,6% do total da sua dívida contra terceiros. São Roque do Canaã (42,6%) e Itarana (30,9%) também se destacaram ao obter um elevado índice de recuperação desses créditos.

**LEVE
A NOTA!**

**NOTA
FISCAL**

Leve sempre a Nota Fiscal.
Ela ajuda você e toda a sociedade.

► Receita da dívida ativa - 2005-2010

Regiões e municípios	2005	2006	2007	2008	2009	2010 (A)	Variação 2010/ 2009 em %	Estoque da dívida 2009 (B) em R\$ mil	A / B	Partic. na rec. corr. ^a 2010	Receita da dívida ativa per capita 2010 em R\$
	em R\$ mil - IPCA médio de 2010								em %		
MS Noroeste	3.080,4	3.275,9	3.131,6	3.425,4	2.668,9	3.203,7	20,0	54.893,5	5,8	0,5	7,8
Água Doce do Norte	49,1	57,4	26,5	14,9	43,1	90,4	109,9	469,5	19,3	0,4	9,5
Águia Branca	14,7	19,4	8,0	19,6	8,0	7,5	-5,4	564,3	1,3	0,0	0,6
Alto Rio Novo	18,6	7,5	-	-	26,5	13,8	-47,9	218,8	6,3	0,1	1,9
Baixo Guandu	178,5	340,0	223,2	178,0	263,2	263,7	0,2	2.708,0	9,7	0,6	9,1
Barra de São Francisco	241,5	320,8	713,4	222,5	344,1	485,3	41,0	2.431,3	20,0	0,9	11,9
Boa Esperança	35,5	167,8	168,7	38,5	40,8	32,7	-20,0	1.487,7	2,2	0,1	2,3
Colatina	1.177,6	965,9	1.129,7	1.752,4	897,2	1.170,8	30,5	31.504,4	3,7	0,7	10,5
Ecoporanga	339,2	174,8	31,8	23,0	32,5	34,4	5,9	923,6	3,7	0,1	1,5
Governador Lindenberg	11,7	5,6	6,3	2,9	3,9	3,9	-0,5	37,7	10,4	0,0	0,4
Mantenópolis	4,4	238,0	121,0	155,5	178,4	195,4	9,5	4.357,9	4,5	0,9	14,4
Marilândia	66,5	18,3	49,5	35,5	23,8	31,2	31,3	1.890,2	1,7	0,2	2,8
Nova Venécia	448,0	371,0	313,8	442,8	331,6	223,5	-32,6	2.089,6	10,7	0,3	4,9
Pancas	80,8	50,1	76,0	58,3	67,4	125,9	86,7	1.181,3	10,7	0,4	5,9
São Domingos do Norte	62,7	15,0	10,5	20,6	21,4	48,3	125,6	300,8	16,1	0,3	6,0
São Gabriel da Palha	221,6	191,1	176,3	245,5	285,1	375,4	31,7	3.731,4	10,1	0,8	11,8
Vila Pavão	30,0	23,4	30,1	170,1	21,6	21,0	-2,4	143,0	14,7	0,1	2,4
Vila Valério	99,8	310,0	46,9	45,2	80,2	80,5	0,4	854,1	9,4	0,3	5,8
MS Litoral Norte	3.137,0	3.958,5	4.083,1	3.252,2	4.120,7	5.573,1	35,2	122.845,7	4,5	0,5	10,2
Aracruz	437,0	975,7	1.125,1	766,4	661,2	698,2	5,6	37.737,7	1,9	0,3	8,5
Conceição da Barra	391,8	943,4	336,3	353,4	370,2	699,9	89,1	14.517,3	4,8	1,1	24,6
Fundão	96,9	68,6	50,9	55,3	58,0	67,4	16,2	2.684,7	2,5	0,2	4,0
Ibiraçu	226,9	143,7	315,2	297,0	296,2	327,0	10,4	3.735,6	8,8	1,6	29,3
Jaguare	59,7	108,3	105,8	83,2	73,1	79,9	9,2	5.881,2	1,4	0,2	3,2
João Neiva	206,8	207,5	225,7	180,2	166,3	131,5	-20,9	1.171,6	11,2	0,4	8,3
Linhares	1.132,4	983,7	1.178,0	1.042,7	2.009,3	3.039,8	51,3	29.646,8	10,3	1,0	21,5
Montanha	74,2	29,3	22,5	20,2	18,7	21,5	15,1	1.472,7	1,5	0,1	1,2
Mucurici	2,4	0,4	4,5	2,3	4,3	-	-100,0	369,0	-	-	-
Pedro Canário	83,3	42,1	58,5	42,4	24,4	30,5	25,1	2.051,8	1,5	0,1	1,3
Pinheiros	92,0	52,5	38,0	26,6	108,7	114,7	5,5	1.190,0	9,6	0,3	4,8
Ponto Belo	14,8	11,0	11,3	12,4	9,2	16,7	82,4	122,1	13,7	0,1	2,4
Rio Bananal	18,5	87,8	113,8	68,7	34,6	31,3	-9,4	60,7	51,6	0,1	1,8
São Mateus	277,7	260,1	453,6	271,1	259,4	279,4	7,7	21.346,4	1,3	0,2	2,6
Sooretama	22,7	44,3	44,0	30,3	27,2	35,2	29,3	858,0	4,1	0,1	1,5
MS Central	2.587,9	6.201,1	3.707,8	3.757,1	3.642,0	3.637,6	-0,1	69.746,3	5,2	0,5	11,5
Afonso Cláudio	142,4	159,8	179,2	136,1	215,1	198,7	-7,6	2.354,8	8,4	0,4	6,4
Alfredo Chaves	100,3	143,0	179,7	70,1	64,0	59,4	-7,2	1.267,0	4,7	0,2	4,3
Anchieta	764,0	4.216,8	1.289,9	1.151,9	1.037,3	1.208,5	16,5	45.475,5	2,7	0,8	50,6
Brejetuba	-	2,7	3,3	-	3,5	0,5	-84,4	123,5	0,4	0,0	0,0
Conceição do Castelo	70,8	53,3	32,9	29,8	40,2	41,8	4,1	838,2	5,0	0,2	3,6
Domingos Martins	157,5	149,4	176,3	295,7	228,3	158,7	-30,5	1.572,3	10,1	0,3	5,0
Iconha	27,4	28,3	330,6	249,8	120,1	170,4	41,9	2.788,7	6,1	0,7	13,6
Itaguaçu	112,5	91,3	122,6	108,1	98,6	89,8	-8,9	1.095,6	8,2	0,4	6,4
Itarana	31,7	24,6	52,3	16,7	50,2	35,8	-28,7	115,8	30,9	0,2	3,3
Laranja da Terra	24,4	26,2	36,3	34,8	21,2	26,1	23,1	682,3	3,8	0,1	2,4
Marechal Floriano	77,1	88,2	130,1	200,5	45,2	91,8	103,1	1.445,9	6,4	0,4	6,4
Piúma	611,9	693,5	468,0	791,9	350,9	761,8	117,1	6.767,5	11,3	2,1	42,0
Rio Novo do Sul	67,0	67,0	37,8	32,8	58,5	60,4	3,3	-	..	0,3	5,3
Santa Leopoldina	3,0	3,9	9,4	19,8	15,8	9,6	-39,1	499,7	1,9	0,0	0,8
Santa Maria de Jetibá	57,5	92,4	408,6	432,4	872,9	408,0	-53,3	2.061,0	19,8	0,8	11,9
Santa Teresa	174,5	146,9	116,7	93,6	183,6	131,7	-28,3	1.841,5	7,2	0,3	6,0
São Roque do Canaã	31,3	44,5	14,5	11,0	11,1	39,9	258,0	93,7	42,6	0,2	3,5
Venda Nova do Imigrante	134,7	169,3	119,7	82,2	225,6	144,6	-35,9	723,2	20,0	0,4	7,1
Região Metropolitana	30.822,7	33.183,1	32.359,1	40.930,7	30.367,8	39.241,5	29,2	2.031.650,4	1,9	1,4	23,5
Cariacica	2.952,4	4.996,8	6.169,4	6.590,2	6.548,4	7.511,2	14,7	111.358,4	6,7	2,3	21,5
Guarapari	3.982,6	3.237,4	3.425,5	10.846,4	1.538,2	1.289,1	-16,2	151.257,2	0,9	0,9	12,3
Serra	4.804,4	5.040,0	6.570,0	5.663,1	6.728,2	9.939,5	47,7	137.107,0	7,2	1,5	24,3
Viana	3.811,2	1.671,2	1.488,3	1.581,6	1.116,4	1.433,8	28,4	23.361,9	6,1	1,7	22,1
Vila Velha	4.945,4	6.269,3	2.386,8	4.287,0	3.866,5	7.200,3	86,2	858.670,1	0,8	1,4	17,4
Vitória	10.326,4	11.968,4	12.319,2	11.962,4	10.570,1	11.867,5	12,3	749.895,7	1,6	1,1	36,5
MS Sul	5.309,6	7.073,8	8.522,7	10.300,5	10.616,1	9.946,0	-6,3	760.360,2	1,3	1,0	17,6
Alegre	553,2	1.128,7	686,0	893,6	1.986,4	537,1	-73,0	9.779,6	5,5	1,1	17,4
Apiaçá	72,4	99,3	69,2	85,0	140,6	78,0	-44,5	474,0	16,5	0,5	10,4
Atílio Vivacqua	25,4	34,2	31,2	23,5	98,9	30,1	-69,6	357,4	8,4	0,2	3,1
Bom Jesus do Norte	23,9	25,1	23,2	8,4	6,7	15,1	127,0	1.264,0	1,2	0,1	1,6
Cachoeiro de Itapemirim	2.352,8	3.061,5	4.558,2	5.308,4	5.264,8	5.186,3	-1,5	94.163,8	5,5	2,3	27,3
Castelo	194,3	233,3	308,3	351,1	202,6	345,5	70,5	2.572,7	13,4	0,6	9,9
Divino de São Lourenço	17,8	69,0	25,7	14,7	46,4	9,1	-80,4	221,0	4,1	0,1	2,0
Dores do Rio Preto	10,0	9,2	11,3	5,9	0,1	10,7	9.460,2	341,7	3,1	0,1	1,7
Guaçu	127,7	151,2	178,0	96,7	166,5	231,2	38,8	2.315,8	10,0	0,5	8,3
Ibatiba	51,9	69,7	93,5	49,8	18,8	52,4	178,4	1.304,2	4,0	0,2	2,3
Ibitirama	33,2	27,3	73,1	108,0	43,4	45,1	4,1	483,5	9,3	0,3	5,0
Irupi	38,0	11,1	20,3	32,6	10,1	11,6	15,6	251,2	4,6	0,1	1,0
Itapemirim	316,1	489,0	458,2	436,0	481,2	472,7	-1,8	553.086,7	0,1	0,6	15,3
Ituna	104,8	285,5	287,9	145,5	193,6	235,9	21,8	1.363,2	17,3	0,6	8,6
Jerônimo Monteiro	87,2	27,8	31,3	160,2	182,3	148,2	-18,7	1.150,7	12,9	0,8	13,6
Marataizes	722,0	818,3	864,2	919,9	868,2	1.532,7	76,5	61.245,8	2,5	2,9	44,9
Mimoso do Sul	60,0	211,0	210,8	217,2	166,1	282,9	70,3	12.603,9	2,2	0,7	10,9
Muniz Freire	54,2	65,3	177,2	254,9	264,5	188,6	-28,7	2.200,1	8,6	0,6	10,3
Muqui	36,9	40,2	82,5	44,6	44,3	41,0	-7,3	1.550,3	2,6	0,2	2,8
Presidente Kennedy	165,0	136,5	133,2	1.047,5	341,4	361,8	6,0	8.564,5	4,2	0,3	35,1
São José do Calçado	178,3	50,2	158,0	51,4	-	17,9	..	4.064,4	0,4	0,1	1,7
Vargem Alta	84,5	30,2	41,4	45,6	89,1	112,1	25,7	1.001,7	11,2	0,3	5,9
TOTAL	44.937,7	53.692,4	51.804,3	61.665,9	51.415,5	61.601,9	19,8	3.039.496,1	2,0	1,0	17,5

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES), ainda não apreciados em plenário. Nota: ^areceita corrente ajustada dos efeitos do Fundef/Fundeb (ver "Notas metodológicas", na página 4).

► Receita da dívida ativa

Posição	Município	Receita da dívida ativa em R\$	População
1º	Vitória	11.867.535,2	325.453
2º	Serra	9.939.507,4	409.324
3º	Cariacica	7.511.221,7	348.933
4º	Vila Velha	7.200.324,4	414.420
5º	Cachoeiro de Itapemirim	5.186.321,6	189.878
6º	Linhares	3.039.827,4	141.254
7º	Marataízes	1.532.709,5	34.147
8º	Viana	1.433.753,5	64.999
9º	Guarapari	1.289.145,8	105.227
10º	Anchieta	1.208.527,4	23.894
11º	Colatina	1.170.792,5	111.794
12º	Piúma	761.788,1	18.123
13º	Conceição da Barra	699.946,1	28.477
14º	Aracruz	698.185,9	81.746
15º	Alegre	537.055,5	30.784
16º	Barra de São Francisco	485.266,6	40.610
17º	Itapemirim	472.672,8	30.988
18º	Santa Maria de Jetibá	407.952,4	34.178
19º	São Gabriel da Palha	375.384,9	31.859
20º	Presidente Kennedy	361.765,2	10.315
21º	Castelo	345.453,8	34.826
22º	Ibiraçu	326.957,4	11.158
23º	Mimoso do Sul	282.867,7	25.898
24º	São Mateus	279.445,9	109.067
25º	Baixo Guandu	263.669,5	29.086
26º	Lúna	235.886,5	27.340
27º	Guaçuí	231.198,4	27.853
28º	Nova Venécia	223.480,1	46.020
29º	Afonso Cláudio	198.729,5	31.086
30º	Mantenópolis	195.365,8	13.600
31º	Muniz Freire	188.620,4	18.387
32º	Iconha	170.413,5	12.514
33º	Domingos Martins	158.684,6	31.824
34º	Jerônimo Monteiro	148.224,2	10.888
35º	Venda Nova do Imigrante	144.562,4	20.468
36º	Santa Teresa	131.706,7	21.815
37º	João Neiva	131.490,1	15.808
38º	Pancas	125.915,6	21.520
39º	Pinheiros	114.678,4	23.891
40º	Vargem Alta	112.070,4	19.141
41º	Marechal Floriano	91.843,1	14.249
42º	Água Doce do Norte	90.379,7	9.517
43º	Itaguaçu	89.825,2	14.134
44º	Vila Valério	80.545,4	13.830
45º	Jaguaré	79.859,1	24.718
46º	Apiacá	78.011,1	7.513
47º	Fundão	67.416,0	17.028
48º	Rio Novo do Sul	60.428,0	11.333
49º	Alfredo Chaves	59.357,5	13.960
50º	Ibatiba	52.447,2	22.346
51º	São Domingos do Norte	48.331,5	8.016
52º	Ibitirama	45.139,8	8.964
53º	Conceição do Castelo	41.802,8	11.686
54º	Muqui	41.013,1	14.396
55º	São Roque do Canaã	39.895,0	11.287
56º	Itarana	35.829,0	10.881
57º	Sooretama	35.170,2	23.860
58º	Ecoporanga	34.439,4	23.223
59º	Boa Esperança	32.650,6	14.199
60º	Rio Bananal	31.308,4	17.538
61º	Mariilândia	31.220,2	11.107
62º	Pedro Canário	30.535,6	23.789
63º	Atílio Vivácqua	30.080,8	9.840
64º	Laranja da Terra	26.115,7	10.825
65º	Montanha	21.508,2	17.854
66º	Vila Pavão	21.034,3	8.672
67º	São José do Calçado	17.907,8	10.417
68º	Ponto Belo	16.726,0	6.979
69º	Bom Jesus do Norte	15.140,0	9.479
70º	Alto Rio Novo	13.780,2	7.303
71º	Irupi	11.636,5	11.729
72º	Dores do Rio Preto	10.663,5	6.399
73º	Santa Leopoldina	9.637,1	12.255
74º	Divino de São Lourenço	9.098,6	4.515
75º	Águia Branca	7.536,0	11.771
76º	Governador Lindenberg	3.927,1	10.874
77º	Brejetuba	540,7	11.921
78º	Mucurici	-	5.672
TOTAL		61.601.885,1	3.512.672

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES), ainda não apreciados em plenário. População para 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

► Receita da dívida ativa per capita

Posição	Município	A / B	Receita da dívida ativa (A) em R\$	População (B)
1º	Anchieta	50,6	1.208.527,4	23.894
2º	Marataízes	44,9	1.532.709,5	34.147
3º	Piúma	42,0	761.788,1	18.123
4º	Vitória	36,5	11.867.535	325.453
5º	Presidente Kennedy	35,1	361.765,2	10.315
6º	Ibiraçu	29,3	326.957,4	11.158
7º	Cachoeiro de Itapemirim	27,3	5.186.321,6	189.878
8º	Conceição da Barra	24,6	699.946,1	28.477
9º	Serra	24,3	9.939.507,4	409.324
10º	Viana	22,1	1.433.753,5	64.999
11º	Cariacica	21,5	7.511.221,7	348.933
12º	Linhares	21,5	3.039.827,4	141.254
13º	Alegre	17,4	537.055,5	30.784
14º	Vila Velha	17,4	7.200.324,4	414.420
15º	Itapemirim	15,3	472.672,8	30.988
16º	Mantenópolis	14,4	195.365,8	13.600
17º	Iconha	13,6	170.413,5	12.514
18º	Jerônimo Monteiro	13,6	148.224,2	10.888
19º	Guarapari	12,3	1.289.145,8	105.227
20º	Barra de São Francisco	11,9	485.266,6	40.610
21º	Santa Maria de Jetibá	11,9	407.952,4	34.178
22º	São Gabriel da Palha	11,8	375.384,9	31.859
23º	Mimoso do Sul	10,9	282.867,7	25.898
24º	Colatina	10,5	1.170.792,5	111.794
25º	Apiacá	10,4	78.011,1	7.513
26º	Muniz Freire	10,3	188.620,4	18.387
27º	Castelo	9,9	345.453,8	34.826
28º	Água Doce do Norte	9,5	90.379,7	9.517
29º	Baixo Guandu	9,1	263.669,5	29.086
30º	Lúna	8,6	235.886,5	27.340
31º	Aracruz	8,5	698.185,9	81.746
32º	João Neiva	8,3	131.490,1	15.808
33º	Guaçuí	8,3	231.198,4	27.853
34º	Venda Nova do Imigrante	7,1	144.562,4	20.468
35º	Marechal Floriano	6,4	91.843,1	14.249
36º	Afonso Cláudio	6,4	198.729,5	31.086
37º	Itaguaçu	6,4	89.825,2	14.134
38º	Santa Teresa	6,0	131.706,7	21.815
39º	São Domingos do Norte	6,0	48.331,5	8.016
40º	Vargem Alta	5,9	112.070,4	19.141
41º	Pancas	5,9	125.915,6	21.520
42º	Vila Valério	5,8	80.545,4	13.830
43º	Rio Novo do Sul	5,3	60.428,0	11.333
44º	Ibitirama	5,0	45.139,8	8.964
45º	Domingos Martins	5,0	158.684,6	31.824
46º	Nova Venécia	4,9	223.480,1	46.020
47º	Pinheiros	4,8	114.678,4	23.891
48º	Alfredo Chaves	4,3	59.357,5	13.960
49º	Fundão	4,0	67.416,0	17.028
50º	Conceição do Castelo	3,6	41.802,8	11.686
51º	São Roque do Canaã	3,5	39.895,0	11.287
52º	Itarana	3,3	35.829,0	10.881
53º	Jaguaré	3,2	79.859,1	24.718
54º	Atílio Vivácqua	3,1	30.080,8	9.840
55º	Muqui	2,8	41.013,1	14.396
56º	Mariilândia	2,8	31.220,2	11.107
57º	São Mateus	2,6	279.445,9	109.067
58º	Vila Pavão	2,4	21.034,3	8.672
59º	Laranja da Terra	2,4	26.115,7	10.825
60º	Ponto Belo	2,4	16.726,0	6.979
61º	Ibatiba	2,3	52.447,2	22.346
62º	Boa Esperança	2,3	32.650,6	14.199
63º	Divino de São Lourenço	2,0	9.098,6	4.515
64º	Alto Rio Novo	1,9	13.780,2	7.303
65º	Rio Bananal	1,8	31.308,4	17.538
66º	São José do Calçado	1,7	17.907,8	10.417
67º	Dores do Rio Preto	1,7	10.663,5	6.399
68º	Bom Jesus do Norte	1,6	15.140,0	9.479
69º	Ecoporanga	1,5	34.439,4	23.223
70º	Sooretama	1,5	35.170,2	23.860
71º	Pedro Canário	1,3	30.535,6	23.789
72º	Montanha	1,2	21.508,2	17.854
73º	Irupi	1,0	11.636,5	11.729
74º	Santa Leopoldina	0,8	9.637,1	12.255
75º	Águia Branca	0,6	7.536,0	11.771
76º	Governador Lindenberg	0,4	3.927,1	10.874
77º	Brejetuba	0,0	540,7	11.921
78º	Mucurici	-	-	5.672
TOTAL		17,5	61.601.885,1	3.512.672

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES), ainda não apreciados em plenário. População para 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

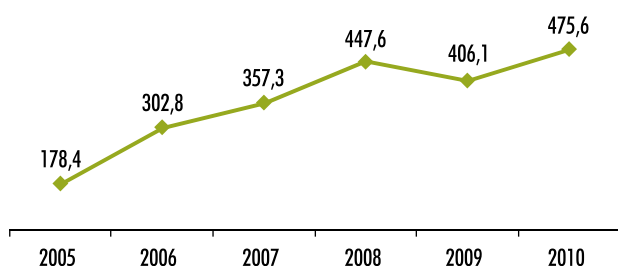
Saldo Fundeb

Desempenho

Em 2010, os municípios capixabas receberam o total de R\$ 1,06 bilhão em recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), e repassaram R\$ 582,1 milhões para a formação do mesmo fundo. Sendo assim, o saldo entre o montante recebido e o repassado foi positivo em R\$ 475,6 milhões, e superou em 17,1% o realizado no ano anterior. Assim, o saldo Fundeb em 2010 apresentou uma considerável recuperação após a retração sofrida em 2009.

Evolução do saldo Fundef/Fundeb

em R\$ milhões - IPCA médio de 2010

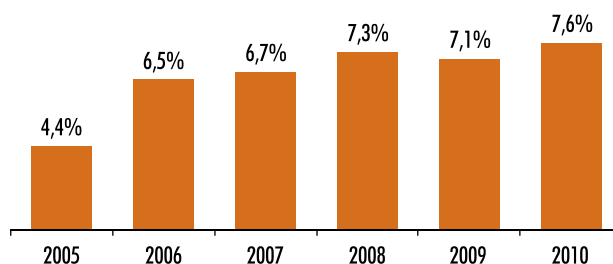


O número de municípios que apresentaram saldos negativos diminuiu em relação a 2009, passando de 14 para 10. As maiores perdas foram registradas por Anchieta (- R\$ 4,8 milhões), Governador Lindenberg (- R\$ 1,3 milhão), Divino de São Lourenço (- R\$ 705,3 mil), São Domingos do Norte (- R\$ 403,1 mil) e São Roque do Canaã (- R\$ 362,1 mil). Os maiores saldos positivos foram registrados por Cariacica (R\$ 60,9 milhões), Vila Velha (R\$ 57,5 milhões), Serra (R\$ 50,0 milhões), São Mateus (R\$ 30,1 milhões) e Guarapari (R\$ 26,6 milhões).

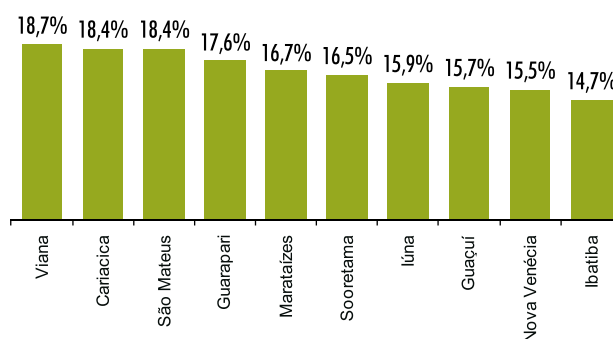
Após três anos sucessivos de saldos deficitários, Vitória alcançou um rendimento de R\$ 1,8 milhão junto ao fundo. Entretanto, esse valor alterou infimamente a receita corrente do município, respondendo por apenas 0,2% da mesma.

A participação média do saldo Fundeb na receita corrente dos municípios capixabas tem se elevado a cada ano, atingindo, em 2010, 7,6%. Em Viana, Cariacica, São Mateus e Marataízes, esses recursos tiveram uma expressiva relevância orçamentária, chegando a responder por quase um quinto de toda a receita corrente, como mostram os gráficos a seguir.

Participação do saldo Fundef/Fundeb na receita corrente



As dez maiores participações do saldo Fundeb na composição da receita corrente - 2010



Saiba mais

O Fundeb, criado em 2006 pela Emenda Constitucional nº 53/2006, é uma ampliação do já existente Fundef - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, que vigorou de 1997 a 2006. Seus recursos objetivam promover a universalização, a manutenção e a melhoria da qualidade do ensino, focando, principalmente, na reestruturação dos salários e na qualificação do magistério, desde a creche até o ensino médio.

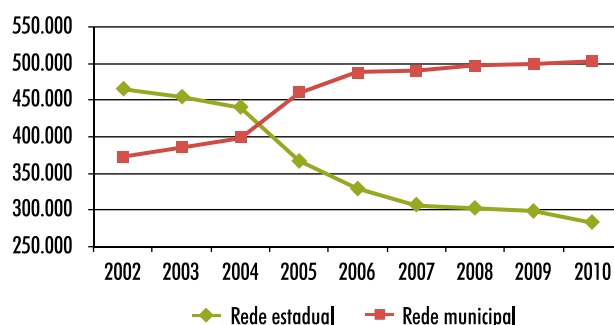
Os recursos destinados à formação do Fundeb formam um fundo de âmbito estadual e são distribuídos aos estados e seus municípios, levando-se em conta o número de matrículas em suas respectivas redes de ensino, considerando-se o nível de ensino de atuação prioritária de cada ente federado, definidos no artigo 211 da Constituição Federal. O Fundeb também conta com uma complementação da União nos casos em que o valor repassado por aluno não atinja o mínimo estabelecido nacionalmente. Com isso, o Fundeb tenta minimizar as desigualdades existentes entre as várias regiões

do país, garantindo a cada ente governamental um repasse mínimo dos recursos.

Esse mecanismo de distribuição acentuou o processo de municipalização na educação desde 1997, uma vez que os municípios passaram a reivindicar para si a tutela dos alunos, principalmente do ensino fundamental, como pode ser observado no gráfico e na tabela a seguir.

O acompanhamento e o controle social sobre a distribuição, a transferência e a aplicação dos recursos do Fundeb são feitos em escalas federal, estadual e municipal por conselhos criados especificamente para esse fim.

Número de matrículas nas redes estadual e municipal da educação básica no Estado do Espírito Santo



Matrícula inicial nas redes de ensino estadual e municipal no Espírito Santo - 2002-2010

Rede	Modalidade de ensino	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	Participação no total de 2010
Estadual	Fundamental	268.309	250.129	237.822	175.960	148.015	137.609	133.960	131.457	124.984	15,9%
	Médio	132.604	134.491	132.915	126.362	123.602	116.330	117.101	116.178	109.186	13,9%
	EJA	63.965	69.480	66.425	62.286	55.604	51.525	49.495	49.093	46.495	5,9%
	Especial	701	664	3.467	2.126	1.673	1.445	1.887	1.478	2.385	0,3%
Subtotal		465.579	454.764	440.629	366.734	328.894	306.909	302.443	298.206	283.050	36,0%
Municipal	Infantil	111.612	116.708	119.037	119.176	118.057	119.521	123.256	128.420	126.965	16,2%
	Fundamental	248.970	255.266	263.515	320.928	349.687	351.644	348.172	346.365	345.277	43,9%
	Médio	900	919	810	1.156	716	209	99	98	141	0,0%
	Especial	87	117	3.436	4.975	5.093	5.765	9.303	5.661	9.082	1,2%
	EJA	11.641	12.765	12.188	14.095	14.552	13.003	15.878	18.789	21.363	2,7%
Subtotal		373.210	385.775	398.986	460.330	488.105	490.142	496.708	499.333	502.828	64,0%
Total		838.789	840.539	839.615	827.064	816.999	797.051	799.151	797.539	785.878	100,0%

Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).



FORÇA NO DESENVOLVIMENTO CAPIXABA.

Há mais de meio século, a FINDES, Federação das Indústrias do Estado do Espírito Santo, cumpre seu papel de representar e defender os interesses da indústria capixaba. Sua história está intimamente ligada ao crescimento econômico do Estado, já que ao longo dos anos a entidade não poupou esforços para elevar a competitividade, fortalecer sindicatos e estimular o empreendedorismo, sem nunca deixar de lado a preocupação com a sustentabilidade social. Somos ouvidos porque somos fortes, e somos fortes porque temos uma base sindical consciente e comprometida. Por isso é importante que cada indústria, seja ela de pequeno, médio ou grande porte, associe-se ao sindicato de seu segmento.

FINDES.
Uma entidade do Sistema Fines.
Criado pela indústria. Feito para você.



www.fines.org.br



Saldo Fundef / Fundeb^a - 2005-2010

Regiões e municípios	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2010		Partic. na rec. corrente ^c 2010 em %
	em R\$ mil - IPCA médio de 2010						Receita Fundeb ^b	Despesa Fundeb	
MS Noroeste	21.994,5	45.843,8	44.564,6	54.277,1	44.185,9	50.753,0	123.416,8	72.663,7	7,8
Água Doce do Norte	635,4	1.231,5	1.051,7	1.511,8	1.194,9	1.576,2	3.976,2	2.400,0	7,7
Água Branca	776,1	1.229,5	1.008,5	1.114,7	871,9	1.118,5	3.457,1	2.338,7	5,8
Alto Rio Novo	487,3	526,5	549,0	737,2	548,3	283,3	2.196,5	1.913,1	2,1
Baixo Guandu	1.236,8	3.082,3	2.537,5	5.181,9	4.017,4	3.936,0	8.860,1	4.924,1	8,9
Barra de São Francisco	2.764,9	6.026,5	6.562,7	6.836,4	4.700,1	5.234,6	11.345,5	6.110,9	9,7
Boa Esperança	559,5	1.434,5	1.330,5	2.580,7	1.851,6	1.883,2	4.463,4	2.580,1	8,1
Colatina	14.172,9	15.587,8	16.194,3	18.629,5	16.913,4	19.339,4	33.558,3	14.218,9	11,5
Ecoporanga	-131,7	201,4	359,3	436,1	168,1	417,6	5.692,8	5.275,2	1,0
Governador Lindenberg	-1.634,0	-1.338,7	-1.494,7	-1.359,8	-1.382,6	-1.307,0	1.672,7	2.979,7	-6,7
Mantenópolis	1.390,2	2.282,6	1.686,5	2.061,7	1.257,9	2.201,6	4.500,1	2.298,6	10,2
Marilândia	-546,2	63,6	8,7	-57,4	-189,8	-4,6	2.778,0	2.782,7	0,0
Nova Venécia	1.991,2	10.330,4	9.867,7	11.022,9	9.506,5	10.529,9	17.696,6	7.166,6	15,5
Pancas	158,8	1.286,0	1.484,0	1.675,7	1.385,4	1.161,6	4.823,3	3.661,7	3,9
São Domingos do Norte	-200,9	-197,5	-244,7	-458,2	-417,9	-403,1	2.064,3	2.467,4	-2,4
São Gabriel da Palha	-869,8	2.495,4	2.095,9	2.875,0	2.634,7	3.299,9	8.622,6	5.322,7	7,1
Vila Pavao	533,6	1.106,4	1.179,3	1.312,1	1.219,2	1.320,2	3.640,9	2.320,7	7,8
Vila Valério	670,6	495,6	388,2	176,9	-93,2	165,6	4.068,4	3.902,8	0,6
MS Litoral Norte	26.507,0	56.720,2	76.842,7	100.533,7	95.569,8	108.700,8	206.161,9	97.461,1	9,8
Aracruz	-616,2	3.555,7	7.863,4	11.481,0	10.802,2	13.678,1	33.849,9	20.171,8	6,1
Conceição da Barra	2.380,9	5.125,7	5.723,9	7.628,7	8.216,7	8.687,0	14.051,5	5.364,4	13,8
Fundão	1.362,1	1.718,2	1.988,0	3.900,0	3.194,5	4.217,5	7.073,9	2.856,5	11,5
Ibiraçu	30,1	-109,8	-396,5	-110,2	-101,7	0,8	2.486,4	2.485,6	0,0
Jaguaré	-1.271,1	2.692,3	3.376,7	4.497,0	4.764,9	6.353,4	11.606,1	5.252,7	12,5
João Neiva	105,6	2.759,8	2.764,3	2.515,6	2.322,6	2.726,9	5.785,3	3.058,4	9,2
Linhares	4.021,3	5.512,0	16.387,9	22.767,9	22.688,0	22.279,4	44.658,1	22.378,7	7,1
Montanha	1.076,3	1.283,3	1.849,0	2.008,6	1.617,5	2.224,5	6.122,9	3.898,3	7,1
Mucurici	186,0	284,3	-52,5	158,4	164,3	239,2	2.256,6	2.017,4	1,6
Pedro Canário	816,0	2.058,9	2.625,4	3.473,5	2.499,4	3.337,4	7.081,3	3.744,0	9,4
Pinheiros	196,8	4.235,7	4.551,7	5.478,4	5.085,4	5.874,5	10.387,4	4.512,8	13,9
Ponto Belo	206,2	501,9	330,0	488,8	498,7	580,7	2.415,9	1.835,1	4,0
Rio Bananal	389,5	2.341,2	2.379,9	2.504,8	1.872,3	2.596,2	6.968,8	4.372,6	7,1
São Mateus	14.551,3	20.615,4	22.337,9	27.871,9	26.381,9	30.074,9	41.756,8	11.682,0	18,4
Sooretama	3.072,1	4.145,7	5.113,7	5.869,2	5.563,0	5.830,3	9.661,0	3.830,7	16,5
MS Central	4.481,1	20.578,2	17.574,8	22.738,9	19.755,5	21.507,6	99.145,2	77.637,6	3,2
Afonso Cláudio	2.608,0	4.299,7	4.206,5	4.385,6	4.357,9	4.812,3	9.835,4	5.023,1	10,5
Alfredo Chaves	-564,5	1.115,4	647,2	932,7	580,0	975,3	4.230,6	3.255,3	3,9
Anchieta	-841,5	2.183,6	-254,1	1.609,8	-327,6	-4.791,8	12.418,7	17.210,5	-3,0
Brejetuba	185,9	-1,5	38,4	-263,4	92,8	308,1	3.439,5	3.131,4	1,3
Conceição do Castelo	-881,8	1.247,8	1.139,7	1.180,8	1.330,2	1.879,9	4.768,8	2.888,9	8,4
Domingos Martins	1.790,6	3.389,1	3.152,3	4.094,4	3.836,7	4.835,9	10.764,9	5.929,0	8,9
Iconha	531,4	455,8	500,9	982,8	647,5	765,3	3.585,4	2.820,0	3,2
Itaguaçu	737,1	774,3	437,6	484,2	347,5	497,1	3.505,8	3.008,7	2,0
Itarana	-248,2	-168,4	-158,1	-191,6	-190,1	-107,6	2.298,7	2.406,4	-0,6
Laranja da Terra	496,1	412,3	400,7	233,2	132,1	313,4	2.795,9	2.482,6	1,7
Marechal Floriano	-325,3	306,2	470,1	1.529,3	1.742,5	2.192,8	5.387,1	3.194,2	8,5
Piúma	658,6	3.868,1	4.569,0	4.975,5	4.450,4	4.685,1	7.319,2	2.634,1	12,9
Rio Novo do Sul	30,8	324,2	181,4	280,7	251,0	527,4	2.850,1	2.322,6	2,7
Santa Leopoldina	220,6	106,5	-85,8	-22,1	-76,6	760,3	3.499,7	2.739,4	3,4
Santa Maria de Jetibá	-395,9	-212,7	230,9	363,3	193,0	875,1	8.072,6	7.197,5	1,6
Santa Teresa	1.965,9	3.258,1	2.870,0	3.246,5	3.102,6	3.625,7	7.642,0	4.016,3	9,4
São Roque do Canaã	-335,8	-432,4	-428,6	-490,8	-456,1	-362,1	2.136,5	2.498,6	-2,0
Venda Nova do Imigrante	-1.151,0	-347,8	-343,4	-592,0	-358,2	-284,6	4.594,3	4.878,9	-0,8
Região Metropolitana	101.879,5	135.165,1	163.157,3	193.979,1	175.699,8	212.848,2	457.676,3	244.828,1	7,5
Cariacica	27.317,7	33.747,6	50.096,9	59.425,7	55.882,5	60.850,1	84.564,0	23.713,9	18,4
Guarapari	15.551,4	20.526,9	19.678,6	25.049,8	23.543,6	26.581,0	36.106,2	9.525,2	17,6
Serra	19.354,9	29.277,2	27.712,7	41.436,3	38.262,8	49.969,7	117.734,9	67.765,2	7,4
Viana	9.905,1	16.080,1	15.598,2	16.199,9	14.683,6	16.195,5	23.662,3	7.466,8	18,7
Vila Velha	27.605,0	30.181,7	54.181,0	59.608,3	47.761,7	57.483,8	92.969,7	35.485,9	11,5
Vitória	2.145,3	5.351,6	-4.110,2	-7.741,0	-4.434,5	1.768,1	102.639,2	100.871,1	0,2
MS Sul	23.557,3	44.502,6	55.203,0	76.064,5	70.839,9	81.752,4	171.303,0	89.550,5	8,1
Alegre	-47,3	-21,3	-46,0	847,0	1.002,4	962,7	5.301,0	4.338,4	2,0
Apiaçá	400,0	1.501,9	1.390,5	1.613,1	1.216,0	1.440,8	3.161,6	1.720,8	9,8
Atílio Vivacqua	1.714,0	786,2	1.008,2	2.108,5	1.741,1	2.108,2	4.339,7	2.231,5	11,3
Bom Jesus do Norte	45,7	425,7	79,5	-72,0	-307,9	-126,2	1.949,9	2.076,0	-0,8
Cachoeiro de Itapemirim	11.184,4	12.044,1	20.464,1	25.982,8	24.544,3	26.498,5	48.109,4	21.610,9	11,6
Castelo	757,3	2.299,3	2.132,8	4.520,9	4.104,1	5.111,2	11.577,6	6.466,4	9,5
Divino de São Lourenço	-209,3	-175,0	-362,6	-603,3	-666,2	-705,3	883,9	1.589,2	-6,7
Dores do Rio Preto	241,8	289,9	80,0	-69,4	-185,1	-115,3	1.556,8	1.672,1	-0,8
Guaçuí	639,6	4.426,9	4.473,7	7.285,5	6.858,6	7.153,8	11.010,5	3.856,7	15,7
Ibatiba	2.059,2	2.981,9	3.210,9	3.900,7	3.817,9	4.498,8	7.890,2	3.391,4	14,7
Ibitirama	316,4	758,4	927,2	1.017,6	1.243,2	1.642,8	3.499,4	1.856,6	9,5
Irupi	1.153,7	1.150,2	1.236,3	1.114,7	1.071,6	1.268,1	3.957,4	2.689,3	6,2
Itapemirim	691,2	790,2	1.947,2	3.324,2	4.600,8	4.832,9	10.687,4	5.854,4	6,0
Iúna	1.196,1	5.432,4	5.097,9	6.182,6	5.366,1	6.235,9	10.392,6	4.156,7	15,9
Jerônimo Monteiro	366,5	363,7	375,7	715,6	554,2	734,7	2.840,0	2.105,3	3,8
Marataizes	-73,7	3.274,4	3.863,2	7.268,7	6.837,4	8.735,3	12.630,8	3.895,5	16,7
Mimoso do Sul	333,7	580,3	1.756,1	1.986,9	1.832,1	2.167,2	6.367,3	4.200,1	5,4
Muniz Freire	207,0	3.382,3	3.383,5	3.222,7	2.323,5	2.765,0	7.027,7	4.262,7	8,1
Muqui	74,5	84,2	206,8	580,3	698,3	1.109,5	3.615,2	2.505,7	5,3
Presidente Kennedy	1.086,8	1.025,3	1.246,3	1.269,3	781,7	1.187,4	4.245,0	3.057,6	0,8
São José do Calçado	-255,8	627,4	147,0	924,5	628,7	1.041,6	3.351,2	2.309,6	5,2
Vargem Alta	1.675,3	2.474,3	2.584,6	2.943,5	2.777,4	3.204,7	6.908,2	3.703,5	8,6
TOTAL	178.419,3	302.809,9	357.342,5	447.593,3	406.050,8	475.562,0	1.057.703,1	582.141,1	7,6

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES), ainda não apreciados em plenário. Nota: ^asaldo Fundef/Fundeb é a diferença entre a receita e a despesa do Fundo. ^bnão inclui receitas de complementações nem de convênios. ^creceita corrente ajustada dos efeitos do Fundef/Fundeb (ver "Notas metodológicas", na página 4).

Aracruz.

Eficiência comprovada
na gestão pública.

saúde



Unidade de Tratamento Intensivo (UTI)

educação



Escola Placidino Passos

habitação



Programa Habitacional de Casas Populares

infraestrutura



Portoel

INVESTIMENTO
salta de 7% para

180%

De 2004 para cá, a média de investimento público em Aracruz saltou de 7% para 18% da arrecadação, muito superior ao padrão nacional. O índice inédito, fruto de planejamento focado no desenvolvimento sustentável, entra para a história do município, assim como a atual Administração, que trabalha para proporcionar à população mais qualidade de vida.

Esse investimento é feito na educação, saúde, infraestrutura, habitação, segurança, lazer, entre outras áreas. Com isso, Aracruz consolida-se no Estado como local ideal para trabalhar, viver e investir. É o 2º entre os 78 municípios capixabas em qualidade de vida*.

*Fonte: Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal 2007 - edição 2010

Diversos empreendimentos
estão confirmados para Aracruz
devido a gestão pública eficiente,
infraestrutura disponível
e logística favorável.



**Prefeitura de
Aracruz**

www.aracruz.es.gov.br

Royalties

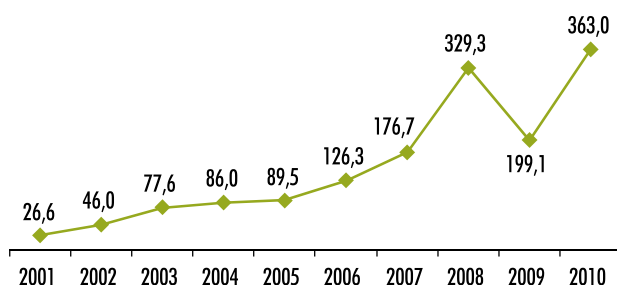
Os royalties do petróleo e do gás natural são compensações financeiras devidas aos governos pelas empresas exploradoras. As participações especiais são compensações, de caráter extraordinário, pagas nos casos de grande volume de produção ou de grande rentabilidade em relação a cada campo.

Segundo estabelece a Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, conhecida como a Lei do Petróleo, a alíquota básica dos royalties de petróleo cobrada das empresas exploradoras é de 10%, sendo facultado à Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) reduzi-la até um mínimo de 5%, em função de fatores adversos e riscos geológicos do processo de exploração.

As receitas de royalties de petróleo e gás natural recebidas pelos municípios capixabas tiveram um desempenho esplêndido significativo em 2010, quando atingiram R\$ 363 milhões, maior valor já registrado, com alta de 82,3% frente ao ano anterior. A série analisada por **Finanças dos Municípios Capixabas** inclui os valores repassados a título de participação especial.

Evolução dos royalties e participação especial do petróleo e do gás natural

em R\$ milhões - IPCA médio de 2010

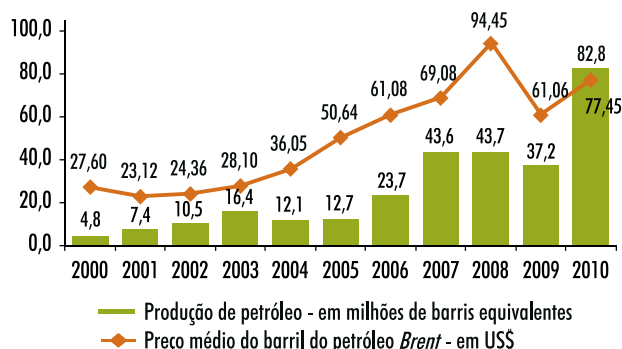


A apuração dos royalties é realizada mediante a multiplicação do preço do petróleo e do gás natural explorado pela quantidade produzida desses bens. Favorecido pela recuperação econômica após a crise de 2009, o preço do petróleo do tipo *Brent*, referência do setor, registrou um valor médio para o barril de US\$ 77,45, em 2010, crescimento de 26,8% comparado ao valor médio do ano anterior, conforme dados da *Organization of the Petroleum Exporting Countries* (OPEC).

Além da alta dos preços, a produção de petróleo cresceu acentuadamente. As explorações em novos campos na

plataforma continental, inclusive em testes na camada do pré-sal, fizeram com que a produção anual do hidrocarboneto chegasse a 82,8 milhões de barris, mais que o dobro do explorado em 2009.

Preço e produção de petróleo no Espírito Santo



Concentração e importância nos municípios

No Espírito Santo a maior produção está situada no mar. Na parcela destinada aos municípios, recebem a maior participação aqueles que são confrontantes com os campos ou que possuem alguma atividade relacionada à exploração ou ao beneficiamento de petróleo e gás natural em seus territórios.

Os municípios com campos de produção na plataforma continental podem pertencer a três tipos de zonas territoriais, de acordo com as quais recebem percentuais diferentes de royalties: a Zona de Produção Principal (ZPP), a Zona de Produção Secundária (ZPS) e a Zona Limítrofe (ZL). O IBGE, desde 1986, identifica e classifica as unidades territoriais beneficiadas, e emite um ofício destinado à ANP informando a relação dos municípios beneficiados.

A ZPP é o conjunto formado pelos municípios confrontantes com os poços produtores e aqueles onde estiverem localizadas três ou mais instalações industriais relacionadas à atividade petrolífera. No Espírito Santo, 11 são classificados pelo IBGE na ZPP: Anchieta, Aracruz, Fundão, Itapemirim, Linhares, Piúma, Presidente Kennedy, Serra, São Mateus, Vila Velha e Vitória. Já a ZL compõe-se dos municípios que fazem parte da mesma área geoeconômica, definida pelo IBGE, daqueles da ZPP. Essa zona é composta por

todas as 67 demais cidades. Não se configura ZPS em nenhuma localidade do Espírito Santo.

Presidente Kennedy, devido a sua participação em alguns poços de produção localizados na Bacia de Campos, é a cidade que mais recebe royalties do petróleo e do gás natural no Espírito Santo. Em 2010, recebeu R\$ 110,4 milhões, valor 41,8% acima do valor do ano anterior.

Linhares, cidade no norte do Estado, além de possuir instalações de embarque e desembarque, possui participação nas produções ocorridas tanto em terra quanto em mar. Isso fez com que a cidade recebesse R\$ 49,5 milhões, sendo a segunda maior beneficiada. Na sequência, com royalties acima de R\$ 10 milhões, constam, em 2010, Aracruz (R\$ 31,4 milhões), Itapemirim (R\$ 22,5 milhões), Anchieta (R\$ 21,8 milhões), São Mateus (R\$ 17,9 milhões) e Serra (R\$ 15,4 milhões).

Os 14 municípios com maior volume de royalties responderam por 85,6% do total. Fazem parte desse grupo as 11 cidades pertencentes à ZP, além de Marataízes (por ser confrontante com campos de exploração localizados na plataforma continental), Jaguaré e Conceição da Barra (por possuírem campos de produção em terra). O aumento percentual dos royalties recebidos por cada uma dessas 14 cidades, entre 2009 e 2010, foi bastante heterogê-

neo sendo o menor o de Jaguaré (7,6%) e o maior o de Anchieta (904,8%).

Nas demais cidades, o aumento de 141,5% foi o mesmo para cada uma delas. Cachoeiro de Itapemirim e Cariacica receberam os maiores valores do grupo, de R\$ 1,3 milhão. Colatina, Guarapari, Viana, Nova Venécia e Barra de São Francisco também receberam valores acima de R\$ 1 milhão. As demais registraram valores entre R\$ 969 mil e R\$ 668,3 mil.

Presidente Kennedy, Itapemirim e Fundão são municípios que apresentam a maior dependência dos royalties em seus orçamentos. Nessas cidades, os royalties responderam, respectivamente, por 78,4%, 27,8% e 19,9% de suas respectivas receitas correntes, em 2010.

Estado

Para o Governo do Estado, os royalties e as participações especiais atingiram R\$ 533,4 milhões, valor 63,4% maior do que no ano anterior. A participação do Espírito Santo no total dos estados brasileiros, que era de 5,6% no ano anterior, foi para 7% em 2010.

Distribuição dos royalties e participação especial - 2007-2010

Municípios	2007	2008	2009	2010	Variação 2010/2009	Participação no total dos royalties 2010	Participação na receita corrente 2010	Receita de royalties per capita 2010
	em R\$ mil - IPCA médio de 2010					em %		em R\$
Presidente Kennedy	22.070,6	80.686,1	77.829,2	110.399,3	41,8	30,4	78,4	10.702,8
Linhares	28.416,0	61.746,9	30.537,8	49.497,4	62,1	13,6	15,9	350,4
Aracruz	24.445,7	36.229,3	12.044,7	31.419,2	160,9	8,7	38,9	1.013,9
Itapemirim	11.595,1	20.634,2	12.675,7	22.462,1	77,2	6,2	13,7	205,9
Anchieta	2.824,0	4.124,3	2.166,6	21.769,0	904,8	6,0	41,7	637,5
São Mateus	19.179,8	21.707,8	13.939,1	17.937,6	28,7	4,9	7,9	219,4
Serra	13.409,6	19.372,5	6.831,7	15.379,7	125,1	4,2	2,3	37,6
Vitória	5.073,1	7.813,9	3.502,1	7.784,8	122,3	2,1	0,7	23,9
Fundão	6.849,0	9.124,9	3.264,5	7.313,2	124,0	2,0	1,5	17,6
Vila Velha	4.518,4	6.598,8	3.187,3	7.075,4	122,0	1,9	4,5	296,1
Marataízes	1.676,3	3.108,2	4.408,6	6.717,3	52,4	1,9	18,3	394,5
Jaguaré	8.174,2	9.448,3	5.225,8	5.622,0	7,6	1,5	11,1	227,4
Piúma	388,2	704,2	646,6	5.575,9	762,4	1,5	15,3	307,7
Conceição da Barra	1.779,2	2.268,4	1.301,1	1.942,2	49,3	0,5	3,1	68,2
Demais municípios	26.279,7	45.771,8	21.574,8	52.093,9	141,5	14,4	1,9	28,3
Total	176.679,0	329.339,7	199.135,6	362.988,9	82,3	100,0	5,8	103,3

Fonte: dados sobre royalties da Agência Nacional de Petróleo (ANP) e dados da receita corrente dos balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado (TCEES) sem terem sido apreciados em plenário.

► Distribuição dos royalties e participações especiais aos governos estaduais

Estados	2005	2006	2007	2008	2009	2010	Variação 2010/2009	Participação no total 2010
em R\$ milhões - IPCA médio de 2010							em %	
Alagoas	45.667,4	53.479,0	45.241,9	45.654,9	30.031,9	29.700,3	-1,1	0,4
Amazonas	222.206,5	193.693,1	166.854,2	204.962,7	150.065,0	164.533,9	9,6	2,2
Bahia	190.660,5	205.320,8	179.727,8	225.735,1	146.241,9	163.446,7	11,8	2,1
Ceará	17.537,6	17.045,8	15.285,3	18.492,9	11.661,5	12.068,3	3,5	0,2
Espírito Santo¹	89.419,6	135.748,3	191.965,1	457.062,9	326.416,6	533.356,5	63,4	7,0
Rio de Janeiro ¹	5.027.196,6	6.154.823,5	5.078.824,0	7.400.466,9	4.872.783,8	6.406.951,3	31,5	84,2
Rio Grande do Norte	260.225,0	243.592,9	202.269,7	258.846,9	156.817,5	167.625,1	6,9	2,2
Sergipe	5.214,6	5.687,6	5.085,9	4.606,6	3.691,2	18.149,3	391,7	0,2
São Paulo	103.903,3	122.080,1	119.595,4	167.135,0	99.450,2	114.316,5	14,9	1,5
Total Estados	5.972.953,5	7.139.287,3	6.010.372,9	8.788.918,0	5.797.248,8	7.610.147,8	31,3	100,0

Fonte: Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). Nota: ¹não estão excluídas as retenções relativas aos contratos de antecipação ou venda futura de royalties firmados pelo Rio de Janeiro e o Espírito Santo com a União.

► Quadro resumo da distribuição dos royalties gerados na plataforma continental

Parcela da alíquota até 5 %		Parcela da alíquota acima de 5 %	
Beneficiários			
30%	Aos estados confrontantes com os poços	25%	Ministério de Ciência e Tecnologia
30%	Aos municípios confrontantes com os poços	22,5%	Estados confrontantes com campos
20%	Ao Ministério da Marinha	22,5%	Municípios litorâneos confrontantes com campos
10%	Ao Fundo Especial	15%	Ministério da Marinha
10%	Aos municípios com instalações de embarque e desembarque de petróleo e gás	7,5%	Fundo Especial (estados e municípios)
		7,5%	Municípios afetados por operações nas instalações de embarque e desembarque de petróleo e gás
Critérios de distribuição aos municípios			
30%	Aos municípios confrontantes com os poços, divididos da seguinte forma: 60% aos municípios integrantes da zona de produção principal = municípios litorâneos confrontantes com os poços + municípios que dispõem de instalações industriais para processamento e escoamento de petróleo e gás. 10% aos municípios integrantes da zona de produção secundária = municípios atravessados por oleodutos e gasodutos, destinados exclusivamente ao escoamento da produção petrolífera marítima. 30% aos municípios limitrofes à zona de produção principal, excluídos os integrantes da zona de produção secundária. São considerados municípios limitrofes os que fazem fronteira ou que estejam localizados numa mesma área geoeconômica com algum dos municípios pertencentes à zona de produção principal. Entende-se por área geoeconômica as mesorregiões geográficas, tal como definidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Nos três casos acima, o rateio entre os municípios é realizado de acordo com a população, segundo os mesmos coeficientes populacionais que servem de base para a distribuição do FPM, o que beneficia os municípios de menor porte populacional (para mais informações sobre os coeficientes populacionais consulte a seção do FPM na página 56).	22,5% Municípios litorâneos confrontantes com campos	Percentual rateado entre os municípios litorâneos confrontantes com os campos de petróleo e gás proporcionalmente à área do campo localizada em cada um deles. Para efeito de cálculo dessas áreas, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) utiliza linhas ortogonais e paralelas projetadas a partir do litoral brasileiro.
10%	Aos municípios com instalações de embarque e desembarque de petróleo e gás. Percentual igualmente distribuído entre os municípios em questão.	7,5%	Municípios afetados por operações nas instalações de embarque e desembarque de petróleo e gás. Percentual distribuído segundo os volumes movimentados de petróleo e gás de origem nacional, nas referidas instalações.

Fonte: Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).



Estratégias sob medida.

Informação gera conteúdo. Conteúdo gera estratégia. Estratégia gera ação.

Com 15 anos de mercado e uma vasta experiência, a Futura é hoje a maior empresa de estudos estratégicos do Espírito Santo e uma das maiores do Brasil, atuando em quatro unidades de negócio: **Eleitoral, Governança Pública, Sustentabilidade e Varejo**. Buscando estratégias para gerar soluções e tomada de decisões, o Grupo Futura age direto ao ponto, desvendando o que você precisa em estudos feitos sob medida. Para nós, quanto maior o foco, melhor o desempenho.

FUTURA

www.futuranet.ws | 27 3235-5400

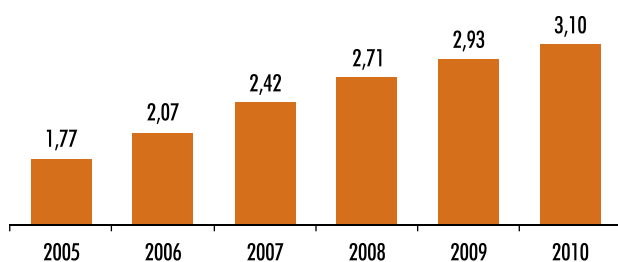
Pessoal

Desempenho

Os municípios do Espírito Santo registraram em 2010 R\$ 3,10 bilhões nos gastos com pessoal, superando o valor de R\$ 2,93 bilhões do ano anterior. Para efeito de análise, os gastos com pessoal englobam a despesa de Pessoal e Encargos Sociais, exceto aquelas com sentenças judiciais e as de exercícios anteriores, e acrescenta os gastos com aposentadorias e reformas, pensões, e salários-família inscritos em Outras Despesas Correntes.

Evolução do gasto com pessoal

em R\$ bilhões - IPCA médio de 2010



Os números de 2010 mostram que houve um desaceleração no aumento dos gastos com pessoal no último biênio. No período 2004-2008, a média anual de crescimento era de 15,5%, recuando para 8,2%, em 2009, e para 5,8%, em 2010, a menor variação dos últimos sete anos. Essa desaceleração se iniciou após o choque ocorrido na receita de 2009, causado pela crise financeira internacional.

Para cerca de três quartos dos municípios o aumento dos gastos com pessoal foi inferior a 10%. Apenas três mu-

Nível de crescimento da despesa com pessoal 2010/2009

Variação	Quantidade	Participação no total
Maior que 20%	3	4%
Entre 10% e 20%	15	19%
Entre 5% e 10%	29	37%
Entre 0% e 5%	22	28%
Menor que 0%	9	12%
Total	78	100%

nicipios expandiram seus gastos de forma mais elevada: Jaguaré (27,3%), Iconha (21,6%) e Presidente Kennedy (21,2%). Outros nove registraram queda, com destaque para Barra de São Francisco, Vila Pavão e Brejetuba, em percentuais acima de 10%.

Entre os municípios capixabas com população superior a 50 mil habitantes, Vila Velha registrou alta nos gastos com pessoal de 13,3% em 2010, mantendo o ritmo acelerado dos últimos quatro anos. Viana e Linhares também apresentaram crescimentos significativos, de 11,9% e 7,6%. Nas demais cidades desse grupo, o cenário foi próximo da média geral, exceto em Aracruz, onde houve uma queda de 3,5%. Nos municípios com população inferior a 50 mil habitantes, a média de crescimento foi de 6,3%.

Ranking

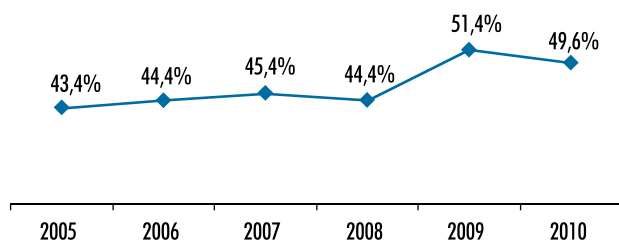
Vitória lidera o gasto com pessoal entre os municípios capixabas. Em 2010 despendeu R\$ 580,7 milhões com seu quadro de pessoal, 18,7% do total do Estado. O percentual foi próximo ao realizado nos últimos anos. Em seguida, aparecem Serra (R\$ 327,7 milhões) e Vila Velha (R\$ 235,1 milhões). Essas três cidades, juntas, somaram 36,9% do total em 2010.

Contudo, Vila Velha possui o segundo valor mais baixo em termos da despesa dividida pelo número de habitantes, R\$ 567,27, ficando atrás apenas de Cariacica (R\$ 434,39). Já Vitória ocupa a terceira colocação em termos per capita: R\$ 1.784,15. À frente da capital encontram-se Anchieta (R\$ 2.338,09) e Presidente Kennedy (R\$ 2.616,43).

Peso nos orçamentos

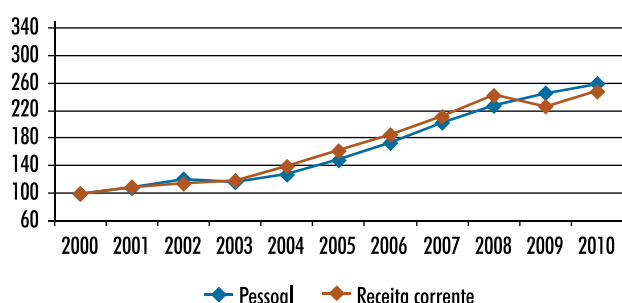
Em 2010, a despesa com pessoal absorveu 49,6% da receita corrente, ensaiando uma redução após atingir o nível de comprometimento mais crítico da década no ano anterior, de 51,4%. Entretanto, 46 cidades (59% do total) comprometeram mais de 50% da receita corrente com o pagamento de pessoal. Entre 2004 e 2008, o crescimento econômico favoreceu o aumento das receitas e dos investimentos municipais. Em função disso, foi também o período com o menor comprometimento das receitas com o funcionalismo.

Participação do gasto com pessoal na receita corrente



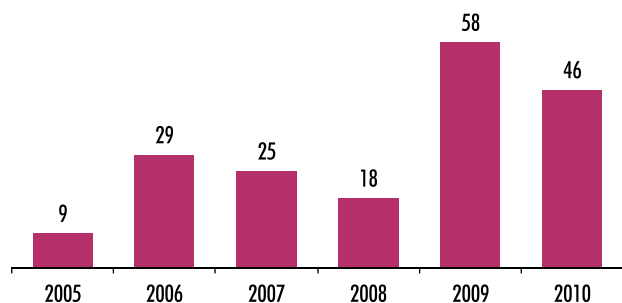
Evolução da despesa com pessoal e da receita corrente

ano base 2000 = 100



O Município de Alegre registrou o maior comprometimento da receita corrente com pessoal, de 64,6%, seguido de Viana (61,8%) e Alto Rio Novo (60,6%). No outro extremo encontram-se Presidente Kennedy (19,2%), Anchieta (35,4%) e Venda Nova do Imigrante (40,4%). No caso de Presidente Kennedy, o baixíssimo nível de participação do gasto com pessoal na receita corrente deve-se ao fato de ser vedada a aplicação dos royalties em pessoal. Eles são responsáveis por quase 80% da receita corrente do Município.

Número de municípios que comprometeram mais de 50% da receita corrente em gastos com pessoal



**Cada vez
mais presente
nas prefeituras
de todo o Brasil**



Aequus Consultoria

www.aequus.com.br

Tel.: (27) 3235-7841

► Despesa com pessoal^a - 2005-2010

Regiões e municípios	2005	2006	2007	2008	2009	2010	Variação 2010/2009	Participação 2010		Despesa pessoal ^a per capita 2010 em R\$
								no total da desp. pessoal ^a	na receita corrente	
	em R\$ mil - IPCA médio de 2010							em %		
MS Noroeste	206.287,0	252.669,1	272.805,5	308.095,5	323.756,1	332.098,7	2,6	10,7	51,3	804,1
Água Doce do Norte	7.541,6	8.884,5	9.464,4	11.136,1	11.473,1	11.534,3	0,5	0,4	56,6	1.212,0
Água Branca	6.314,8	7.167,5	7.854,6	8.577,6	8.925,4	10.034,7	12,4	0,3	52,3	852,5
Alto Rio Novo	4.656,4	5.807,1	6.189,4	7.366,4	7.964,5	7.994,2	0,4	0,3	60,6	1.094,6
Baixo Guandu	17.993,1	22.153,7	21.735,8	21.656,4	22.255,3	23.464,2	5,4	0,8	52,9	806,7
Barra de São Francisco	14.372,2	21.895,3	28.793,8	35.147,4	34.820,4	28.563,0	-18,0	0,9	52,7	703,3
Boa Esperança	8.686,4	9.549,5	10.624,6	11.811,9	12.081,2	12.586,7	4,2	0,4	54,4	886,4
Colatina	55.588,3	62.091,0	67.429,2	76.554,2	78.273,7	82.451,9	5,3	2,7	48,9	737,5
Ecoporanga	12.891,7	14.843,9	16.304,9	19.006,5	19.042,2	20.670,1	8,5	0,7	51,1	890,1
Governador Lindenberg	5.467,3	6.756,0	7.634,5	8.789,2	9.459,5	9.780,9	3,4	0,3	50,2	899,5
Mantenópolis	7.550,3	9.092,3	9.046,6	9.955,6	10.031,8	10.788,3	7,5	0,3	50,0	793,3
Marilândia	6.406,6	7.813,6	8.346,0	9.206,9	9.922,2	10.085,2	1,6	0,3	52,0	908,0
Nova Venécia	21.493,2	28.747,1	28.672,0	32.207,6	38.349,4	39.792,1	3,8	1,3	58,4	864,7
Pancas	9.089,8	11.958,0	12.513,2	13.858,3	14.889,7	15.321,4	2,9	0,5	51,3	712,0
São Domingos do Norte	4.533,3	5.395,1	6.086,3	7.178,3	7.640,4	8.712,5	14,0	0,3	52,3	1.086,9
São Gabriel da Palha	12.560,8	16.959,8	17.260,8	18.453,7	20.338,0	22.010,0	8,2	0,7	47,1	690,9
Vila Pavao	5.256,3	6.826,9	7.579,8	8.654,8	9.086,9	7.846,7	-13,6	0,3	46,5	904,8
Vila Valério	5.884,9	6.727,9	7.269,9	8.534,8	9.202,5	10.462,5	13,7	0,3	40,7	756,5
MS Litoral Norte	323.967,5	390.366,1	444.351,0	490.259,9	529.410,1	556.826,0	5,2	18,0	50,0	1.014,6
Aracruz	71.127,7	89.603,2	108.761,2	114.402,0	113.466,2	109.455,9	-3,5	3,5	48,5	1.339,0
Conceição da Barra	21.417,1	24.602,6	27.869,3	28.553,1	30.548,1	32.481,1	6,3	1,0	51,6	1.140,6
Fundão	10.170,6	11.656,8	14.349,7	17.092,1	18.530,8	19.945,4	7,6	0,6	54,3	1.171,3
Ibiraçu	5.938,0	7.809,4	9.127,9	9.785,0	10.712,9	11.496,8	7,3	0,4	54,7	1.030,4
Jaguaré	12.429,7	14.310,4	17.723,8	19.534,8	19.228,8	24.478,8	27,3	0,8	48,3	990,3
João Neiva	11.768,3	12.119,8	13.931,2	13.557,7	12.738,0	12.879,9	1,1	0,4	43,4	814,8
Linhares	80.580,5	91.671,5	103.373,4	117.488,5	137.323,3	147.706,2	7,6	4,8	47,3	1.045,7
Montanha	8.883,3	10.359,5	11.340,0	12.976,7	14.475,1	14.902,1	2,9	0,5	47,5	834,7
Mucurici	4.863,1	5.507,2	6.060,4	5.804,5	6.116,1	6.932,8	13,4	0,2	45,3	1.222,3
Pedro Canário	9.247,5	10.982,1	12.989,5	15.306,2	16.770,7	17.506,5	4,4	0,6	49,3	735,9
Pinheiros	11.248,5	14.360,8	14.924,8	18.316,6	20.376,8	22.808,4	11,9	0,7	53,8	954,7
Ponto Belo	4.163,3	5.156,8	4.421,8	6.661,9	6.850,9	7.566,5	10,4	0,2	52,3	1.084,2
Rio Bananal	11.567,0	12.519,4	13.909,8	16.850,1	18.035,7	18.359,0	1,8	0,6	50,3	1.046,8
São Mateus	51.099,6	67.907,6	71.652,4	78.162,5	87.473,1	91.714,6	4,8	3,0	56,0	840,9
Sooretama	9.463,2	11.799,0	13.915,8	15.768,2	16.763,6	18.592,0	10,9	0,6	52,7	779,2
MS Central	174.985,8	212.031,7	240.138,9	272.035,6	285.791,4	305.285,6	6,8	9,9	46,0	964,8
Afonso Cláudio	13.714,9	16.813,8	20.866,8	21.388,7	21.461,8	23.436,7	9,2	0,8	51,1	753,9
Alfredo Chaves	5.220,0	8.441,5	8.635,7	9.848,3	10.395,6	10.441,1	0,4	0,3	41,4	747,9
Anchieta	26.720,4	32.570,9	40.329,6	46.018,4	48.746,0	55.866,4	14,6	1,8	35,4	2.338,1
Brejetuba	5.768,4	7.139,8	9.202,2	10.123,2	11.361,3	10.140,9	-10,7	0,3	43,9	850,7
Conceição do Castelo	8.381,4	9.993,9	10.952,8	12.021,3	12.419,6	11.933,1	-3,9	0,4	53,1	1.021,1
Domingos Martins	16.030,3	20.057,2	22.397,1	24.870,2	25.718,5	25.948,5	0,9	0,8	47,8	815,4
Iconha	7.466,6	8.360,1	9.930,8	10.528,8	11.280,5	13.721,5	21,6	0,4	58,0	1.096,5
Itaguaçu	6.768,7	7.919,1	8.224,0	10.768,6	11.581,1	12.309,1	6,3	0,4	49,4	870,9
Itarana	5.433,0	6.237,0	6.659,3	7.906,7	8.353,9	8.967,7	7,3	0,3	46,6	824,2
Laranja da Terra	5.577,3	5.496,1	7.875,4	9.350,9	9.634,0	9.657,6	0,2	0,3	52,4	892,2
Marechal Floriano	8.856,1	10.957,1	12.077,4	13.077,4	14.362,1	14.704,7	2,4	0,5	57,2	1.032,0
Pinuma	9.435,7	10.780,2	13.403,5	14.457,5	15.158,6	16.850,9	11,2	0,5	46,3	929,8
Rio Novo do Sul ^b	6.442,7	7.764,6	7.599,1	10.100,1	9.327,4	10.828,7	16,1	0,4	56,5	955,5
Santa Leopoldina	9.401,7	9.504,2	10.932,8	12.291,9	11.812,5	12.378,6	4,8	0,4	55,8	1.010,1
Santa Maria de Jetibá	15.423,9	19.872,8	19.463,9	23.225,8	24.947,1	26.220,8	5,1	0,8	48,9	767,2
Santa Teresa	12.230,9	15.330,9	15.190,5	16.944,7	18.870,4	19.923,1	5,6	0,6	51,6	913,3
São Roque do Canaã	4.446,9	5.202,1	5.922,2	6.732,1	7.413,7	7.731,9	4,3	0,2	43,8	685,0
Venda Nova do Imigrante	7.667,0	9.590,5	10.475,6	12.381,0	12.947,4	14.224,2	9,9	0,5	40,4	694,9
Região Metropolitana	782.039,2	877.684,2	1.090.673,0	1.204.818,0	1.340.825,5	1.424.426,3	6,2	46,0	50,5	853,8
Cariacica	86.751,3	93.406,8	119.719,2	125.928,5	141.852,0	151.571,8	6,9	4,9	45,9	434,4
Guarapari	40.162,7	50.391,1	52.956,7	59.970,4	71.281,3	76.010,1	6,6	2,5	50,4	722,3
Serra	172.051,4	207.491,5	202.097,5	253.000,7	308.666,1	327.682,2	6,2	10,6	48,4	800,5
Viana	31.225,7	36.242,2	37.295,5	39.891,5	47.719,4	53.414,9	11,9	1,7	61,8	821,8
Vila Velha	126.973,2	124.323,7	159.701,9	180.790,6	207.578,2	235.090,1	13,3	7,6	47,2	567,3
Vitória	324.875,0	365.828,7	518.902,0	545.236,2	563.728,5	580.657,2	3,0	18,8	53,9	1.784,2
MS Sul	284.858,7	340.552,0	372.104,9	434.535,2	451.896,5	482.403,3	6,8	15,6	48,1	852,2
Alegre	18.466,7	19.733,3	21.734,8	25.300,7	28.153,0	31.614,1	12,3	1,0	64,6	1.027,0
Apiaçá	5.007,5	6.570,8	6.693,4	7.612,6	7.796,0	7.722,8	-0,9	0,2	52,8	1.027,9
Atílio Vivacqua	7.001,6	7.268,5	7.480,1	9.218,7	9.276,2	9.714,8	4,7	0,3	52,3	987,3
Bom Jesus do Norte	4.871,1	6.211,8	6.225,7	7.100,3	7.145,9	8.376,4	17,2	0,3	54,6	883,7
Cachoeiro de Itapemirim	84.493,8	99.292,5	107.850,6	126.059,7	120.176,1	125.098,6	4,1	4,0	54,6	658,8
Castelo	18.030,6	20.725,9	23.267,2	26.744,3	26.742,6	28.464,3	6,4	0,9	52,9	817,3
Divino de São Lourenço	3.173,6	4.463,6	4.945,1	5.213,2	5.310,1	4.993,5	-6,0	0,2	47,7	1.106,0
Dores do Rio Preto	3.982,3	4.694,6	5.279,0	5.966,8	5.915,8	6.385,8	7,9	0,2	45,2	997,9
Guaçuí	12.002,0	15.474,5	19.308,3	23.450,9	25.338,0	27.308,1	7,8	0,9	59,8	980,4
Ibatiba	10.024,1	12.974,0	13.747,0	13.831,9	15.111,1	16.428,5	8,7	0,5	53,7	735,2
Ibitirama	5.267,7	6.405,2	7.036,6	8.314,1	8.457,5	9.059,8	7,1	0,3	52,6	1.010,7
Irupi	6.140,4	7.962,0	8.828,6	9.359,2	9.802,9	11.334,1	15,6	0,4	55,8	966,3
Itapemirim	21.002,8	24.176,8	26.385,6	31.333,2	32.902,1	35.756,5	8,7	1,2	44,3	1.153,9
Lúna	12.919,7	16.183,1	16.780,2	20.080,1	19.137,7	20.390,6	6,5	0,7	51,9	745,8
Jerônimo Monteiro	6.467,2	7.164,1	7.778,6	9.396,3	10.546,3	10.302,9	-2,3	0,3	53,2	946,3
Maratáizes	11.390,5	15.348,0	16.792,9	22.075,5	25.348,0	24.892,9	-1,8	0,8	47,7	729,0
Mimoso do Sul	11.665,4	15.176,2	16.011,0	15.490,9	19.249,6	20.911,7	8,6	0,7	52,2	807,5
Muniz Freire	10.004,9	12.197,7	13.577,7	17.111,3	17.187,1	17.954,5	4,5	0,6	52,4	976,5
Muqui	6.317,9	6.636,9	7.209,8	8.119,6	9.438,1	10.375,3	9,9	0,3	49,5	720,7
Presidente Kennedy	9.621,4	11.465,2	14.131,2	17.220,8	22.274,6	26.988,5	21,2	0,9	19,2	2.616,4
São José do Calçado	5.865,3	7.252,7	8.414,0	9.498,7	9.648,1	10.396,2	7,8	0,3	51,9	998,0
Vargem Alta	11.142,3	13.174,6	12.627,5	16.036,4	16.939,8	17.933,6	5,9	0,6	48,3	936,9
TOTAL	1.772.138,2	2.073.303,0	2.420.073,2	2.709.744,3	2.931.679,6	3.101.040,0	5,8	100,0	49,6	882,8

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES), ainda não apreciados em plenário. Nota: ^ainclui encargos, inativos, pensionistas e salário-família. ^bos dados do município não estavam consolidados em 2009.

► Despesa com pessoal^a

Posição	Município	Despesa com pessoal ^a em R\$	População
1º	Vitória	580.657.218,1	325.453
2º	Serra	327.682.173,7	409.324
3º	Vila Velha	235.090.104,3	414.420
4º	Cariacica	151.571.772,4	348.933
5º	Linhares	147.706.239,7	141.254
6º	Cachoeiro de Itapemirim	125.098.596,7	189.878
7º	Aracruz	109.455.929,0	81.746
8º	São Mateus	91.714.623,2	109.067
9º	Colatina	82.451.932,9	111.794
10º	Guarapari	76.010.082,4	105.227
11º	Anchieta	55.866.390,5	23.894
12º	Viana	53.414.939,8	64.999
13º	Nova Venécia	39.792.100,6	46.020
14º	Itapemirim	35.756.464,7	30.988
15º	Conceição da Barra	32.481.106,2	28.477
16º	Alegre	31.614.114,3	30.784
17º	Barra de São Francisco	28.563.013,4	40.610
18º	Castelo	28.464.338,7	34.826
19º	Guaçuí	27.308.145,0	27.853
20º	Presidente Kennedy	26.988.475,9	10.315
21º	Santa Maria de Jetibá	26.220.829,0	34.178
22º	Domingos Martins	25.948.497,9	31.824
23º	Marataízes	24.892.933,0	34.147
24º	Jaguaré	24.478.758,5	24.718
25º	Baixo Guandu	23.464.244,0	29.086
26º	Afonso Cláudio	23.436.657,9	31.086
27º	Pinheiros	22.808.383,2	23.891
28º	São Gabriel da Palha	22.010.025,5	31.859
29º	Mimoso do Sul	20.911.670,0	25.898
30º	Ecoporanga	20.670.051,9	23.223
31º	Lúna	20.390.566,4	27.340
32º	Fundão	19.945.406,6	17.028
33º	Santa Teresa	19.923.123,3	21.815
34º	Sooretama	18.591.968,9	23.860
35º	Rio Bananal	18.359.014,7	17.538
36º	Muniz Freire	17.954.484,0	18.387
37º	Vargem Alta	17.933.579,1	19.141
38º	Pedro Canário	17.506.506,9	23.789
39º	Piúma	16.850.850,1	18.123
40º	Ibatiba	16.428.495,3	22.346
41º	Pancas	15.321.433,6	21.520
42º	Montanha	14.902.087,9	17.854
43º	Marechal Floriano	14.704.724,9	14.249
44º	Venda Nova do Imigrante	14.224.174,1	20.468
45º	Iconha	13.721.454,8	12.514
46º	João Neiva	12.879.907,5	15.808
47º	Boa Esperança	12.586.662,9	14.199
48º	Santa Leopoldina	12.378.644,2	12.255
49º	Itaguaçu	12.309.073,3	14.134
50º	Conceição do Castelo	11.933.146,9	11.686
51º	Água Doce do Norte	11.534.294,2	9.517
52º	Ibiraçu	11.496.817,2	11.158
53º	Irupi	11.334.095,9	11.729
54º	Rio Novo do Sul	10.828.720,5	11.333
55º	Mantenópolis	10.788.331,2	13.600
56º	Vila Valério	10.462.513,2	13.830
57º	Alfredo Chaves	10.441.110,2	13.960
58º	São José do Calçado	10.396.194,1	10.417
59º	Muqui	10.375.313,7	14.396
60º	Jerônimo Monteiro	10.302.943,5	10.888
61º	Brejetuba	10.140.887,5	11.921
62º	Mariândia	10.085.165,4	11.107
63º	Águia Branca	10.034.677,6	11.771
64º	Governador Lindenberg	9.780.873,4	10.874
65º	Atílio Vivácqua	9.714.767,9	9.840
66º	Laranja da Terra	9.657.632,5	10.825
67º	Ibitirama	9.059.754,4	8.964
68º	Itarana	8.967.736,6	10.881
69º	São Domingos do Norte	8.712.502,0	8.016
70º	Bom Jesus do Norte	8.376.355,3	9.479
71º	Alto Rio Novo	7.994.160,4	7.303
72º	Vila Pavão	7.846.746,2	8.672
73º	São Roque do Canaã	7.731.920,5	11.287
74º	Apiaçá	7.722.771,0	7.513
75º	Ponto Belo	7.566.521,0	6.979
76º	Mucurici	6.932.753,9	5.672
77º	Dores do Rio Preto	6.385.817,0	6.399
78º	Divino de São Lourenço	4.993.469,4	4.515
TOTAL		3.101.039.963,1	3.512.672

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES), ainda não apreciados em plenário. População para 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Nota: ^ainclui inativos, pensionistas e salário-família.

► Despesa com pessoal^a per capita

Posição	Município	A / B	Despesa com pessoal ^a (A) em R\$	População (B)
1º	Presidente Kennedy	2.616,4	26.988.475,9	10.315
2º	Anchieta	2.338,1	55.866.390,5	23.894
3º	Vitória	1.784,2	580.657.218,1	325.453
4º	Aracruz	1.339,0	109.455.929,0	81.746
5º	Mucurici	1.222,3	6.932.753,9	5.672
6º	Água Doce do Norte	1.212,0	11.534.294,2	9.517
7º	Fundão	1.171,3	19.945.406,6	17.028
8º	Itapemirim	1.153,9	35.756.464,7	30.988
9º	Conceição da Barra	1.140,6	32.481.106,2	28.477
10º	Divino de São Lourenço	1.106,0	4.993.469,4	4.515
11º	Iconha	1.096,5	13.721.454,8	12.514
12º	Alto Rio Novo	1.094,6	7.994.160,4	7.303
13º	São Domingos do Norte	1.086,9	8.712.502,0	8.016
14º	Ponto Belo	1.084,2	7.566.521,0	6.979
15º	Rio Bananal	1.046,8	18.359.014,7	17.538
16º	Linhares	1.045,7	147.706.239,7	141.254
17º	Marechal Floriano	1.032,0	14.704.724,9	14.249
18º	Ibiraçu	1.030,4	11.496.817,2	11.158
19º	Apiaçá	1.027,9	7.722.771,0	7.513
20º	Alegre	1.027,0	31.614.114,3	30.784
21º	Conceição do Castelo	1.021,1	11.933.146,9	11.686
22º	Ibitirama	1.010,7	9.059.754,4	8.964
23º	Santa Leopoldina	1.010,1	12.378.644,2	12.255
24º	São José do Calçado	998,0	10.396.194,1	10.417
25º	Dores do Rio Preto	997,9	6.385.817,0	6.399
26º	Jaguaré	990,3	24.478.758,5	24.718
27º	Atílio Vivácqua	987,3	9.714.767,9	9.840
28º	Guaçuí	980,4	27.308.145,0	27.853
29º	Muniz Freire	976,5	17.954.484,0	18.387
30º	Irupi	966,3	11.334.095,9	11.729
31º	Rio Novo do Sul	955,5	10.828.720,5	11.333
32º	Pinheiros	954,7	22.808.383,2	23.891
33º	Jerônimo Monteiro	946,3	10.302.943,5	10.888
34º	Vargem Alta	936,9	17.933.579,1	19.141
35º	Piúma	929,8	16.850.850,1	18.123
36º	Santa Teresa	913,3	19.923.123,3	21.815
37º	Mariândia	908,0	10.085.165,4	11.107
38º	Vila Pavão	904,8	7.846.746,2	8.672
39º	Governador Lindenberg	899,5	9.780.873,4	10.874
40º	Laranja da Terra	892,2	9.657.632,5	10.825
41º	Ecoporanga	890,1	20.670.051,9	23.223
42º	Boa Esperança	886,4	12.586.662,9	14.199
43º	Bom Jesus do Norte	883,7	8.376.355,3	9.479
44º	Itaguaçu	870,9	12.309.073,3	14.134
45º	Nova Venécia	864,7	39.792.100,6	46.020
46º	Águia Branca	852,5	10.034.677,6	11.771
47º	Brejetuba	850,7	10.140.887,5	11.921
48º	São Mateus	840,9	91.714.623,2	109.067
49º	Montanha	834,7	14.902.087,9	17.854
50º	Itarana	824,2	8.967.736,6	10.881
51º	Viana	821,8	53.414.939,8	64.999
52º	Castelo	817,3	28.464.338,7	34.826
53º	Domingos Martins	815,4	25.948.497,9	31.824
54º	João Neiva	814,8	12.879.907,5	15.808
55º	Mimoso do Sul	807,5	20.911.670,0	25.898
56º	Baixo Guandu	806,7	23.464.244,0	29.086
57º	Serra	800,5	327.682.173,7	409.324
58º	Mantenópolis	793,3	10.788.331,2	13.600
59º	Sooretama	779,2	18.591.968,9	23.860
60º	Santa Maria de Jetibá	767,2	26.220.829,0	34.178
61º	Vila Valério	756,5	10.462.513,2	13.830
62º	Afonso Cláudio	753,9	23.436.657,9	31.086
63º	Alfredo Chaves	747,9	10.441.110,2	13.960
64º	Lúna	745,8	20.390.566,4	27.340
65º	Colatina	737,5	82.451.932,9	111.794
66º	Pedro Canário	735,9	17.506.506,9	23.789
67º	Ibatiba	735,2	16.428.495,3	22.346
68º	Marataízes	729,0	24.892.933,0	34.147
69º	Guarapari	722,3	76.010.082,4	105.227
70º	Muqui	720,7	10.375.313,7	14.396
71º	Pancas	712,0	15.321.433,6	21.520
72º	Barra de São Francisco	703,3	28.563.013,4	40.610
73º	Venda Nova do Imigrante	694,9	14.224.174,1	20.468
74º	São Gabriel da Palha	690,9	22.010.025,5	31.859
75º	São Roque do Canaã	685,0	7.731.920,5	11.287
76º	Cachoeiro de Itapemirim	658,8	125.098.596,7	189.878
77º	Vila Velha	567,3	235.090.104,3	414.420
78º	Cariacica	434,4	151.571.772,4	348.933
TOTAL		882,8	3.101.039.963,1	3.512.672

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES), ainda não apreciados em plenário. População para 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Nota: ^ainclui inativos, pensionistas e salário-família.

Número de servidores, servidores por vínculo e servidores por mil habitantes em 2009

Regiões e municípios	Número de servidores total	Servidores por vínculo					Servidores por 1.000 habitantes
		Estatutários	CLT	Comissionados	Estagiários	Sem vínculo permanente	
MS Noroeste	15.873	7.185	3.643	1.593	301	3.151	39
Água Doce do Norte	548	388	64	72	-	24	45
Água Branca	476	248	2	74	-	152	50
Alto Rio Novo	515	-	469	39	-	7	83
Baixo Guandu	1.392	1.031	64	258	12	27	47
Barra de São Francisco	1.850	677	144	106	2	921	44
Boa Esperança	400	284	12	104	-	-	30
Colatina	3.234	444	1.848	299	248	395	29
Ecoporanga	1.043	721	252	60	5	5	44
Governador Lindenberg	476	370	57	46	1	2	46
Mantenópolis	576	290	263	23	-	-	50
Marilândia	507	124	-	52	7	324	47
Nova Venécia	1.902	584	5	198	-	1.115	41
Pancas	715	552	106	50	-	7	39
São Domingos do Norte	423	402	-	21	-	-	52
São Gabriel da Palha	877	631	110	36	24	76	29
Vila Pavão	500	147	242	109	1	1	55
Vila Valério	439	292	5	46	1	95	31
MS Litoral Norte	25.033	14.067	4.477	2.961	197	3.331	48
Aracruz	4.285	2.540	1.347	391	7	-	54
Conceição da Barra	1.835	959	687	139	-	50	68
Fundão	1.171	267	23	687	-	194	71
Ibiraçu	485	296	131	58	-	-	45
Jaguaré	1.226	638	-	160	20	408	52
João Neiva	557	253	-	82	8	214	38
Linhares	6.151	4.164	49	505	113	1.320	46
Montanha	829	92	448	190	-	99	44
Mucurici	351	203	23	53	-	72	59
Pedro Canário	1.129	587	152	48	-	342	46
Pinheiros	1.090	11	971	108	-	-	46
Ponto Belo	460	150	-	253	-	57	63
Rio Bananal	814	500	-	27	5	282	47
São Mateus	3.681	2.920	239	185	44	293	36
Sooretama	969	487	407	75	-	-	41
MS Central	15.389	8.176	1.561	2.128	278	3.246	50
Afonso Cláudio	1.272	898	-	47	20	307	41
Alfredo Chaves	607	318	-	104	11	174	42
Anchieta	2.445	1.300	-	293	-	852	121
Brejetuba	569	315	4	38	3	209	51
Conceição do Castelo	701	427	-	14	43	217	59
Domingos Martins	1.300	563	171	562	-	4	40
Iconha	612	398	1	127	-	86	51
Itaguçu	722	286	374	18	5	39	51
Itarana	402	34	99	6	-	263	38
Laranja da Terra	570	317	31	157	-	65	51
Marechal Floriano	893	557	6	151	-	179	67
Piúma	762	453	-	79	-	230	44
Rio Novo do Sul	539	408	3	44	-	84	47
Santa Leopoldina	639	229	-	114	144	152	50
Santa Maria de Jetibá	1.260	863	207	169	21	-	37
Santa Teresa	989	626	55	105	-	203	48
São Roque do Canaã	405	184	3	51	8	159	37
Venda Nova do Imigrante	702	-	607	49	23	23	35
Região Metropolitana	43.254	24.827	2.259	3.144	2.594	10.430	26
Cariacica	7.723	2.287	327	308	108	4.693	21
Guarapari	2.255	1.223	454	155	62	361	22
Serra	9.383	6.067	884	728	460	1.244	23
Viana	1.958	1.009	1	338	27	583	32
Vila Velha	6.876	4.454	-	757	120	1.545	17
Vitória	15.059	9.787	593	858	1.817	2.004	47
MS Sul	23.339	13.518	2.631	2.062	234	4.894	41
Alegre	1.584	1.132	142	123	47	140	51
Apiacá	526	-	435	91	-	-	67
Atílio Vivacqua	629	408	-	17	-	204	67
Bom Jesus do Norte	332	196	64	69	-	3	34
Cachoeiro de Itapemirim	5.565	3.156	354	352	68	1.635	28
Castelo	1.471	791	9	129	17	525	44
Divino de São Lourenço	283	194	69	19	-	1	56
Dores do Rio Preto	282	186	67	29	-	-	45
Guaçu	988	432	-	121	13	422	37
Ibatiba	895	552	55	70	1	217	44
Ibitirama	437	297	-	64	-	76	47
Irupi	567	400	111	46	-	10	53
Itapemirim	1.624	1.099	124	155	13	233	50
Iúna	919	790	23	46	-	60	35
Jerônimo Monteiro	427	238	76	113	-	-	38
Marataizes	1.592	962	113	137	-	380	49
Mimoso do Sul	1.085	658	2	125	2	298	40
Muniz Freire	722	548	117	36	5	16	39
Muqui	587	4	475	26	11	71	41
Presidente Kennedy	1.068	632	2	157	26	251	98
São José do Calçado	704	287	346	57	-	14	64
Vargem Alta	1.052	556	47	80	31	338	56
TOTAL	122.888	67.773	14.571	11.888	3.604	25.052	35

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa de Informações Municipais - Perfil dos Municípios Brasileiros - 2009.

Projeto Águas Limpas

- ◆ melhoria da qualidade de vida dos capixabas
- ◆ redução da taxa de mortalidade infantil
- ◆ aumento da expectativa de vida
- ◆ redução dos gastos com saúde
- ◆ garantia de abastecimento em quantidade e qualidade

Estes são os principais benefícios deste importante empreendimento do Governo do Estado do Espírito Santo.

É por essas razões que o Consórcio Enger Etep sente orgulho em fazer parte dessa história.



CONSÓRCIO
enger  **Etep**

Av. Anísio Fernandes Coelho, 1527 - Jardim da Penha - CEP 29060-670 - Vitória - ES - (27) 3235-9444
consorcioengeretep@consorcioengeretep.com.br

enger
engenharia

(11) 4133-6951 • comercial@enger.com.br

 **Etep**

(27) 3315-0316 - etep.sp@etep.com.br

Custeio

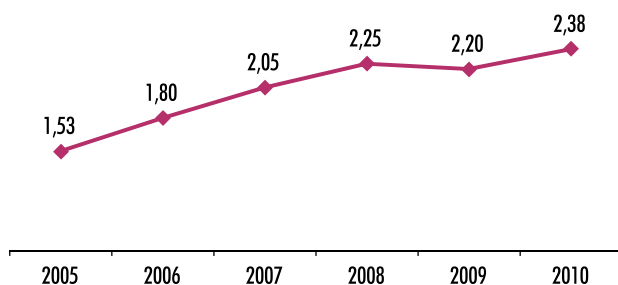
Desempenho

Finanças dos Municípios Capixabas adota como critério para apuração do custeio da administração pública municipal toda a despesa corrente, exceto pessoal e juros da dívida.

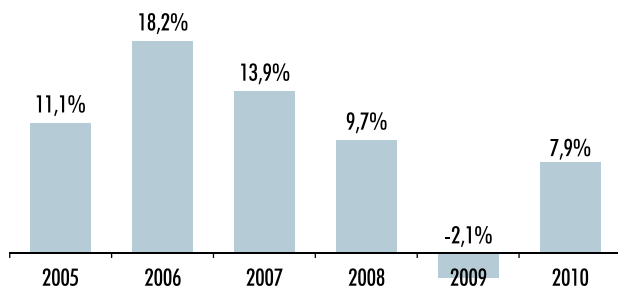
A retomada da receita favoreceu a expansão das despesas de custeio em 2010. Com crescimento de 7,9% em relação a 2009, elas totalizaram R\$ 2,38 bilhões em 2010, R\$ 174,9 milhões a mais do que no ano anterior. Em 2009, os municípios haviam diminuído o custeio em 2,1% para fazer frente à queda de receita provocada pela crise financeira internacional.

Evolução da despesa de custeio

em R\$ bilhões - IPCA médio de 2010



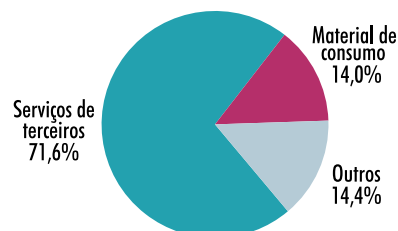
Taxa de crescimento da despesa com custeio em relação ao ano anterior



Historicamente a maior parcela das despesas com custeio é originada em serviços de terceiros. Em 2010, essa categoria consumiu 71,6% do total, o que representou um gasto de R\$ 1,70 bilhão. Já com materiais de consumo, os municípios despenderam R\$ 332,7 milhões, o que equivaleu a 14%

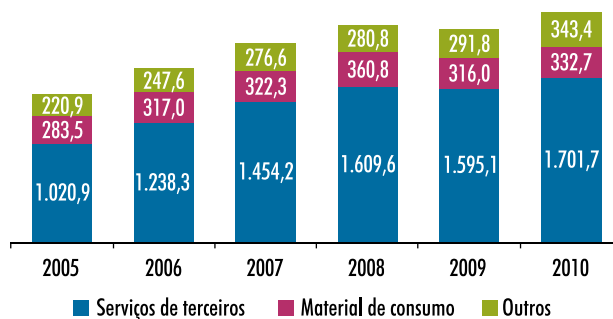
do montante final com custeio. Outras despesas menores somadas representaram os outros 14,4% do total.

Composição das despesas com custeio 2010



Evolução dos principais itens do gasto com custeio

em R\$ milhões - IPCA médio de 2010



A maior expansão ocorreu no Município de Presidente Kennedy, que mais que dobrou (104,3%) sua despesa com custeio entre 2009 e 2010, passando de R\$ 32,6 milhões para R\$ 66,7 milhões. Outros aumentos expressivos também foram registrados por Piúma (53,4%), Cariacica (49,5%), Barra de São Francisco (44,6%) e Jerônimo Monteiro (31,8%).

Vinte e dois municípios registraram reduções no custeio. Dentre esses, as cidades de Muqui (-17,9%), Marechal Floriano (-15,7%), São Mateus (-15,2%), Serra (-11,3%) e Iconha (-9,1%) destacaram-se com as maiores retrações em termos relativos.

O crescimento do custeio em Presidente Kennedy foi determinante para o aumento de 16,3% no gasto dos municípios com até 15 mil habitantes. Desconsiderando

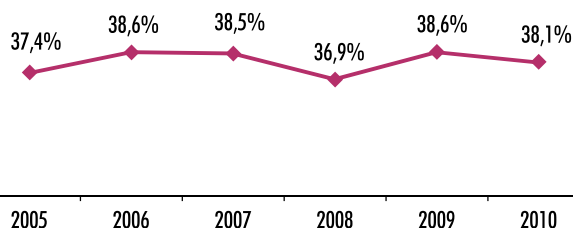
esse município, o desempenho do grupo cai para 4,7%. Nos municípios com população entre 15 mil e 50 mil habitantes, houve um crescimento médio de 10,9%. Já nos municípios maiores, com mais de 50 mil habitantes, a expansão média dessa despesa foi de 7,5%.

Participação orçamentária

Nos últimos sete anos, a participação média das despesas com custeio na receita corrente dos municípios capixabas tem se mantido relativamente estável, flutuando entre 37% e 39%. Em 2010, os gastos com custeio consumiram, em média, 38,1% da receita corrente das cidades.

Dentre os municípios capixabas, apenas três comprometeram mais da metade de suas receitas correntes com os dispêndios de custeio: João Neiva (52,8%), Vila Valério (51,1%) e Venda Nova do Imigrante (50,0%).

Participação média da despesa de custeio na receita corrente dos municípios



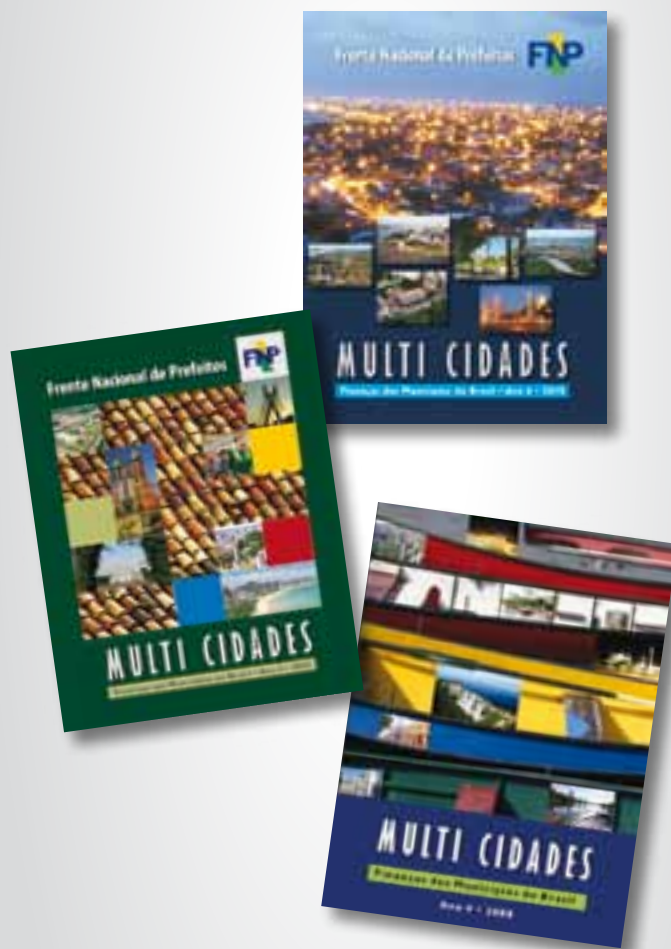
Saiba mais sobre custeio

As despesas com custeio compreendem todos os gastos voltados para a operacionalização dos serviços prestados pela prefeitura, bem como para cobrir os custos inerentes à burocracia estatal.

Seus principais itens são os serviços de iluminação pública, limpeza urbana, coleta de lixo, aterro sanitário, sinalização da cidade, manutenção de equipamentos e áreas públicas, como vias, escolas, postos de saúde, centros esportivos, praças, parques, jardins e teatros.

A aquisição de material de consumo, tais como os utilizados nos serviços de saúde, os combustíveis, as peças, o material das escolas, de limpeza, de escritório, entre outros, também são partes importantes dos gastos com custeio. Deve-se lembrar de que, normalmente a despesa com custeio tende a se expandir após a concretização dos investimentos, uma vez que a ampliação dos serviços públicos e da infraestrutura da cidade geram custos para o seu funcionamento e manutenção.

Multi Cidades, uma publicação da Frente Nacional de Prefeitos realizada em parceria com a Aequus Consultoria



www.aequus.com.br
Tel.: (27) 3235-7841

► Despesa de custeio^a - 2005-2010

Regiões e municípios	2005	2006	2007	2008	2009	2010	Variação 2010/2009	Participação 2010		Despesa de custeio ^a per capita 2010 em R\$
								no total da desp. de custeio ^a	na rec. corr.	
	em R\$ mil - IPCA médio de 2010							em %		
MS Noroeste	179.064,6	208.203,4	222.690,6	246.264,1	237.626,1	267.783,6	12,7	11,3	41,3	648,4
Água Doce do Norte	4.424,2	5.590,5	6.436,3	6.664,3	5.990,2	6.302,6	5,2	0,3	30,9	662,2
Água Branca	5.022,2	4.531,0	4.720,6	6.300,5	5.960,4	6.663,6	11,8	0,3	34,7	566,1
Alto Rio Novo	3.828,1	3.892,6	4.474,3	5.735,1	5.735,8	5.246,9	-8,5	0,2	39,8	718,5
Baixo Guandu	16.658,6	21.574,1	19.230,2	20.170,8	19.644,4	19.953,7	1,6	0,8	45,0	686,0
Barra de São Francisco	9.622,0	14.329,8	16.900,3	19.192,5	17.626,8	25.494,1	44,6	1,1	47,0	627,8
Boa Esperança	7.507,4	7.993,4	8.102,2	9.500,4	7.369,5	7.908,1	7,3	0,3	34,2	556,9
Colatina	53.910,0	57.227,3	64.127,3	61.182,2	63.042,4	70.573,5	11,9	3,0	41,9	631,3
Ecoporanga	10.583,4	14.132,4	12.617,3	13.745,8	15.402,4	14.255,7	-7,4	0,6	35,3	613,9
Governador Lindenberg	6.821,8	6.749,4	6.587,3	7.658,0	6.783,5	7.579,8	11,7	0,3	38,9	697,1
Mantenópolis	6.434,0	6.611,0	8.268,8	10.356,2	7.716,0	8.908,8	15,5	0,4	41,3	655,1
Marilândia	4.911,7	6.641,4	7.138,7	7.798,0	7.881,3	8.269,7	4,9	0,3	42,6	744,5
Nova Venécia	17.323,3	21.073,1	21.055,6	25.976,8	24.604,7	29.325,1	19,2	1,2	43,0	637,2
Pancas	9.618,5	10.372,0	10.701,3	10.777,6	9.646,1	11.812,7	22,5	0,5	39,5	548,9
São Domingos do Norte	4.465,4	5.512,9	7.382,3	6.839,9	6.354,0	6.657,1	4,8	0,3	39,9	830,5
São Gabriel da Palha	7.286,7	9.136,9	9.506,3	14.056,1	15.551,5	18.618,0	19,7	0,8	39,9	584,4
Vila Pávão	4.775,1	6.110,6	7.176,1	7.070,8	6.148,9	7.082,4	15,2	0,3	41,9	816,7
Vila Valério	5.872,2	6.725,0	8.265,7	13.238,8	12.168,0	13.132,0	7,9	0,6	51,1	949,5
MS Litoral Norte	315.091,0	367.875,4	382.308,3	444.181,2	407.516,5	424.820,5	4,2	17,9	38,2	774,0
Aracruz	53.454,2	86.291,4	80.954,8	87.341,3	90.754,8	87.114,9	-4,0	3,7	38,6	1.065,7
Conceição da Barra	13.242,4	11.641,8	15.111,7	19.552,2	15.166,8	16.889,4	11,4	0,7	26,8	593,1
Fundão	7.634,8	11.115,4	14.426,4	15.203,1	14.056,3	13.709,1	-2,5	0,6	37,3	805,1
Ibiraçu	7.488,8	8.672,9	7.640,9	7.188,9	7.329,4	8.395,7	14,5	0,4	40,0	752,4
Jaguare	32.930,7	29.760,6	27.468,1	31.798,5	23.914,0	22.974,7	-3,9	1,0	45,3	929,5
João Neiva	8.743,7	10.968,3	11.463,7	15.667,4	14.744,5	15.670,0	6,3	0,7	52,8	991,3
Linhares	77.261,3	88.477,2	97.392,1	129.351,3	102.078,9	123.204,2	20,7	5,2	39,5	872,2
Montanha	7.686,4	8.950,9	9.219,7	12.162,5	10.870,3	13.692,8	26,0	0,6	43,7	766,9
Mucurici	3.802,0	4.288,7	4.938,9	5.325,3	5.315,6	6.330,1	19,1	0,3	41,3	1.116,0
Pedro Canário	13.305,2	9.968,4	12.168,9	11.483,3	12.116,5	11.046,0	-8,8	0,5	31,1	464,3
Pinheiros	10.089,9	10.187,8	12.210,9	13.406,6	12.803,4	16.110,0	25,8	0,7	38,0	674,3
Ponto Belo	4.458,9	5.419,9	5.184,0	6.418,3	5.478,0	5.991,0	9,4	0,3	41,4	858,4
Rio Bananal	7.206,2	8.011,9	8.979,5	9.981,4	10.451,0	12.149,6	16,3	0,5	33,3	692,8
São Mateus	58.585,7	62.426,1	62.251,4	62.766,5	68.825,1	58.337,3	-15,2	2,5	35,6	534,9
Sooretama	9.200,9	11.694,3	12.897,2	16.534,6	13.611,8	13.205,7	-3,0	0,6	37,4	553,5
MS Central	172.033,0	198.986,7	218.478,8	239.784,6	239.700,1	261.566,8	9,1	11,0	39,4	826,6
Afonso Cláudio	13.594,6	13.781,5	12.925,2	15.497,8	17.463,0	18.798,9	7,7	0,8	41,0	604,7
Alfredo Chaves	6.541,0	8.304,3	10.674,8	12.378,7	11.247,1	11.571,6	2,9	0,5	45,8	828,9
Anchieta	23.611,3	32.655,7	42.223,2	43.520,7	47.203,1	54.941,4	16,4	2,3	34,8	2.299,4
Brejetuba	7.129,1	8.398,6	8.613,1	9.882,9	9.589,6	10.871,3	13,4	0,5	47,1	911,9
Conceição do Castelo	5.396,2	6.422,4	7.390,0	7.848,8	7.722,8	8.413,6	8,9	0,4	37,4	720,0
Domingos Martins	15.703,3	16.133,1	15.344,6	16.722,6	17.781,6	22.160,5	24,6	0,9	40,8	696,3
Iconha	8.639,8	8.469,2	10.226,3	12.183,0	9.760,3	8.874,5	-9,1	0,4	37,5	709,2
Itaguaçu	7.251,0	9.311,3	9.903,0	10.616,0	10.185,9	10.816,2	6,2	0,5	43,4	765,3
Itarana	5.389,2	7.119,5	8.695,6	10.148,9	9.080,5	8.545,2	-5,9	0,4	44,4	785,3
Laranja da Terra	6.503,2	7.601,8	5.780,3	6.669,8	6.045,6	6.986,7	15,6	0,3	37,9	645,4
Marechal Floriano	8.386,7	9.447,2	10.864,8	10.679,4	10.221,0	8.612,7	-15,7	0,4	33,5	604,4
Piúma	9.066,8	10.669,5	8.169,8	8.729,5	8.896,3	13.644,9	53,4	0,6	37,5	752,9
Rio Novo do Sul ^b	5.180,2	5.903,9	5.410,6	5.859,7	5.482,9	5.855,1	6,8	0,2	30,5	516,6
Santa Leopoldina	6.361,1	7.612,1	8.367,3	9.888,1	8.886,8	8.157,9	-8,2	0,3	36,8	665,7
Santa Maria de Jetibá	14.346,2	14.821,9	18.190,9	19.434,4	20.864,1	21.531,8	3,2	0,9	40,2	630,0
Santa Teresa	11.787,0	12.607,7	12.747,7	15.694,6	16.751,8	16.181,5	-3,4	0,7	41,9	741,8
São Roque do Canaã	5.673,6	6.978,8	7.416,1	8.419,5	7.592,4	7.978,7	5,1	0,3	45,2	706,9
Venda Nova do Imigrante	11.472,7	12.748,1	15.535,4	15.610,0	14.925,1	17.624,2	18,1	0,7	50,0	861,1
Região Metropolitana	624.948,6	774.944,5	939.965,8	980.058,7	988.280,5	1.039.065,2	5,1	43,8	36,8	622,8
Cariacica	57.112,8	64.650,1	79.868,3	75.612,4	75.420,8	112.738,9	49,5	4,7	34,1	323,1
Guarapari	33.802,5	42.661,0	39.459,6	31.026,3	46.562,2	49.863,9	7,1	2,1	33,0	473,9
Serra	130.097,3	158.022,4	227.990,1	232.936,9	238.953,4	212.040,2	-11,3	8,9	31,3	518,0
Viana	17.170,4	19.501,6	24.365,8	26.004,3	26.469,5	31.162,4	17,7	1,3	36,1	479,4
Vila Velha	126.354,4	158.898,6	164.940,8	197.437,0	173.436,4	206.411,9	19,0	8,7	41,4	498,1
Vitória	260.411,2	331.210,6	403.341,3	417.041,8	427.438,1	426.847,8	-0,1	18,0	39,6	1.311,5
MS Sul	234.129,0	252.854,1	289.632,8	340.972,4	329.804,1	384.583,9	16,6	16,2	38,3	679,4
Alegre	12.684,4	13.158,8	15.665,5	18.836,6	18.428,9	18.650,5	1,2	0,8	38,1	605,8
Apicá	4.522,2	4.617,5	5.675,8	5.645,5	4.871,8	4.841,2	-0,6	0,2	33,1	644,4
Atílio Vivacqua	6.535,2	6.301,9	7.140,4	7.328,6	6.957,1	7.318,5	5,2	0,3	39,4	743,8
Bom Jesus do Norte	4.090,6	3.861,9	4.373,9	6.711,6	5.553,3	5.544,0	-0,2	0,2	36,1	584,9
Cachoeiro de Itapemirim	55.202,6	54.970,8	66.832,1	83.406,4	75.032,1	80.811,6	7,7	3,4	35,3	425,6
Castelo	13.989,4	15.650,2	17.641,2	18.236,7	18.006,6	18.064,8	0,3	0,8	33,6	518,7
Divino de São Lourenço	3.884,5	3.993,4	3.843,7	5.411,2	3.925,3	4.510,3	14,9	0,2	43,1	999,0
Dores do Rio Preto	3.889,4	4.505,7	4.979,0	5.267,7	4.956,7	4.701,2	-5,2	0,2	33,3	734,7
Guacuí	10.584,7	12.487,2	15.129,4	18.172,2	15.238,5	17.718,0	16,3	0,7	38,8	636,1
Ibatiba	9.780,7	9.602,1	11.327,8	12.704,6	11.045,3	10.417,5	-5,7	0,4	34,0	466,2
Ibitirama	4.362,7	4.580,1	5.017,6	5.197,7	5.688,2	5.883,8	3,4	0,2	34,2	656,4
Irupi	6.084,4	6.020,4	6.674,6	7.219,1	6.937,7	7.977,1	15,0	0,3	39,3	680,1
Itapemirim	16.003,8	20.509,6	23.024,7	26.665,2	23.957,0	28.543,2	19,1	1,2	35,3	921,1
Lúna	9.497,4	11.029,8	13.004,1	13.597,1	12.866,2	15.239,0	18,4	0,6	38,8	557,4
Jerônimo Monteiro	4.975,0	5.123,9	5.308,6	5.899,6	5.231,1	6.892,5	31,8	0,3	35,6	633,0
Marataizes	7.567,0	9.663,9	11.301,3	11.878,4	13.334,6	16.989,6	27,4	0,7	32,6	497,5
Mimoso do Sul	12.677,7	13.489,8	14.283,9	19.044,7	18.208,4	17.662,0	-3,0	0,7	44,1	682,0
Muniz Freire	8.467,5	10.941,6	11.835,5	13.765,8	14.000,1	14.908,0	6,5	0,6	43,5	810,8
Muqui	7.233,7	7.602,3	8.520,2	8.746,4	10.216,0	8.389,0	-17,9	0,4	40,1	582,7
Presidente Kennedy	15.198,1	15.588,2	18.881,8	26.416,3	32.644,1	66.703,6	104,3	2,8	47,4	6.466,7
São José do Calçado	6.345,5	8.242,4	7.899,8	8.732,8	8.325,4	9.194,9	10,4	0,4	45,9	882,7
Vargem Alta	10.552,5	10.912,3	11.271,9	12.088,2	14.379,7	13.623,8	-5,3	0,6	36,7	711,8
TOTAL	1.525.266,1	1.802.864,2	2.053.076,2	2.251.260,9	2.202.927,2	2.377.820,2	7,9	100,0	38,1	676,9

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES), ainda não apreciados em plenário. Nota: ^aexceto os gastos com pessoal, encargos, inativos, pensionistas e salário-família. ^bos dados do município não estavam consolidados em 2009.

► Despesa com custeio^a

Posição	Município	Despesa com custeio ^a em R\$	População
1º	Vitória	426.847.757,9	325.453
2º	Serra	212.040.216,3	409.324
3º	Vila Velha	206.411.929,2	414.420
4º	Linhares	123.204.229,6	141.254
5º	Cariacica	112.738.947,7	348.933
6º	Aracruz	87.114.892,8	81.746
7º	Cachoeiro de Itapemirim	80.811.558,7	189.878
8º	Colatina	70.573.461,5	111.794
9º	Presidente Kennedy	66.703.571,8	10.315
10º	São Mateus	58.337.311,9	109.067
11º	Anchieta	54.941.413,4	23.894
12º	Guarapari	49.863.930,2	105.227
13º	Viana	31.162.444,2	64.999
14º	Nova Venécia	29.325.076,0	46.020
15º	Itapemirim	28.543.216,7	30.988
16º	Barra de São Francisco	25.494.094,3	40.610
17º	Jaguaré	22.974.677,5	24.718
18º	Domingos Martins	22.160.484,4	31.824
19º	Santa Maria de Jetibá	21.531.797,1	34.178
20º	Baixo Guandu	19.953.746,1	29.086
21º	Afonso Cláudio	18.798.937,4	31.086
22º	Alegre	18.650.483,7	30.784
23º	São Gabriel da Palha	18.617.999,2	31.859
24º	Castelo	18.064.796,4	34.826
25º	Guaçuí	17.717.957,6	27.853
26º	Mimoso do Sul	17.662.024,4	25.898
27º	Venda Nova do Imigrante	17.624.152,2	20.468
28º	Marataízes	16.989.602,0	34.147
29º	Conceição da Barra	16.889.446,5	28.477
30º	Santa Teresa	16.181.538,3	21.815
31º	Pinheiros	16.109.981,3	23.891
32º	João Neiva	15.670.010,6	15.808
33º	Lúna	15.239.038,7	27.340
34º	Muniz Freire	14.907.966,2	18.387
35º	Ecoporanga	14.255.695,7	23.223
36º	Fundão	13.709.119,0	17.028
37º	Montanha	13.692.813,6	17.854
38º	Piúma	13.644.944,9	18.123
39º	Vargem Alta	13.623.841,0	19.141
40º	Sooretama	13.205.725,0	23.860
41º	Vila Valério	13.132.018,0	13.830
42º	Rio Bananal	12.149.609,5	17.538
43º	Pancas	11.812.688,8	21.520
44º	Alfredo Chaves	11.571.564,6	13.960
45º	Pedro Canário	11.045.966,2	23.789
46º	Brejetuba	10.871.308,0	11.921
47º	Itaguaçu	10.816.202,8	14.134
48º	Ibatiba	10.417.487,2	22.346
49º	São José do Calçado	9.194.866,8	10.417
50º	Mantenópolis	8.908.755,9	13.600
51º	Iconha	8.874.545,4	12.514
52º	Marechal Floriano	8.612.691,0	14.249
53º	Itarana	8.545.197,9	10.881
54º	Conceição do Castelo	8.413.623,1	11.686
55º	Ibiraçu	8.395.652,7	11.158
56º	Muqui	8.388.965,3	14.396
57º	Marilândia	8.269.675,1	11.107
58º	Santa Leopoldina	8.157.937,6	12.255
59º	São Roque do Canaã	7.978.734,6	11.287
60º	Irupi	7.977.056,1	11.729
61º	Boa Esperança	7.908.080,7	14.199
62º	Governador Lindenberg	7.579.770,6	10.874
63º	Atílio Vivacqua	7.318.511,6	9.840
64º	Vila Pavão	7.082.360,6	8.672
65º	Laranja da Terra	6.986.722,6	10.825
66º	Jerônimo Monteiro	6.892.495,6	10.888
67º	Água Branca	6.663.636,8	11.771
68º	São Domingos do Norte	6.657.091,2	8.016
69º	Mucurici	6.330.085,8	5.672
70º	Água Doce do Norte	6.302.633,0	9.517
71º	Ponto Belo	5.991.016,1	6.979
72º	Ibitirama	5.883.837,7	8.964
73º	Rio Novo do Sul	5.855.050,4	11.333
74º	Bom Jesus do Norte	5.543.964,7	9.479
75º	Alto Rio Novo	5.246.859,6	7.303
76º	Apiacá	4.841.163,1	7.513
77º	Dores do Rio Preto	4.701.222,9	6.399
78º	Divino de São Lourenço	4.510.295,1	4.515
TOTAL		2.377.820.175,4	3.512.672

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES), ainda não apreciados em plenário. População para 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Nota: ^aexceto os gastos com pessoal, encargos, inativos, pensionistas e salários-família.

► Despesa com custeio^a per capita

Posição	Município	A / B	Despesa com custeio ^a (A) em R\$	População (B)
1º	Presidente Kennedy	6.466,7	66.703.571,8	10.315
2º	Anchieta	2.299,4	54.941.413,4	23.894
3º	Vitória	1.311,5	426.847.757,9	325.453
4º	Mucurici	1.116,0	6.330.085,8	5.672
5º	Aracruz	1.065,7	87.114.892,8	81.746
6º	Divino de São Lourenço	999,0	4.510.295,1	4.515
7º	João Neiva	991,3	15.670.010,6	15.808
8º	Vila Valério	949,5	13.132.018,0	13.830
9º	Jaguaré	929,5	22.974.677,5	24.718
10º	Itapemirim	921,1	28.543.216,7	30.988
11º	Brejetuba	911,9	10.871.308,0	11.921
12º	São José do Calçado	882,7	9.194.866,8	10.417
13º	Linhares	872,2	123.204.229,6	141.254
14º	Venda Nova do Imigrante	861,1	17.624.152,2	20.468
15º	Ponto Belo	858,4	5.991.016,1	6.979
16º	São Domingos do Norte	830,5	6.657.091,2	8.016
17º	Alfredo Chaves	828,9	11.571.564,6	13.960
18º	Vila Pavão	816,7	7.082.360,6	8.672
19º	Muniz Freire	810,8	14.907.966,2	18.387
20º	Fundão	805,1	13.709.119,0	17.028
21º	Itarana	785,3	8.545.197,9	10.881
22º	Montanha	766,9	13.692.813,6	17.854
23º	Itaguaçu	765,3	10.816.202,8	14.134
24º	Piúma	752,9	13.644.944,9	18.123
25º	Ibiraçu	752,4	8.395.652,7	11.158
26º	Marilândia	744,5	8.269.675,1	11.107
27º	Atílio Vivacqua	743,8	7.318.511,6	9.840
28º	Santa Teresa	741,8	16.181.538,3	21.815
29º	Dores do Rio Preto	734,7	4.701.222,9	6.399
30º	Conceição do Castelo	720,0	8.413.623,1	11.686
31º	Alto Rio Novo	718,5	5.246.859,6	7.303
32º	Vargem Alta	711,8	13.623.841,0	19.141
33º	Iconha	709,2	8.874.545,4	12.514
34º	São Roque do Canaã	706,9	7.978.734,6	11.287
35º	Governador Lindenberg	697,1	7.579.770,6	10.874
36º	Domingos Martins	696,3	22.160.484,4	31.824
37º	Rio Bananal	692,8	12.149.609,5	17.538
38º	Baixo Guandu	686,0	19.953.746,1	29.086
39º	Mimoso do Sul	682,0	17.662.024,4	25.898
40º	Irupi	680,1	7.977.056,1	11.729
41º	Pinheiros	674,3	16.109.981,3	23.891
42º	Santa Leopoldina	665,7	8.157.937,6	12.255
43º	Água Doce do Norte	662,2	6.302.633,0	9.517
44º	Ibitirama	656,4	5.883.837,7	8.964
45º	Mantenópolis	655,1	8.908.755,9	13.600
46º	Laranja da Terra	645,4	6.986.722,6	10.825
47º	Apiacá	644,4	4.841.163,1	7.513
48º	Nova Venécia	637,2	29.325.076,0	46.020
49º	Guaçuí	636,1	17.717.957,6	27.853
50º	Jerônimo Monteiro	633,0	6.892.495,6	10.888
51º	Colatina	631,3	70.573.461,5	111.794
52º	Santa Maria de Jetibá	630,0	21.531.797,1	34.178
53º	Barra de São Francisco	627,8	25.494.094,3	40.610
54º	Ecoporanga	613,9	14.255.695,7	23.223
55º	Alegre	605,8	18.650.483,7	30.784
56º	Afonso Cláudio	604,7	18.798.937,4	31.086
57º	Marechal Floriano	604,4	8.612.691,0	14.249
58º	Conceição da Barra	593,1	16.889.446,5	28.477
59º	Bom Jesus do Norte	584,9	5.543.964,7	9.479
60º	São Gabriel da Palha	584,4	18.617.999,2	31.859
61º	Muqui	582,7	8.388.965,3	14.396
62º	Água Branca	566,1	6.663.636,8	11.771
63º	Lúna	557,4	15.239.038,7	27.340
64º	Boa Esperança	556,9	7.908.080,7	14.199
65º	Sooretama	553,5	13.205.725,0	23.860
66º	Pancas	548,9	11.812.688,8	21.520
67º	São Mateus	534,9	58.337.311,9	109.067
68º	Castelo	518,7	18.064.796,4	34.826
69º	Serra	518,0	212.040.216,3	409.324
70º	Rio Novo do Sul	516,6	5.855.050,4	11.333
71º	Vila Velha	498,1	206.411.929,2	414.420
72º	Marataízes	497,5	16.989.602,0	34.147
73º	Viana	479,4	31.162.444,2	64.999
74º	Guarapari	473,9	49.863.930,2	105.227
75º	Ibatiba	466,2	10.417.487,2	22.346
76º	Pedro Canário	464,3	11.045.966,2	23.789
77º	Cachoeiro de Itapemirim	425,6	80.811.558,7	189.878
78º	Cariacica	323,1	112.738.947,7	348.933
TOTAL		676,9	2.377.820.175,4	3.512.672

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES), ainda não apreciados em plenário. População para 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Nota: ^aexceto os gastos com pessoal, encargos, inativos, pensionistas e salários-família.

Investimentos

O volume de recursos aplicados em obras e aquisição de equipamentos é o item mais volátil das despesas públicas. Caso a receita caia ou a revisão orçamentária não seja realizada, a alternativa mais usual é conter os investimentos, pois os gastos com pessoal e as demais despesas de custeio são mais difíceis de serem reduzidas no curto prazo. Além do comportamento da receita, as decisões de investimento pelo agente público também são influenciadas pelo ciclo político e administrativo. Em início de mandato, os governos costumam dar um freio nos investimentos a fim de reavaliá-los, planejar o futuro e estabelecer as prioridades para serem implantadas nos anos seguintes. Já em final de mandato, os investimentos tendem a ser turbinados como tentativa dos governos de melhorarem sua imagem perante a sociedade.

As transferências voluntárias de recursos dos demais níveis de governo também é um dos fatores que ajuda a explicar o nível dos investimentos municipais. Os convênios efetuados com a União e o governo estadual são uma importante fonte adicional de recursos para serem aplicados na infraestrutura dos municípios. Juntos, os fatores mencionados estabelecem o pano de fundo sobre o qual se desenrola os investimentos públicos nos municípios capixabas.

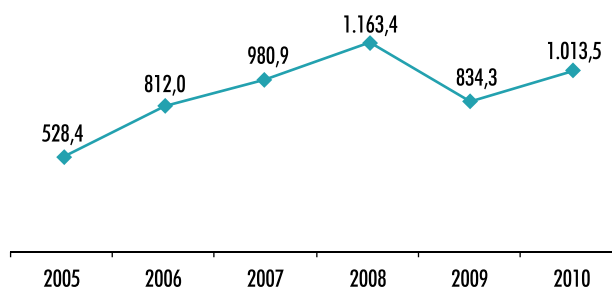
Embalado pelo excepcional crescimento das receitas entre 2004 e 2008, os municípios capixabas intensificaram os investimentos no período. Em 2009, eles recuaram 28,3% em função da crise internacional e também devido ao fato de ter sido o primeiro ano de mandato das administrações municipais que então assumiam. A situação em 2009 só não foi pior porque Vitória e Serra mantiveram em níveis elevados seus investimentos, ainda que menores em relação aos que haviam sido efetuados em anos anteriores.

Em 2010, os municípios intensificaram a destinação de recursos para serem aplicados em investimentos, que atingiram R\$ 1 bilhão, cifra 21,5% maior do que a aplicada no ano anterior e apenas 12,9% abaixo do pico que foi atingido em 2008, de R\$ 1,16 bilhão.

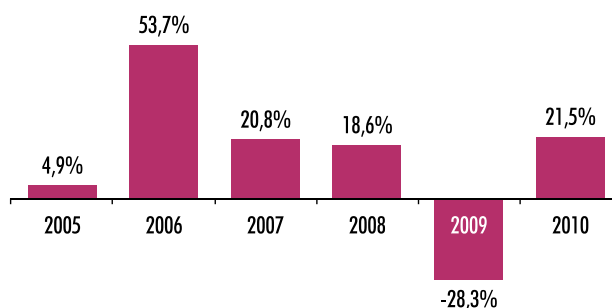
Os recursos adicionais disponibilizados pelo governo estadual, na forma de transferências voluntárias, que saltaram de R\$ 87,4 milhões, em 2009, para R\$ 184 milhões no ano seguinte, e a injeção de mais recursos dos próprios municípios, que passou de R\$ 566,3 milhões para R\$ 656,9 milhões, foram os fatores que alavancaram os investimentos dos municípios capixabas em 2010.

Evolução dos investimentos

em R\$ milhões - IPCA médio de 2010



Taxa de crescimento dos investimentos em relação ao ano anterior



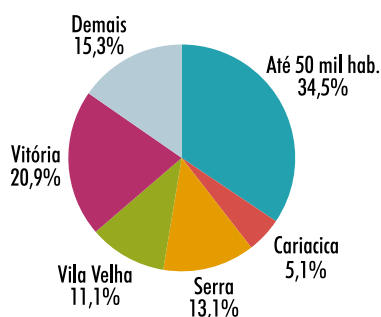
Os números dos anos recentes demonstram que as cidades com mais de 50 mil habitantes são responsáveis por cerca de dois terços de todo investimento municipal no Espírito Santo. Nesse grupo, Vitória, cidade que vem mantendo a liderança entre os municípios capixabas nos últimos anos, apesar de uma retração de 1%, praticamente manteve o mesmo patamar do ano anterior, totalizando R\$ 212 milhões em 2010. Na Serra, vice-líder, os investimentos recuaram 9% e se situaram em R\$ 132,9 milhões.

Em Vila Velha, alcançaram R\$ 112,1 milhões em 2010. Para seu padrão histórico, esse volume é bastante expressivo e praticamente se iguala ao pico alcançado dois anos antes. Guarapari investiu no mesmo ano o valor recorde de R\$ 36,7 milhões, quantia que foi mais do que o dobro do efetuado no ano anterior. São Mateus também apresentou intenso aumento, de 68,6%. Entretanto, o valor aplicado, de R\$ 12,7 milhões, correspondeu a uma pequena fatia de suas receitas, apenas 7,7%. Linhares e Cachoeiro de Itapemirim também acusaram alta nos investimentos e, em Colatina, o volume desembolsado, de R\$ 19,6 milhões, está dentro da média que vem realizando desde 2006.

Cariacica vem mantendo um viés de queda nos investimentos desde 2008. Após o pico de R\$ 62,8 milhões alcançado em 2007, em 2010 eles atingiram R\$ 51,4 milhões. Apesar da queda, essa quantia representou 15% dos gastos do Município, uma fatia bastante expressiva e que deve ter representado um grande esforço fiscal, em função do Município possuir a mais baixa receita per capita do Estado. No grupo de municípios com mais de 50 mil habitantes, Viana e Aracruz apresentaram as quedas mais expressivas, respectivamente, de 44,4% e 24,3%.

Em 2010, Vitória respondeu por 20,9% de todo o investimento efetuado pelos municípios capixabas, seguido por Serra (13,1%), Vila Velha (11,1%), Cariacica (5,1%) e Linhares (4,5%).

Participação dos municípios no total dos investimentos dos municípios capixabas - 2010



Em 2010, os investimentos responderam, em média, por 15% da receita total das cidades. A participação foi maior que o identificado no ano anterior (13,7%), e menor que o registrado em 2007 e 2008, de 17,8% e 17,9%, respectivamente. A alta volatilidade dos investimentos provoca grandes alterações na sua participação sobre a receita total. Mucurici e Conceição do Castelo, que ocuparam as primeiras posições no ranking dessa participação em 2010, tiveram desempenho

Os cinco municípios com as maiores e as menores participações dos investimentos na receita total

Município		Participação na receita total em %
Maiores	Mucurici	26,9
	Conceição do Castelo	26,2
	São Gabriel da Palha	24,8
	São Roque do Canaã	23,2
	Brejetuba	23,0
Menores	Irupi	5,1
	Jaguaré	4,8
	Apiacá	3,3
	Muqui	3,1
	Fundão	2,4
Média geral		15,0

bem abaixo no ano anterior, de 13,9% e 12,3%, respectivamente. Já Fundão, a cidade de menor participação, vem apresentando baixas taxas nos últimos dez anos, sempre instável e próxima ou inferior a 10%. Na tabela da coluna ao lado consulte as cinco maiores e menores participações na receita total em 2010.

Recursos próprios X Receitas de capital

O conceito de investimentos com recursos próprios aqui utilizado é igual ao total da despesa com investimento (que inclui as inversões financeiras) menos o valor das receitas de capital. Desse modo, é possível avaliar quanto os municípios investiram de suas receitas correntes, sem contar com as operações de crédito que tenham realizado, e com transferências recebidas do Estado ou da União.

Apesar de terem ampliado os recursos próprios destinados a investimentos de R\$ 566,3 milhões para R\$ 656,9 milhões, a participação desses no volume global dos municípios capixabas caiu de 67,9% para 64,8%, entre 2009 e 2010. É o terceiro ano de queda consecutiva (veja tabela na página seguinte).

Em compensação, as transferências voluntárias do governo estadual atingiram o valor recorde de R\$ 184 milhões, fazendo aumentar a participação desses recursos no total dos investimentos municipais, de 10,5% para 18,2%. Quanto às transferências da União para investimentos nos municípios, após o pico alcançado em 2008, de R\$ 114,2 milhões, os balanços dos municípios capixabas registram ligeira queda nos dois anos seguintes. Em 2010, elas totalizaram R\$ 93,3 milhões, valor que correspondeu a 9,2% do total dos investimentos municipais.

As cidades menores são mais dependentes das transferências voluntárias dos demais níveis de governo para a realização de seus investimentos. Naquelas com até 50 mil habitantes, esses recursos representaram, em média, 39,6% dos investimentos que efetuaram em 2010.

Nos municípios acima desse corte populacional (exceto a capital), o percentual cai quase pela metade, para 22,1%. Mesmo nesse grupo, é possível identificar algumas cidades cujos investimentos em 2010 foram muito dependentes das transferências de recursos dos demais níveis de governo. Em Colatina, por exemplo, do total dos investimentos efetuados naquele ano, menos da metade (47%) foi proveniente de recursos próprios. O Estado entrou com 46,4% e a União com 5,5%. Em Viana e Cachoeiro de Itapemirim, os recursos próprios pesaram 53,3% e 59,7%, respectivamente, e mais

uma vez a presença do governo estadual se fez sentir de forma marcante, com índices de 31,3% e 28,4%, na mesma ordem. Em Vila Velha, dos R\$ 112,1 milhões investidos em 2010, R\$ 21,2 milhões ou 18,9% foram provenientes do governo estadual.

Vitória investiu em 2010 a cifra de R\$ 212 milhões, sendo R\$ 123,4 milhões, ou 58,2%, com recursos próprios. A capital alavancou R\$ 88,6 milhões de recursos de terceiros, sendo R\$ 41,7 milhões em operações de crédito, R\$ 25,7 milhões em transferências voluntárias do Estado e outros R\$ 20,6 milhões provenientes da União.

Além de Vitória, poucos recorrem ao crédito. Em 2010, Serra recebeu a esse título R\$ 6 milhões; seguido por Vila Velha, com R\$ 5,4 milhões; Linhares, com R\$ 4,8 milhões; e Cachoeiro de Itapemirim, com R\$ 1 milhão. Outros seis municípios efetuaram operações abaixo de R\$ 1 milhão.

► Operações de crédito e investimentos efetuados em 2010

Município	Operações de crédito (A)	Investimentos ^a (B)	(A) / (B)
	em R\$		
Vitória	41.723.727	212.048.877	19,7%
Serra	5.957.610	132.874.388	4,5%
Vila Velha	5.355.228	112.135.403	4,8%
Linhares	4.768.730	45.182.417	10,6%
Cachoeiro de Itapemirim	1.000.000	19.405.049	5,2%
Mantenópolis	677.000	3.251.699	20,8%
Itapemirim	657.018	10.653.803	6,2%
Anchieta	489.000	22.836.140	2,1%
Venda Nova do Imigrante	242.500	8.028.398	3,0%
Colatina	173.992	19.584.763	0,9%
Cariacica	96.372	51.431.639	0,2%
Total	61.141.176	1.013.476.856	6,0%

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado (TCE-ES), ainda não apreciados em plenário. Nota: *toda a despesa de capital exceto as amortizações com a dívida.

► Evolução dos recursos destinados aos investimentos municipais - 2005-2010

Origem do recurso	2005	2006	2007	2008	2009	2010	Variação 2010/2009
	em R\$ mil - IPCA médio de 2010						
Recursos próprios	414.633,2	576.451,2	780.877,4	887.287,2	566.301,6	656.914,5	16,0
Receita de capital	113.728,9	235.558,7	200.042,7	276.097,2	267.962,8	356.562,4	33,1
Transferências de capital	98.584,0	214.241,6	156.542,4	228.592,5	187.030,8	284.911,5	52,3
Transferências da União	39.765,4	62.960,5	82.673,4	114.151,6	99.164,4	93.270,7	-5,9
Transferências do Estado	51.522,9	142.338,3	68.048,8	113.926,9	87.389,6	183.999,6	110,6
Operações de crédito	4.395,7	5.710,2	7.977,4	35.831,2	69.053,4	61.141,2	-11,5
Outras receitas de capital ^b	10.749,3	15.607,0	35.522,9	11.673,6	11.878,6	10.509,7	-11,5
Investimento total ^a	528.362,1	812.009,9	980.920,2	1.163.384,4	834.264,4	1.013.476,9	21,5

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado (TCEES), ainda não apreciados em plenário. Nota: ^atoda a despesa de capital, exceto as amortizações com a dívida. ^binclui alienação de bens, outras transferências de capital e outras receitas de capital.

► Composição dos recursos destinados aos investimentos municipais - 2005-2010

Origem do recurso	2005	2006	2007	2008	2009	2010
	em %					
Recursos próprios	78,5	71,0	79,6	76,3	67,9	64,8
Receita de capital	21,5	29,0	20,4	23,7	32,1	35,2
Transferências de capital	18,7	26,4	16,0	19,6	22,4	28,1
Transferências da União	7,5	7,8	8,4	9,8	11,9	9,2
Transferências do Estado	9,8	17,5	6,9	9,8	10,5	18,2
Operações de crédito	0,8	0,7	0,8	3,1	8,3	6,0
Outras receitas de capital ^b	2,0	1,9	3,6	1,0	1,4	1,0
Investimento total^a	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado (TCEES), ainda não apreciados em plenário. Nota: ^atoda a despesa de capital, exceto as amortizações com a dívida. ^binclui alienação de bens, outras transferências de capital e outras receitas de capital.

► Composição dos investimentos municipais por porte populacional - 2010

Faixa populacional e capital	Investimento total ^a (A)	Invest. com recursos próprios ^a (B)	B / A em %	Invest. com receita de capital ^a (C)	C / A em %	Invest. com transferência de capital ^a (D)	D / A em %	Invest. com transferência de capital da União ^a (E)	E / A em %	Invest. com transferência de capital do Estado ^a (F)	F / A em %
	em R\$ milhões			em R\$ milhões		em R\$ milhões		em R\$ milhões			
Até 50 mil habitantes	349,7	204,0	58,3%	145,7	41,7%	138,6	39,6%	56,9	16,3%	81,4	23,3%
Acima de 50 mil hab. ^b	451,7	329,5	72,9%	122,2	27,1%	100,0	22,1%	15,8	3,5%	76,9	17,0%
Vitória	212,0	123,4	58,2%	88,6	41,8%	46,3	21,8%	20,6	9,7%	25,7	12,1%
Total	1.013,5	656,9	64,8%	356,6	35,2%	284,9	28,1%	93,3	9,2%	184,0	18,2%

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado (TCEES), ainda não apreciados em plenário. Nota: ^avalores em milhões de reais. ^bexceto Vitória.

Banestes.

O banco que cresce junto com o Espírito Santo.



O Banestes é o único banco presente nos 78 municípios capixabas. Inclusive, em 19 desses municípios, a única agência bancária existente é a do Banestes. Ao todo, são 125 agências, 724 pontos de atendimento, 2 unidades empresariais e 5 unidades fora do estado. Números que comprovam: o Banestes acredita e investe no crescimento do Espírito Santo.

BANESTES

www.banestes.com.br



► Despesa com investimentos^a - 2005-2010

Regiões e municípios	2005	2006	2007	2008	2009	2010	Variação 2010/2009	Participação 2010		Despesa invest. ^a per capita 2010 em R\$
	em R\$ mil - IPCA médio de 2010							no total da desp. com invest. ^a	na rec. total ^b	
	em %									
MS Noroeste	59.085,5	85.793,7	66.615,1	93.947,0	65.732,8	92.207,6	40,3	9,1	13,1	223,3
Água Doce do Norte	1.835,8	2.920,3	1.898,0	2.382,6	2.494,3	5.179,8	107,7	0,5	21,5	544,3
Água Branca	2.044,2	2.777,8	3.171,0	5.192,0	1.951,2	4.670,4	139,4	0,5	20,9	396,8
Alto Rio Novo	1.354,9	1.736,7	1.705,4	1.706,3	2.006,2	1.556,6	-22,4	0,2	10,3	213,1
Baixo Guandu	8.111,2	4.679,4	4.144,4	5.980,0	4.008,2	4.225,2	5,4	0,4	8,8	145,3
Barra de São Francisco	3.874,4	4.984,8	1.710,9	3.545,7	3.470,7	3.503,9	1,0	0,3	6,0	86,3
Boa Esperança	1.092,6	2.183,6	1.274,9	3.376,6	4.289,7	4.061,3	-5,3	0,4	15,6	286,0
Colatina	9.986,6	18.431,0	21.892,9	18.096,2	17.255,8	19.584,8	13,5	1,9	10,9	175,2
Ecoporanga	2.473,7	3.060,4	1.563,2	5.580,1	2.927,7	5.554,3	89,7	0,5	13,2	239,2
Governador Lindenberg	3.243,1	5.174,3	4.043,2	6.367,9	3.386,9	4.582,6	35,3	0,5	19,7	421,4
Mantenópolis	1.272,2	976,7	1.073,5	1.647,2	1.573,9	3.251,7	106,6	0,3	13,0	239,1
Marilândia	2.599,8	4.089,9	1.343,8	2.055,5	914,5	3.261,4	256,6	0,3	15,7	293,6
Nova Venécia	4.585,9	6.010,1	4.809,2	9.021,1	7.213,7	5.930,3	-17,8	0,6	8,4	128,9
Pancas	2.466,0	5.490,2	2.517,4	3.892,4	2.858,9	5.279,3	84,7	0,5	15,9	245,3
São Domingos do Norte	2.239,3	4.875,2	1.512,4	4.897,7	1.734,4	2.344,7	35,2	0,2	13,0	292,5
São Gabriel da Palha	4.979,0	8.691,5	5.557,6	11.481,1	4.776,0	13.022,5	172,7	1,3	24,8	408,8
Vila Pavão	1.097,9	3.250,7	2.667,0	2.091,7	1.674,5	2.506,3	49,7	0,2	13,4	289,0
Vila Valério	5.828,9	6.461,2	5.730,2	6.632,9	3.196,2	3.692,7	15,5	0,4	13,3	267,0
MS Litoral Norte	112.694,1	141.176,2	147.844,6	186.497,4	101.817,8	122.437,2	20,3	12,1	10,6	223,1
Aracruz	28.757,4	46.590,9	43.724,7	37.955,1	18.415,8	13.936,3	-24,3	1,4	6,1	170,5
Conceição da Barra	4.408,7	3.056,1	2.534,2	3.724,5	3.504,1	10.938,8	212,2	1,1	16,9	384,1
Fundão	1.148,4	2.992,8	2.775,0	3.676,8	1.118,1	930,4	-16,8	0,1	2,4	54,6
Ibiraçu	1.516,9	2.125,2	3.995,0	4.955,8	2.981,2	3.137,7	5,3	0,3	12,9	281,2
Jaguaré	9.227,5	5.808,4	6.102,7	3.957,7	5.817,3	2.482,1	-57,3	0,2	4,8	100,4
João Neiva	1.460,1	6.261,7	4.418,9	5.504,7	2.524,5	2.401,5	-4,9	0,2	7,4	151,9
Linhares	34.841,4	32.652,9	35.126,7	65.082,1	36.818,9	45.182,4	22,7	4,5	13,7	319,9
Montanha	5.724,6	7.599,9	8.379,7	8.644,8	4.197,6	3.804,5	-9,4	0,4	11,8	213,1
Mucuri	2.472,8	3.351,8	4.253,7	3.935,7	2.015,0	4.288,5	112,8	0,4	26,9	756,1
Pedro Canário	1.336,8	1.468,4	5.465,7	3.075,4	2.808,2	7.426,1	164,4	0,7	18,8	312,2
Pinheiros	4.055,4	6.164,6	14.310,0	17.477,5	4.019,4	3.015,2	-25,0	0,3	7,1	126,2
Ponto Belo	4.660,9	3.188,2	3.093,1	3.413,1	2.157,8	3.190,4	47,9	0,3	19,3	457,1
Rio Bananal	2.189,9	3.641,6	2.814,3	7.185,3	4.361,1	5.250,8	20,4	0,5	13,2	299,4
São Mateus	8.625,3	7.704,1	8.594,0	14.609,4	7.560,5	12.744,7	68,6	1,3	7,7	116,9
Sooretama	2.268,1	8.569,6	2.256,8	3.299,4	3.518,3	3.707,9	5,4	0,4	10,1	155,4
MS Central	50.066,1	80.556,8	87.867,0	120.980,4	80.873,0	107.113,3	32,4	10,6	14,8	338,5
Afonso Cláudio	2.348,0	3.251,5	3.762,8	5.247,0	3.123,2	8.392,2	168,7	0,8	15,7	270,0
Alfredo Chaves	2.220,0	2.260,1	3.183,3	5.619,0	6.509,3	3.502,3	-46,2	0,3	12,8	250,9
Anchieta	6.248,9	11.977,1	18.806,4	27.797,9	16.895,5	22.836,1	35,2	2,3	14,1	955,7
Brejetuba	2.252,8	2.416,5	3.196,5	3.856,0	1.610,7	6.181,3	283,8	0,6	23,0	518,5
Conceição do Castelo	2.731,5	6.748,4	6.653,4	4.295,1	2.862,7	7.446,3	160,1	0,7	26,2	637,2
Domingos Martins	6.023,0	9.012,1	5.160,0	8.517,9	9.507,9	8.518,7	-10,4	0,8	14,2	267,7
Iconha	1.453,7	3.386,0	1.950,7	5.214,1	1.565,8	2.766,1	76,7	0,3	10,5	221,0
Itaguaçu	2.395,8	4.306,5	5.753,1	4.871,6	1.929,8	6.316,8	227,3	0,6	22,6	446,9
Itarana	1.766,7	5.236,7	2.112,6	5.453,8	1.774,0	2.070,2	16,7	0,2	10,3	190,3
Laranja da Terra	1.059,1	2.605,4	2.859,1	4.300,6	2.935,7	2.419,8	-17,6	0,2	11,9	223,5
Marechal Floriano	2.553,0	3.644,5	2.660,4	4.281,7	2.529,0	2.699,9	6,8	0,3	10,2	189,5
Piúma	1.055,5	2.266,4	2.881,5	3.758,5	3.512,8	4.801,8	36,7	0,5	12,9	265,0
Rio Novo do Sul ^c	1.199,1	1.471,2	1.987,8	1.922,2	2.126,1	2.483,8	16,8	0,2	12,9	219,2
Santa Leopoldina	1.751,4	2.386,7	1.802,4	4.877,5	3.586,1	2.262,9	-36,9	0,2	9,2	184,7
Santa Maria de Jetibá	4.639,7	5.141,7	6.973,3	9.723,9	4.737,7	6.744,8	42,4	0,7	11,6	197,3
Santa Teresa	2.846,5	5.031,1	7.635,8	8.470,9	5.981,6	4.687,4	-21,6	0,5	11,2	214,9
São Roque do Canaã	1.042,4	2.303,4	1.700,0	3.483,7	3.368,5	4.954,5	47,1	0,5	23,2	439,0
Venda Nova do Imigrante	6.478,8	7.111,5	8.787,8	9.289,2	6.316,8	8.028,4	27,1	0,8	20,0	392,2
Região Metropolitana	236.954,3	418.008,4	576.024,2	606.507,1	504.931,7	552.908,2	9,5	54,6	17,9	331,4
Cariacica	26.071,5	29.422,0	62.801,9	59.353,2	54.439,7	51.431,6	-5,5	5,1	15,0	147,4
Guarapari	10.015,8	9.698,4	12.601,7	11.555,2	17.546,1	36.685,9	109,1	3,6	22,3	348,6
Serra	98.468,0	143.489,4	159.958,0	184.312,1	146.034,4	132.874,4	-9,0	13,1	18,8	324,6
Viana	9.186,1	24.521,8	15.572,0	21.099,0	13.902,0	7.732,0	-44,4	0,8	8,2	119,0
Vila Velha	30.634,6	62.609,3	60.436,0	112.568,8	58.837,4	112.135,4	90,6	11,1	20,0	270,6
Vitória	62.578,3	148.267,5	264.654,6	217.618,9	214.171,9	212.048,9	-1,0	21,0	17,3	651,5
MS Sul	69.562,1	86.474,7	102.569,3	155.452,5	80.909,0	138.810,6	71,6	13,7	13,0	245,2
Alegre	2.051,6	4.594,1	5.526,8	6.242,5	3.414,4	5.396,1	58,0	0,5	9,9	175,3
Apiaçá	1.221,5	994,8	1.291,1	2.695,2	1.293,8	496,3	-61,6	0,0	3,3	66,1
Atílio Vivacqua	1.557,0	2.607,3	1.958,5	2.698,0	3.641,5	3.342,6	-8,2	0,3	16,1	339,7
Bom Jesus do Norte	1.115,2	1.623,5	1.679,4	3.294,3	1.838,3	2.554,0	38,9	0,3	15,0	269,4
Cachoeiro de Itapemirim	15.281,0	8.216,4	21.945,1	28.857,7	8.162,9	19.405,0	137,7	1,9	7,9	102,2
Castelo	5.833,5	6.813,0	9.247,3	10.450,6	8.455,1	8.998,5	6,4	0,9	16,1	258,4
Divino de São Lourenço	965,9	980,2	1.464,9	775,7	703,2	1.244,5	77,0	0,1	11,2	275,6
Dores do Rio Preto	1.658,9	1.008,4	1.812,9	1.803,7	1.170,5	1.836,9	56,9	0,2	13,0	287,1
Guacuí	2.134,0	4.370,1	3.603,9	5.595,2	6.275,0	7.817,5	24,6	0,8	15,8	280,7
Ibatiba	1.275,0	4.123,3	2.471,0	3.561,0	2.154,6	6.045,8	180,6	0,6	16,6	270,6
Ibitirama	2.304,9	3.151,6	3.952,0	5.581,8	895,8	1.893,8	111,4	0,2	10,6	211,3
Irupi	920,9	2.432,0	1.054,0	2.022,6	959,5	1.102,1	14,9	0,1	5,1	94,0
Itapemirim	9.007,6	9.416,5	6.790,3	17.018,3	9.547,7	10.653,8	11,6	1,1	12,3	343,8
Lúna	1.468,8	3.816,7	3.804,7	3.993,9	3.425,1	7.271,1	112,3	0,7	16,7	266,0
Jerônimo Monteiro	1.290,5	3.871,5	2.415,9	2.697,3	996,7	2.826,7	183,6	0,3	13,6	259,6
Marataizes	3.924,6	4.318,8	7.695,5	12.186,1	3.201,3	11.528,9	260,1	1,1	21,1	337,6
Mimoso do Sul	2.813,9	4.931,1	4.329,8	4.016,0	1.967,8	2.401,8	22,1	0,2	5,7	92,7
Muniz Freire	1.738,4	3.974,9	4.012,2	3.721,7	2.967,1	3.639,8	22,7	0,4	9,7	198,0
Muqui	2.035,4	3.132,9	3.663,0	5.158,1	1.529,6	667,1	-56,4	0,1	3,1	46,3
Presidente Kennedy	6.719,7	4.464,6	6.101,8	24.602,3	7.727,4	30.834,8	299,0	3,0	21,9	2.989,3
São José do Calçado	1.970,8	4.559,6	2.451,3	3.227,3	2.936,7	2.183,4	-25,7	0,2	9,8	209,6
Vargem Alta	2.272,9	3.073,5	5.297,8	5.253,2	7.645,0	6.670,1	-12,8	0,7	17,1	348,5
TOTAL	528.362,1	812.009,9	980.920,2	1.163.384,4	834.264,4	1.013.476,9	21,5	100,0	15,0	288,5

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES), ainda não apreciados em plenário. Nota: ^atoda a despesa de capital exceto as amortizações com a dívida. ^breceita total ajustada dos efeitos do Fundeff/Fundeb (ver "Notas metodológicas", na página 4). ^cos dados sobre a despesa do município não estavam consolidados em 2009.

► Investimentos^a

Posição	Município	Investimentos ^a em R\$	População
1º	Vitória	212.048.876,7	325.453
2º	Serra	132.874.387,8	409.324
3º	Vila Velha	112.135.402,8	414.420
4º	Cariacica	51.431.638,8	348.933
5º	Linhares	45.182.416,9	141.254
6º	Guarapari	36.685.862,1	105.227
7º	Presidente Kennedy	30.834.791,8	10.315
8º	Anchieta	22.836.140,3	23.894
9º	Colatina	19.584.762,8	111.794
10º	Cachoeiro de Itapemirim	19.405.048,5	189.878
11º	Aracruz	13.936.329,9	81.746
12º	São Gabriel da Palha	13.022.520,7	31.859
13º	São Mateus	12.744.651,5	109.067
14º	Marataízes	11.528.866,0	34.147
15º	Conceição da Barra	10.938.794,9	28.477
16º	Itapemirim	10.653.802,6	30.988
17º	Castelo	8.998.463,2	34.826
18º	Domingos Martins	8.518.746,0	31.824
19º	Afonso Cláudio	8.392.153,7	31.086
20º	Venda Nova do Imigrante	8.028.398,1	20.468
21º	Guaçuí	7.817.517,4	27.853
22º	Viana	7.732.019,4	64.999
23º	Conceição do Castelo	7.446.270,2	11.686
24º	Pedro Canário	7.426.064,1	23.789
25º	Iúna	7.271.081,3	27.340
26º	Santa Maria de Jetibá	6.744.762,2	34.178
27º	Vargem Alta	6.670.132,4	19.141
28º	Itaguaçu	6.316.832,8	14.134
29º	Brejetuba	6.181.325,8	11.921
30º	Ibatiba	6.045.781,8	22.346
31º	Nova Venécia	5.930.326,1	46.020
32º	Ecoporanga	5.554.319,7	23.223
33º	Alegre	5.396.089,6	30.784
34º	Pancas	5.279.253,3	21.520
35º	Rio Bananal	5.250.759,2	17.538
36º	Água Doce do Norte	5.179.754,0	9.517
37º	São Roque do Canaã	4.954.518,2	11.287
38º	Piúma	4.801.793,3	18.123
39º	Santa Teresa	4.687.424,8	21.815
40º	Água Branca	4.670.438,1	11.771
41º	Governador Lindenberg	4.582.568,7	10.874
42º	Mucurici	4.288.474,3	5.672
43º	Baixo Guandu	4.225.159,1	29.086
44º	Boa Esperança	4.061.265,9	14.199
45º	Montanha	3.804.520,9	17.854
46º	Sooretama	3.707.911,9	23.860
47º	Vila Valério	3.692.676,4	13.830
48º	Muniz Freire	3.639.810,3	18.387
49º	Barra de São Francisco	3.503.863,9	40.610
50º	Alfredo Chaves	3.502.262,2	13.960
51º	Atílio Vivácqua	3.342.631,0	9.840
52º	Mariândia	3.261.387,7	11.107
53º	Mantenópolis	3.251.699,1	13.600
54º	Ponto Belo	3.190.362,1	6.979
55º	Ibiraçu	3.137.695,7	11.158
56º	Pinheiros	3.015.239,9	23.891
57º	Jerônimo Monteiro	2.826.708,6	10.888
58º	Iconha	2.766.061,2	12.514
59º	Marechal Floriano	2.699.900,8	14.249
60º	Bom Jesus do Norte	2.554.013,3	9.479
61º	Vila Pavão	2.506.251,8	8.672
62º	Rio Novo do Sul	2.483.789,3	11.333
63º	Jaguaré	2.482.060,6	24.718
64º	Laranja da Terra	2.419.789,3	10.825
65º	Mimoso do Sul	2.401.760,1	25.898
66º	João Neiva	2.401.510,5	15.808
67º	São Domingos do Norte	2.344.707,9	8.016
68º	Santa Leopoldina	2.262.947,1	12.255
69º	São José do Calçado	2.183.374,7	10.417
70º	Itarana	2.070.185,4	10.881
71º	Ibitirama	1.893.794,6	8.964
72º	Dores do Rio Preto	1.836.891,8	6.399
73º	Alto Rio Novo	1.556.615,2	7.303
74º	Divino de São Lourenço	1.244.531,2	4.515
75º	Irupi	1.102.092,2	11.729
76º	Fundão	930.378,1	17.028
77º	Muqui	667.111,9	14.396
78º	Apiacá	496.332,7	7.513
TOTAL		1.013.476.855,6	3.512.672

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES), ainda não apreciados em plenário. População para 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Nota: ^atoda a despesa de capital exceto as amortizações com a dívida.

► Investimentos^a per capita

Posição	Município	A / B	Investimentos ^a (A) em R\$	População (B)
1º	Presidente Kennedy	2.989,3	30.834.791,8	10.315
2º	Anchieta	955,7	22.836.140,3	23.894
3º	Mucurici	756,1	4.288.474,3	5.672
4º	Vitória	651,5	212.048.876,7	325.453
5º	Conceição do Castelo	637,2	7.446.270,2	11.686
6º	Água Doce do Norte	544,3	5.179.754,0	9.517
7º	Brejetuba	518,5	6.181.325,8	11.921
8º	Ponto Belo	457,1	3.190.362,1	6.979
9º	Itaguaçu	446,9	6.316.832,8	14.134
10º	São Roque do Canaã	439,0	4.954.518,2	11.287
11º	Governador Lindenberg	421,4	4.582.568,7	10.874
12º	São Gabriel da Palha	408,8	13.022.520,7	31.859
13º	Água Branca	396,8	4.670.438,1	11.771
14º	Venda Nova do Imigrante	392,2	8.028.398,1	20.468
15º	Conceição da Barra	384,1	10.938.794,9	28.477
16º	Guarapari	348,6	36.685.862,1	105.227
17º	Vargem Alta	348,5	6.670.132,4	19.141
18º	Itapemirim	343,8	10.653.802,6	30.988
19º	Atílio Vivácqua	339,7	3.342.631,0	9.840
20º	Marataízes	337,6	11.528.866,0	34.147
21º	Serra	324,6	132.874.387,8	409.324
22º	Linhares	319,9	45.182.416,9	141.254
23º	Pedro Canário	312,2	7.426.064,1	23.789
24º	Rio Bananal	299,4	5.250.759,2	17.538
25º	Mariândia	293,6	3.261.387,7	11.107
26º	São Domingos do Norte	292,5	2.344.707,9	8.016
27º	Vila Pavão	289,0	2.506.251,8	8.672
28º	Dores do Rio Preto	287,1	1.836.891,8	6.399
29º	Boa Esperança	286,0	4.061.265,9	14.199
30º	Ibiraçu	281,2	3.137.695,7	11.158
31º	Guaçuí	280,7	7.817.517,4	27.853
32º	Divino de São Lourenço	275,6	1.244.531,2	4.515
33º	Vila Velha	270,6	112.135.402,8	414.420
34º	Ibatiba	270,6	6.045.781,8	22.346
35º	Afonso Cláudio	270,0	8.392.153,7	31.086
36º	Bom Jesus do Norte	269,4	2.554.013,3	9.479
37º	Domingos Martins	267,7	8.518.746,0	31.824
38º	Vila Valério	267,0	3.692.676,4	13.830
39º	Iúna	266,0	7.271.081,3	27.340
40º	Piúma	265,0	4.801.793,3	18.123
41º	Jerônimo Monteiro	259,6	2.826.708,6	10.888
42º	Castelo	258,4	8.998.463,2	34.826
43º	Alfredo Chaves	250,9	3.502.262,2	13.960
44º	Pancas	245,3	5.279.253,3	21.520
45º	Ecoporanga	239,2	5.554.319,7	23.223
46º	Mantenópolis	239,1	3.251.699,1	13.600
47º	Laranja da Terra	223,5	2.419.789,3	10.825
48º	Iconha	221,0	2.766.061,2	12.514
49º	Rio Novo do Sul	219,2	2.483.789,3	11.333
50º	Santa Teresa	214,9	4.687.424,8	21.815
51º	Alto Rio Novo	213,1	1.556.615,2	7.303
52º	Montanha	213,1	3.804.520,9	17.854
53º	Ibitirama	211,3	1.893.794,6	8.964
54º	São José do Calçado	209,6	2.183.374,7	10.417
55º	Muniz Freire	198,0	3.639.810,3	18.387
56º	Santa Maria de Jetibá	197,3	6.744.762,2	34.178
57º	Itarana	190,3	2.070.185,4	10.881
58º	Marechal Floriano	189,5	2.699.900,8	14.249
59º	Santa Leopoldina	184,7	2.262.947,1	12.255
60º	Alegre	175,3	5.396.089,6	30.784
61º	Colatina	175,2	19.584.762,8	111.794
62º	Aracruz	170,5	13.936.329,9	81.746
63º	Sooretama	155,4	3.707.911,9	23.860
64º	João Neiva	151,9	2.401.510,5	15.808
65º	Cariacica	147,4	51.431.638,8	348.933
66º	Baixo Guandu	145,3	4.225.159,1	29.086
67º	Nova Venécia	128,9	5.930.326,1	46.020
68º	Pinheiros	126,2	3.015.239,9	23.891
69º	Viana	119,0	7.732.019,4	64.999
70º	São Mateus	116,9	12.744.651,5	109.067
71º	Cachoeiro de Itapemirim	102,2	19.405.048,5	189.878
72º	Jaguaré	100,4	2.482.060,6	24.718
73º	Irupi	94,0	1.102.092,2	11.729
74º	Mimoso do Sul	92,7	2.401.760,1	25.898
75º	Barra de São Francisco	86,3	3.503.863,9	40.610
76º	Apiacá	66,1	496.332,7	7.513
77º	Fundão	54,6	930.378,1	17.028
78º	Muqui	46,3	667.111,9	14.396
TOTAL		288,5	1.013.476.855,6	3.512.672

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES), ainda não apreciados em plenário. População para 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Nota: ^atoda a despesa de capital exceto as amortizações com a dívida.

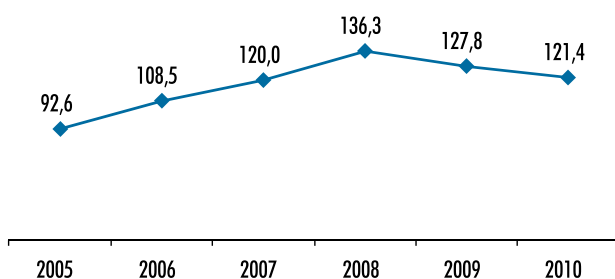
Encargos e amortizações da dívida

Pelo segundo ano consecutivo houve queda nas despesas do conjunto dos municípios capixabas com encargos e amortizações da dívida. Após o recuo de 6,2% em 2009, caíram mais 5% em 2010, quando totalizaram R\$ 121,4 milhões. Dos 78 municípios, 42 reduziram o valor desse item do gasto, enquanto que os demais aumentaram.

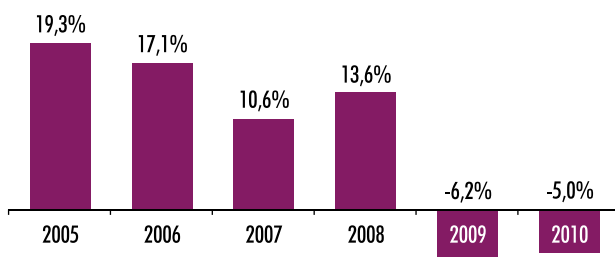
As despesas com as amortizações da dívida, seus juros e os demais encargos são gastos gerados pela dívida consolidada dos municípios, ou seja, dívidas cujos vencimentos para sua liquidação ultrapassam um ano fiscal. São passivos de longo prazo, intitulados também de dívida fundada. Os juros e demais encargos são classificados como despesas correntes e as amortizações como despesas de capital.

Evolução dos gastos com juros e amortização da dívida

em R\$ milhões - IPCA médio de 2010



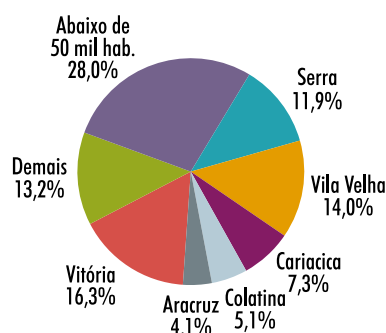
Taxa de crescimento dos juros e amortizações da dívida em relação ao ano anterior



Os desembolsos efetuados por Vitória, Vila Velha e Serra representaram 42,2% do total do gasto com encargos e amortizações da dívida dos municípios capixabas. Somados os 11 municípios com população acima de 50 mil habitantes, o percentual chega a 72%.

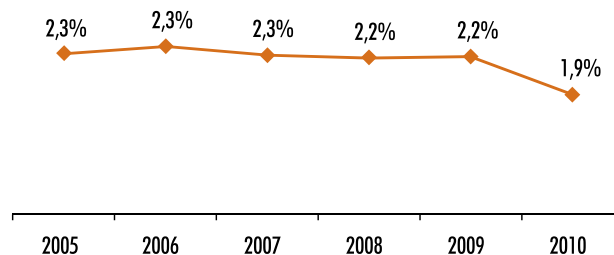
Nesse grupo de municípios, apenas Colatina, Vila Velha e São Mateus acusaram aumento dos gastos com encargos e amortizações. No caso de Colatina eles quase dobraram, passando de R\$ 3,4 milhões, em 2009, para R\$ 6,2 milhões, em 2010. As quedas mais expressivas foram alcançadas por Viana (-36,2%), Aracruz (-33,8%) e Cachoeiro de Itapemirim (-29,8%).

Participação dos municípios nos gastos com a dívida 2010



Em 2010, os municípios capixabas destinaram, em média, 1,9% da receita corrente para o pagamento das despesas com a dívida, contra 2,2% que vinha prevalecendo nos dois últimos anos. Em Colatina, o percentual foi de 3,7%, o mais elevado entre os municípios capixabas, seguido por Vila Velha (3,4%), Piúma (3,4%), Alfredo Chaves (3,1%) e Alto Rio Novo (3,1%). Segundo a Resolução nº 43/2001 do Senado Federal, o teto máximo de desembolso não pode exceder a 11,5% da receita corrente líquida.

Participação média dos gastos com juros e amortizações da dívida na receita corrente dos municípios



CONSTRUINDO PARA UM ESPÍRITO SANTO FORTE



SINDICOPES

Sindicato da Indústria da Construção
Pesada no Estado do Espírito Santo

► Despesa com encargos e amortizações da dívida - 2005-2010

Regiões e municípios	2005	2006	2007	2008	2009	2010	Variação 2010/2009	Participação 2010		Desp. juros e amort. per capita 2010 em R\$
								no total da desp. com juros e amort.	na rec. corr.	
em R\$ mil - IPCA médio de 2010									em R\$	
MS Noroeste	11.416,1	11.291,8	10.686,8	12.753,1	11.044,6	13.272,5	20,2	10,9	2,0	32,1
Água Doce do Norte	288,2	316,3	328,3	371,1	307,7	235,7	-23,4	0,2	1,2	24,8
Água Branca	198,0	217,2	238,1	271,5	189,0	217,6	15,1	0,2	1,1	18,5
Alto Rio Novo	367,6	383,3	384,2	429,4	208,4	403,2	93,5	0,3	3,1	55,2
Baixo Guandu	633,7	616,9	627,0	620,8	696,5	702,9	0,9	0,6	1,6	24,2
Barra de São Francisco	1.604,2	1.478,5	1.551,5	2.032,0	1.639,1	449,6	-72,6	0,4	0,8	11,1
Boa Esperança	498,7	581,9	741,7	918,0	675,8	479,0	-29,1	0,4	2,1	33,7
Colatina	2.728,3	3.267,2	2.870,7	3.611,6	3.392,1	6.225,9	83,5	5,1	3,7	55,7
Ecoporanga	711,3	762,4	523,6	643,5	651,0	794,3	22,0	0,7	2,0	34,2
Governador Lindenberg	12,8	14,5	12,4	18,8	19,8	20,3	2,3	0,0	0,1	1,9
Mantenópolis	673,1	492,8	255,7	306,2	406,8	393,5	-3,3	0,3	1,8	28,9
Marilândia	112,6	358,1	127,7	143,2	122,0	64,3	-47,3	0,1	0,3	5,8
Nova Venécia	1.687,8	1.155,8	1.124,4	1.170,3	869,4	1.241,7	42,8	1,0	1,8	27,0
Pancas	384,2	442,9	565,2	602,9	636,7	804,9	26,4	0,7	2,7	37,4
São Domingos do Norte	141,4	162,9	216,0	251,0	206,5	14,1	-93,2	0,0	0,1	1,8
São Gabriel da Palha	50,6	181,6	263,3	349,7	296,8	675,9	127,8	0,6	1,4	21,2
Vila Pavao	456,1	511,1	539,0	675,5	469,5	232,8	-50,4	0,2	1,4	26,8
Vila Valério	867,4	348,2	318,0	337,6	257,3	316,8	23,1	0,3	1,2	22,9
MS Litoral Norte	10.094,4	13.384,2	19.798,7	21.695,1	21.314,9	17.405,1	-18,3	14,3	1,6	31,7
Aracruz	2.826,8	5.622,3	7.482,7	6.786,6	7.502,2	4.969,8	-33,8	4,1	2,2	60,8
Conceição da Barra	809,9	837,7	970,9	1.245,0	881,7	711,1	-19,3	0,6	1,1	25,0
Fundão	580,9	713,1	718,7	781,6	615,6	683,3	11,0	0,6	1,9	40,1
Ibiraçu	751,2	288,6	554,7	595,0	530,5	487,6	-8,1	0,4	2,3	43,7
Jaguaré	289,4	374,4	418,8	358,6	263,9	926,2	251,0	0,8	1,8	37,5
João Neiva	728,0	593,5	572,7	588,4	389,7	260,8	-33,1	0,2	0,9	16,5
Linhares	775,1	1.465,3	4.572,3	4.475,3	5.312,5	4.451,6	-16,2	3,7	1,4	31,5
Montanha	0,0	0,0	355,9	621,9	481,1	438,9	-8,8	0,4	1,4	24,6
Mucurici	104,0	188,8	388,8	375,0	301,4	162,8	-46,0	0,1	1,1	28,7
Pedro Canário	686,2	752,9	802,8	1.136,9	861,0	692,2	-19,6	0,6	1,9	29,1
Pinheiros	383,2	1.026,1	755,1	830,2	586,1	443,5	-24,3	0,4	1,0	18,6
Ponto Belo	0,0	0,0	255,5	364,7	351,8	16,8	-95,2	0,0	0,1	2,4
Rio Bananal	803,4	920,4	1.011,3	747,2	543,6	310,8	-42,8	0,3	0,9	17,7
São Mateus	1.129,0	315,2	634,7	2.517,5	2.186,0	2.623,6	20,0	2,2	1,6	24,1
Sooretama	227,3	285,9	303,8	271,2	507,9	226,0	-55,5	0,2	0,6	9,5
MS Central	6.165,3	9.050,5	10.721,5	12.037,5	10.388,1	11.410,9	9,8	9,4	1,7	36,1
Afonso Cláudio	223,5	918,9	874,3	1.075,6	260,7	577,4	121,5	0,5	1,3	18,6
Alfredo Chaves	288,9	389,3	736,0	815,2	682,4	791,0	15,9	0,7	3,1	56,7
Anchieta	1.343,9	1.978,5	1.669,6	1.919,2	1.638,3	2.795,2	70,6	2,3	1,8	117,0
Brejetuba	0,0	0,0	0,0	317,7	228,8	268,0	17,1	0,2	1,2	22,5
Conceição do Castelo	319,6	327,0	342,2	353,0	257,1	400,8	55,9	0,3	1,8	34,3
Domingos Martins	521,4	964,5	1.013,4	1.029,8	929,5	1.008,3	8,5	0,8	1,9	31,7
Iconha	213,5	429,2	923,1	923,0	861,1	504,0	-41,5	0,4	2,1	40,3
Itaguaçu	463,3	301,8	360,3	409,2	321,6	329,8	2,5	0,3	1,3	23,3
Itarana	0,0	50,5	64,9	67,3	69,8	70,6	1,2	0,1	0,4	6,5
Laranja da Terra	430,2	456,9	875,8	967,3	541,1	248,0	-54,2	0,2	1,3	22,9
Marechal Floriano	65,4	336,1	391,8	346,1	395,0	323,8	-18,0	0,3	1,3	22,7
Piúma	578,6	831,0	850,8	962,0	1.297,8	1.236,2	-4,7	1,0	3,4	68,2
Rio Novo do Sul*	433,6	479,6	351,8	250,7	201,4	170,5	-15,3	0,1	0,9	15,0
Santa Leopoldina	158,1	469,0	490,6	541,3	578,6	623,9	7,8	0,5	2,8	50,9
Santa Maria de Jetibá	777,5	663,2	1.075,6	1.062,0	1.124,4	1.080,9	-3,9	0,9	2,0	31,6
Santa Teresa	206,0	291,6	526,5	706,7	683,1	718,3	5,1	0,6	1,9	32,9
São Roque do Canaã	141,9	163,4	174,8	206,9	199,5	143,4	-28,1	0,1	0,8	12,7
Venda Nova do Imigrante	0,0	0,0	0,0	84,7	118,0	120,8	2,3	0,1	0,3	5,9
Região Metropolitana	50.039,6	58.260,8	62.018,4	68.413,1	66.867,5	63.534,2	-5,0	52,3	2,3	38,1
Cariacica	4.628,4	5.169,0	7.600,7	9.563,6	9.375,4	8.916,6	-4,9	7,3	2,7	25,6
Guarapari	2.613,1	2.890,8	3.703,4	3.129,8	2.036,8	1.915,3	-6,0	1,6	1,3	18,2
Serra	11.608,6	16.961,6	17.108,5	17.928,7	17.949,5	14.503,1	-19,2	11,9	2,1	35,4
Viana	1.716,9	1.844,8	1.716,3	1.928,7	2.335,9	1.490,7	-36,2	1,2	1,7	22,9
Vila Velha	5.940,5	8.135,8	8.894,6	12.181,0	14.017,9	16.959,6	21,0	14,0	3,4	40,9
Vitória	23.532,1	23.258,9	22.994,9	23.681,4	21.151,9	19.748,9	-6,6	16,3	1,8	60,7
MS Sul	14.886,7	16.464,1	16.764,5	21.417,0	18.226,0	15.799,7	-13,3	13,0	1,6	27,9
Alegre	1.378,8	837,9	1.087,3	1.049,0	1.126,9	1.178,8	4,6	0,8	2,4	38,3
Apiaçá	98,2	113,1	140,4	221,7	206,9	225,8	9,1	0,2	1,5	30,1
Atílio Vivacqua	106,0	95,7	172,1	232,1	151,1	375,3	148,3	0,2	2,0	38,1
Bom Jesus do Norte	329,6	371,4	401,1	489,7	341,3	194,8	-42,9	0,4	1,3	20,6
Cachoeiro de Itapemirim	7.034,4	7.484,3	6.394,0	8.806,0	7.942,6	5.575,6	-29,8	6,5	2,4	29,4
Castelo	68,6	67,5	129,3	104,0	133,4	254,4	90,7	0,1	0,5	7,3
Divino de São Lourenço	165,2	177,9	183,4	217,4	209,3	150,4	-28,1	0,2	1,4	33,3
Dores do Rio Preto	64,7	125,5	131,1	146,1	133,8	240,3	79,6	0,1	1,7	37,6
Guaçuí	426,9	715,5	645,3	604,4	628,5	275,0	-56,2	0,4	0,6	9,9
Ibatiba	370,8	517,6	560,7	777,3	696,3	680,1	-2,3	0,6	2,2	30,4
Ibitirama	102,2	113,8	136,1	133,6	121,5	120,2	-1,1	0,1	0,7	13,4
Irupi	94,2	381,0	548,8	512,6	413,3	302,3	-26,9	0,4	1,5	25,8
Itapemirim	400,6	637,1	720,7	1.307,8	1.399,7	1.283,3	-8,3	1,0	1,6	41,4
Lúna	774,8	1.052,9	1.086,4	1.003,1	456,0	606,8	33,1	0,7	1,5	22,2
Jerônimo Monteiro	317,6	375,1	416,2	430,0	426,5	386,4	-9,4	0,3	2,0	35,5
Marataizes	555,1	694,6	586,0	884,2	716,7	910,8	27,1	0,6	1,7	26,7
Mimoso do Sul	903,1	736,5	697,7	1.027,6	444,7	910,7	104,8	0,8	2,3	35,2
Muniz Freire	318,2	378,2	439,7	513,6	498,5	594,7	19,3	0,4	1,7	32,3
Muqui	429,0	516,8	1.206,6	1.525,3	1.092,5	437,0	-60,0	1,1	2,1	30,4
Presidente Kennedy	150,4	145,6	157,8	233,8	227,1	182,1	-19,8	0,2	0,1	17,7
São José do Calçado	447,3	226,1	199,7	345,4	223,2	252,8	13,3	0,3	1,3	24,3
Vargem Alta	351,2	700,2	724,3	852,3	636,2	661,9	4,0	0,6	1,8	34,6
TOTAL	92.602,0	108.451,4	119.989,9	136.315,9	127.841,1	121.422,4	-5,0	100,0	1,9	34,6

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES), ainda não apreciados em plenário. Nota: *os dados sobre a despesa do município não estavam consolidados em 2009.

► Despesas com encargos e amortizações da dívida

Posição	Município	Encargos e amortizações da dívida em R\$	População
1º	Vitória	19.748.925,2	325.453
2º	Vila Velha	16.959.574,9	414.420
3º	Serra	14.503.128,2	409.324
4º	Cariacica	8.916.602,4	348.933
5º	Colatina	6.225.899,2	111.794
6º	Cachoeiro de Itapemirim	5.575.649,5	189.878
7º	Aracruz	4.969.836,6	81.746
8º	Linhares	4.451.575,6	141.254
9º	Anchieta	2.795.197,5	23.894
10º	São Mateus	2.623.590,6	109.067
11º	Guarapari	1.915.304,3	105.227
12º	Viana	1.490.669,8	64.999
13º	Itapemirim	1.283.312,7	30.988
14º	Nova Venécia	1.241.706,0	46.020
15º	Piúma	1.236.239,0	18.123
16º	Alegre	1.178.764,6	30.784
17º	Santa Maria de Jetibá	1.080.881,0	34.178
18º	Domingos Martins	1.008.345,6	31.824
19º	Jaguaré	926.238,2	24.718
20º	Marataízes	910.757,0	34.147
21º	Mimoso do Sul	910.725,6	25.898
22º	Pancas	804.886,7	21.520
23º	Ecoporanga	794.345,4	23.223
24º	Alfredo Chaves	791.045,7	13.960
25º	Santa Teresa	718.255,1	21.815
26º	Conceição da Barra	711.112,6	28.477
27º	Baixo Guandu	702.915,1	29.086
28º	Pedro Canário	692.213,2	23.789
29º	Fundão	683.267,0	17.028
30º	Ibatiba	680.070,7	22.346
31º	São Gabriel da Palha	675.879,8	31.859
32º	Vargem Alta	661.925,2	19.141
33º	Santa Leopoldina	623.879,9	12.255
34º	Lúna	606.814,8	27.340
35º	Muniz Freire	594.655,9	18.387
36º	Afonso Cláudio	577.448,2	31.086
37º	Iconha	504.026,0	12.514
38º	Ibiraçu	487.592,8	11.158
39º	Boa Esperança	478.996,8	14.199
40º	Barra de São Francisco	449.593,7	40.610
41º	Pinheiros	443.470,0	23.891
42º	Montanha	438.854,9	17.854
43º	Muqui	436.963,7	14.396
44º	Alto Rio Novo	403.203,7	7.303
45º	Conceição do Castelo	400.750,9	11.686
46º	Mantenópolis	393.469,5	13.600
47º	Jerônimo Monteiro	386.442,1	10.888
48º	Atílio Vivácqua	375.292,1	9.840
49º	Itaguaçu	329.813,2	14.134
50º	Marechal Floriano	323.755,7	14.249
51º	Vila Valério	316.802,2	13.830
52º	Rio Bananal	310.809,1	17.538
53º	Irupi	302.326,2	11.729
54º	Guaçuí	275.000,0	27.853
55º	Brejetuba	268.000,0	11.921
56º	João Neiva	260.846,7	15.808
57º	Castelo	254.417,7	34.826
58º	São José do Calçado	252.836,1	10.417
59º	Laranja da Terra	247.988,3	10.825
60º	Dores do Rio Preto	240.341,5	6.399
61º	Água Doce do Norte	235.692,2	9.517
62º	Vila Pavão	232.790,9	8.672
63º	Sooretama	226.049,5	23.860
64º	Apiacá	225.799,3	7.513
65º	Água Branca	217.618,3	11.771
66º	Bom Jesus do Norte	194.833,4	9.479
67º	Presidente Kennedy	182.109,3	10.315
68º	Rio Novo do Sul	170.490,3	11.333
69º	Mucurici	162.839,9	5.672
70º	Divino de São Lourenço	150.438,3	4.515
71º	São Roque do Canaã	143.435,6	11.287
72º	Venda Nova do Imigrante	120.797,4	20.468
73º	Ibitirama	120.192,0	8.964
74º	Itarana	70.582,1	10.881
75º	Mariândia	64.310,0	11.107
76º	Governador Lindenberg	20.296,1	10.874
77º	Ponto Belo	16.759,6	6.979
78º	São Domingos do Norte	14.123,3	8.016
TOTAL		121.422.389,1	3.512.672

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES), ainda não apreciados em plenário. População para 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

► Despesas com encargos e amortizações da dívida per capita

Posição	Município	A / B	Encargos e amortizações da dívida (A) em R\$	População (B)
1º	Anchieta	117,0	2.795.197,5	23.894
2º	Piúma	68,2	1.236.239,0	18.123
3º	Aracruz	60,8	4.969.836,6	81.746
4º	Vitória	60,7	19.748.925,2	325.453
5º	Alfredo Chaves	56,7	791.045,7	13.960
6º	Colatina	55,7	6.225.899,2	111.794
7º	Alto Rio Novo	55,2	403.203,7	7.303
8º	Santa Leopoldina	50,9	623.879,9	12.255
9º	Ibiraçu	43,7	487.592,8	11.158
10º	Itapemirim	41,4	1.283.312,7	30.988
11º	Vila Velha	40,9	16.959.574,9	414.420
12º	Iconha	40,3	504.026,0	12.514
13º	Fundão	40,1	683.267,0	17.028
14º	Alegre	38,3	1.178.764,6	30.784
15º	Atílio Vivácqua	38,1	375.292,1	9.840
16º	Dores do Rio Preto	37,6	240.341,5	6.399
17º	Jaguaré	37,5	926.238,2	24.718
18º	Pancas	37,4	804.886,7	21.520
19º	Jerônimo Monteiro	35,5	386.442,1	10.888
20º	Serra	35,4	14.503.128,2	409.324
21º	Mimoso do Sul	35,2	910.725,6	25.898
22º	Vargem Alta	34,6	661.925,2	19.141
23º	Conceição do Castelo	34,3	400.750,9	11.686
24º	Ecoporanga	34,2	794.345,4	23.223
25º	Boa Esperança	33,7	478.996,8	14.199
26º	Divino de São Lourenço	33,3	150.438,3	4.515
27º	Santa Teresa	32,9	718.255,1	21.815
28º	Muniz Freire	32,3	594.655,9	18.387
29º	Domingos Martins	31,7	1.008.345,6	31.824
30º	Santa Maria de Jetibá	31,6	1.080.881,0	34.178
31º	Linhares	31,5	4.451.575,6	141.254
32º	Ibatiba	30,4	680.070,7	22.346
33º	Muqui	30,4	436.963,7	14.396
34º	Apiacá	30,1	225.799,3	7.513
35º	Cachoeiro de Itapemirim	29,4	5.575.649,5	189.878
36º	Pedro Canário	29,1	692.213,2	23.789
37º	Mantenópolis	28,9	393.469,5	13.600
38º	Mucurici	28,7	162.839,9	5.672
39º	Nova Venécia	27,0	1.241.706,0	46.020
40º	Vila Pavão	26,8	232.790,9	8.672
41º	Marataízes	26,7	910.757,0	34.147
42º	Irupi	25,8	302.326,2	11.729
43º	Cariacica	25,6	8.916.602,4	348.933
44º	Conceição da Barra	25,0	711.112,6	28.477
45º	Água Doce do Norte	24,8	235.692,2	9.517
46º	Montanha	24,6	438.854,9	17.854
47º	São José do Calçado	24,3	252.836,1	10.417
48º	Baixo Guandu	24,2	702.915,1	29.086
49º	São Mateus	24,1	2.623.590,6	109.067
50º	Itaguaçu	23,3	329.813,2	14.134
51º	Viana	22,9	1.490.669,8	64.999
52º	Laranja da Terra	22,9	247.988,3	10.825
53º	Vila Valério	22,9	316.802,2	13.830
54º	Marechal Floriano	22,7	323.755,7	14.249
55º	Brejetuba	22,5	268.000,0	11.921
56º	Lúna	22,2	606.814,8	27.340
57º	São Gabriel da Palha	21,2	675.879,8	31.859
58º	Bom Jesus do Norte	20,6	194.833,4	9.479
59º	Afonso Cláudio	18,6	577.448,2	31.086
60º	Pinheiros	18,6	443.470,0	23.891
61º	Água Branca	18,5	217.618,3	11.771
62º	Guarapari	18,2	1.915.304,3	105.227
63º	Rio Bananal	17,7	310.809,1	17.538
64º	Presidente Kennedy	17,7	182.109,3	10.315
65º	João Neiva	16,5	260.846,7	15.808
66º	Rio Novo do Sul	15,0	170.490,3	11.333
67º	Ibitirama	13,4	120.192,0	8.964
68º	São Roque do Canaã	12,7	143.435,6	11.287
69º	Barra de São Francisco	11,1	449.593,7	40.610
70º	Guaçuí	9,9	275.000,0	27.853
71º	Sooretama	9,5	226.049,5	23.860
72º	Castelo	7,3	254.417,7	34.826
73º	Itarana	6,5	70.582,1	10.881
74º	Venda Nova do Imigrante	5,9	120.797,4	20.468
75º	Mariândia	5,8	64.310,0	11.107
76º	Ponto Belo	2,4	16.759,6	6.979
77º	Governador Lindenberg	1,9	20.296,1	10.874
78º	São Domingos do Norte	1,8	14.123,3	8.016
TOTAL		34,6	121.422.389,1	3.512.672

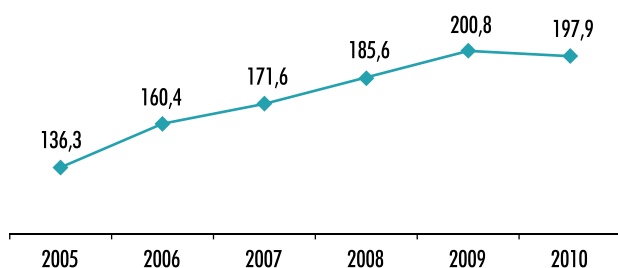
Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES), ainda não apreciados em plenário. População para 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Câmaras municipais

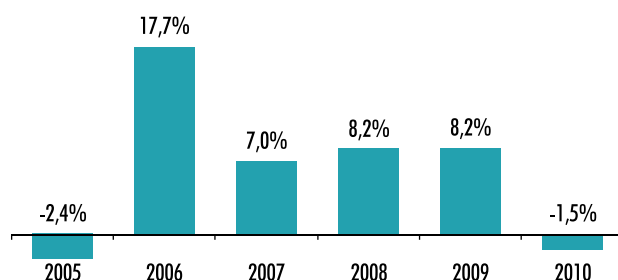
Os municípios do Espírito Santo reduziram as despesas com o Poder Legislativo em 1,5% em 2010, quando atingiram R\$ 197,9 milhões. Ainda que de forma tímida, essa queda interrompeu um período de quatro anos de sucessivos aumentos.

Evolução do gasto com câmaras

em R\$ milhões - IPCA médio de 2010



Taxa de crescimento da despesa com câmaras em relação ao ano anterior



O ano de 2010 foi caracterizado pela recuperação das receitas municipais, após a retração ocorrida no ano anterior. O caminho inverso percorrido pelos gastos das câmaras deve-se às regras estabelecidas pela Emenda Constitucional (EC) nº 25/2000, que alterou a redação do artigo 29 da Constituição Federal (CF), e acrescentou o artigo 29-A. Segundo o disposto, o total das despesas das câmaras municipais tem como parâmetro o montante da receita municipal do ano anterior e não do ano em curso.

O valor atribuído ao Poder Legislativo Municipal está limitado entre 5% e 8% (conforme o porte populacional) da receita tributária e das transferências previstas pela CF no § 5º do artigo 153 (imposto sobre ouro, quando definido em lei como ativo financeiro ou instrumento cambial) e nos artigos

158 (IRRF, ITR, IPVA e ICMS) e 159 (FPM e IPI-exportação), realizado no exercício anterior. Assim, a retração de 6,5% ocorrida na receita corrente em 2009 refletiu na redução das despesas das câmaras no ano seguinte.

Um segundo fator pode ter contribuído com a pequena redução nos gastos. Para o exercício de 2010 passou a ter efeito as regras estabelecidas pela Emenda Constitucional nº 58/2009. Ela manteve a base de cálculo para os repasses às câmaras municipais, mas reduziu os percentuais incidentes sobre essa base.

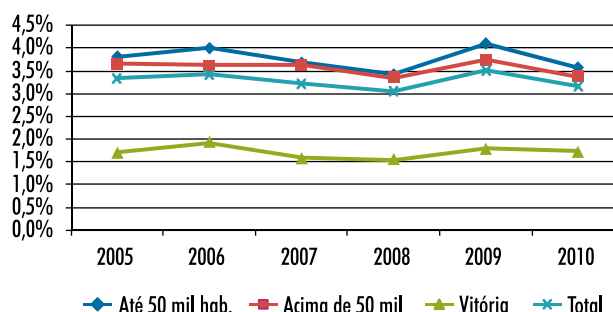
Limites do gasto com câmaras municipais por faixas populacionais

Faixas populacionais	Limites máximos	
	EC nº 25	EC nº 58
Até 100 mil habitantes	8%	7%
De 100 mil e um a 300 mil habitantes	7%	6%
De 300 mil e um a 500 mil habitantes	6%	5%
Acima de 500 mil habitantes	5%	-
De 500 mil e um a 3 milhões de habitantes	-	4,5%
De 3 milhões e um a 8 milhões de habitantes	-	4%
Acima de 8 milhões de habitantes	-	3,5%

Fonte: Emenda Constitucional nº 25, de 14/02/2000, e Emenda Constitucional nº 58, de 23/09/2009.

O comprometimento da receita corrente com as câmaras também sofreu queda, passando de um nível médio de 3,5% em 2009, para 3,2% em 2010. Apesar de possuir uma participação na receita corrente maior que a média geral, os municípios menores, com menos de 15 mil habitantes, conseguiram reduzir o indicador em 0,6 ponto percentual, passando de 4,3% para 3,7%. Itaguaçu (6,8%), Divino São Lourenço, Marilândia, Boa Esperança (5,2% cada) e Governador Lindenberg (5%) possuem os maiores índices entre as cidades capixabas.

Participação média da despesa com câmara na receita corrente municipal 2005-2010



Reduziram a despesa com as câmaras municipais 51 cidades capixabas, sendo que em 25 essa queda foi superior a 10%. As cidades com população inferior a 50 mil habitantes mantiveram as despesas das câmaras num nível um pouco abaixo do realizado em 2009, com uma pequena queda, próxima da obtida pelo conjunto: -1,3%.

Considerando ainda os municípios com população de até 50 mil habitantes, as maiores retrações foram encontradas em Vila Pavão (-20,5%), Ibitirama (-20,1%), Ecoporanga (-19,9%), Jerônimo Monteiro (-19,6%) e Água Doce do Norte (-19,3%). Por outro lado, Itaguaçu mais que dobrou os gastos com o legislativo, passando de R\$ 787,1 mil, em 2009, para R\$ 1,7 milhão no ano seguinte. Em seguida, os municípios de Boa Esperança (40,9%), Ibatiba (21,4%) e Montanha (19,2%) também registraram fortes aumentos.

Entre os municípios de maior porte populacional, Serra foi onde houve o maior acréscimo. Os repasses cresceram R\$ 3,1 milhões em 2010, com aumento de 12,5% em relação ao ano anterior. Linhares também expandiu essa despesa, porém de forma mais modesta, em 4,1%. No sentido oposto, Colatina e Cariacica se destacaram entre as maiores quedas do Estado, de -21,7% e -20,4%, respectivamente. Em termos absolutos, foram R\$ 2,2 milhões a menos repassados à câmara de Cariacica e R\$ 787,8 mil a menos para a de Colatina.

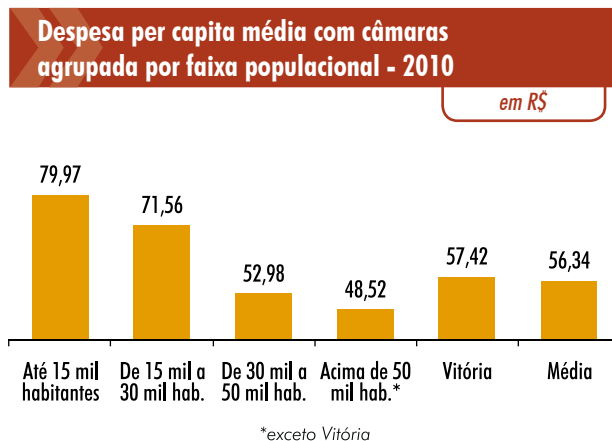
O alto crescimento ocorrido na Serra fez o município expandir ainda mais a liderança nos gastos na função legislativa. No total, foram repassados R\$ 27,7 milhões em 2010, bem à frente de Vitória e Vila Velha, que ocupam as próximas posições do ranking, com gastos de R\$ 18,7 milhões e R\$ 18,3 milhões. Na sequência, encontram-se, na ordem: Linhares (R\$ 9,4 milhões), Cariacica (R\$ 8,6 milhões), Cachoeiro de Itapemirim (R\$ 8 milhões) e Aracruz (R\$ 7,5 milhões).

Gasto por habitante

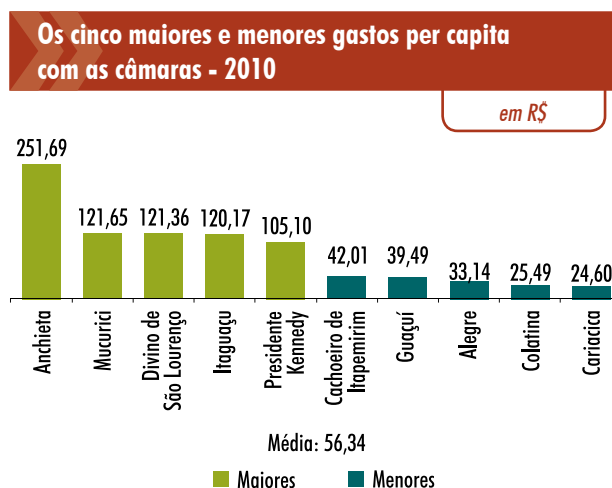
Em 2010, o gasto médio por habitante com o legislativo municipal foi de R\$ 56,34, valor ligeiramente inferior ao do ano anterior. Organizadas por porte populacional, as despesas per capita das câmaras são relativamente maiores nas cidades menores. Nas cidades com até 50 mil habitantes, o indicador foi de R\$ 68,83. Já nos municípios com população acima de 50 mil habitantes, exceto Vitória, o valor médio caiu para

R\$ 48,52. Na capital, o resultado foi de R\$ 57,42.

A necessidade de uma estrutura mínima de funcionamento e o número de vereadores proporcionalmente maior nas cidades menores, aliados a uma receita per capita também maior, explica o maior gasto por habitante nas cidades pequenas.



No topo do ranking encontra-se Anchieta. Em 2010, a Câmara Municipal custou aos cofres públicos da cidade a quantia de R\$ 6 milhões, o que significou um gasto per capita de R\$ 251,69, sendo que a cidade conta com 23,9 mil habitantes. Na sequência aparecem Mucurici (R\$ 121,65), Divino de São Lourenço (R\$ 121,36), Itaguaçu (R\$ 120,17) e Presidente Kennedy (R\$ 105,10). Entre as últimas dez posições do ranking per capita, encontram-se São Mateus, Vila Velha, Cachoeiro de Itapemirim, Colatina e Cariacica. Essas cidades possuem mais de 50 mil habitantes e despesa com o legislativo per capita relativamente baixa.



► **Número de vereadores por faixa populacional do município - Resolução nº 21.702/2004**

Número de habitantes do município	Número de vereadores
até 47.619	9
de 47.620 até 95.238	10
de 95.239 até 142.857	11
de 142.858 até 190.476	12
de 190.477 até 238.095	13
de 238.096 até 285.714	14
de 285.715 até 333.333	15
de 333.334 até 380.952	16
de 380.953 até 428.571	17
de 428.572 até 476.190	18
de 476.191 até 523.809	19
de 523.810 até 571.428	20
de 571.429 até 1.000.000	21
de 1.000.001 até 1.121.952	33
de 1.121.953 até 1.243.903	34
de 1.243.904 até 1.365.854	35
de 1.365.855 até 1.487.805	36
de 1.487.806 até 1.609.756	37
de 1.609.757 até 1.731.707	38
de 1.731.708 até 1.853.658	39
de 1.853.659 até 1.975.609	40
de 1.975.610 até 4.999.999	41
de 5.000.000 até 5.119.047	42
de 5.119.048 até 5.238.094	43
de 5.238.095 até 5.357.141	44
de 5.357.142 até 5.476.188	45
de 5.476.189 até 5.595.235	46
de 5.595.236 até 5.714.282	47
de 5.714.283 até 5.833.329	48
de 5.833.330 até 5.952.376	49
de 5.952.377 até 6.071.423	50
de 6.071.424 até 6.190.470	51
de 6.190.471 até 6.309.517	52
de 6.309.518 até 6.428.564	53
de 6.428.565 até 6.547.611	54
Acima de 6.547.612	55

Fonte: Resolução nº 21.702, de 02/04/2004, do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

► **Número de vereadores por faixa populacional do município - EC nº 58/2009**

Número de habitantes do município	Número de vereadores
até 15.000	9
de 15.000 até 30.000	11
de 30.000 até 50.000	13
de 50.000 até 80.000	15
de 80.000 até 120.000	17
de 120.000 até 160.000	19
de 160.000 até 300.000	21
de 300.000 até 450.000	23
de 450.000 até 600.000	25
de 600.000 até 750.000	27
de 750.000 até 900.000	29
de 900.000 até 1.050.000	31
de 1.050.000 até 1.200.000	33
de 1.200.000 até 1.350.000	35
de 1.350.000 até 1.500.000	37
de 1.500.000 até 1.800.000	39
de 1.800.000 até 2.400.000	41
de 2.400.000 até 3.000.000	43
de 3.000.000 até 4.000.000	45
de 4.000.000 até 5.000.000	47
de 5.000.000 até 6.000.000	49
de 6.000.000 até 7.000.000	51
de 7.000.000 até 8.000.000	53
Acima de 8.000.000	55

Fonte: Emenda Constitucional (EC) nº 58, de 23/09/2009.

O número de vereadores

A Resolução nº 21.702/2004, do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), fixou o número de vereadores em todo o país, de acordo com o tamanho da população municipal estimada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2003.

A Emenda Constitucional (EC) nº 58, de 23 de setembro de 2009, aumentou o número de vereadores em relação ao que determinava a Resolução 21.702/2004, reduziu a quantidade de faixas populacionais de 36 para 24 e determinou para cada uma delas um número ímpar de vereadores, com o objetivo de facilitar o processo de deliberação local. A EC nº 58/2009 só será válida para as próximas eleições.



ESF Centro III



CRAS



Novo PA



Pavimentação da comunidade de Belo Horizonte



Escola de Nova Anchieta

ANCHIETA, EM 2011 MAIS DE 50 MILHÕES DE INVESTIMENTOS EM OBRAS

Só para este ano, serão aplicados mais de **R\$ 50 milhões** em infraestrutura, beneficiando comunidades da sede e do interior.

Pavimentação de ruas e estradas, construção de escolas e unidades de saúde, edificação de pontes e quadras poliesportivas, são algumas obras que a prefeitura de Anchieta já concretizou ou irá realizar ainda em 2011.

Seja no campo ou na cidade, a administração municipal deixa a sua marca, investindo em obras e melhorias para dar qualidade de vida à população.

► Câmaras municipais - 2005-2010

Regiões e municípios	2005	2006	2007	2008	2009	2010	Variação 2010/2009	Participação 2010		Desp. câmaras per capita 2010 em R\$
								no total da desp. com câmaras	na rec. corr.	
	em R\$ mil - IPCA médio de 2010							em %		
MS Noroeste	15.866,8	18.285,8	19.520,8	21.069,3	23.418,8	22.178,8	-5,3	11,2	3,4	53,7
Água Doce do Norte	703,7	768,9	808,5	870,2	1.059,4	855,1	-19,3	0,4	4,2	89,9
Águia Branca	619,1	723,6	737,1	823,5	936,2	907,6	-3,1	0,5	4,7	77,1
Alto Rio Novo	445,7	459,7	497,8	555,0	673,8	609,6	-9,5	0,3	4,6	83,5
Baixo Guandu	1.104,5	1.036,9	1.434,2	1.353,8	1.676,5	1.703,9	1,6	0,9	3,8	58,6
Barra de São Francisco	1.405,5	1.585,4	1.782,9	1.694,0	2.033,4	1.953,9	-3,9	1,0	3,6	48,1
Boa Esperança	849,6	827,5	805,3	882,7	852,6	1.201,1	40,9	0,6	5,2	84,6
Colatina	2.497,9	2.923,1	3.330,2	3.717,9	3.637,3	2.849,5	-21,7	1,4	1,7	25,5
Ecoporanga	1.178,9	1.764,8	1.760,0	1.809,1	2.161,6	1.731,7	-19,9	0,9	4,3	74,6
Governador Lindenberg	568,5	655,4	641,3	754,7	841,7	981,8	16,7	0,5	5,0	90,3
Mantenópolis	694,3	672,0	815,2	807,8	886,5	767,9	-13,4	0,4	3,6	56,5
Marilândia	629,3	824,9	844,0	817,8	1.018,9	1.017,2	-0,2	0,5	5,2	91,6
Nova Venécia	1.521,2	1.861,3	1.741,5	1.922,9	2.239,3	2.376,0	6,1	1,2	3,5	51,6
Pancas	921,5	984,4	956,0	963,2	943,8	936,3	-0,8	0,5	3,1	43,5
São Domingos do Norte	458,6	431,8	511,2	1.056,4	814,6	748,5	-8,1	0,4	4,5	93,4
São Gabriel da Palha	1.060,5	1.164,1	1.162,5	1.326,0	1.497,2	1.674,7	11,9	0,8	3,6	52,6
Vila Pavão	573,3	683,8	796,9	852,9	998,9	794,2	-20,5	0,4	4,7	91,6
Vila Valério	634,7	918,3	896,0	861,5	1.147,2	1.069,8	-6,7	0,5	4,2	77,4
MS Litoral Norte	26.726,2	31.345,5	32.700,7	36.189,0	38.447,5	37.041,0	-3,7	18,7	3,3	67,5
Aracruz	5.718,2	6.943,6	7.334,5	9.281,5	7.762,8	7.483,3	-3,6	3,8	3,3	91,5
Conceição da Barra	1.778,2	2.093,7	1.774,3	2.050,4	2.249,6	1.974,3	-12,2	1,0	3,1	69,3
Fundão	955,2	1.139,7	1.203,3	1.301,5	1.429,9	1.225,9	-14,3	0,6	3,3	72,0
Ibiraçu	715,4	763,8	705,3	644,0	1.042,7	961,6	-7,8	0,5	4,6	86,2
Jaguaré	1.521,6	1.676,0	1.794,9	1.707,9	2.030,3	2.083,2	2,6	1,1	4,1	84,3
João Neiva	708,6	661,1	782,5	740,0	865,3	890,8	2,9	0,5	3,0	56,4
Linhares	5.899,8	7.297,5	7.872,3	9.018,2	9.006,3	9.379,9	4,1	4,7	3,0	66,4
Montanha	635,0	640,0	762,0	744,7	989,5	1.179,9	19,2	0,6	3,8	66,1
Mucurici	506,1	490,1	513,9	614,1	617,8	690,0	11,7	0,3	4,5	121,7
Pedro Canário	997,2	1.209,0	1.362,8	1.487,7	1.560,5	1.311,7	-15,9	0,7	3,7	55,1
Pinheiros	1.132,4	1.260,5	1.146,7	1.251,8	1.766,8	1.469,9	-16,8	0,7	3,5	61,5
Ponto Belo	460,0	555,4	662,2	685,4	608,0	584,2	-3,9	0,3	4,0	83,7
Rio Bananal	985,1	1.062,9	1.269,0	1.357,5	1.239,5	1.319,5	6,5	0,7	3,6	75,2
São Mateus	3.861,3	4.515,6	4.500,6	4.207,4	5.666,5	5.109,5	-9,8	2,6	3,1	46,8
Sooretama	852,2	1.036,5	1.016,4	1.096,6	1.612,1	1.377,4	-14,6	0,7	3,9	57,7
MS Central	15.070,5	19.064,2	18.380,5	23.593,3	24.591,6	26.135,0	6,3	13,2	3,9	82,6
Afonso Cláudio	923,3	1.081,9	939,9	1.652,3	1.537,4	1.785,1	16,1	0,9	3,9	57,4
Alfredo Chaves	530,6	495,4	418,4	1.283,5	1.007,4	893,2	-11,3	0,5	3,5	64,0
Anchieta	2.126,1	3.486,2	3.833,9	5.908,0	5.506,8	6.014,0	9,2	3,0	3,8	251,7
Brejetuba	578,8	574,6	471,3	520,2	674,1	670,9	-0,5	0,3	2,9	56,3
Conceição do Castelo	594,8	591,5	650,1	1.038,5	747,9	754,1	0,8	0,4	3,4	64,5
Domingos Martins	1.576,2	2.161,5	1.981,0	2.165,7	2.117,2	2.030,2	-4,1	1,0	3,7	63,8
Iconha	736,4	803,5	949,7	1.124,0	1.227,9	1.058,2	-13,8	0,5	4,5	84,6
Itaguaçu	542,0	530,0	545,8	540,8	787,1	1.698,5	115,8	0,9	6,8	120,2
Itarana	450,3	560,1	623,4	661,5	860,7	763,3	-11,3	0,4	4,0	70,2
Laranja da Terra	344,4	478,9	375,5	409,2	607,7	634,8	4,5	0,3	3,4	58,6
Marechal Floriano	976,9	1.001,1	1.035,0	928,7	1.350,9	1.184,3	-12,3	0,6	4,6	83,1
Pinúma	822,0	827,7	854,3	832,9	1.277,3	1.393,1	9,1	0,7	3,8	76,9
Rio Novo do Sul	590,9	669,4	733,0	757,2	...	813,6	..	0,4	4,2	71,8
Santa Leopoldina	685,6	702,0	718,8	830,5	1.041,8	943,9	-9,4	0,5	4,3	77,0
Santa Maria de Jetibá	1.017,7	1.823,1	1.335,8	1.854,1	1.847,5	1.734,8	-6,1	0,9	3,2	50,8
Santa Teresa	1.148,5	1.327,7	1.363,7	1.488,2	1.710,8	1.521,8	-11,0	0,8	3,9	69,8
São Roque do Canaã	502,8	570,7	649,4	624,3	859,6	855,5	-0,5	0,4	4,8	75,8
Venda Nova do Imigrante	923,1	1.379,0	901,3	973,8	1.429,7	1.385,8	-3,1	0,7	3,9	67,7
Região Metropolitana	55.887,1	65.749,7	73.665,6	76.107,4	81.846,0	81.787,1	-0,1	41,3	2,9	49,0
Cariacica	6.539,7	7.786,1	8.554,1	9.790,3	10.777,5	8.584,1	-20,4	4,3	2,6	24,6
Guarapari	3.700,6	3.578,0	4.158,9	4.913,8	5.868,7	5.238,9	-10,7	2,6	3,5	49,8
Serra	14.553,6	17.138,3	23.402,3	24.480,3	24.599,1	27.663,0	12,5	14,0	4,1	67,6
Viana	2.175,4	2.743,5	2.873,1	3.151,2	3.284,5	3.303,7	0,6	1,7	3,8	50,8
Vila Velha	15.358,2	17.850,7	16.862,2	16.493,6	18.872,3	18.309,8	-3,0	9,3	3,7	44,2
Vitória	13.559,7	16.653,0	17.814,9	17.278,2	18.444,0	18.687,5	1,3	9,4	1,7	57,4
MS Sul	22.794,0	25.994,9	27.355,8	28.653,0	32.517,9	30.767,4	-5,4	15,5	3,1	54,4
Alegre	1.050,1	1.183,5	979,7	1.011,9	1.016,4	1.020,1	0,4	0,5	2,1	33,1
Apicá	511,2	533,1	514,2	500,1	479,6	514,6	7,3	0,3	3,5	68,5
Atílio Vivácqua	381,9	0,0	811,3	947,4	989,1	847,6	-14,3	0,4	4,6	86,1
Bom Jesus do Norte	517,9	542,6	638,2	596,2	731,7	677,3	-7,4	0,3	4,4	71,5
Cachoeiro de Itapemirim	6.437,1	7.605,2	6.976,5	7.742,3	8.520,0	7.977,1	-6,4	4,0	3,5	42,0
Castelo	1.210,9	1.603,4	1.610,1	1.548,5	1.866,1	1.901,4	1,9	1,0	3,5	54,6
Divino de São Lourenço	399,1	435,8	423,9	452,0	627,7	548,0	-12,7	0,3	5,2	121,4
Dores do Rio Preto	353,8	402,5	457,5	439,9	521,9	577,0	10,6	0,3	4,1	90,2
Guaçu	823,2	878,7	1.051,6	848,9	1.139,9	1.099,9	-3,5	0,6	2,4	39,5
Ibatiba	763,9	822,0	1.192,4	1.197,9	1.046,0	1.269,3	21,4	0,6	4,1	56,8
Ibitirama	549,9	576,7	676,9	831,9	826,7	660,5	-20,1	0,3	3,8	73,7
Irupi	605,8	695,2	767,4	819,9	1.028,2	878,7	-14,5	0,4	4,3	74,9
Itapemirim	1.421,0	1.813,9	1.565,3	1.629,7	2.186,4	2.081,3	-4,8	1,1	2,6	67,2
Lúna	1.030,2	916,4	1.089,3	1.402,7	1.217,9	1.296,5	6,5	0,7	3,3	47,4
Jerônimo Monteiro	560,0	666,0	762,6	855,6	948,7	762,9	-19,6	0,4	3,9	70,1
Marataizes	1.251,8	1.374,0	1.538,6	1.846,5	1.878,3	1.789,0	-4,8	0,9	3,4	52,4
Mimoso do Sul	1.118,9	1.247,8	1.252,2	1.368,8	1.612,0	1.512,0	-6,2	0,8	3,8	58,4
Muniz Freire	974,3	984,5	1.565,9	1.372,0	1.599,1	1.578,2	-1,3	0,8	4,6	85,8
Muqui	732,5	838,7	856,1	868,7	1.017,9	896,3	-11,9	0,5	4,3	62,3
Presidente Kennedy	662,1	795,9	837,5	921,0	1.245,3	1.084,1	-12,9	0,5	0,8	105,1
São José do Calçado	660,1	641,7	491,8	649,2	1.018,0	859,4	-15,6	0,4	4,3	82,5
Vargem Alta	778,4	1.437,2	1.296,9	801,7	1.000,9	936,3	-6,5	0,5	2,5	48,9
TOTAL	136.344,6	160.440,1	171.623,4	185.611,9	200.821,8	197.909,3	-1,5	100,0	3,2	56,3

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES), ainda não apreciados em plenário.

► Despesa com Câmara

Posição	Município	Despesa com câmara em R\$	População
1º	Serra	27.662.985,0	409.324
2º	Vitória	18.687.505,9	325.453
3º	Vila Velha	18.309.829,5	414.420
4º	Linhares	9.379.871,7	141.254
5º	Cariacica	8.584.118,0	348.933
6º	Cachoeiro de Itapemirim	7.977.102,3	189.878
7º	Aracruz	7.483.300,7	81.746
8º	Anchieta	6.013.977,0	23.894
9º	Guarapari	5.238.941,6	105.227
10º	São Mateus	5.109.504,2	109.067
11º	Viana	3.303.688,4	64.999
12º	Colatina	2.849.497,9	111.794
13º	Nova Venécia	2.376.008,7	46.020
14º	Jaguaré	2.083.204,9	24.718
15º	Itapemirim	2.081.330,4	30.988
16º	Domingos Martins	2.030.210,6	31.824
17º	Conceição da Barra	1.974.279,2	28.477
18º	Barra de São Francisco	1.953.878,9	40.610
19º	Castelo	1.901.360,5	34.826
20º	Marataizes	1.788.954,4	34.147
21º	Afonso Cláudio	1.785.068,5	31.086
22º	Santa Maria de Jetibá	1.734.789,8	34.178
23º	Ecoporanga	1.731.664,9	23.223
24º	Baixo Guandu	1.703.928,2	29.086
25º	Itaguaçu	1.698.488,0	14.134
26º	São Gabriel da Palha	1.674.702,9	31.859
27º	Muniz Freire	1.578.218,4	18.387
28º	Santa Teresa	1.521.789,8	21.815
29º	Mimoso do Sul	1.512.022,1	25.898
30º	Pinheiros	1.469.863,6	23.891
31º	Piúma	1.393.079,8	18.123
32º	Venda Nova do Imigrante	1.385.828,4	20.468
33º	Sooretama	1.377.432,6	23.860
34º	Rio Bananal	1.319.501,7	17.538
35º	Pedro Canário	1.311.662,0	23.789
36º	Iúna	1.296.477,8	27.340
37º	Ibatiba	1.269.310,7	22.346
38º	Fundão	1.225.904,1	17.028
39º	Boa Esperança	1.201.119,9	14.199
40º	Marechal Floriano	1.184.283,5	14.249
41º	Montanha	1.179.926,1	17.854
42º	Guaçuí	1.099.859,8	27.853
43º	Presidente Kennedy	1.084.111,4	10.315
44º	Vila Valério	1.069.785,9	13.830
45º	Iconha	1.058.215,8	12.514
46º	Alegre	1.020.108,3	30.784
47º	Mariandia	1.017.182,1	11.107
48º	Governador Lindenberg	981.806,8	10.874
49º	Ibiraçu	961.556,1	11.158
50º	Santa Leopoldina	943.897,6	12.255
51º	Vargem Alta	936.301,1	19.141
52º	Pancas	936.286,6	21.520
53º	Água Branca	907.555,0	11.771
54º	Muqui	896.322,4	14.396
55º	Alfredo Chaves	893.210,2	13.960
56º	João Neiva	890.788,8	15.808
57º	Irupi	878.671,4	11.729
58º	São José do Calçado	859.422,6	10.417
59º	São Roque do Canaã	855.500,6	11.287
60º	Água Doce do Norte	855.137,3	9.517
61º	Atílio Vivacqua	847.575,2	9.840
62º	Rio Novo do Sul	813.610,0	11.333
63º	Vila Pavão	794.248,5	8.672
64º	Mantenópolis	767.929,9	13.600
65º	Itarana	763.303,9	10.881
66º	Jerônimo Monteiro	762.922,7	10.888
67º	Conceição do Castelo	754.103,7	11.686
68º	São Domingos do Norte	748.467,4	8.016
69º	Mucurici	690.000,0	5.672
70º	Bom Jesus do Norte	677.298,3	9.479
71º	Brejetuba	670.857,9	11.921
72º	Ibitirama	660.530,7	8.964
73º	Laranja da Terra	634.783,7	10.825
74º	Alto Rio Novo	609.576,0	7.303
75º	Ponto Belo	584.217,3	6.979
76º	Dores do Rio Preto	576.994,5	6.399
77º	Divino de São Lourenço	547.959,8	4.515
78º	Apiacá	514.569,1	7.513
TOTAL		197.909.280,6	3.512.672

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES), ainda não apreciados em plenário. População para 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

► Despesa com Câmara per capita

Posição	Município	A / B	Despesa com câmara (A) em R\$	População (B)
1º	Anchieta	251,7	6.013.977,0	23.894
2º	Mucurici	121,7	690.000,0	5.672
3º	Divino de São Lourenço	121,4	547.959,8	4.515
4º	Itaguaçu	120,2	1.698.488,0	14.134
5º	Presidente Kennedy	105,1	1.084.111,4	10.315
6º	São Domingos do Norte	93,4	748.467,4	8.016
7º	Vila Pavão	91,6	794.248,5	8.672
8º	Mariandia	91,6	1.017.182,1	11.107
9º	Aracruz	91,5	7.483.300,7	81.746
10º	Governador Lindenberg	90,3	981.806,8	10.874
11º	Dores do Rio Preto	90,2	576.994,5	6.399
12º	Água Doce do Norte	89,9	855.137,3	9.517
13º	Ibiraçu	86,2	961.556,1	11.158
14º	Atílio Vivacqua	86,1	847.575,2	9.840
15º	Muniz Freire	85,8	1.578.218,4	18.387
16º	Boa Esperança	84,6	1.201.119,9	14.199
17º	Iconha	84,6	1.058.215,8	12.514
18º	Jaguaré	84,3	2.083.204,9	24.718
19º	Ponto Belo	83,7	584.217,3	6.979
20º	Alto Rio Novo	83,5	609.576,0	7.303
21º	Marechal Floriano	83,1	1.184.283,5	14.249
22º	São José do Calçado	82,5	859.422,6	10.417
23º	Vila Valério	77,4	1.069.785,9	13.830
24º	Água Branca	77,1	907.555,0	11.771
25º	Santa Leopoldina	77,0	943.897,6	12.255
26º	Piúma	76,9	1.393.079,8	18.123
27º	São Roque do Canaã	75,8	855.500,6	11.287
28º	Rio Bananal	75,2	1.319.501,7	17.538
29º	Irupi	74,9	878.671,4	11.729
30º	Ecoporanga	74,6	1.731.664,9	23.223
31º	Ibitirama	73,7	660.530,7	8.964
32º	Fundão	72,0	1.225.904,1	17.028
33º	Rio Novo do Sul	71,8	813.610,0	11.333
34º	Bom Jesus do Norte	71,5	677.298,3	9.479
35º	Itarana	70,2	763.303,9	10.881
36º	Jerônimo Monteiro	70,1	762.922,7	10.888
37º	Santa Teresa	69,8	1.521.789,8	21.815
38º	Conceição da Barra	69,3	1.974.279,2	28.477
39º	Apiacá	68,5	514.569,1	7.513
40º	Venda Nova do Imigrante	67,7	1.385.828,4	20.468
41º	Serra	67,6	27.662.985,0	409.324
42º	Itapemirim	67,2	2.081.330,4	30.988
43º	Linhares	66,4	9.379.871,7	141.254
44º	Montanha	66,1	1.179.926,1	17.854
45º	Conceição do Castelo	64,5	754.103,7	11.686
46º	Alfredo Chaves	64,0	893.210,2	13.960
47º	Domingos Martins	63,8	2.030.210,6	31.824
48º	Muqui	62,3	896.322,4	14.396
49º	Pinheiros	61,5	1.469.863,6	23.891
50º	Laranja da Terra	58,6	634.783,7	10.825
51º	Baixo Guandu	58,6	1.703.928,2	29.086
52º	Mimoso do Sul	58,4	1.512.022,1	25.898
53º	Sooretama	57,7	1.377.432,6	23.860
54º	Afonso Cláudio	57,4	1.785.068,5	31.086
55º	Vitória	57,4	18.687.505,9	325.453
56º	Ibatiba	56,8	1.269.310,7	22.346
57º	Mantenópolis	56,5	767.929,9	13.600
58º	João Neiva	56,4	890.788,8	15.808
59º	Brejetuba	56,3	670.857,9	11.921
60º	Pedro Canário	55,1	1.311.662,0	23.789
61º	Castelo	54,6	1.901.360,5	34.826
62º	São Gabriel da Palha	52,6	1.674.702,9	31.859
63º	Marataizes	52,4	1.788.954,4	34.147
64º	Nova Venécia	51,6	2.376.008,7	46.020
65º	Viana	50,8	3.303.688,4	64.999
66º	Santa Maria de Jetibá	50,8	1.734.789,8	34.178
67º	Guarapari	49,8	5.238.941,6	105.227
68º	Vargem Alta	48,9	936.301,1	19.141
69º	Barra de São Francisco	48,1	1.953.878,9	40.610
70º	Iúna	47,4	1.296.477,8	27.340
71º	São Mateus	46,8	5.109.504,2	109.067
72º	Vila Velha	44,2	18.309.829,5	414.420
73º	Pancas	43,5	936.286,6	21.520
74º	Cachoeiro de Itapemirim	42,0	7.977.102,3	189.878
75º	Guaçuí	39,5	1.099.859,8	27.853
76º	Alegre	33,1	1.020.108,3	30.784
77º	Colatina	25,5	2.849.497,9	111.794
78º	Cariacica	24,6	8.584.118,0	348.933
TOTAL		56,3	197.909.280,6	3.512.672

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES), ainda não apreciados em plenário. População para 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

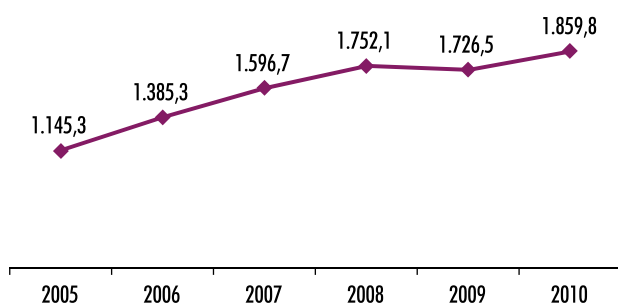
Educação

Desempenho

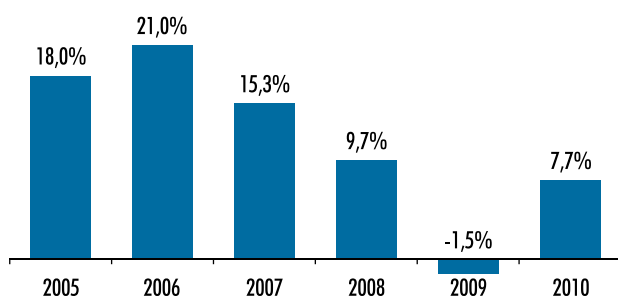
Após sofrer uma retração devido aos impactos da crise financeira em 2009, os recursos aplicados na educação dos municípios capixabas retomaram a trajetória ascendente em 2010. Foi despendido na área R\$ 1,86 bilhão, valor 7,7% acima do efetivado no ano anterior.

Evolução dos gastos com educação

em R\$ milhões - IPCA médio de 2010



Taxa de crescimento dos gastos com educação em relação ao ano anterior



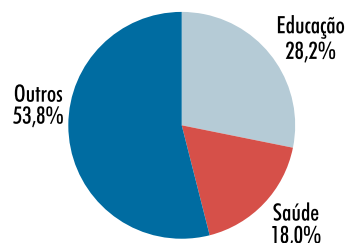
Com um incremento de R\$ 29,8 milhões, Vila Velha foi o município que mais expandiu os gastos com a educação no Estado, saltando de R\$ 135 milhões para R\$ 164,8 milhões, entre 2009 e 2010. Além desse município, Cariacica (R\$ 14,5 milhões) e Vitória (R\$ 14,2 milhões) também adicionaram grandes somas de recursos à educação, o que equivaleu a um crescimento de 13,8% e 5,9%, respectivamente, no mesmo período. Em termos relativos, os maiores crescimentos foram registrados em Presidente Kennedy (65,2%), São Gabriel da Palha (30,5%), Atilio Vivacqua (28,9%), Mucurici (24,5%), Vila Velha (22,1%),

Ponto Belo (22%) e Conceição da Barra (20,1%).

Por outro lado, 15 municípios apresentaram recuos reais nos gastos, destacando-se Alfredo Chaves (-24,6%), Ecoporanga (-11,2%), Boa Esperança (-9,9%), Santa Leopoldina (-9,7%) e Dolores do Rio Preto (-6,1%) com as maiores quedas, em termos relativos.

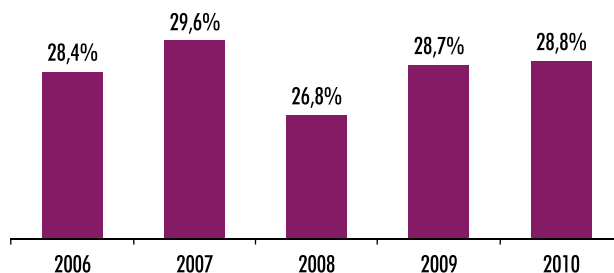
Dentre as funções de governo, a educação é a que consome a maior parte dos recursos da administração municipal, respondendo, em geral, por cerca de um quarto da despesa total. Em 2010, o indicador alcançou 28,1%, destacando-se as cidades de São Mateus (37,1%), Cariacica (36,9%), Jaguaré (36,8%), Sooretama (36,6%) e Viana (36,2%) com as maiores participações, bem acima da média do conjunto dos municípios capixabas.

Participação média do gasto municipal com educação e saúde no gasto total dos municípios - 2010



Uma das principais razões dessa grande fatia da educação nos orçamentos municipais é a obrigatoriedade constitucional de aplicação mínima de 25% da receita de impostos e de algumas transferências na área. De acordo com os dados fornecidos pelo Sistema de Informações sobre Orçamento Público na Educação (Siope), a aplicação média de recursos vinculados à manutenção e desenvolvimento do ensino foi de 28,8% em 2010.

Evolução da despesa com educação sobre os recursos vinculados dos municípios



Até o fechamento desta edição, apenas três municípios ainda não haviam apresentado os dados relativos à aplicação mínima dos recursos com a educação junto ao Siope. São eles: Apiaçá, Itapemirim e São Roque do Canaã. Vale lembrar que, caso haja algum descumprimento da exigência constitucional, o município pode apresentar recursos junto ao Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES) até o mês de setembro de 2011, quando se encerra o prazo para a análise das prestações de contas do ano de 2010.

Dos 75 municípios com dados disponíveis no Siope, 17 aplicaram acima de 30% dos recursos vinculados em MDE. Dentre esses, destacam-se Montanha (35,1%), Ponto Belo (35%), Mucurici (34,9%), Alegre e Pancas (34,1% cada).

Implicações pelo descumprimento da aplicação mínima na educação

De acordo com a legislação vigente, o município ou o responsável que não cumprir a aplicação mínima de 25% de recursos provenientes da receita de impostos e transferências constitucionais na educação estará sujeito às seguintes punições:

- Parecer desfavorável às contas pelo Tribunal de Contas, que, se mantido pela Câmara Municipal, poderá sujeitar o prefeito à inelegibilidade por 5 anos (Lei Complementar 64/90, art. 1º, I, g);
- Impedimento de receber auxílios/subvenções/contribuições da União e do Estado (Lei 9.394/96, art. 87, § 6º);
- Impedimento de contratar empréstimos e financiamentos, exceto de antecipação de receita orçamentária (Resolução do Senado Federal 78/98, art. 13, VIII);
- Intervenção pelo Estado (Constituição Federal, art. 35, III);
- Imputação de crime de responsabilidade à autoridade competente (Lei 9.394/96, art. 5º, § 4º);
- Impedimento de receber transferências voluntárias de outros entes da federação, exceto para as áreas de Saúde, Educação e Assistência Social (Lei Complementar 101/2000, art. 25, § 1º, IV, b).

Fonte: Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo.

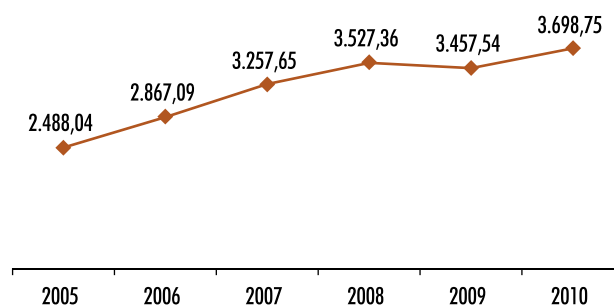


Gasto com educação por aluno

Desde 2002, o gasto médio por aluno dos municípios capixabas cresceu 58,2% e atingiu R\$ 3.698,75, em 2010. O ranking da despesa por aluno permaneceu inalterado nas quatro primeiras posições, em relação a 2009. Presidente Kennedy (R\$ 10.250,65) foi o município que mais aplicou recursos por estudante, seguido por Alegre (R\$ 6.852,42), Anchieta (R\$ 6.751,17), São Domingos do Norte (R\$ 5.696,04) e Divino de São Lourenço (R\$ 5.243,95). No outro extremo, Viana (R\$ 2.928,02), Cariacica (R\$ 2.924,71), Sooretama (R\$ 2.839,67), Guarapari (R\$ 2.831,21) e Apiaçá (R\$ 2.773,96) ocupam as últimas posições do ranking, com gastos anuais inferiores a R\$ 3 mil por aluno.

Gasto médio anual por aluno dos municípios

em R\$ - IPCA médio de 2010



Cidades com níveis de receita corrente per capita mais elevados tendem a ter maiores despesas por estudante, em função da exigência constitucional de vinculação de receitas à educação. Por exemplo, Presidente Kennedy e Anchieta figuram entre os municípios com maior receita corrente per capita, e ocupam a segunda e a terceira posições no gasto por aluno, respectivamente. Em outros casos, cidades pequenas com um reduzido número de alunos matriculados na rede municipal de ensino, possuem elevada aplicação de recursos por estudante, como acontece com São Domingos do Norte e Divino de São Lourenço, que estão entre as cidades com a menor rede do Estado, com menos de mil alunos matriculados e ocupam a 4ª e 5ª posições do ranking, respectivamente.

► Educação - 2007-2010

Regiões e municípios	2007	2008	2009	2010	Variação 2010/ 2009	Partic. na desp. total 2010	Participação das receitas de impostos na MDE (CF art. 212) ^a	Gasto com educação por aluno da rede municipal 2010 em R\$	Nº de matrículas na rede municipal 2010
	em R\$ mil - IPCA médio de 2010					em %			
MS Noroeste	183.271,3	199.744,9	190.132,9	202.183,6	6,3	28,7	28,9	3.598,5	56.186
Água Doce do Norte	6.102,4	6.303,2	6.383,8	6.578,4	3,0	28,3	27,2	3.581,1	1.837
Água Branca	6.527,7	6.953,9	5.946,8	5.902,4	-0,7	27,3	28,1	3.788,4	1.558
Alto Rio Novo	3.506,7	4.084,8	4.204,6	4.091,0	-2,7	26,9	29,4	3.623,5	1.129
Baixo Guandu	15.558,5	16.775,4	14.210,4	15.155,6	6,7	31,3	26,7	3.762,6	4.028
Barra de São Francisco	17.772,4	20.008,0	17.503,5	19.601,6	12,0	33,8	30,6	3.697,0	5.302
Boa Esperança	6.665,8	7.475,0	7.672,7	6.916,3	-9,9	27,6	29,8	3.407,0	2.030
Colatina	47.045,8	47.649,9	48.804,6	51.643,4	5,8	28,9	32,7	3.403,6	15.173
Ecoporanga	9.586,8	11.064,1	10.880,7	9.664,8	-11,2	23,4	25,1	3.796,1	2.546
Governador Lindenberg	3.350,1	3.651,9	3.715,0	4.002,8	7,7	18,2	25,7	5.079,7	788
Mantenópolis	5.691,4	6.485,2	5.673,7	6.503,1	14,6	27,9	25,0	3.631,0	1.791
Marilândia	4.525,1	4.914,5	4.566,0	5.060,8	10,8	23,3	27,4	3.860,3	1.311
Nova Venécia	23.696,6	25.931,5	23.593,8	25.116,8	6,5	32,9	26,6	3.067,1	8.189
Pancas	7.921,6	9.293,2	8.895,2	9.570,3	7,6	28,8	34,1	4.186,5	2.286
São Domingos do Norte	4.157,9	4.977,8	4.858,8	5.399,8	11,1	30,5	26,8	5.696,0	948
São Gabriel da Palha	8.956,6	11.513,6	10.883,2	14.204,9	30,5	26,1	28,3	3.627,4	3.916
Vila Pavão	5.667,3	5.902,0	5.546,7	5.638,0	1,6	31,9	27,7	3.642,1	1.548
Vila Valério	6.538,7	6.761,1	6.793,4	7.133,5	5,0	25,8	28,7	3.949,9	1.806
MS Litoral Norte	297.818,3	315.834,1	321.435,1	340.970,6	6,1	30,4	29,1	3.475,0	98.122
Araucruz	64.479,2	59.631,5	54.991,3	59.077,3	7,4	27,4	27,2	3.658,3	16.149
Conceição da Barra	14.237,2	16.440,4	17.561,3	21.087,5	20,1	34,6	31,6	3.411,1	6.182
Fundão	8.826,6	10.269,9	10.090,7	11.036,5	9,4	31,3	34,9	3.352,5	3.292
Ibiraçu	5.725,8	5.085,8	4.556,3	4.813,0	5,6	20,5	28,5	4.196,2	1.147
Jaguaraé	14.336,6	17.202,6	17.309,4	18.713,3	8,1	36,8	33,6	3.345,8	5.593
João Neiva	9.349,7	9.029,9	8.096,0	9.003,7	11,2	28,8	26,9	3.192,8	2.820
Linhares	62.766,2	72.224,8	78.602,7	85.220,5	8,4	26,6	29,4	3.828,8	22.258
Montanha	11.237,2	13.308,1	10.880,3	11.579,9	6,4	35,3	35,1	3.957,6	2.926
Mucurici	3.451,2	3.624,7	3.453,2	4.298,7	24,5	24,3	34,9	4.404,4	976
Pedro Canário	9.202,2	9.147,3	9.301,3	10.282,5	10,5	28,0	25,9	3.018,1	3.407
Pinheiros	13.264,3	14.473,7	13.853,7	14.984,7	8,2	35,4	28,3	3.188,9	4.699
Ponto Belo	3.746,9	4.675,4	4.326,2	5.277,6	22,0	31,5	35,0	4.503,1	1.172
Rio Bananal	9.233,6	10.687,9	10.703,6	11.101,7	3,7	30,8	27,6	3.517,7	3.156
São Mateus	56.080,5	55.528,3	64.848,3	61.431,0	-5,3	37,1	27,3	3.111,2	19.745
Sooretama	11.880,9	14.504,1	12.860,9	13.062,5	1,6	36,6	25,8	2.839,7	4.600
MS Central	166.404,8	184.196,1	179.634,8	188.306,2	4,8	27,5	28,0	4.221,4	44.607
Afonso Cláudio	14.651,9	14.472,7	15.490,9	16.168,3	4,4	31,6	31,1	3.891,3	4.155
Alfredo Chaves	7.039,4	7.164,5	9.049,7	6.824,3	-24,6	25,9	29,2	3.563,6	1.915
Anchieta	29.322,0	34.874,5	32.917,1	35.565,2	8,0	26,1	28,4	6.751,2	5.268
Brejetuba	6.818,6	7.175,1	7.080,2	7.192,0	1,6	26,2	28,1	4.791,4	1.501
Conceição do Castelo	8.446,2	8.020,7	7.686,0	7.958,0	3,5	28,2	27,5	3.602,6	2.209
Domingos Martins	13.873,4	17.332,0	16.789,4	18.917,5	12,7	32,8	27,7	3.698,4	5.115
Iconha	5.575,4	6.042,8	5.625,2	6.101,0	8,5	23,6	30,0	3.512,3	1.737
Itaguaçu	6.519,2	7.270,1	6.989,5	7.598,6	8,7	25,5	25,3	4.746,2	1.601
Itarana	4.403,4	6.589,4	4.544,0	5.155,7	13,5	26,2	25,6	5.166,0	998
Laranja da Terra	5.408,1	5.244,4	4.523,3	4.797,5	6,1	24,8	25,9	4.097,0	1.171
Marechal Floriano	7.531,2	8.131,2	7.337,8	8.436,2	15,0	32,0	27,0	3.388,0	2.490
Piúma	9.069,1	9.909,9	10.922,2	11.137,9	2,0	30,5	27,7	3.215,3	3.464
Rio Novo do Sul	4.623,1	5.042,7	4.890,6	5.056,8	3,4	26,1	27,7	4.016,5	1.259
Santa Leopoldina	5.732,5	7.354,5	6.318,0	5.702,9	-9,7	24,3	26,1	4.168,8	1.368
Santa Maria de Jetibá	12.021,6	13.872,0	13.488,9	15.226,7	12,9	27,4	27,8	4.340,6	3.508
Santa Teresa	13.019,5	12.659,0	12.866,7	12.372,7	-3,8	29,8	27,7	3.466,7	3.569
São Roque do Canaã	3.988,2	3.971,0	4.618,4	4.923,2	6,6	23,7	...	4.720,2	1.043
Venda Nova do Imigrante	8.362,0	9.069,5	8.496,8	9.171,8	7,9	22,9	29,8	4.101,9	2.236
Região Metropolitana	716.460,7	774.281,5	772.535,5	842.327,2	9,0	27,3	29,4	3.737,1	225.396
Cariacica	106.438,2	106.773,1	105.173,2	119.687,8	13,8	36,9	33,2	2.924,7	40.923
Guarapari	37.392,2	43.445,0	46.218,9	49.449,9	7,0	30,1	30,4	2.831,2	17.466
Serra	147.489,8	189.036,6	211.173,4	219.761,8	4,1	32,0	29,2	3.673,7	59.820
Viana	29.354,1	32.740,4	34.478,6	33.959,1	-1,5	36,2	26,2	2.928,0	11.598
Vila Velha	126.892,1	144.589,6	134.983,9	164.762,2	22,1	28,9	29,1	3.614,8	45.580
Vitória	268.894,3	257.696,7	240.507,6	254.706,4	5,9	20,6	28,9	5.093,2	50.009
MS Sul	232.755,2	278.010,7	262.724,8	286.045,3	8,9	28,0	26,9	3.643,1	78.517
Alegre	13.511,2	14.256,3	14.501,8	16.480,1	13,6	29,0	34,1	6.852,4	2.405
Apiaçá	4.399,6	4.605,4	4.082,0	3.991,7	-2,2	30,0	...	2.774,0	1.439
Atílio Vivacqua	5.712,5	6.724,8	5.465,4	7.047,2	28,9	34,0	26,2	3.509,6	2.008
Bom Jesus do Norte	3.380,9	4.480,6	3.799,2	4.237,9	11,5	25,4	32,5	4.532,5	935
Cachoeiro de Itapemirim	61.712,1	72.918,4	66.557,6	70.039,0	5,2	30,3	26,3	3.140,1	22.305
Castelo	15.084,9	18.340,0	17.316,3	18.023,2	4,1	32,3	27,0	3.425,8	5.261
Divino de São Lourenço	2.063,1	2.335,0	1.665,0	1.961,2	17,8	18,0	25,2	5.243,9	374
Dores do Rio Preto	3.757,5	3.655,6	3.065,1	2.877,1	-6,1	21,9	29,4	4.024,0	715
Guaçu	11.162,3	16.933,2	14.817,3	15.433,9	4,2	29,1	27,0	3.163,3	4.879
Ibatiba	10.359,6	9.914,7	10.658,5	11.087,3	4,0	33,0	25,4	3.063,6	3.619
Ibitirama	4.742,4	5.834,9	4.594,3	5.393,1	17,4	31,8	27,3	3.481,7	1.549
Irupi	5.278,7	5.690,2	5.845,7	6.735,2	15,2	32,5	30,3	3.640,7	1.850
Itapemirim	12.761,4	16.369,8	16.550,3	17.604,1	6,4	23,1	...	3.370,5	5.223
Iúna	14.164,9	15.285,3	15.036,6	15.420,6	2,6	35,4	25,1	3.271,9	4.713
Jerônimo Monteiro	4.282,6	5.059,4	4.197,2	4.964,0	18,3	24,3	26,6	3.968,1	1.251
Maratáizes	11.397,1	16.661,7	15.560,9	18.034,5	15,9	33,2	25,7	3.083,3	5.849
Mimoso do Sul	9.463,7	10.528,0	10.093,1	9.895,2	-2,0	23,6	26,8	3.487,9	2.837
Muniz Freire	11.080,9	13.433,3	12.554,8	12.248,0	-2,4	33,0	28,6	3.961,2	3.092
Muqui	4.502,2	5.665,1	6.169,9	5.920,9	-4,0	29,8	27,6	3.560,4	1.663
Presidente Kennedy	9.231,2	12.686,7	13.223,8	21.844,1	65,2	17,5	32,7	10.250,6	2.131
São José do Calçado	4.743,0	4.983,2	5.065,3	5.489,3	8,4	24,9	26,9	3.884,9	1.413
Vargem Alta	9.963,2	11.648,8	11.904,8	11.317,6	-4,9	29,1	26,4	3.765,0	3.006
TOTAL	1.596.710,3	1.752.067,1	1.726.463,1	1.859.832,8	7,7	28,1	28,8	3.698,7	502.828

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES), ainda não apreciados em plenário. Número de matrículas do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Participação na receita de impostos e transferências constitucionais na manutenção e no desenvolvimento do ensino, coletada no Sistema de Informações de Orçamento Públicos da Educação (Siope). Nota: ^avalores para atendimento do artigo 212 da Constituição Federal, dados do Siope.

► Despesa com educação

Posição	Município	Despesa com educação em R\$	Matrículas 2010
1º	Vitória	254.706.389,0	50.009
2º	Serra	219.761.762,8	59.820
3º	Vila Velha	164.762.246,4	45.580
4º	Cariacica	119.687.797,0	40.923
5º	Linhares	85.220.531,8	22.258
6º	Cachoeiro de Itapemirim	70.039.003,0	22.305
7º	São Mateus	61.431.026,3	19.745
8º	Aracruz	59.077.325,9	16.149
9º	Colatina	51.643.443,7	15.173
10º	Guarapari	49.449.901,5	17.466
11º	Anchieta	35.565.179,9	5.268
12º	Viana	33.959.135,4	11.598
13º	Nova Venécia	25.116.804,8	8.189
14º	Presidente Kennedy	21.844.132,1	2.131
15º	Conceição da Barra	21.087.543,2	6.182
16º	Barra de São Francisco	19.601.551,0	5.302
17º	Domingos Martins	18.917.450,8	5.115
18º	Jaguaré	18.713.297,7	5.593
19º	Marataizes	18.034.451,0	5.849
20º	Castelo	18.023.212,3	5.261
21º	Itapemirim	17.604.051,2	5.223
22º	Alegre	16.480.074,9	2.405
23º	Afonso Cláudio	16.168.252,9	4.155
24º	Guaçuí	15.433.865,9	4.879
25º	Iúna	15.420.646,0	4.713
26º	Santa Maria de Jetibá	15.226.674,5	3.508
27º	Baixo Guandu	15.155.593,7	4.028
28º	Pinheiros	14.984.707,3	4.699
29º	São Gabriel da Palha	14.204.938,0	3.916
30º	Sooretama	13.062.494,5	4.600
31º	Santa Teresa	12.372.737,2	3.569
32º	Muniz Freire	12.247.974,8	3.092
33º	Montanha	11.579.872,9	2.926
34º	Vargem Alta	11.317.575,5	3.006
35º	Piúma	11.137.909,9	3.464
36º	Rio Bananal	11.101.722,2	3.156
37º	Ibatiba	11.087.257,3	3.619
38º	Fundão	11.036.492,1	3.292
39º	Pedro Canário	10.282.509,9	3.407
40º	Mimoso do Sul	9.895.226,8	2.837
41º	Ecoporanga	9.664.763,7	2.546
42º	Pancas	9.570.306,5	2.286
43º	Venda Nova do Imigrante	9.171.781,3	2.236
44º	João Neiva	9.003.728,0	2.820
45º	Marechal Floriano	8.436.190,1	2.490
46º	Conceição do Castelo	7.958.036,5	2.209
47º	Itaguaçu	7.598.626,5	1.601
48º	Brejetuba	7.191.960,1	1.501
49º	Vila Valério	7.133.533,4	1.806
50º	Atílio Vivácqua	7.047.210,7	2.008
51º	Boa Esperança	6.916.285,1	2.030
52º	Alfredo Chaves	6.824.315,6	1.915
53º	Irupi	6.735.217,4	1.850
54º	Água Doce do Norte	6.578.408,9	1.837
55º	Mantenópolis	6.503.111,6	1.791
56º	Iconha	6.100.951,6	1.737
57º	Muqui	5.920.890,2	1.663
58º	Água Branca	5.902.390,9	1.558
59º	Santa Leopoldina	5.702.890,3	1.368
60º	Vila Pavão	5.637.999,0	1.548
61º	São José do Calçado	5.489.330,4	1.413
62º	São Domingos do Norte	5.399.845,2	948
63º	Ibitirama	5.393.129,6	1.549
64º	Ponto Belo	5.277.587,3	1.172
65º	Itarana	5.155.659,3	998
66º	Mariândia	5.060.821,5	1.311
67º	Rio Novo do Sul	5.056.807,9	1.259
68º	Jerônimo Monteiro	4.964.036,1	1.251
69º	São Roque do Canaã	4.923.205,1	1.043
70º	Ibiraçu	4.813.015,5	1.147
71º	Laranja da Terra	4.797.538,3	1.171
72º	Mucurici	4.298.717,8	976
73º	Bom Jesus do Norte	4.237.902,8	935
74º	Alto Rio Novo	4.090.984,2	1.129
75º	Governador Lindenberg	4.002.770,4	788
76º	Apiacá	3.991.733,5	1.439
77º	Dores do Rio Preto	2.877.144,9	715
78º	Divino de São Lourenço	1.961.236,4	374
TOTAL		1.859.832.826,5	502.828

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES), ainda não apreciados em plenário. Matrículas para 2010 do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

► Despesa com educação por aluno

Posição	Município	A / B	Despesa com educação (A) em R\$	Matrículas 2010 (B)
1º	Presidente Kennedy	10.250,6	21.844.132,1	2.131
2º	Alegre	6.852,4	16.480.074,9	2.405
3º	Anchieta	6.751,2	35.565.179,9	5.268
4º	São Domingos do Norte	5.696,0	5.399.845,2	948
5º	Divino de São Lourenço	5.243,9	1.961.236,4	374
6º	Itarana	5.166,0	5.155.659,3	998
7º	Vitória	5.093,2	254.706.389,0	50.009
8º	Governador Lindenberg	5.079,7	4.002.770,4	788
9º	Brejetuba	4.791,4	7.191.960,1	1.501
10º	Itaguaçu	4.746,2	7.598.626,5	1.601
11º	São Roque do Canaã	4.720,2	4.923.205,1	1.043
12º	Bom Jesus do Norte	4.532,5	4.237.902,8	935
13º	Ponto Belo	4.503,1	5.277.587,3	1.172
14º	Mucurici	4.404,4	4.298.717,8	976
15º	Santa Maria de Jetibá	4.340,6	15.226.674,5	3.508
16º	Ibiraçu	4.196,2	4.813.015,5	1.147
17º	Pancas	4.186,5	9.570.306,5	2.286
18º	Santa Leopoldina	4.168,8	5.702.890,3	1.368
19º	Venda Nova do Imigrante	4.101,9	9.171.781,3	2.236
20º	Laranja da Terra	4.097,0	4.797.538,3	1.171
21º	Dores do Rio Preto	4.024,0	2.877.144,9	715
22º	Rio Novo do Sul	4.016,5	5.056.807,9	1.259
23º	Jerônimo Monteiro	3.968,1	4.964.036,1	1.251
24º	Muniz Freire	3.961,2	12.247.974,8	3.092
25º	Montanha	3.957,6	11.579.872,9	2.926
26º	Vila Valério	3.949,9	7.133.533,4	1.806
27º	Afonso Cláudio	3.891,3	16.168.252,9	4.155
28º	São José do Calçado	3.884,9	5.489.330,4	1.413
29º	Mariândia	3.860,3	5.060.821,5	1.311
30º	Linhares	3.828,8	85.220.531,8	22.258
31º	Ecoporanga	3.796,1	9.664.763,7	2.546
32º	Água Branca	3.788,4	5.902.390,9	1.558
33º	Vargem Alta	3.765,0	11.317.575,5	3.006
34º	Baixo Guandu	3.762,6	15.155.593,7	4.028
35º	Domingos Martins	3.698,4	18.917.450,8	5.115
36º	Barra de São Francisco	3.697,0	19.601.551,0	5.302
37º	Serra	3.673,7	219.761.762,8	59.820
38º	Aracruz	3.658,3	59.077.325,9	16.149
39º	Vila Pavão	3.642,1	5.637.999,0	1.548
40º	Irupi	3.640,7	6.735.217,4	1.850
41º	Mantenópolis	3.631,0	6.503.111,6	1.791
42º	São Gabriel da Palha	3.627,4	14.204.938,0	3.916
43º	Alto Rio Novo	3.623,5	4.090.984,2	1.129
44º	Vila Velha	3.614,8	164.762.246,4	45.580
45º	Conceição do Castelo	3.602,6	7.958.036,5	2.209
46º	Água Doce do Norte	3.581,1	6.578.408,9	1.837
47º	Alfredo Chaves	3.563,6	6.824.315,6	1.915
48º	Muqui	3.560,4	5.920.890,2	1.663
49º	Rio Bananal	3.517,7	11.101.722,2	3.156
50º	Iconha	3.512,3	6.100.951,6	1.737
51º	Atílio Vivácqua	3.509,6	7.047.210,7	2.008
52º	Mimoso do Sul	3.487,9	9.895.226,8	2.837
53º	Ibitirama	3.481,7	5.393.129,6	1.549
54º	Santa Teresa	3.466,7	12.372.737,2	3.569
55º	Castelo	3.425,8	18.023.212,3	5.261
56º	Conceição da Barra	3.411,1	21.087.543,2	6.182
57º	Boa Esperança	3.407,0	6.916.285,1	2.030
58º	Colatina	3.403,6	51.643.443,7	15.173
59º	Marechal Floriano	3.388,0	8.436.190,1	2.490
60º	Itapemirim	3.370,5	17.604.051,2	5.223
61º	Fundão	3.352,5	11.036.492,1	3.292
62º	Jaguaré	3.345,8	18.713.297,7	5.593
63º	Iúna	3.271,9	15.420.646,0	4.713
64º	Piúma	3.215,3	11.137.909,9	3.464
65º	João Neiva	3.192,8	9.003.728,0	2.820
66º	Pinheiros	3.188,9	14.984.707,3	4.699
67º	Guaçuí	3.163,3	15.433.865,9	4.879
68º	Cachoeiro de Itapemirim	3.140,1	70.039.003,0	22.305
69º	São Mateus	3.111,2	61.431.026,3	19.745
70º	Marataizes	3.083,3	18.034.451,0	5.849
71º	Nova Venécia	3.067,1	25.116.804,8	8.189
72º	Ibatiba	3.063,6	11.087.257,3	3.619
73º	Pedro Canário	3.018,1	10.282.509,9	3.407
74º	Viana	2.928,0	33.959.135,4	11.598
75º	Cariacica	2.924,7	119.687.797,0	40.923
76º	Sooretama	2.839,7	13.062.494,5	4.600
77º	Guarapari	2.831,2	49.449.901,5	17.466
78º	Apiacá	2.774,0	3.991.733,5	1.439
TOTAL		3.698,7	1.859.832.826,5	502.828

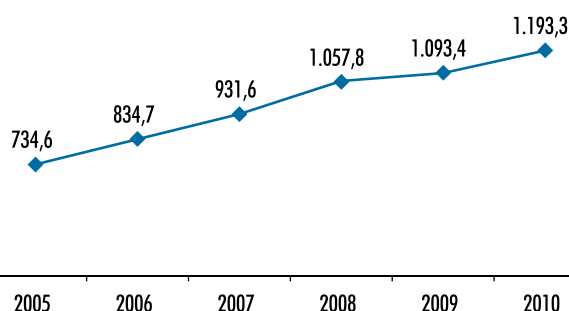
Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES), ainda não apreciados em plenário. Matrículas para 2010 do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).



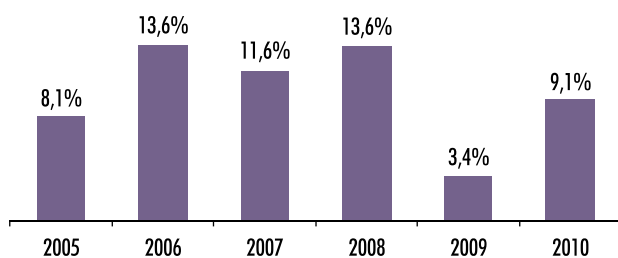
Passada a desaceleração ocorrida em 2009, os municípios capixabas voltaram a intensificar os recursos direcionados para a saúde. Em 2010, o volume global aplicado na área foi de R\$ 1,19 bilhão, valor 9,1% maior do que o do ano anterior. Em 2009, os municípios contiveram o aumento dos gastos em saúde, que cresceram 3,4%, em função do impacto negativo da crise financeira internacional na receita municipal.

Evolução dos gastos com saúde

em R\$ milhões - IPCA médio de 2010



Taxa de crescimento do gasto com saúde em relação ao ano anterior



Entre as cidades com mais de 50 mil habitantes, o aumento mais expressivo ocorreu em Guarapari. Com alta de 31,5%, os recursos aplicados na saúde pelo Município passaram de R\$ 19,4 milhões, em 2009, para R\$ 25,6 milhões, em 2010. Em termos absolutos, Linhares foi quem mais adicionou recursos na saúde. O Município aplicou R\$ 83,6 milhões no setor, R\$ 18,4 milhões a mais do que no ano anterior.

A expansão dos gastos também foi intensa em Cariacica (20,3%), Colatina (19%), São Mateus (17,9%), Vila Velha (13%) e Viana (11%). Em Cachoeiro de Itapemirim o aumento foi mais moderado, de 6,9%. Serra (0,3%) e Vitória (-2,6%) praticamente mantiveram o nível aplicado no ano anterior. No grupo de cidades de maior porte populacional, o recuo mais expressivo ocorreu em Aracruz. Ainda que pequena, a queda foi de 4,9%.

Entre as cidades com até 50 mil habitantes, o aumento de aporte adicional de recursos na saúde foi muito intenso em Águia Branca, saltando de R\$ 3,2 milhões, em 2009, para R\$ 5,5 milhões, em 2010, com alta de 71,3%. Taxas expressivas também foram vivenciadas por Piúma (43,7%), Pedro Canário (42,6%), Ibraçu (33,1%), Lúna (31,1%) e Guaçuí (30,6%). As maiores quedas ocorreram em Vila Pavão (-9,9%), Fundão (-8,8%) e Apiacá (-8,6%).



Gastos com recursos próprios

No Espírito Santo a maior parte do dispêndio municipal com saúde é efetuada com recursos próprios. Em 2009, eles responderam por 70,4% do total, enquanto que as transferências do Sistema Único de Saúde (SUS) participaram com 29,6%, percentuais que vêm praticamente se mantendo nos últimos anos.

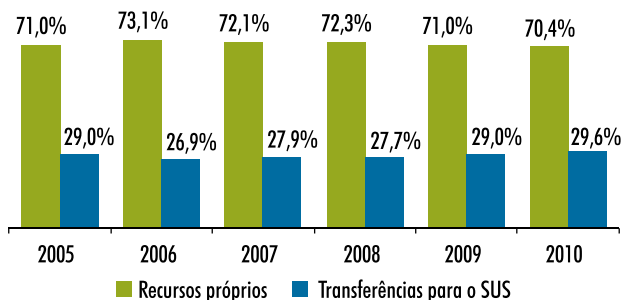
No município de Presidente Kennedy, a participação do gasto com recursos próprios chegou a marca de 89,4% da despesa total com a saúde, seguido por Anchieta (83,9%), Vitória (82,4%), Vila Valério (81,8%), Serra (81%) e Ibraçu (80,9%).

Desde 2006, as cidades capixabas têm aplicado pouco mais de 18% de seus recursos vinculados na saúde. Em 2010, o percentual foi de 18,8% e todos os municípios atenderam ao teto mínimo de 15% estabelecido pela Emenda Constitucional nº 29.

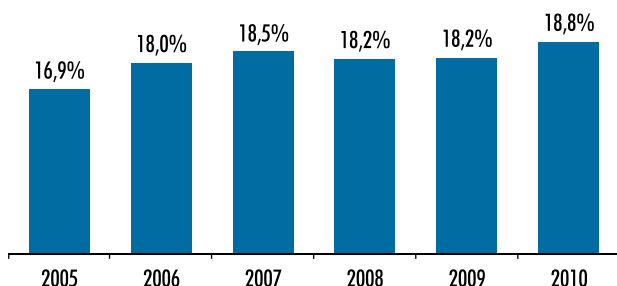
O destaque ficou para Presidente Kennedy, que empenhou 65,5%. Tal fato é decorrente de uma enorme receita corrente per capita influenciada pelas receitas dos royalties e participações especiais na produção de petróleo, que elevam o patamar de investimento e fornecimento de

bens e serviços à população em um nível acima da média dos demais municípios de mesmo porte populacional. Os municípios de Ecoporanga (33,2%) e Linhares (30,6%) chegaram a aplicar mais que o dobro estabelecido pela Emenda Constitucional nº 29.

Participação média dos recursos próprios e das transferências para o SUS no financiamento da saúde



Gasto médio em saúde com recursos próprios sobre a receita vinculada dos municípios



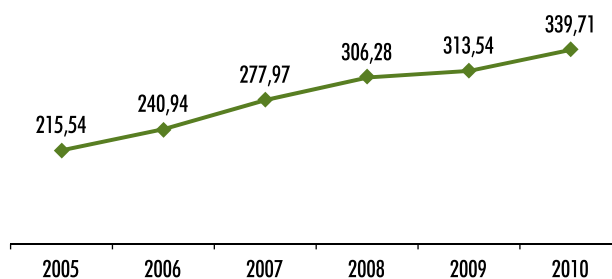
O sistema público municipal de saúde é financiado através de receitas próprias dos governos locais e com recursos provenientes do SUS. De acordo com a Emenda Constitucional nº 29, promulgada pelo Congresso Nacional em 13 de setembro de 2000, desde 2004 os municípios devem aplicar, no mínimo, 15% das receitas de IPTU, ITBI, ISS, IRRF e dos valores integrais das transferências constitucionais de FPM, ICMS, IPVA, ITR e IPI-exportação em gastos com a saúde. Além disso, os recursos para o SUS, provenientes da União (via Fundo Nacional de Saúde) e dos estados (via Fundo Estadual de Saúde), compõem a outra parcela de recursos destinados a custear os serviços prestados nessa área pelas municipalidades.

Gasto per capita

Os gastos com saúde dos municípios capixabas têm crescido de forma muito mais acentuada do que o crescimento populacional. Com isso, o gasto em saúde por habitante tem aumentado de forma intensa nos últimos anos. Em 2002, eram aplicados R\$ 166,76 por habitante. O valor dobrou no espaço de oito anos, para alcançar R\$ 339,71, em 2010.

Gasto médio com saúde per capita dos municípios

em R\$ - IPCA médio de 2010



Os maiores valores foram registrados em Presidente Kennedy (R\$ 1.395,65) e Anchieta (R\$ 1.086,43). Bem abaixo desses valores aparecem Linhares (R\$ 591,69), Mucurici (R\$ 553,10), São Roque do Canaã (R\$ 536,18), Vitória (R\$ 531,65), Rio Bananal (R\$ 516,98), Aracruz (R\$ 516,07), Santa Teresa (R\$ 508,08) e Atílio Vivacqua (R\$ 502,37), todos com aplicação em 2010 acima de R\$ 500. No outro extremo encontram-se Cariacica (R\$ 133,69), Vila Velha (R\$ 186,43), Cachoeiro de Itapemirim (R\$ 189,16), Viana (R\$ 241,84) e Guarapari (R\$ 242,99).

O gasto com saúde per capita está diretamente relacionado com o nível da receita per capita municipal. Ou seja, cidades que possuem maiores receita per capita normalmente são as que realizam os maiores gastos per capita em saúde e vice-versa. Isso porque as principais receitas correntes são vinculadas à área. Todas as cinco cidades citadas com os menores gastos per capita em saúde constam na lista das dez menores receitas per capita no Estado. E, das dez cidades com maior despesa com saúde per capita, seis delas estão na lista das dez maiores receitas per capita.

► Saúde - 2005-2010

Regiões e municípios	2005	2006	2007	2008	2009	2010	Varição 2010/ 2009	Partic. na desp. total 2010	Gasto em saúde com recursos próprios sobre a receita vinculada ^a	Gasto com saúde per capita 2010 em R\$
	em R\$ mil - IPCA médio de 2010						em %			
MS Noroeste	92.447,0	113.583,0	115.702,9	126.441,1	132.797,6	148.583,7	11,9	21,1	19,2	359,8
Água Doce do Norte	2.261,2	3.507,9	3.677,2	3.859,3	3.691,1	3.710,0	0,5	16,0	18,1	389,8
Água Branca	2.212,6	2.683,1	2.489,6	3.473,3	3.203,1	5.488,3	71,3	25,4	19,4	466,3
Alto Rio Novo	2.291,1	2.470,4	2.374,3	2.671,1	3.596,3	3.590,7	-0,2	23,6	18,4	491,7
Baixo Guandu	7.186,6	9.449,2	8.548,0	8.742,8	9.001,8	8.839,5	-1,8	18,3	17,1	303,9
Barra de São Francisco	716,4	7.620,7	8.082,2	9.976,8	9.738,7	10.712,5	10,0	18,5	18,8	263,8
Boa Esperança	3.761,1	4.339,4	4.384,3	4.548,2	5.025,5	5.642,3	12,3	22,5	18,7	397,4
Colatina	28.423,9	30.908,0	33.621,4	31.483,5	33.077,2	39.376,6	19,0	22,0	17,5	352,2
Ecoporanga	7.011,5	8.289,1	7.774,7	9.932,2	9.462,1	10.022,4	5,9	24,3	33,2	431,6
Governador Lindenberg	3.846,8	4.243,2	4.132,5	4.543,2	4.427,3	5.217,9	17,9	23,8	21,6	479,9
Mantenópolis	4.004,8	3.738,1	3.984,3	4.421,4	4.215,7	4.532,4	7,5	19,4	16,5	333,3
Mariângia	3.838,1	4.213,9	4.039,8	4.630,8	5.503,8	5.378,2	-2,3	24,8	22,5	484,2
Nova Venécia	9.033,3	10.946,7	11.048,1	13.362,0	16.269,8	17.003,3	4,5	22,3	16,5	369,5
Pancas	5.626,5	6.693,8	6.614,3	6.782,0	6.434,4	7.674,4	19,3	23,1	21,8	356,6
São Domingos do Norte	1.851,4	2.279,6	2.744,1	3.030,7	3.289,9	3.456,6	5,1	19,5	18,6	431,2
São Gabriel da Palha	5.496,0	6.201,1	6.094,5	6.969,3	8.751,9	10.307,0	17,8	19,0	16,6	323,5
Vila Pavão	2.087,2	2.705,6	2.439,1	2.695,2	2.626,8	2.368,1	-9,9	13,4	16,0	273,1
Vila Valério	2.798,2	3.293,2	3.654,6	5.319,1	4.482,2	5.263,5	17,4	19,1	18,8	380,6
MS Litoral Norte	153.473,1	166.249,6	178.685,4	207.404,1	210.347,5	241.584,5	14,9	21,5	22,9	440,2
Aracruz	36.454,3	35.709,4	37.896,4	44.667,9	44.372,8	42.186,7	-4,9	19,6	17,2	516,1
Conceição da Barra	8.057,2	8.076,4	7.715,9	9.275,2	9.404,2	11.003,8	17,0	18,0	16,8	386,4
Fundão	4.030,1	5.372,1	6.329,4	6.871,8	7.716,5	7.041,1	-8,8	20,0	26,7	413,5
Ibiraçu	2.987,6	3.968,7	4.022,3	3.574,0	3.882,9	5.168,5	33,1	22,0	20,0	463,2
Jaguaré	8.495,8	8.949,5	8.536,2	9.410,2	8.245,7	9.489,0	15,1	18,7	15,0	383,9
João Neiva	5.020,9	6.388,5	5.551,2	6.015,9	6.733,3	6.200,9	-7,9	19,9	20,8	392,3
Linhares	42.696,2	47.893,3	56.761,5	65.717,8	65.219,3	83.578,1	28,1	26,1	30,6	591,7
Montanha	4.059,5	5.190,1	5.629,1	6.629,5	6.076,4	6.329,8	4,2	19,3	19,9	354,5
Mucurici	2.149,9	2.498,0	2.476,2	2.739,3	2.547,1	3.137,2	23,2	17,7	17,0	553,1
Pedro Canário	6.242,7	4.639,0	5.804,1	7.093,7	6.357,1	9.066,9	42,6	24,7	18,6	381,1
Piñheiros	5.817,2	5.508,1	6.307,0	7.775,7	8.154,9	9.127,0	11,9	21,5	24,1	382,0
Ponto Belo	2.343,1	3.044,9	2.785,7	2.987,7	3.021,7	3.305,0	9,4	19,7	20,1	473,6
Rio Bananal	4.783,6	5.209,9	5.552,7	6.882,5	7.534,1	9.066,9	20,3	25,1	28,8	517,0
São Mateus	16.588,2	19.275,9	18.422,1	21.692,8	24.934,7	29.388,7	17,9	17,8	23,7	269,5
Sooretama	3.746,8	4.525,9	4.895,6	6.070,0	6.146,9	7.494,9	21,9	21,0	24,4	314,1
MS Central	84.754,4	101.851,8	115.145,8	127.784,1	134.029,4	148.318,2	10,7	21,6	19,8	468,7
Afonso Cláudio	7.377,8	8.101,1	7.591,1	8.803,8	8.160,8	8.973,5	10,0	17,5	18,1	288,7
Alfredo Chaves	2.874,3	4.674,5	4.677,9	5.889,9	6.321,9	6.462,2	2,2	24,6	29,1	462,9
Anchieta	11.831,4	14.404,0	19.694,5	18.887,1	22.730,9	25.959,1	14,2	19,0	17,1	1.086,4
Brejetuba	3.937,4	4.261,2	4.463,3	5.043,1	5.363,4	5.454,0	1,7	19,9	22,8	457,5
Conceição do Castelo	3.598,9	4.111,2	4.671,2	4.673,3	4.971,7	5.048,9	1,6	17,9	21,4	432,0
Domingos Martins	6.641,6	7.942,6	8.683,8	9.784,8	11.475,8	13.082,2	14,0	22,7	22,2	411,1
Iconha	3.377,7	4.358,9	4.793,0	4.904,5	4.639,8	5.133,5	10,6	19,8	19,2	410,2
Itaguaçu	2.957,4	4.180,4	5.524,1	5.345,7	5.276,6	5.981,3	13,4	20,1	16,3	423,2
Itarana	2.393,1	2.962,7	3.224,8	4.111,3	3.878,9	4.539,4	17,0	23,1	19,0	417,2
Laranja da Terra	3.125,7	3.711,8	4.054,6	4.460,7	4.587,5	4.737,2	3,3	24,5	22,0	437,6
Marechal Floriano	3.923,1	4.910,9	5.607,5	5.360,1	5.419,0	5.500,7	1,5	20,9	18,3	386,0
Piúma	4.234,0	5.129,6	5.273,7	5.657,5	6.128,0	8.805,4	43,7	24,1	26,0	485,9
Rio Novo do Sul	2.432,0	2.121,2	3.255,8	4.171,3	4.196,4	4.357,0	3,8	22,5	25,0	384,5
Santa Leopoldina	2.970,1	3.342,6	4.216,1	4.881,1	4.209,3	4.564,9	8,4	19,5	18,1	372,5
Santa Maria de Jetibá	8.867,2	10.137,5	10.283,7	12.043,9	12.079,7	12.779,2	5,8	23,0	19,5	373,9
Santa Teresa	5.419,0	6.940,3	7.872,2	9.479,8	10.879,3	11.083,8	1,9	26,7	17,7	508,1
São Roque do Canaã	2.785,5	3.927,1	4.065,7	5.071,5	4.856,9	6.051,9	24,6	29,1	26,6	536,2
Venda Nova do Imigrante	6.008,0	6.634,1	7.192,7	8.214,6	8.853,6	9.804,1	10,7	24,5	17,5	479,0
Região Metropolitana	289.968,4	324.816,8	377.871,5	425.296,9	446.755,0	466.972,6	4,5	15,2	16,6	279,9
Cariacica	26.940,2	28.780,2	35.483,2	39.032,8	38.782,3	46.647,3	20,3	14,4	16,1	133,7
Guarapari	12.344,1	17.401,9	16.594,3	19.028,3	19.436,9	25.569,2	31,5	15,5	17,5	243,0
Serra	73.103,7	79.796,9	85.633,2	111.475,3	128.357,1	128.749,5	0,3	18,7	17,9	314,5
Viana	9.791,2	12.936,7	11.785,3	12.962,2	14.165,0	15.719,3	11,0	16,8	22,3	241,8
Vila Velha	46.846,2	51.851,3	55.968,7	65.794,5	68.381,3	77.259,5	13,0	13,5	17,0	186,4
Vitória	120.942,9	134.049,7	172.406,7	177.003,7	177.632,3	173.027,7	-2,6	14,0	15,4	531,7
MS Sul	113.989,0	128.195,6	144.155,0	170.873,6	169.462,9	187.844,8	10,8	18,4	21,2	331,9
Alegre	6.956,9	8.563,2	10.514,7	10.319,9	11.565,7	13.017,4	12,6	22,9	24,4	422,9
Apiacá	2.312,4	3.127,4	3.017,2	3.251,9	3.018,6	2.758,5	-8,6	20,8	19,7	367,2
Atílio Vivacqua	4.027,6	4.122,5	4.346,9	4.651,8	4.848,6	4.943,3	2,0	23,8	29,0	502,4
Bom Jesus do Norte	2.569,0	3.069,7	2.785,6	4.398,4	3.416,7	4.318,4	26,4	25,9	22,7	455,6
Cachoeiro de Itapemirim	26.012,1	28.081,0	33.092,0	38.751,9	33.606,2	35.918,0	6,9	15,6	15,3	189,2
Castelo	7.545,5	8.903,5	10.274,7	10.755,4	11.500,1	12.211,4	6,2	21,9	19,6	350,6
Divino de São Lourenço	1.618,4	2.178,9	1.811,9	2.361,0	2.182,5	2.102,1	-3,7	19,3	16,5	465,6
Dores do Rio Preto	1.961,8	2.399,5	2.666,5	2.987,6	2.611,1	3.008,0	15,2	22,8	24,7	470,1
Guaçuí	4.850,1	6.011,4	7.900,3	8.654,3	8.570,6	11.193,7	30,6	21,1	20,4	401,9
Ibatiba	4.822,3	5.879,8	6.511,0	7.639,2	7.155,4	7.502,5	4,9	22,3	23,2	335,7
Itirama	2.485,6	1.683,4	1.828,8	4.142,2	3.353,3	3.574,0	6,6	21,1	21,4	398,7
Irupi	2.536,7	3.156,7	3.409,0	4.209,9	4.094,5	4.209,2	2,8	20,3	19,1	358,9
Itapemirim	6.259,9	7.103,4	7.443,1	9.759,9	9.552,9	11.969,1	25,3	15,7	18,5	386,2
Iúna	4.427,2	5.185,6	5.511,6	6.704,1	5.973,7	7.832,4	31,1	18,0	18,5	286,5
Jerônimo Monteiro	2.318,0	2.624,0	2.796,1	3.114,0	3.287,4	3.280,2	-0,2	16,1	17,0	301,3
Marataizes	5.350,1	5.696,1	6.962,3	8.180,7	9.479,3	10.193,3	7,5	18,8	25,3	298,5
Mimoso do Sul	6.096,6	7.518,8	7.354,8	7.989,9	9.795,2	9.640,8	-1,6	23,0	17,6	372,3
Muniz Freire	4.090,2	4.549,1	5.303,0	6.082,3	6.146,0	6.827,0	11,1	18,4	19,5	371,3
Muqui	4.019,8	4.030,7	4.443,1	4.596,0	5.974,7	5.603,2	-6,2	28,2	23,1	389,2
Presidente Kennedy	5.212,9	4.964,0	5.842,9	10.635,5	11.696,1	14.396,1	23,1	11,5	65,5	1.395,6
São José do Calçado	3.309,6	3.350,1	3.994,6	4.173,2	4.016,4	4.958,8	23,5	22,5	15,5	476,0
Vargem Alta	5.206,2	5.996,7	6.344,8	7.514,4	7.617,8	8.387,3	10,1	21,6	16,1	438,2
TOTAL	734.631,8	834.696,8	931.560,5	1.057.799,7	1.093.392,5	1.193.303,9	9,1	18,0	18,8	339,7

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES), ainda não apreciados em plenário. Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos da Saúde (Siops). Nota: *valores para atender à Emenda Constitucional nº 29, dados do Siops.

► Despesa com saúde

Posição	Município	Despesa com saúde em R\$	População
1º	Vitória	173.027.734,4	325.453
2º	Serra	128.749.537,8	409.324
3º	Linhares	83.578.085,9	141.254
4º	Vila Velha	77.259.503,7	414.420
5º	Cariacica	46.647.260,8	348.933
6º	Aracruz	42.186.696,1	81.746
7º	Colatina	39.376.631,3	111.794
8º	Cachoeiro de Itapemirim	35.918.003,7	189.878
9º	São Mateus	29.388.721,9	109.067
10º	Anchieta	25.959.091,5	23.894
11º	Guarapari	25.569.231,3	105.227
12º	Nova Venécia	17.003.344,4	46.020
13º	Viana	15.719.303,3	64.999
14º	Presidente Kennedy	14.396.127,2	10.315
15º	Domingos Martins	13.082.172,4	31.824
16º	Alegre	13.017.413,4	30.784
17º	Santa Maria de Jetibá	12.779.201,0	34.178
18º	Castelo	12.211.356,4	34.826
19º	Itapemirim	11.969.092,2	30.988
20º	Guaçuí	11.193.668,2	27.853
21º	Santa Teresa	11.083.806,9	21.815
22º	Conceição da Barra	11.003.846,1	28.477
23º	Barra de São Francisco	10.712.515,9	40.610
24º	São Gabriel da Palha	10.306.962,6	31.859
25º	Marataízes	10.193.297,0	34.147
26º	Ecoporanga	10.022.368,3	23.223
27º	Venda Nova do Imigrante	9.804.090,2	20.468
28º	Mimoso do Sul	9.640.843,4	25.898
29º	Jaguaré	9.489.026,2	24.718
30º	Pinheiros	9.127.043,3	23.891
31º	Pedro Canário	9.066.897,6	23.789
32º	Rio Bananal	9.066.856,8	17.538
33º	Afonso Cláudio	8.973.508,1	31.086
34º	Baixo Guandu	8.839.461,7	29.086
35º	Piúma	8.805.392,7	18.123
36º	Vargem Alta	8.387.264,6	19.141
37º	Lúna	7.832.367,5	27.340
38º	Pancas	7.674.435,4	21.520
39º	Ibatiba	7.502.547,1	22.346
40º	Sooretama	7.494.941,7	23.860
41º	Fundão	7.041.111,0	17.028
42º	Muniz Freire	6.826.985,5	18.387
43º	Alfredo Chaves	6.462.173,8	13.960
44º	Montanha	6.329.750,8	17.854
45º	João Neiva	6.200.903,6	15.808
46º	São Roque do Canaã	6.051.860,1	11.287
47º	Itaguaçu	5.981.279,3	14.134
48º	Boa Esperança	5.642.320,9	14.199
49º	Muqui	5.603.194,4	14.396
50º	Marechal Floriano	5.500.743,1	14.249
51º	Água Branca	5.488.259,8	11.771
52º	Brejetuba	5.453.978,5	11.921
53º	Marilândia	5.378.169,5	11.107
54º	Vila Valério	5.263.541,6	13.830
55º	Governador Lindenberg	5.217.895,1	10.874
56º	Ibiraçu	5.168.512,4	11.158
57º	Iconha	5.133.490,2	12.514
58º	Conceição do Castelo	5.048.924,6	11.686
59º	São José do Calçado	4.958.838,9	10.417
60º	Atílio Vivácqua	4.943.294,7	9.840
61º	Laranja da Terra	4.737.198,7	10.825
62º	Santa Leopoldina	4.564.882,8	12.255
63º	Itarana	4.539.411,9	10.881
64º	Mantenópolis	4.532.421,6	13.600
65º	Rio Novo do Sul	4.357.037,8	11.333
66º	Bom Jesus do Norte	4.318.439,1	9.479
67º	Irupi	4.209.171,6	11.729
68º	Água Doce do Norte	3.709.978,7	9.517
69º	Alto Rio Novo	3.590.675,9	7.303
70º	Ibitirama	3.574.044,1	8.964
71º	São Domingos do Norte	3.456.646,5	8.016
72º	Ponto Belo	3.304.961,7	6.979
73º	Jerônimo Monteiro	3.280.202,7	10.888
74º	Mucurici	3.137.177,5	5.672
75º	Dores do Rio Preto	3.008.030,7	6.399
76º	Apiacá	2.758.482,3	7.513
77º	Vila Pavão	2.368.085,1	8.672
78º	Divino de São Lourenço	2.102.130,6	4.515
TOTAL		1.193.303.857,4	3.512.672

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES), ainda não apreciados em plenário. População para 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

► Despesa com saúde per capita

Posição	Município	A / B	Despesa com saúde (A) em R\$	População (B)
1º	Presidente Kennedy	1.395,6	14.396.127,2	10.315
2º	Anchieta	1.086,4	25.959.091,5	23.894
3º	Linhares	591,7	83.578.085,9	141.254
4º	Mucurici	553,1	3.137.177,5	5.672
5º	São Roque do Canaã	536,2	6.051.860,1	11.287
6º	Vitória	531,7	173.027.734,4	325.453
7º	Rio Bananal	517,0	9.066.856,8	17.538
8º	Aracruz	516,1	42.186.696,1	81.746
9º	Santa Teresa	508,1	11.083.806,9	21.815
10º	Atílio Vivácqua	502,4	4.943.294,7	9.840
11º	Alto Rio Novo	491,7	3.590.675,9	7.303
12º	Piúma	485,9	8.805.392,7	18.123
13º	Marilândia	484,2	5.378.169,5	11.107
14º	Governador Lindenberg	479,9	5.217.895,1	10.874
15º	Venda Nova do Imigrante	479,0	9.804.090,2	20.468
16º	São José do Calçado	476,0	4.958.838,9	10.417
17º	Ponto Belo	473,6	3.304.961,7	6.979
18º	Dores do Rio Preto	470,1	3.008.030,7	6.399
19º	Água Branca	466,3	5.488.259,8	11.771
20º	Divino de São Lourenço	465,6	2.102.130,6	4.515
21º	Ibiraçu	463,2	5.168.512,4	11.158
22º	Alfredo Chaves	462,9	6.462.173,8	13.960
23º	Brejetuba	457,5	5.453.978,5	11.921
24º	Bom Jesus do Norte	455,6	4.318.439,1	9.479
25º	Vargem Alta	438,2	8.387.264,6	19.141
26º	Laranja da Terra	437,6	4.737.198,7	10.825
27º	Conceição do Castelo	432,0	5.048.924,6	11.686
28º	Ecoporanga	431,6	10.022.368,3	23.223
29º	São Domingos do Norte	431,2	3.456.646,5	8.016
30º	Itaguaçu	423,2	5.981.279,3	14.134
31º	Alegre	422,9	13.017.413,4	30.784
32º	Itarana	417,2	4.539.411,9	10.881
33º	Fundão	413,5	7.041.111,0	17.028
34º	Domingos Martins	411,1	13.082.172,4	31.824
35º	Iconha	410,2	5.133.490,2	12.514
36º	Guaçuí	401,9	11.193.668,2	27.853
37º	Ibitirama	398,7	3.574.044,1	8.964
38º	Boa Esperança	397,4	5.642.320,9	14.199
39º	João Neiva	392,3	6.200.903,6	15.808
40º	Água Doce do Norte	389,8	3.709.978,7	9.517
41º	Muqui	389,2	5.603.194,4	14.396
42º	Conceição da Barra	386,4	11.003.846,1	28.477
43º	Itapemirim	386,2	11.969.092,2	30.988
44º	Marechal Floriano	386,0	5.500.743,1	14.249
45º	Rio Novo do Sul	384,5	4.357.037,8	11.333
46º	Jaguaré	383,9	9.489.026,2	24.718
47º	Pinheiros	382,0	9.127.043,3	23.891
48º	Pedro Canário	381,1	9.066.897,6	23.789
49º	Vila Valério	380,6	5.263.541,6	13.830
50º	Santa Maria de Jetibá	373,9	12.779.201,0	34.178
51º	Santa Leopoldina	372,5	4.564.882,8	12.255
52º	Mimoso do Sul	372,3	9.640.843,4	25.898
53º	Muniz Freire	371,3	6.826.985,5	18.387
54º	Nova Venécia	369,5	17.003.344,4	46.020
55º	Apiacá	367,2	2.758.482,3	7.513
56º	Irupi	358,9	4.209.171,6	11.729
57º	Pancas	356,6	7.674.435,4	21.520
58º	Montanha	354,5	6.329.750,8	17.854
59º	Colatina	352,2	39.376.631,3	111.794
60º	Castelo	350,6	12.211.356,4	34.826
61º	Ibatiba	335,7	7.502.547,1	22.346
62º	Mantenópolis	333,3	4.532.421,6	13.600
63º	São Gabriel da Palha	323,5	10.306.962,6	31.859
64º	Serra	314,5	128.749.537,8	409.324
65º	Sooretama	314,1	7.494.941,7	23.860
66º	Baixo Guandu	303,9	8.839.461,7	29.086
67º	Jerônimo Monteiro	301,3	3.280.202,7	10.888
68º	Marataízes	298,5	10.193.297,0	34.147
69º	Afonso Cláudio	288,7	8.973.508,1	31.086
70º	Lúna	286,5	7.832.367,5	27.340
71º	Vila Pavão	273,1	2.368.085,1	8.672
72º	São Mateus	269,5	29.388.721,9	109.067
73º	Barra de São Francisco	263,8	10.712.515,9	40.610
74º	Guarapari	243,0	25.569.231,3	105.227
75º	Viana	241,8	15.719.303,3	64.999
76º	Cachoeiro de Itapemirim	189,2	35.918.003,7	189.878
77º	Vila Velha	186,4	77.259.503,7	414.420
78º	Cariacica	133,7	46.647.260,8	348.933
TOTAL		339,7	1.193.303.857,4	3.512.672

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES), ainda não apreciados em plenário. População para 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Gasto com saúde - 2010

Regiões e municípios	Gastos com saúde A	Receita SUS B	Gasto com recursos próprios C = A - B	Receita SUS / Total saúde B / A	Rec. próprios / Total saúde C / A
	em R\$ mil - IPCA médio de 2010			em %	
MS Noroeste	148.583,7	62.349,5	86.234,3	42,0	58,0
Água Doce do Norte	3.710,0	1.603,3	2.106,6	43,2	56,8
Águia Branca	5.488,3	1.965,9	3.522,4	35,8	64,2
Alto Rio Novo	3.590,7	1.166,6	2.424,1	32,5	67,5
Baixo Guandu	8.839,5	2.382,7	6.456,7	27,0	73,0
Barra de São Francisco	10.712,5	5.038,1	5.674,4	47,0	53,0
Boa Esperança	5.642,3	2.231,5	3.410,8	39,6	60,4
Colatina	39.376,6	23.244,5	16.132,1	59,0	41,0
Ecoporanga	10.022,4	3.751,2	6.271,2	37,4	62,6
Governador Lindenberg	5.217,9	1.551,5	3.666,4	29,7	70,3
Mantenópolis	4.532,4	2.074,3	2.458,1	45,8	54,2
Marilândia	5.378,2	1.286,1	4.092,1	23,9	76,1
Nova Venécia	17.003,3	6.417,2	10.586,1	37,7	62,3
Pancas	7.674,4	3.244,2	4.430,3	42,3	57,7
São Domingos do Norte	3.456,6	829,1	2.627,5	24,0	76,0
São Gabriel da Palha	10.307,0	4.085,3	6.221,6	39,6	60,4
Vila Pavão	2.368,1	521,6	1.846,4	22,0	78,0
Vila Valério	5.263,5	956,1	4.307,4	18,2	81,8
MS Litoral Norte	241.584,5	73.154,3	168.430,2	30,3	69,7
Aracruz	42.186,7	14.527,0	27.659,7	34,4	65,6
Conceição da Barra	11.003,8	4.021,1	6.982,7	36,5	63,5
Fundão	7.041,1	1.818,5	5.222,6	25,8	74,2
Ibiraçu	5.168,5	985,8	4.182,7	19,1	80,9
Jaguare	9.489,0	3.260,2	6.228,9	34,4	65,6
João Neiva	6.200,9	2.106,8	4.094,1	34,0	66,0
Linhares	83.578,1	23.951,2	59.626,9	28,7	71,3
Montanha	6.329,8	2.055,8	4.273,9	32,5	67,5
Mucurici	3.137,2	1.319,4	1.817,8	42,1	57,9
Pedro Canário	9.066,9	3.469,8	5.597,1	38,3	61,7
Pinheiros	9.127,0	2.970,2	6.156,8	32,5	67,5
Ponto Belo	3.305,0	1.306,7	1.998,2	39,5	60,5
Rio Bananal	9.066,9	1.960,8	7.106,1	21,6	78,4
São Mateus	29.388,7	7.179,5	22.209,2	24,4	75,6
Sooretama	7.494,9	2.221,5	5.273,4	29,6	70,4
MS Central	148.318,2	44.838,7	103.479,5	30,2	69,8
Afonso Cláudio	8.973,5	4.020,1	4.953,4	44,8	55,2
Alfredo Chaves	6.462,2	1.406,1	5.056,0	21,8	78,2
Anchieta	25.959,1	4.173,7	21.785,4	16,1	83,9
Brejetuba	5.454,0	1.591,4	3.862,6	29,2	70,8
Conceição do Castelo	5.048,9	1.220,4	3.828,6	24,2	75,8
Domingos Martins	13.082,2	5.289,3	7.792,9	40,4	59,6
Iconha	5.133,5	1.118,9	4.014,6	21,8	78,2
Itaguaçu	5.981,3	2.920,8	3.060,5	48,8	51,2
Itarana	4.539,4	1.471,6	3.067,8	32,4	67,6
Laranja da Terra	4.737,2	1.091,7	3.645,5	23,0	77,0
Marechal Floriano	5.500,7	1.863,3	3.637,5	33,9	66,1
Piúma	8.805,4	2.148,3	6.657,1	24,4	75,6
Rio Novo do Sul	4.357,0	1.208,1	3.148,9	27,7	72,3
Santa Leopoldina	4.564,9	1.239,1	3.325,8	27,1	72,9
Santa Maria de Jetibá	12.779,2	4.578,7	8.200,5	35,8	64,2
Santa Teresa	11.083,8	4.906,5	6.177,3	44,3	55,7
São Roque do Canaã	6.051,9	1.769,3	4.282,5	29,2	70,8
Venda Nova do Imigrante	9.804,1	2.821,5	6.982,5	28,8	71,2
Região Metropolitana	466.972,6	108.682,4	358.290,2	23,3	76,7
Cariacica	46.647,3	16.822,7	29.824,6	36,1	63,9
Guarapari	25.569,2	8.903,4	16.665,8	34,8	65,2
Serra	128.749,5	24.514,4	104.235,1	19,0	81,0
Viana	15.719,3	4.718,9	11.000,4	30,0	70,0
Vila Velha	77.259,5	23.344,3	53.915,2	30,2	69,8
Vitória	173.027,7	30.378,7	142.649,0	17,6	82,4
MS Sul	187.844,8	64.474,8	123.370,0	34,3	65,7
Alegre	13.017,4	6.217,1	6.800,4	47,8	52,2
Apiaçá	2.758,5	1.100,1	1.658,4	39,9	60,1
Atilio Vivacqua	4.943,3	1.291,2	3.652,1	26,1	73,9
Bom Jesus do Norte	4.318,4	1.214,3	3.104,2	28,1	71,9
Cachoeiro de Itapemirim	35.918,0	12.838,5	23.079,5	35,7	64,3
Castelo	12.211,4	4.106,1	8.105,3	33,6	66,4
Divino de São Lourenço	2.102,1	689,7	1.412,4	32,8	67,2
Dores do Rio Preto	3.008,0	647,4	2.360,7	21,5	78,5
Guaçuí	11.193,7	4.949,6	6.244,0	44,2	55,8
Ibatiba	7.502,5	2.884,9	4.617,6	38,5	61,5
Ibitirama	3.574,0	1.414,4	2.159,6	39,6	60,4
Irupi	4.209,2	993,7	3.215,5	23,6	76,4
Itapemirim	11.969,1	2.795,4	9.173,7	23,4	76,6
Lúna	7.832,4	2.653,5	5.178,8	33,9	66,1
Jerônimo Monteiro	3.280,2	1.193,1	2.087,1	36,4	63,6
Marataizes	10.193,3	3.580,6	6.612,7	35,1	64,9
Mimoso do Sul	9.640,8	4.459,1	5.181,7	46,3	53,7
Muniz Freire	6.827,0	2.205,3	4.621,7	32,3	67,7
Muqui	5.603,2	2.221,1	3.382,1	39,6	60,4
Presidente Kennedy	14.396,1	1.519,6	12.876,5	10,6	89,4
São José do Calçado	4.958,8	2.581,4	2.377,5	52,1	47,9
Vargem Alta	8.387,3	2.918,8	5.468,5	34,8	65,2
TOTAL	1.193.303,9	353.499,6	839.804,2	29,6	70,4

Fonte: balanços municipais de 2010, coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES), não apreciados em plenário.

14,7%

A mais de receita
corrente líquida
desde 2009

25%

A mais de movimentação
econômica desde 2009
12% a mais que a média
do Estado

42,7%

A mais de ISS



**OPORTUNIDADE, SERIEDADE E AÇÃO.
QUEM TORCE PARA DAR CERTO, CRESCE.**



PREFEITURA MUNICIPAL

CACHOEIRO
DE ITAPEMIRIM

Cachoeiro, quem te ama torce para dar certo.

Resolvendo um **grande** problema enquanto ele ainda é **pequeno**



A modelagem do desenvolvimento brasileiro verificado na segunda metade do século passado promoveu um intenso processo de migração rural-urbana. Os bônus da industrialização centraram-se em algumas cidades. Mas seus impactos foram sentidos por todo o país. A migração em massa para as cidades impôs aos brasileiros uma profunda mudança de valores culturais e, também, que uma gigante parcela vivesse em situação de pobreza e com crescente violência urbana. O poder público não conseguiu ofertar serviços ao ritmo do crescimento das demandas sociais, agravando o abismo social entre os mais ricos e os mais pobres. Esta é uma tendência que se verifica: a demanda cresce em progressão geométrica enquanto a oferta de serviços cresce em progressão aritmética. A reversão desse processo, ou seja, o conserto dessa realidade, é custoso e lento. Os índices de concentração de renda do país ainda figuram no topo da desigualdade, rivalizando com os países mais pobres do planeta.

Experimentamos, no período dos “grandes projetos”, uma entressafra de gerações. Depois dos babyboomers (que tinham expectativa de bons empregos), vieram os “X” (mais educados, os atuais executivos), depois os “Y” (com novos valores e comportamentos). Agora já se fala na geração “Z”, conectada à tecnologia, ágil, fazendo várias coisas ao mesmo tempo, uma geração que não conheceu o mundo sem telefone celular. Fala-se em seis classes de consumo e a agenda social está mudando. Os modelos, as causas, as grandes bandeiras, as imagens aguardam serem eleitas pela sociedade, e ainda não sabemos ao certo o que queremos nos tornar no futuro. Esses valores e anseios da população desse novo tempo precisam estar inseridos nas políticas públicas para mantermos os talentos, base para o nosso melhor desenvolvimento.

O Espírito Santo possui características peculiares em seu desenvolvimento. Com uma industrialização mais tardia que a verificada nos estados vizinhos, ainda estamos vivenciando esse crescimento. As decisões econômicas criaram algumas grandes plantas industriais (dos setores de mineração, siderurgia e celulose) que modificariam sobremaneira a composição de nosso PIB, até então concentrado nos galhos da cafeicultura, nos tornando grande exportador de *commodities*. Os incentivos fiscais e financeiros estaduais constituídos nesse período contribuíram para moldar a economia capixaba como sendo especializada em comércio exterior.

O Estado experimentou, em poucas décadas, a mesma rápida concentração urbana pela qual passou o Brasil. Produziu bolsões de pobreza na metrópole e esvaziamento de sua zona rural (ainda que nossa estrutura fundiária centrada em produtores familiares nos oferecesse uma melhor distribuição da terra que a encontrada em quase todo o país) de forma a questionarmos o bem-estar social alcançado pelos capixabas.

As concretas projeções de investimento em novas grandes plantas industriais (sob a liderança da indústria do petróleo e do gás) nos garantem um crescimento a taxas chinesas nesta década. Mas poderíamos continuar com a sensação de que o crescimento econômico do Estado não distribui os seus frutos para todos. Haveria, então, um modelo a seguir?

Certamente, o que queremos nos tornar não inclui o desenvolvimento econômico concentrado em alguns municípios, que alimenta a criação de novos bolsões de miséria em centros dinâmicos e o esvaziamento de outras cidades e mesmo de arranjos produtivos tradicionais no Estado, como agricultura, vestuário, móveis, ou rochas ornamentais.

O conceito de sustentabilidade em suas vertentes econômica, social, ambiental e cultural nos disciplina a buscar um desenvolvimento que atenda às necessidades do presente, sem comprometer a possibilidade das gerações futuras de também atenderem as suas próprias necessidades.

Vemos filhos deixando a terra dos pais para buscar um futuro melhor em cidades maiores. Nas regiões capixabas de baixo dinamismo econômico podemos perceber a insegurança de chefes de família quanto ao futuro de seus filhos e, diante de um novo ciclo de crescimento, agora concentrado na faixa litorânea capixaba, sentem-se atraídos por mais um chamamento para a migração.



É preciso transformar essas regiões interioranas, carentes de dinamismo, em comunidades empreendedoras com qualidade de vida atraente, inclusive, para os jovens por meio de ações que garantam um desenvolvimento regionalmente equilibrado. Mas haveria um modelo a seguir? Qual o Estado no país – ou no mundo – que poderia servir de inspiração para o Espírito Santo construir o seu modelo de desenvolvimento? Nós, capixabas, irmãos mais novos e durante muito tempo “primos pobres” do Sudeste do país, devíamos nos inspirar na lição ensinada pelos nossos vizinhos e não repetir um modelo de crescimento concentrador de riqueza que, depois de implantado, demanda do setor público recursos vultosos para resgatar os cidadãos excluídos. Repetir o modelo de concentração econômica é repetir o acirramento dos conflitos sociais já vivenciados principalmente nos grandes centros industriais do país. Queremos que em poucas décadas a geração de riqueza que está por vir tenha sido distribuída de forma harmônica entre os capixabas de todas as microrregiões.

Medidas criativas de fortalecimento dos municípios, como o Fundo de Combate às Desigualdades Regionais (FRDR), em que parte dos recursos de royalties que cabe ao Estado passou a ser distribuída aos municípios – segundo critérios que descentralizam recursos de regiões produtoras de petróleo e gás e da região metropolitana –, trazem uma receita nova que, se bem aplicada, melhora a qualidade de vida, a preservação ambiental, além da estrutura nas áreas sociais básicas.

O fortalecimento da rede de cidades capixaba, com criatividade e inovação, e os benefícios que trazem

a criação ou a consolidação de cidades-polo de irradiação de desenvolvimento, com geração de riqueza e empregos, nas diversas microrregiões, são bem mais benéficos para todo o Estado que um modelo de crescimento econômico concentrado em determinada região, nos moldes de décadas atrás.

Além da disputa por localização de grandes plantas, como a implantação de refinaria ou parque petroquímico, o Espírito Santo mobiliza suas instituições para atrair projetos relevantes para a região, principalmente sob a ótica da diversificação econômica, formando novos setores, e para o preenchimento de elos faltantes em nossa cadeia de produção.

A Secretaria de Estado de Desenvolvimento (Sedes) e o Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo (Bandes) articulam-se para atrair projetos de plantas de médio porte, com investimentos previstos entre R\$ 30 milhões e R\$ 100 milhões. Esses investimentos são de empresas âncoras que possuem grande capacidade de atração de outros novos projetos para o Estado, pois demandam contratação de serviços e compra de matérias-primas e insumos de empresas que podemos chamar de satélites. A ótica é a de buscar projetos que promovem o desejado desenvolvimento regional equilibrado, fortalecendo a rede de cidades, e não apenas lançar qualquer empresa para determinado município por uma questão de conveniência política.

As empresas satélites atraídas pelas âncoras distribuídas pelas cidades do entorno tornam-se ainda mais relevantes quando localizadas no interior, pois poderão ser responsáveis por um ciclo virtuoso de dinamismo regional ainda não vivenciado no Estado. Já estão sendo atraídas empresas nacionais, reconhecidas pela tradição e qualidade de seus produtos, de setores de bens duráveis e com considerável geração de valor agregado. O Espírito Santo já conseguiu atrair unidades fabris de motores elétricos, eletrodomésticos, estruturas metálicas para sistema de armazenagem, móveis de aço, entre outros. E que venham as empresas satélites.

Essas unidades fabris de médio porte, foco de atuação da articulação do Bandes e da Sedes para implantarem-se no interior ou em regiões deprimidas da Grande Vitória, harmonizam o desenvolvimento e são potenciais geradoras de emprego, além de demandantes de qualificação profissional. Normalmente, são empresas que estão expandindo seus novos negócios para outros estados devido a problemas típicos de grandes centros industriais – caso de mão de obra escassa e de custos

elevados de terrenos caros no seu entorno -, além de encontrarem no Estado incentivos fiscais e financeiros, rede de ensino técnico, vocações regionais e infraestrutura adequados. Outro fator a ser reconhecido é que esses projetos (âncoras e satélites) poderão contribuir para a melhor distribuição da quota-parte do ICMS para os municípios que os sediarem. O Estado está numa posição logística privilegiada para integrar o Norte e o Sul do país.

Outro fator de desigualdade é a legislação de distribuição dos recursos arrecadados pelo ICMS, que precisa ser revista. Deve ser superada a lógica de concentrar os recursos em municípios de baixa população que possuem grandes plantas industriais, pois esse modelo revelou-se concentrador de novos investimentos e condenou milhares de municípios brasileiros a mal sobreviverem de transferências que, a cada novo ciclo, se concentram ainda mais nos municípios industrializados.

O modelo chega a ser perverso quando, como é o caso do Espírito Santo, as grandes plantas industriais sequer recolhem ICMS (por se tratar de exportações desoneradas de impostos) e, ao serem pesados os critérios da distribuição da quota-parte do ICMS, retira-se parte dos recursos de outros municípios mais pobres, transferindo o ICMS recolhido ao município industrializado.

Alguns dados do Índice de Participação Municipal (IPM) na distribuição da quota-parte do ICMS ilustram a desigualdade na distribuição da receita desse imposto entre os municípios capixabas. Atualmente, somente cinco concentram mais da metade (51%) do IPM, sendo que Vitória e Serra juntas ficam com 36%. Alguns municípios do interior do Estado, que já tiveram participação importante na economia capixaba, como Cachoeiro de Itapemirim e Colatina, vêm perdendo parcela no IPM: o primeiro passou de 4,951% em 1990 para 3,181% em 2010, ao passo que Colatina caiu de 5,262% para 2,279% em iguais períodos.

A discussão da reforma tributária possui inúmeros vieses – um deles seria a revisão do pacto federativo, principalmente quanto à discussão da redistribuição das receitas com impostos arrecadados, pois os municípios ficam com apenas 14% do total, os estados com 26% e a União com 60%¹. Descentralizar esses recursos é uma medida necessária para o melhor equilíbrio do desenvolvimento.

Outra aposta é a negociação para que as empresas a

¹ Estimativas da Frente Nacional de Prefeitos (FNP), em junho de 2011.

serem atraídas ao Estado tragam, junto com sua planta industrial, unidades de pesquisa e desenvolvimento, como forma de estimular no Estado a produção de conhecimento, de integração do ensino e da pesquisa ao mercado – ações que também estão previstas no planejamento estratégico do atual Governo.

De acordo com estudo da Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores (Anprotec), o Brasil já conta com 75 parques tecnológicos, que englobam mais de 500 empresas e já geram mais de 26 mil novos empregos. Estima-se que existam hoje cerca de 1.500 iniciativas semelhantes em todo o mundo. Como exemplo nacional, podemos citar o parque tecnológico da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), criado em torno do Centro de Pesquisas da Petrobras (Cenpes), que possui 16 nascentes em sua incubadora e começa agora a receber uma leva de grandes empresas, atraídas pelas oportunidades surgidas com os enormes desafios tecnológicos da exploração do pré-sal.

Os resultados dos parques já instalados no Brasil mostram que eles vêm cumprindo uma função essencial na realidade econômica, social e tecnológica em que estão inseridos. Esses centros podem ter grande impacto regional/setorial no âmbito nacional, ou, e acredito que assim seria no caso do Espírito Santo, focados em necessidades e desafios microrregionais e

locais. São ambientes de inovações assim, no campo da Ciência e da Tecnologia, que o Bandes quer apoiar, a fim de transformar conhecimento em riqueza.

O Bandes é instrumento da política estadual de combate às desigualdades regionais. Busca cumprir seu papel de diferentes formas: apoiando fortemente atividades geradoras de emprego e renda, como o crédito para investimento aos produtores familiares do campo; o crédito às micro e pequenas empresas e informais de todo o Estado; e os financiamentos a taxas atraentes aos diversos arranjos produtivos. O banco atua como líder em consórcios bancários para apoiar a implantação ou a ampliação de plantas industriais de portes médio e grande, trabalha na atração de novas empresas, em articulação com a Sedes, e, principalmente, atua como articulador e indutor do desenvolvimento descentralizado por meio de incentivos fiscais e financeiros em consonância com o plano estratégico de desenvolvimento do Espírito Santo. É mais fácil resolver um grande problema enquanto ele ainda é pequeno: nosso foco é buscar distribuir os frutos do progresso com maior igualdade e equilíbrio para usufruirmos, em poucas décadas, de um crescimento harmônico em todos os municípios, com oportunidades para todos. Esse é o modelo de desenvolvimento que almejamos. O desafio que se apresenta é o de trabalhar com a intensidade necessária para a promoção de um novo padrão de desenvolvimento com maior equilíbrio entre as regiões capixabas.

* Diretor-presidente do Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo (Bandes).





Guilherme Henrique Pereira*
Regis Mattos Teixeira**
Henrique Rato Zanandréa***

O Sistema de Gestão por resultados em implantação

A sociedade do século XXI escreve a sua história em um ambiente que se consolida como resultado de muitas transformações ocorridas no plano tecnológico que mudaram radicalmente muitos processos de produção, procedimentos de prestação de serviços, volume de informações recebidas pelos indivíduos, hábitos de consumo e vários outros. Talvez a característica comum e marcante em todas essas transformações seja a velocidade que ganharam: se antes uma inovação reinava por décadas,

na atualidade pode durar meses. Nesse novo ambiente, a busca constante pela eficiência tornou-se ainda mais notada como condição necessária para a manutenção e o crescimento das organizações. Um movimento não restrito à produção, mas que abrange também a gestão, que em algumas organizações são fontes importantes de geração de ganhos. Em todos os processos, as metodologias se deslocam para a focalização dos resultados, dadas certas premissas de qualidade.

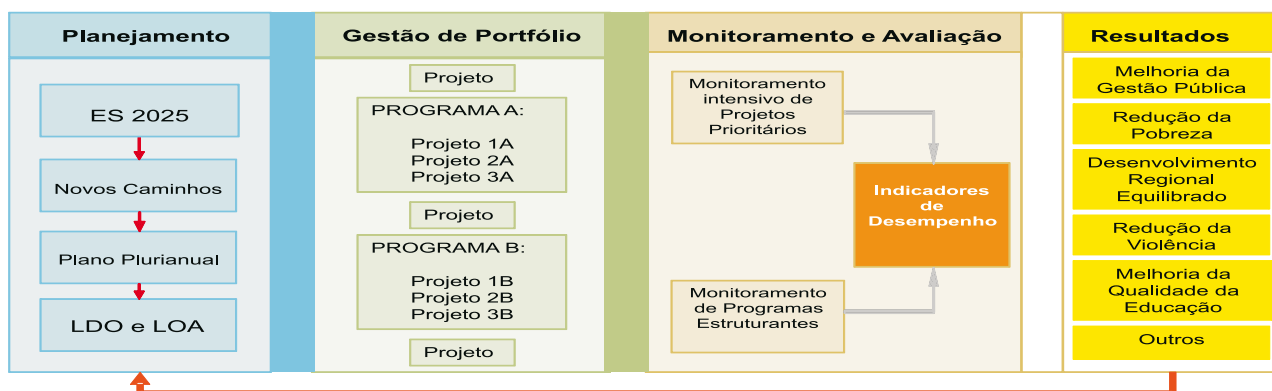
As empresas compreenderam mais rapidamente a necessidade de mudanças na gestão e várias metodologias passaram a ser testadas, todas com o propósito de intensificar a supervisão voltada para a obtenção de resultados. As ferramentas de prospecção de mudanças tecnológicas, de mercado e de planejamento estão sendo aperfeiçoadas e utilizadas de maneira mais destacada.

A administração pública também vem implementando inovações em seus processos, para alcançar ganhos significativos de eficiência. São organizações muito complexas, porque são responsáveis por entregas diversificadas, desde estradas, portos, educação, saúde, regulação dos mercados até promoção do desenvolvimento. O único responsável é o governante máximo eleito de forma democrática e, por isso mesmo, obrigado a prestar contas a um espectro amplo de grupos de interesse com suas demandas diversificadas. A democracia, a transparência, a participação social e a facilidade de comunicação impõem uma crescente cobrança por resultados. Embora saudável para a gestão da coisa pública, tal pressão só poderá encontrar resposta positiva se os gestores perceberem a inevitabilidade do planejamento. Mas o alcance da eficiência necessária ao atendimento das demandas contemporâneas exigirá também mudança de cultura: a gestão burocrática deve ceder lugar à gestão por resultados.

A estratégia desenvolvida pelo Governo do Estado do Espírito Santo usa como ponto de partida os cenários traçados pelos documentos “ES 2025” e “Novos Caminhos”, sempre alinhada com as diretrizes traçadas no Plano Plurianual e nas leis orçamentárias, buscando alcançar a consolidação de uma administração pública profissional, transparente, ética e de alto desempenho, marcada pela provisão de serviços de qualidade e pela existência de um planejamento estratégico de longo prazo, em que as ações do Governo primem pela excelência e qualidade com o intuito de alcançar as metas de resultados que atendam aos interesses da sociedade.

O Governo trabalha com a construção de uma carteira de portfólio, no qual um conjunto de projetos agrupados em programas é estabelecido, possibilitando assim um gerenciamento mais eficaz dos trabalhos definidos. Essa forma de acompanhamento das ações do governo possibilita melhora na alocação de recursos, maior colaboração inter-setorial, maior equilíbrio nas ações e direcionamento do foco nos resultados.

Com o intuito de acompanhar o desempenho, a qualidade e a consistência da execução da estratégia traçada, o Governo desenvolve um trabalho intensivo de monitoramento e avaliação do portfólio de programas e de projetos prioritários, visando aos resultados almejados.





O sistema atualmente em implantação no Governo do Estado do Espírito Santo avança na direção acima mencionada: dispor de um plano bem definido e de um sistema de gestão voltado para maximizar entregas dada a disponibilidade de recursos.

Para a construção do Plano de Governo (Novos Caminhos) foram definidas quatro premissas e dois focos prioritários. Em consonância com os princípios defendidos pelo Governador, pelo seu partido e pela aliança estabelecida, as premissas foram fixadas em quatro vertentes: responsabilidade ambiental, governança democrática, transparência e responsabilidade fiscal. Da mesma forma, definiram-se como focos prioritários os segmentos mais vulneráveis da população e o desenvolvimento regionalmente equilibrado. A partir desse conjunto de fundamentos, foram fixados dez objetivos estratégicos, identificados os principais desafios em cada um, as estratégias para enfrentá-los, bem como os projetos que serão executados. Em alguns casos, dada a relevância e sinergia de um conjunto de projetos e ações,

organizaram-se programas estruturantes que receberão um gerenciamento mais intensivo.

Para buscar a excelência na implementação das ações ora planejadas, foram utilizadas as melhores ferramentas de gestão disponíveis nos setores público e privado, no Brasil e no mundo. A experiência exitosa em gerenciamento de projetos, adotada no Governo do Estado, está sendo aperfeiçoada e expandida, incorporando a gestão estratégica de programas estruturantes e o monitoramento de projetos e ações prioritários.

Com base nesse conhecimento foi construído um modelo de gestão adequado às especificidades do Governo e às necessidades do Estado. Esse modelo tem como base tática um processo decisório que privilegia a construção conjunta de soluções, por meio de comitês temáticos para cada um dos Eixos Estratégicos. Esses comitês, liderados pelo governador, são responsáveis pela orientação, coordenação e avaliação dos programas e projetos a eles relacionados.

Os programas e projetos têm metas e gerentes, devidamente cadastrados em um sistema próprio, que permite o acompanhamento cuidadoso e permanente pela alta administração. Já o monitoramento da execução da carteira de projetos ocorre em reuniões periódicas com o governador.

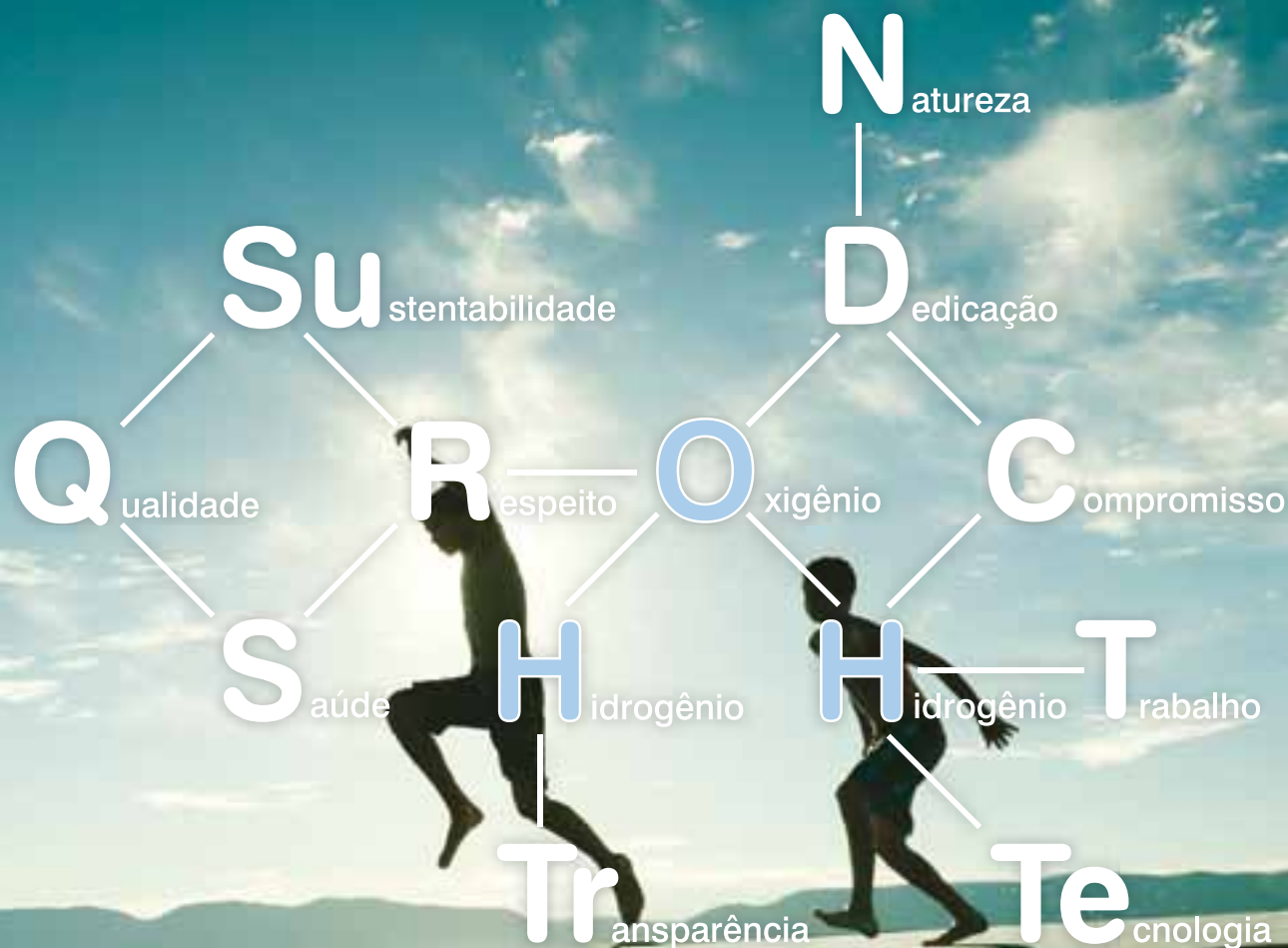
Cada reunião versa sobre o conjunto de programas e projetos que compõe um eixo estratégico. São avaliados o cumprimento do cronograma e o alcance das metas estabelecidas, bem como os obstáculos e as ameaças à plena execução de cada item. As alternativas de correções e a distribuição de responsabilidades para a solução são devidamente registradas para orientar o acompanhamento nas semanas seguintes.

Os programas estruturantes são desenhados a partir das prioridades apontadas neste Plano, e têm que responder concretamente aos mais complexos desafios enfrentados pelo Governo. Entre esses, destacam-se a redução da violência, o enfrentamento da pobreza, a melhoria da qualidade da educação e a busca por maior harmonia no desenvolvimento regional.

* Secretário estadual de Planejamento;

** Subsecretário de Planejamento e Projetos;

*** Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental.



Como você pode ver, a fórmula da água da Cesan vai muito além do H₂O.

Sabe qual é o resultado da química que existe entre a Cesan e você? Mais saúde e qualidade de vida. A Cesan investe constantemente no abastecimento de água e no aumento da cobertura de esgotamento sanitário nos 52 municípios atendidos. Com muito trabalho e planejamento, a Cesan foi **eleita uma das 5 melhores empresas de Serviços Públicos do Brasil***, ganhou o **Prêmio Nacional de Qualidade em Saneamento**** e possui diversos programas ambientais de preservação da natureza. Não existe mágica nessa fórmula, mas sim um trabalho sério e transparente que se tornou referência no Brasil.

Fundap, Reforma Tributária e os mitos sobre as importações

O presente artigo pretende, de forma sucinta, nivelar informações técnicas sobre o funcionamento do Fundo para o Desenvolvimento das Atividades Portuárias (Fundap), inserindo-o no contexto do projeto de Reforma Tributária atualmente em tramitação no Congresso Nacional, mais especificamente no que tange ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e

sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), e divulgar o recente e brilhante estudo elaborado pelo escritório Rosenberg & Associados – Economia e Finanças para a Associação Brasileira das Empresas de Comércio Exterior (ABECE), intitulado “Importações e Incentivos Fiscais – Desconstruindo Mitos”.



O Fundap

Como mecanismo estadual de fomento, o Fundap, criado em 1970, desempenha um papel crucial enquanto indutor de geração de renda, empregos e tributos. É indiscutível sua relevante função para o processo de desenvolvimento econômico e social do Espírito Santo, pois contribui para o incremento do giro comercial e para o crescimento da formação bruta de capital fixo, viabilizando projetos produtivos.

► Modelo singular - dotação orçamentária prevista em Lei

O Fundap é constituído por recursos financeiros provenientes de dotações constantes na Lei de Orçamento Anual do Estado do Espírito Santo, tendo como gestor financeiro e técnico o Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S/A (Bandes), cujo orçamento é aprovado por ato do governador do Estado.

► Operação de mútuo bancário regida pelas regras do Banco Central vinculada a investimentos de comprovado interesse público

Os recursos que constituem o Fundap garantem o financiamento da operação de intercâmbio comercial sujeita ao pagamento do ICMS ao Estado, cujo desembaraço aduaneiro ocorra no Espírito Santo, e seja efetuada por empresa nele sediada e que desenvolva atividade exclusiva de comércio exterior.

Para que uma empresa seja mutuária do Fundap é preciso firmar contrato de adesão ao Fundo junto ao Bandes, mediante comprovação de sua regularidade jurídica legal, contábil, administrativa, cadastral e de sua capacidade financeira.

Com a aplicação dos recursos que constituem o Fundo, é possível a celebração de um contrato de financiamento, com garantia real e fidejussória, entre o Bandes e a empresa habilitada, para obtenção de crédito bancário destinado ao financiamento de, no máximo, 8% do valor de saída das mercadorias originárias das operações de importação e/ou exportação. A liberação do financiamento somente é autorizada após comprovação da **quitação tributária** referente à comercialização da importação.

► Desenvolvimento regional

Em cada operação de financiamento, o Bandes exige garantias como a caução no valor correspondente a, no mínimo, 9% do valor financiado. Esse montante deve ser investido em projetos de comprovada importância para o desenvolvimento socioeconômico do Estado, principalmente no que se refere à geração de renda, de emprego e na arrecadação de tributos.

Apesar de ser assegurado à mutuária o arbítrio quanto à seleção do projeto, ele deve ser previamente aprovado pelo Bandes e integrar uma das seguintes áreas: industrial, saúde, educação, social, transporte, infraestrutura não governamental, agropecuária, pesca, turismo, florestamento e reflorestamento, serviço, construção, comércio ou cultura.

A empresa mutuária também pode indicar parte dos recursos caucionados para o FundapSocial e parte para investimentos. Nessa hipótese, a indicação mínima para o FundapSocial é de 20% do valor da caução. Os recursos do FundapSocial subsidiam o Programa Nossocrédito e são aplicados em financiamentos a microempreendedores (inclusive do setor informal), a micro e pequenas empresas industriais, comerciais e de serviços, e a projetos sociais e culturais.

Sendo assim, não restam dúvidas de que os projetos desenvolvidos pelas empresas fundapeanas são compatíveis com a política de desenvolvimento regional.

► Leilão administrativo

Periodicamente, o Bandes realiza leilões administrativos, visando à cessão dos direitos dos contratos de financiamento com recursos do Fundap, mediante pagamento à vista de, no mínimo, 10% do saldo devedor apurado na data da liquidação, desde que os investimentos deles decorrentes estejam realizados ou que sejam depositados no banco os respectivos recursos para cumprimento dessa obrigação legal. Ou seja, o **leilão administrativo está vinculado à comprovação do investimento**.

► Proteção à economia estadual

É **vedada a comercialização, bem como a realização, de investimento em projeto** que tenha por objetivo produção, comercialização ou extração dos seguintes produtos: siderúrgicos e seus derivados semielaborados; minérios de ferro; mármore; granito; café; farinha de trigo; cacau; cimento; carvão, linhitas e antracita; pastas de madeira; gasolinas, querosenes e outros óleos combustíveis; óleo bruto de petróleo ou minerais betuminosos; nafta; tolueno, dentre outros. Também é **vedada** a concessão do financiamento às empresas que estiverem inscritas em dívida ativa do Estado ou que tenham lançamento de crédito tributário cuja exigibilidade não tenha sido suspensa.

► Contribuições para o tesouro estadual e as finanças municipais

Produto Interno Bruto (PIB) - As importações capixabas representam **96% do valor do PIB industrial** do Espírito Santo.

Geração de riquezas - As importações realizadas pelas empresas fundapeanas têm maior importância relativa na economia do que a média nacional, registrada em 9,3%. No Espírito Santo, esse índice chega a 26%, considerando-se a relação entre o PIB e o valor das operações.

Distribuição de riquezas - Ao longo dos últimos 19 anos foram arrecadados **R\$ 19,3 bilhões**, sendo **R\$ 4,8 bilhões repassados aos cofres municipais**.

Impostos – Por ano, são gerados mais de **R\$ 3 bilhões** em impostos federais (Imposto de Importação, IPI, PIS e Cofins).

Investimento - Mais de **R\$ 1,2 bilhão** foi investido em projetos distribuídos pelas microrregiões do Estado e mais de **R\$ 52 milhões** foram destinados ao Fundap-Social pelas empresas mutuárias do Fundap.

Geração de emprego – O Fundap gerou e mantém mais de **133 mil empregos** em todo o Estado. Diretamente ligada ao Fundo está uma extensa cadeia de prestadores de serviços como: operadores portuários e aéreos, profissionais lotados em armazéns gerais e recintos alfandegados, operadores logísticos, transportadores, despachantes aduaneiros, estivadores, além de instituições financeiras e seguradoras.

► **FundapSocial**

Como contrapartida do Fundap para a área social está o Fundo para Financiamento de Micro e Pequenos Empreendimentos e Projetos Sociais (FundapSocial) que permite manter o Programa Nossocrédito.

Desde sua instituição, em 2004, gerou **R\$ 194 milhões** em operações de crédito aprovadas, distribuídas por todos os municípios capixabas. Mais de **29 mil empreendedores** de micro e pequenos negócios que atuam na atividade informal, principalmente, já foram beneficiados.

Representa uma das principais ações do Governo do Estado para a manutenção e geração de ocupação e renda, com benefícios diretos para os municípios, que contam com um importante instrumento de apoio às suas ações de desenvolvimento econômico e social. O valor médio **aprovado por município é de R\$ 2,5 milhões**.

► **Inexistência de benefício fiscal**

O ICMS incidente nas importações realizadas ao abrigo da Lei nº 2.508/70 é diferido para o momento em que ocorre a saída das mercadorias. Há, portanto, **a efetiva incidência do ICMS, assim como ocorre o seu efetivo pagamento**, pois a empresa importadora

mutuária do Fundap, para fazer jus ao financiamento bancário, deve recolher integralmente o imposto. Tais financiamentos têm **natureza estritamente bancária** e não têm qualquer vínculo, ainda que indireto, com a obrigação tributária do importador.

Por fim, sobre o instituto do diferimento, em recente decisão proferida pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ), nos autos dos Embargos de Divergência nº 1.119.205-MG, de DJ 08.11.2010, se concluiu que:

“o diferimento não constitui um benefício fiscal, até porque não há dispensa do pagamento do tributo (como ocorre com a isenção ou com a não incidência), mas técnica de arrecadação que visa a otimizar tarefas típicas do fisco, de fiscalizar e arrecadar tributos. Logo, por representar conveniência para o Estado, cabe a ele, exclusivamente, a fiscalização dessas operações. (...)”

O projeto de Reforma Tributária fatiada

Amplamente discutida vem sendo a proposta do governo federal de uma Reforma Tributária fatiada, que comece pela redução e unificação da alíquota do ICMS incidente nas operações interestaduais com bens e mercadorias importados do exterior que não tenham sofrido, no Estado onde se localiza o importador, qualquer processo industrial. Trata-se, em síntese, do Projeto de Resolução do Senado 72/2010, cuja breve análise pontuamos:

- Zerar a alíquota do ICMS nas importações ou reduzi-la a 2% ou 4% simplesmente não resolve o **suposto problema da desarmonia** nas concessões de benefícios/incentivos de ICMS nas importações pelos Estados. **Pelo contrário, a implementação da medida incentivará as importações nas Unidades Federadas (UFs) consumidoras**, principalmente SP, RJ, MG e RS, o que agravará ainda mais as chamadas desigualdades regionais.
- **Inflação.** Os bens importados por Unidades Federadas (UFs) que não são grandes consumidoras ficarão mais caros ao serem vendidos nos centros consumidores, pois o ICMS-importação se **tornará custo indireto** para o importador, já que, ao vender o produto para um comprador de outra UF, não poderá usar esse crédito na operação e nem poderá transferir para o comprador qualquer crédito de ICMS.
- Significa a **extinção imediata** de importante parcela das receitas estaduais e municipais, já compromissadas, principalmente nos estados mais pobres, e que, tradicionalmente, se apóiam na sua vocação natural ao comércio exterior e que figuram na condição de

remetentes das mercadorias importadas.

- ▶ O problema refere-se, no máximo, a cerca de 2% da arrecadação total de ICMS. Sendo assim, proposta bastante razoável é o estabelecimento de **carga tributária mínima de 7%** em favor da UF de origem ou de produção.
- ▶ Para que a medida entre em vigor, faz-se necessário um prazo de carência de, **no mínimo, oito anos**, seguido de um período mínimo de **escalonamento de quatro anos**, para que os governos dos entes federados menos favorecidos encontrem soluções para adequação ao novo cenário tributário, **gargalos históricos de infraestrutura**, e manutenção das atividades já iniciadas (direitos outorgados aos empresários), de modo a evitar impacto abrupto ou mesmo uma ruptura que venha a comprometer as finanças públicas, máxime **quando não se prevê nenhum mecanismo de ressarcimento para o caso de perdas**.
- ▶ Configura desrespeito aos acordos internacionais firmados pelo Brasil no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC), especificamente com respeito à vedação de se deferir tratamento **tributário distinto ao produto importado daquele conferido aos bens e mercadorias domésticas**.
- ▶ Ofende, pelo menos, dois princípios constitucionais: **Federalismo e não cumulatividade do ICMS** (tributo das Unidades Federativas, cabendo a elas fixar as alíquotas). Se as UFs perderem a capacidade de fixar as alíquotas de um tributo de sua competência, só lhes restarão as funções de fiscalizar e de arrecadar. E, **ao fixar em zero a alíquota do ICMS, esse se tornará cumulativo**, já que o valor pago a título de ICMS-importação não terá como ser aproveitado na operação subsequente e nem o comprador da outra UF receberá crédito de ICMS da operação anterior.

“Importações e Incentivos Fiscais – Desconstruindo Mitos”

Por fim, apresentamos a síntese do estudo supracitado:

- 1** **Crescimento das importações é um mal que precisa ser combatido; prejudica a produção nacional; quanto menos importação melhor.**

Análise

86% da pauta brasileira de importações (2010) é constituída de bens intermediários (insumos industriais e combustíveis) e de bens de capital, necessários à dinamização, expansão e modernização da produção nacional. Assim, parte significativa da importação é complementar, e não substituta, à produção nacional.

2

- O recente aumento das importações é o principal culpado pela deterioração do saldo comercial e, portanto, das transações correntes do Balanço de Pagamentos.**

Análise

O crescimento das importações é perfeitamente explicado pela evolução do PIB e do câmbio real efetivo. A deterioração recente do saldo comercial é função da queda expressiva no ritmo de crescimento das exportações, por conta da gradativa perda de competitividade brasileira.

3

- O Brasil importa bens supérfluos em detrimento da produção nacional e das contas externas.**

Análise

As importações constituem, em sua grande maioria, o motor que impulsiona a dinâmica da atividade econômica e a expansão da capacidade produtiva do país.

4

- O atual arcabouço jurídico do pacto federativo (centralização das políticas de desenvolvimento regional nas mãos do governo federal) é adequado e deve ser mantido em qualquer mudança no Sistema Tributário; desvios por parte dos estados devem ser punidos na forma da lei.**

Análise

O modelo centralizador (Lei Complementar 24/75 e decisões unânimes no Confaz) está totalmente superado, chocando-se com os princípios básicos da democracia e da federação.

O modelo centralizador fere um dos pilares da Federação, a autonomia dos estados e municípios, fortalecida pela Constituição de 1988; retira do Governador e da Assembleia Legislativa o poder de dispor da principal fonte de receita própria do Estado.

O modelo em vigor trabalha contra o contribuinte, pois tende a maximizar as alíquotas do imposto.

5

- A teoria das vantagens comparativas impõe que as regiões devem limitar-se a explorar as suas vocações naturais. No caso dos estados mais pobres, isso significa investir no setor primário (agropecuária e extração vegetal e/ou mineral).**

Análise

É uma visão estática da teoria, que condena as regiões menos desenvolvidas à não industrialização e ao atraso perene.

Na visão dinâmica da teoria, as regiões podem e devem trabalhar para alterar suas vantagens comparativas ao longo do tempo, investindo em educação e inovação tecnológica e subsidiando empreendimentos em novos

setores que adicionam valor à produção; essa é a essência do processo de desenvolvimento.

6 O uso de incentivos visando ao desenvolvimento regional choca-se com a boa prática internacional, dificultando a integração competitiva do Brasil ao resto do mundo.

Análise

Não é o que se observa. A maioria das federações fortes utiliza subsídios e incentivos com objetivo de reduzir disparidades regionais, atraindo investimentos; exemplos: China, Estados Unidos, Canadá e a própria União Europeia.

Incentivos regionais constituem uma das duas únicas exceções permitidas pela OMC (a outra é inovação tecnológica).

7 A política de desenvolvimento regional deve ser atribuição exclusiva do governo federal, o único com poder de harmonizar o comportamento de estados e municípios.

Análise

Modelo de centralização total (LC 24/75; Confaz etc.) só é compatível com o autoritarismo vigente à época de sua institucionalização. Mesmo assim, o governo federal não foi capaz de promover a harmonia do sistema e uma expressiva redução de desigualdades regionais. O governo federal há muito tempo ausentou-se da política de desenvolvimento regional e dificilmente voltará a ser o que era (ator exclusivo), seja por diretriz descentralizadora (a partir de 1988) seja por falta de instrumentos e recursos.

8 Concorrência entre estados para atrair investimentos, mediante concessão de incentivos de ICMS, é um mal que precisa ser extirpado do sistema tributário, devendo ser o principal objetivo da reforma tributária.

Análise

Principais distorções do sistema tributário brasileiro (alta carga tributária, alto grau de regressividade, multitributação de mesmo fato gerador, incidência em cascata sobre base reduzida) não estão na área do ICMS. Simplesmente eliminar incentivos corresponderia a promover uma elevação da carga tributária (por elevação de alíquotas e por ressarcimento de perdedores).

9 Os estados que praticam a concessão de benefícios de ICMS perdem arrecadação, aplicam mal os recursos e deterioram suas finanças, sacrificando a

sua própria população, que fica privada de serviços públicos essenciais.

Análise

Não é o que se observa na prática. A arrecadação de ICMS, em relação aos respectivos PIBs, não caiu, ao contrário, cresceu para um patamar de 7% do PIB.

Incentivo não causa perda de arrecadação: sem investimento, a arrecadação teria sido zero. Ao contrário, há aumento de arrecadação indireta.

Desde 2001, o instrumento adequado para cuidar da má aplicação de recursos públicos é a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Os estados, que vinham apresentando déficits primários, desde 2001 vêm produzindo sucessivos superávits primários em suas contas. Portanto, não houve prejuízo à população dos estados em termos de oferta de serviços públicos. Ao contrário, houve crescimento da produção e do emprego, e melhoria dos serviços públicos e da qualidade de vida (refletida no Índice de Desenvolvimento Humanos - IDH).

10 A competição fiscal entre estados, mediante concessão de benefícios vinculados ao ICMS, resulta em deterioração das finanças públicas estaduais, com sérias consequências para a capacidade de o Estado prover os serviços públicos essenciais à população, bem como investir na infraestrutura requerida para o crescimento da produção e do emprego.

Análise

Crítica superada principalmente pelos fatos (não houve queda de arrecadação) e pelo advento da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2001).

Desde 2001, os Governos Estaduais vem consistentemente apresentando superávits primários, contribuindo de forma expressiva para o cumprimento de metas do programa de ajuste fiscal do setor público consolidado brasileiro.

11 O modelo de política de desenvolvimento regional centralizada no governo federal produziu uma significativa redução das disparidades regionais no Brasil.

Análise

Apesar do uso intensivo de inúmeros instrumentos (incentivos, subsídios, transferências voluntárias do OGU, preço uniforme dos principais insumos no território nacional, condições especiais de financiamento, investimentos federais), persistem enormes disparidades entre regiões.

O governo federal ausentou-se da política de desenvolvimento regional desde a eclosão da crise fiscal em 1982. Desconcentração recente só pode ser creditada aos esforços próprios dos estados.

12

A concessão por estados de incentivos de ICMS nas importações retira competitividade da produção nacional, que paga ICMS.

Análise

O instrumento mais adequado de proteção à produção nacional não é o ICMS, é o imposto de importação, que, evidentemente, não é pago pela produção nacional. Apesar das reformas recentes, a estrutura de proteção no Brasil pode ser considerada relativamente alta para uma gama numerosa de produtos, com alíquotas entre 16 e 20%.

13

A concessão de incentivos de ICMS sobre importações pelos estados é ainda pior do que a guerra fiscal tradicional, porque impulsiona de forma expressiva as importações, em detrimento da produção nacional, destruindo empregos brasileiros.

Análise

As importações brasileiras durante longo período recente são perfeitamente explicadas pelas evoluções do PIB e do câmbio real.

O impacto do incentivo sobre o aumento de importações é bastante reduzido, da ordem de 0,9% do total das importações brasileiras (estimativa conservadora: queda de imposto equivale à valorização de câmbio; utilizando alíquota modal de 20% de Imposto de Importação e elasticidade de -0,72 estimada para câmbio efetivo).

14

Zerar a alíquota do ICMS nas importações resolve o “problema” da desarmonia nas concessões de benefícios/incentivos de ICMS nas importações pelos estados.

Análise

A iniciativa não é operacional, pois requer enorme esforço para identificar os produtos na saída do Estado, que não arrecada nada.

Corresponde a transferir a cobrança do ICMS da origem para o destino, uma mudança estrutural profunda do regime de tributação do ICMS; muito arriscado implementá-la fora de ampla Reforma.

A medida prejudica estados pobres e municípios, pois sua quota de ICMS (25%) sobre importações pode constituir item importante de receita municipal.

15

A concessão, por alguns estados, de incentivos de ICMS sobre importações distorceu completamente a logística das importações brasileiras, alterando de forma significativa o ranking dos estados importadores, ordenado pelo volume de importações.



Análise

Não é o que se observa ao longo do tempo: entre 1996 e 2010, as alterações no ranking não foram significativas. Apenas alguns estados mudaram de forma expressiva sua colocação no ranking; são eles: Goiás, Mato Grosso do Sul e Santa Catarina.

Alguns dos estados citados como incentivadores, na realidade, pioraram suas colocações no ranking. Muito do crescimento das importações nesses estados está associado ao seu próprio crescimento ou a setores localizados.

16

A concessão, por alguns estados, de incentivos de ICMS sobre importações fez com que as importações desses estados no período recente crescessem de forma desproporcional, sem respaldo nos fundamentos econômicos estaduais.

Análise

Além de São Paulo, os únicos estados cujas importações ficaram bem acima da proporção de seus PIB's são: AM, ES, MA, MS, PR, RS e SC.

Com exceção de AM, ES e SC, todos os demais têm a proporção de suas importações bem abaixo da correspondente participação do PIB. Têm, portanto, muito espaço para crescer.

17

A queda da participação da importação por São Paulo é fruto de distorções provocadas pelos benefícios concedidos nas importações por parte de outros estados.

Análise

Na realidade, a participação de São Paulo no total das importações brasileiras, ao final da década de 90, era desproporcionalmente alta (quase 50% do total), não sendo consistente com a participação do PIB paulista, que por sinal já vem caindo lentamente, de mais de 38% para cerca de 34%. O atual patamar de participação das importações do Estado de São Paulo é mais coerente com o PIB correspondente.

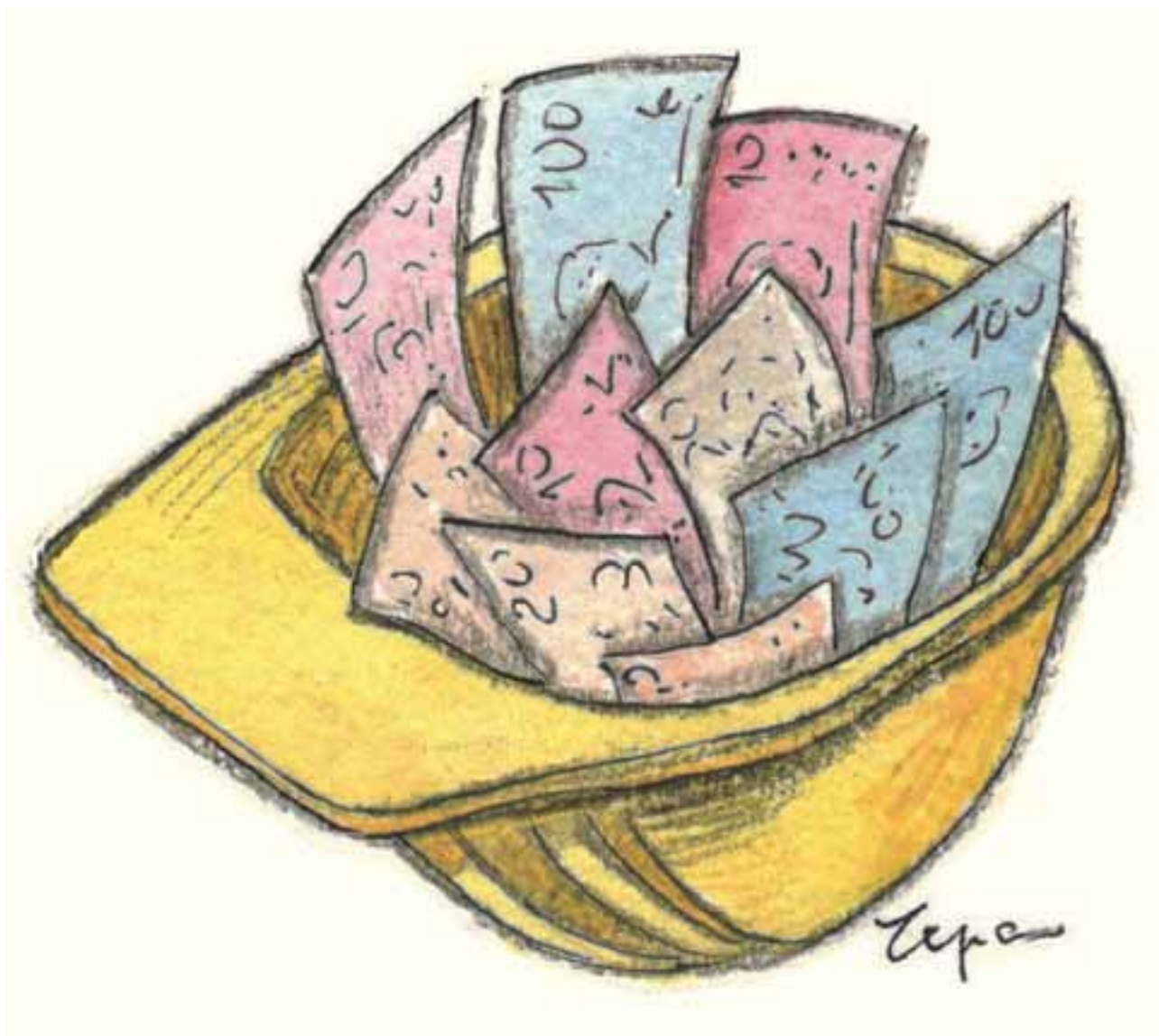
Fonte: Rosenberg & Associados – Economia e Finanças, em estudo preparado para a Associação Brasileira das Empresas de Comércio Exterior (ABECE). São Paulo, abril de 2011.

* Presidente do Sindicato do Comércio de Exportação e Importação do Estado do Espírito Santo (Sindiex).

Os novos desafios para o desenvolvimento econômico capixaba

O Espírito Santo vive um excelente momento em sua história. Temos avançado em alguns dos principais índices de desenvolvimento do país. Particularmente no setor industrial, nosso Estado registrou o maior crescimento de sua produção em 2010, com alta de 22,3% em comparação com o ano anterior. Um patamar muito acima da média nacional, que ficou em 10,5%, o que

demonstra que os efeitos da crise econômica mundial deflagrada em setembro de 2008 já fazem parte de um passado distante em nossa realidade, tendo em vista o fato de possuímos uma indústria fortemente baseada no comércio internacional. Casa arrumada, agora é o momento desse Espírito Santo de excelente visibilidade externa olhar também para dentro de si.



Somos um Estado formado por 78 municípios. Desses, cerca de 22% possuem vocação industrial, segundo estudos da própria Federação das Indústrias do Estado do Espírito Santo (Findes). É um número pequeno diante do potencial que temos de crescimento para os próximos dez anos. O Espírito Santo tem cerca de R\$ 100 bilhões em investimentos previstos para até o final desta década, que poderão gerar em torno de 110 mil novos postos de trabalho. Uma das principais missões do Sistema Findes nos próximos anos é, justamente, promover o diálogo para descentralizar parte desses investimentos. Precisamos expandir a vocação industrial também para outros municípios capixabas, seja no fortalecimento dos Arranjos Produtivos Locais (APLs) seja na prestação de serviços para a própria indústria, entre muitas outras ações.

A Findes vem fazendo um excelente trabalho com a ampliação de três (Cachoeiro de Itapemirim, Colatina e Linhares) para oito Diretorias e Núcleos Regionais (com as instalações de São Mateus, Nova Venécia, Venda Nova do Imigrante, Aracruz e Anchieta). Como presidente do Conselho Superior de Desenvolvimento Regional da Findes (Conder), pude participar diretamente dos progressos que o interior do Estado vem fazendo em relação à captação de novos investimentos, geração de emprego e renda e arrecadação de tributos que se revertem em educação, saúde, segurança e lazer. Porém, grande parte desses avanços ainda se concentra na faixa que compreende a BR-101 e o litoral. Esse panorama precisa ser reavaliado.

Em minha gestão na presidência da Findes, faremos um intenso trabalho no intuito de conhecer mais a fundo cada município capixaba e suas vocações econômicas. Trata-se de uma mudança de percepção do perfil que um município pode ter.

Um exemplo a ser citado é o de São Domingos do Norte, cidade pequena, localizada no noroeste capixaba, e que não possui indústrias. Contudo, uma grande parte de sua população presta serviços à indústria do vestuário de São Paulo, Colatina e São Gabriel da Palha. Indiretamente, São Domingos do Norte faz parte da cadeia industrial capixaba e mesmo nacional, e poderia ter sua vocação econômica ampliada caso houvesse um trabalho específico nesse sentido sendo realizado, incluindo a implementação de programas de redução da pobreza do Governo Federal.

Durante minha atuação como senador suplente (entre

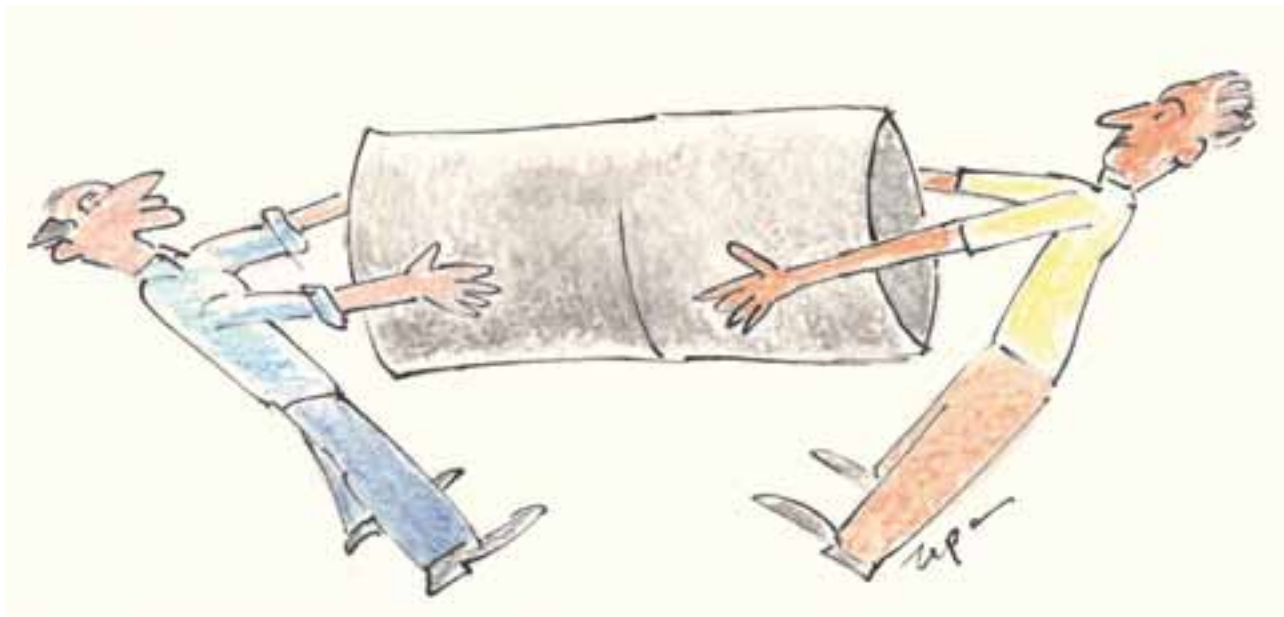
2003 e 2011) e também como presidente do Conselho Superior de Assuntos Legislativos da Findes (Coal) e membro do Conselho de Assuntos Legislativos (CAL) da Confederação Nacional da Indústria (CNI), pude constatar, por exemplo, que boa parte dos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), um mecanismo oferecido anualmente pelo Ministério do Trabalho e Emprego, retorna aos cofres federais ao final de cada ano. Para se ter uma ideia, somente em 2010 o FAT destinou cerca de R\$ 100 milhões para os municípios capixabas e muitos deles não utilizaram essa verba, que retorna aos cofres do Governo caso não tenha sido aproveitada para suas finalidades.

Com base nesse exemplo, o Sistema Findes elaborou o Manual de Captação de Recursos. Trata-se de uma cartilha desenvolvida pela Findes que, em parceria com a Associação dos Municípios do Estado do Espírito Santo (Amunes), visa a orientar todos os municípios capixabas sobre a melhor utilização dos recursos da União em programas de redução da pobreza, através da geração de emprego e renda.

Nesse mesmo Manual, vamos oferecer um portfólio de produtos do Sistema Findes voltados para a qualificação profissional e que podem ser incluídos na utilização dos recursos da União. Temos os serviços do Sesi e Senai em nossas oito Diretorias e Núcleos Regionais, e vamos ampliar nossos programas de capacitação de mão de obra com unidades móveis que irão atender, inclusive, os municípios mais afastados – e, conseqüentemente, menos desenvolvidos.

Um município que passa a conhecer melhor a utilização dos recursos que recebe do Governo Federal para a redução da pobreza e geração de emprego e renda passa também, naturalmente, a explorar melhor suas vocações econômicas. Nesse sentido, os Núcleos e as Diretorias Regionais da Findes atuam como facilitadores do desenvolvimento local, com sua ampla gama de serviços. Além disso, queremos promover o intercâmbio entre empresários e poder público, para a promoção de novos investimentos ou ampliação dos parques industriais já existentes. Dessa forma, prefeituras, população e empresariado de cada região ou município podem atuar integradamente e de forma mais ordenada na distribuição do desenvolvimento sustentável por todo o território do Espírito Santo.

* Presidente da Findes - gestão 2011/2014.



»» Ricardo Almeida Ribeiro da Silva*

Novos fundamentos para a discussão acerca dos **royalties** e das participações especiais de estados e municípios

O aumento da produção nacional de petróleo e de derivados a partir da última década e a subida vertiginosa do preço internacional do barril, estimulada pelo crescimento chinês e pelas duas guerras do Golfo Pérsico (invasão do Kuwait-Iraque em 1994 e novamente Iraque a partir de 2002), elevaram em mais de 1.200% os valores pagos em favor dos estados e municípios brasileiros a título de royalties e de participações especiais sobre os resultados da exploração nos campos nacionais, no período de 1998 a 2010.

O interesse de outros entes federados, menos aquinhoados com os recursos, de abocanhar maior parcela dessas receitas tornou-se aguda após a descoberta da camada pré-sal em águas profundas, na plataforma continental brasileira. Esse processo atingiu o grau máximo de crise institucional com a aprovação do Projeto de Lei nº 5.938/2009, e a inclusão da Emenda Ibsen-Souto, nº 387, pelo Congresso Nacional, nos

quais se estabeleciam novos percentuais e critérios para a partilha dos resultados da exploração do petróleo e gás na camada pré-sal, atingindo, ainda, os royalties e as participações financeiras dos poços anteriormente descobertos e em exploração, tratados no regime legal anterior.

Diante do inegável conflito federativo e de impasse institucional, o presidente da República houve por bem vetar o texto da citada emenda, no dia 23 de dezembro de 2010, promulgando a Lei nº 12.351/2010 sem a inclusão do parágrafo 2º do artigo 47 e de todo o artigo 64 do projeto aprovado.

As discussões travadas até aqui esgrimem argumentos baseados em justiça financeira e futuro regional, incluindo a propriedade nacional das jazidas, na figura da União, sobretudo as que estão na plataforma continental e em águas

profundas. Há também críticas ao chamado “excesso de receitas *per capita*”, auferidas por determinados municípios do país, como Paulínia-SP e Quissamã-RJ, se comparados com outros de grande número de habitantes.

Nas palavras de um dos autores da referida emenda, “a questão geográfica perdeu o significado, especialmente quando a pauta envolve uma matéria como essa. É o que está na Constituição: todos somos iguais perante a lei - estados, Distrito Federal e municípios têm uma bandeira jurídica. Além disso, a prospecção de petróleo que se faz no mar territorial - e que pertence à União - é cara porque o índice de sucesso é de um décimo. Isto é, de cada dez poços perfurados no mar, apenas um é proveitoso. E os outros nove são pagos por todos os brasileiros, do Rio Grande do Sul ao Rio Grande do Norte. É justo, portanto, que aquele poço exitoso pertença a todos os brasileiros. Não se pode privilegiar dois estados e prejudicar os outros 25”.¹

Por outro lado, os que defendem a manutenção do sistema atual – e até a sua ampliação ou aprofundamento – asseveram que as compensações financeiras e participações especiais objetivam indenizar os estados e municípios limítrofes às áreas de produção, que sofrem o impacto operacional (aumento da população) e ambiental, em razão da exploração mineral, que exige pesada infraestrutura e é reconhecidamente poluente.

Assinala-se, também, a questão da perda de recursos de ICMS (imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias) sobre as operações interestaduais com petróleo e derivados², que, pela Constituição de 1988, são privilegiadas com a não incidência, o que prejudica os estados produtores e refinadores.

Apesar da intensidade dos debates, pode-se perceber que a adoção de uma análise imparcial irá revelar outras premissas, que demonstram um contexto federativo mais amplo à discussão. Nesse sentido, parece correto procurar o histórico, o fundamento constitucional e os motivos conjunturais que levaram à adoção dos atuais critérios de partilha.

Em primeiro lugar, não há dúvida de que o fundamento constitucional tem origem na forma federativa de Estado adotada pelo Brasil. Ao contrário do que assinalam alguns comentaristas das nossas Cartas Constitucionais, a Federação é a mais legítima das instituições nacionais. O federalismo

brasileiro é fruto de um processo que se enraizou profundamente na nossa cultura política e social e que sempre assinalou a autonomia local como aspecto axial da nossa organização institucional. Não por outra razão, a República Federativa do Brasil é constituída pela União de estados e municípios, na inequívoca dicção do caput do artigo 1º da Carta Magna.

Estados e municípios são os constituintes elementares da República brasileira. A União é [ou deveria ser], nos termos da Constituição vigente, apenas a veículo de formação e manifestação da vontade nacional, preservando e promovendo a solidariedade e a subsidiariedade, sem desequilíbrios.

A constatação ontológica dessa conformação republicana da Lei Maior aplica-se também à titularidade dos bens patrimoniais públicos, que compõem o lastro dominial para o Estado realizar suas funções constitucionais.

Nesse sentido, ainda que o artigo 20 da Constituição vigente tenha atribuído à União a titularidade de alguns bens públicos, tal destinação não desfaz a origem desses bens, que radica no patrimônio das entidades que compõe a República, de acordo com o artigo 1º da Constituição de 1988.

Essa conclusão é corroborada pelo parágrafo 1º do referido artigo 20 da Lei Maior, que assegura a participação financeira dos entes componentes da federação em qualquer resultado econômico, reconhecendo a cotitularidade dos mesmos nesses bens.³

A previsão confirma a ontologia federativa dos bens atribuídos à titularidade formal da União, estabelecendo um direito próprio dos estados, municípios e Distrito Federal em qualquer resultado financeiro advindo da exploração econômica. Não se trata de um mero *government take*⁴, isto é, de uma espécie de participação governamental nos lucros ou rentabilidade da exploração, e muito menos de uma receita (preço público) obtida com empreendimento ou de atividade econômica – ainda que a Lei Geral do Petróleo tenha assim instituído para outros casos que se enquadram nesse feito.

Também não se está diante de indenizações atuais ou potenciais em razão dos impactos ambientais, econômicos ou sociais no ambiente natural e na infraestrutura das re-

¹ Ibsen Pinheiro, em palestra proferida em 20/01/2010, no Encontro Brasileiro de Legislativos, em Brasília.

² Salvo o gás natural, que, pela Emenda nº 33/2001, ficou repartido entre os estados de origem e destino. Curioso observar que a Emenda foi aprovada logo após a descoberta de gás natural no “campo gigante” de Santos.

³ Art. 20 (...) § 1º - É assegurada, nos termos da lei, aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios, bem como a órgãos da administração direta da União, participação no resultado da exploração de petróleo ou gás natural, de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica e de outros recursos minerais no respectivo território, plataforma continental, mar territorial ou zona econômica exclusiva, ou compensação financeira por essa exploração.

⁴ “Um dos procedimentos legais e contratuais de um Estado soberano, detentor de bens públicos, é participar das rendas da sua exploração através de mecanismos institucionais do gênero ‘participações governamentais’ [government take]. Cf. Maria D’Assunção Costa, Comentários à Lei do Petróleo, São Paulo: Ed. Atlas, 2009, p. 231.

giões vinculadas à exploração, ainda que também seja um corolário do fundamento patrimonial federativo das referidas cobranças, reconhecido pelo Supremo Tribunal Federal⁵.

Com efeito, a cotitularidade dos estados, municípios e Distrito Federal sobre os bens da União previstos no parágrafo 1º do artigo 20 da Carta Magna afigura-se análoga ao fundamento constitucional asseverado pelo Supremo Tribunal Federal, no Recurso Extraordinário nº 572.762, afirmando a cotitularidade financeira dos municípios em relação à cota-parte do ICMS⁶.

A par deste nítido fundamento constitucional e de seus corolários referidos (caráter de participação direta no empreendimento econômico e de indenização por danos atuais ou potenciais), há ainda outro fundamento de ordem conjuntural peculiar à definição do sistema financeiro e tributário nacional, inerente ao exercício manifesto do Poder Constituinte em 1987/88.

Naquela oportunidade, resolveu-se instituir a não incidência tributária para as operações interestaduais relativas aos serviços de energia elétrica (equiparados à circulação de mercadorias) e às vendas de petróleo e seus derivados, inclusive gás, no bojo da mudança da tributação sobre o consumo de combustíveis e derivados da competência da União para a dos estados (e Distrito Federal).

A medida visava a proteger os estados consumidores desses bens, especialmente São Paulo, que hospeda mais da metade da produção industrial brasileira. Por outro lado, a desoneração tributária prejudicava financeiramente os estados produtores de energia elétrica, petróleo e derivados, especialmente o Rio de Janeiro.

Nesse sentido, o reconhecimento do direito aos royalties e às compensações financeiras, assentado na Constituinte de 1987/88, não atendia não só ao fundamento constitucional da titularidade federativa compartilhada, mas também servia como forma de compensação sistêmica dos entes federados produtores de energia elétrica e petróleo e derivados, como declarado pelo então ministro Nelson Jobim, que fora constituinte em 1988⁷.

Vale mencionar, por último, a discussão acerca da adequação do regime das linhas ortogonais para delimitar as áreas produtivas em águas territoriais, diante de outros critérios de definição do território estadual e municipal no âmbito da zona econômica marítima.

Apesar das inúmeras discussões técnicas, de ordem econômica e até geológicas, suas conclusões não infirmam, em momento algum, o fundamento federativo pétreo que aponta a natureza originária dessas receitas para os estados, municípios e Distrito Federal, enquanto provenientes de recursos minerais e hidroelétricos presentes em seus territórios.

Seja qual for a ótica que se adote sobre a matéria, parece imperioso concluir que qualquer mudança sobre os pagamentos de compensações financeiras a título de royalties não pode ser feita de maneira isolada, casuística e, muito menos, como fruto de oportunismos políticos episódicos. A partilha e a repartilha de receitas tributárias e financeiras delineadas pela Constituição configuram um sistema financeiro complexo, que se equilibra entre os subprincípios da solidariedade e da subsidiariedade. Qualquer alteração de uma de suas partes redundaria em desequilíbrio sistêmico e, em última análise, na violação do princípio federativo.

⁵ Conforme Recurso Extraordinário nº 228.800/DF.

⁶ Confira-se os seguintes excertos da votação unânime do STF: No que respeita à titularidade dos impostos compartilhados, esclareceu-se que o tributo já nasce, por expressa determinação constitucional, com dois titulares no que tange ao produto de sua arrecadação, e que o fato de o Estado-membro possuir competência tributária em relação ao ICMS não lhe confere superioridade hierárquica relativamente ao município quanto à participação de cada entidade no produto de arrecadação desse imposto. Afastou-se, ademais, a alegação de que o direito do município estaria condicionado ao efetivo ingresso do tributo no erário estadual, haja vista que somente nesse momento é que passaria a existir como receita pública. Após salientar que receita pública é a entrada que, integrando-se no patrimônio público sem quaisquer reservas, condições ou correspondência no passivo, vem acrescer o seu vulto, como elemento novo e positivo, concluiu-se que a parcela do ICMS prevista no art. 158, IV, da CF, **embora arrecadada pelo Estado, integra de pleno direito o patrimônio do município, não podendo o ente maior dela dispor ao seu arbítrio, sob pena de grave ofensa ao pacto federativo, sanável mediante o emprego do instituto da intervenção federal (CF, art. 34, V, b).** A fim de que a autonomia política conferida aos entes federados pela Constituição seja real, efetiva, e não virtual, é imprescindível que sua autonomia financeira seja preservada, não se permitindo, quanto à repartição de receitas tributárias, condicionamento arbitrário por parte do ente responsável pelos repasses a que eles têm direito (RE 572.762).

⁷ Confira-se o seguinte trecho do voto do Ministro Nelson Jobim, no julgamento do Mandado de Segurança nº 24.123, no Supremo Federal, dando notícia da sua atuação enquanto deputado constituinte. Disse ele que “em 1988, quando se discutiu a questão do ICMS, o que tínhamos? Houve uma grande discussão na constituinte sobre se o ICMS tinha que ser na origem ou no destino. A decisão foi que o ICMS tinha que ser na origem, ou seja, os estados do sul continuavam gratuitamente tributando as poupanças consumidas nos estados do Norte e do Nordeste. Aí surgiu um problema envolvendo dois grandes assuntos: energia elétrica – recursos hídricos – e petróleo. Ocorreu o seguinte: os estados onde ficasse sediada a produção de petróleo e a produção de energia elétrica acabariam recebendo ICMS incidente sobre o petróleo e a energia elétrica. O que se fez? Participei disso diretamente, lembro-me que era, na época, o senador Richard quem defendia os interesses do Estado do Paraná e o senador Almir Gabriel quem defendia os interesses do Estado do Pará, além de Rio de Janeiro e Sergipe, em relação às plataformas de petróleo. Então, qual foi o entendimento político naquela época que deu origem a dois dispositivos na Constituição? Daí porque preciso ler o §1º do Art. 20, em combinação com o inciso X do art. 155, ambos da Constituição Federal. O que se fez? Estabeleceu-se que o ICMS não incidiria sobre operações que se destinassem a outros estados – petróleo, inclusive, lubrificantes, combustíveis líquidos, gasosos e derivados e energia elétrica –, ou seja, tirou-se da origem a incidência do ICMS. Veja bem, toda a produção de petróleo realizada no Estado do Rio de Janeiro, ou toda produção de energia elétrica, no Paraná e no Pará, eram decorrentes de investimentos da União, porque o monopólio era da União. Toda a arrecadação do país contribuiu para aquela produção. Assim, decidiu-se da seguinte forma: tira-se o ICMS da origem e se dá aos estados uma compensação financeira pela perda dessa receita. Aí, criou-se o §1º do art. 20”.

* Procurador do Município do Rio de Janeiro, mestre em Direito Público pela UERJ, professor de Direito Tributário e Financeiro da Pós-Graduação da FGV, consultor jurídico da Associação Brasileira de Secretarias de Finanças das Capitais (ABRASF).

Viana.

Uma opção lógica de investimento

PREFEITURA
Viana
VAMOS EM FRENTE

Nos últimos anos o Município de Viana vem se destacando no cenário econômico do Estado, devido a sua tendência de abrigar grandes empresas que têm nas duas maiores rodovias que cortam o Espírito Santo, as BRs 262 e 101, seu principal sistema logístico. Dentre as 200 maiores empresas do Espírito Santo, seis estão situadas no Município. São de setores diversos, como indústria química, produtos alimentares, comércio atacadista, metalúrgica, construção civil, distribuidora de veículos e autopeças.

A vinda de novas empresas para o município está sendo incentivada pela política administrativa da atual gestão municipal, que oferece diversos benefícios, como a isenção do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) pelo período de cinco anos, isenção das taxas de funcionamento, até 30% de descontos no Imposto de Transferência de Bens Imobiliários (ITBI) para as empresas que adquirirem áreas ou imóveis no município. No site www.viana.es.gov.br o empreendedor encontrará mais informações sobre o assunto.

Outro ponto importante que facilita o escoamento dos produtos é a proximidade aos grandes portos do Estado. Viana também possui grande disponibilidade de áreas a preços mais competitivos no mercado.

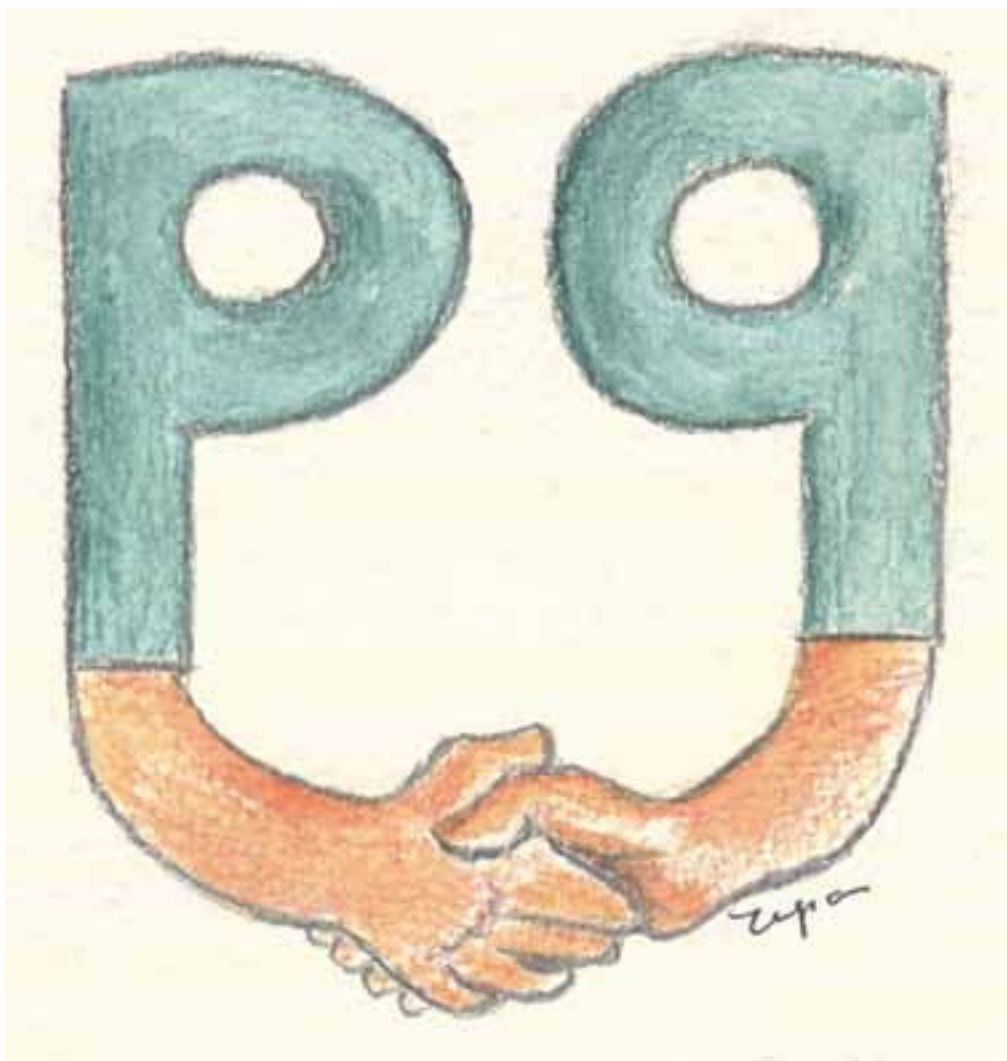
Em 2011 a área financeira municipal já captou, até maio, cerca de R\$ 1.750 milhão entre impostos e taxas. Esses recursos estão sendo aplicados na melhoria dos serviços básicos, como saúde, infraestrutura, habitação, educação e segurança. Não só os centros urbanos estão recebendo investimentos, como também as áreas rurais, com novas pontes e melhorias nas estradas de acesso.

Uma das grandes marcas da atual administração está na capacitação dos servidores. A Administração estabeleceu como um dos grandes objetivos de seu governo a melhoria da qualidade no atendimento ao cidadão e na formação do funcionário. Para isso, foram realizadas parcerias com grandes órgãos estaduais, o que resultou na oferta de diversos cursos de capacitação voltados para a qualificação do serviço. Em 2010 foram ministrados oito cursos para 431 servidores. Em 2011 estão programados mais dez, com duas turmas cada um e previsão de abranger aproximadamente 700 servidores.

Com uma visão moderna de administrar e sempre voltada para um governo realizado em parceria com a população, Viana está se destacando no cenário capixaba e surge cada vez mais como um dos municípios com as melhores condições para o investimento.



Oportunidades para as parcerias público-privadas



O propósito deste artigo é apresentar uma breve discussão sobre as oportunidades de desenvolvimento de Parcerias Público-privadas (PPPs) no Espírito Santo.

Parte-se da importância do investimento público e da complementaridade entre infraestruturas sociais e econômicas para o desenvolvimento de uma localidade. Essa complementaridade remete à discussão do papel do Estado e dos instrumentos recentes –

pós-globalização – para a provisão de bens, serviços e equipamentos públicos.

A crise financeira internacional (2008/2009) rebalancou as oportunidades para a consolidação e o avanço das parcerias entre os setores público e privado. Essas oportunidades são particularmente relevantes nas regiões e nos setores onde há carência de infraestruturas, a qual inibe o crescimento potencial.

Por isso, faz-se fundamental entender os possíveis arranjos e aplicações das PPPs, assim como os riscos embutidos no modelo e as prescrições advindas do processo de avaliação após duas décadas de implementação nas regiões pioneiras.

1. Investimentos públicos e desenvolvimento

A infraestrutura econômica pode ser relacionada a um conjunto de bens de capital físico que contribuem para a produção e o transporte de bens e serviços (estradas, portos, aeroportos, gasodutos, usinas elétricas, etc.). A infraestrutura social, por sua vez, elenca aqueles que contribuem de forma indireta no processo produtivo, mas que se destacam por possuir valor social (hospitais, escolas, centros de detenção, p.ex.). Investimentos em infraestrutura econômica e social são complementares para atingir o crescimento econômico sustentável mediante aumentos cumulativos de produtividade na atividade econômica, com desenvolvimento das potencialidades dos atores que dela participam.

Historicamente, o papel de provedor e administrador da infraestrutura era outorgado ao Estado. Mas tendências correntes se caracterizam, por um lado, pela necessidade de maior eficiência, transparência e responsabilidade na gestão dos recursos públicos; e, por outro lado, pelas restrições estruturais do orçamento público aliadas à dificuldade de elevar mais ainda a carga tributária para manter o orçamento fiscal. Tais tendências levam ao entendimento da relevância dos marcos regulatório e normativo para o bom funcionamento dos mecanismos de mercado, uma vez que o desenho dos mesmos pode gerar os incentivos necessários para o alinhamento dos interesses privados aos públicos.

Dessa forma, observa-se que a necessidade de financiamento do setor público passa, antes de tudo, por uma mudança cultural do gestor para atrair fontes alternativas de recursos e, simultaneamente, compartilhar os riscos envolvidos na execução e operacionalização dos projetos de infraestrutura com o setor privado. Em outras palavras, o Estado ainda tem o papel de potencializar o crescimento e desenvolvimento socioeconômico, mas os caminhos disponíveis apontam para a necessidade de uma cuidadosa interação entre o público e o privado, pois essa sinergia pode gerar benefícios mútuos, em particular sobre a ampliação da oferta de infraestrutura econômica e social.

2. Oportunidades no pós-crise

O contexto internacional no pós-crise de 2009, além de sustentar riscos concretos para os próximos dez anos, também pode ser visto como favorecedor. A quebra de grandes bancos internacionais alavancados nos derivativos do mercado imobiliário americano significou, na prática, a perda de alternativas para os investidores institucionais, como os fundos de pensão, na busca de retornos de longo prazo e de equilíbrio atuarial mais robusto.

O Brasil então despontou internacionalmente como ganhador relativo após o processo de enfrentamento imediato à crise, e se afirmou por sua boa regulação bancária e financeira. Ademais, o mercado de capitais de longo prazo começa a se afiançar no país e a trabalhar com o cenário de redução sustentada da taxa de juros básica, orientada em grande medida para a dívida pública federal.

O segmento do mercado de capitais de longo prazo casa muito bem com a dinâmica temporal de um largo espectro de projetos de investimento necessários para o avanço da infraestrutura no Brasil e para a sustentação do seu crescimento no longo prazo. O fluxo atuarial esperado de despesas dos fundos de pensão, por exemplo, poderia ser alinhado às necessidades de financiamento dos projetos de investimentos que visam a reduzir os visíveis déficits de infraestrutura.

Ou seja, o Brasil, visto como país em desenvolvimento, com muita demanda reprimida por investimentos, com escassez de capital, boa regulação bancária, regime democrático e estabilidade política, começa a surgir como “bola da vez” para atração de capitais de longo prazo, domésticos e internacionais. Além disso, do ponto de vista das finanças públicas, um problema que permeia todos os estados brasileiros é a elevada restrição fiscal da União para dispêndios não vinculados, onde se enquadram os investimentos federais, especialmente em infraestrutura. As demandas que recaem sobre o setor público, contudo, são prementes, resultado de um efeito cumulativo de déficits de serviços de toda ordem. E, ainda, o modelo brasileiro de federalismo fiscal estabelece restrições sobre a solução de problemas que recaem sobre o território, mas cuja governança encontra-se, muitas vezes, fora da esfera local.

A conjunção de uma relativa disponibilidade ampliada de recursos de longo prazo em escala global, por um

lado, e as necessidades de capitais de longo prazo para eliminar o crescente déficit social com o qual se depara o país, por outro, pode ser positivamente administrada para a ampliação das oportunidades em PPPs.

3. Arranjos e aplicações de PPPs

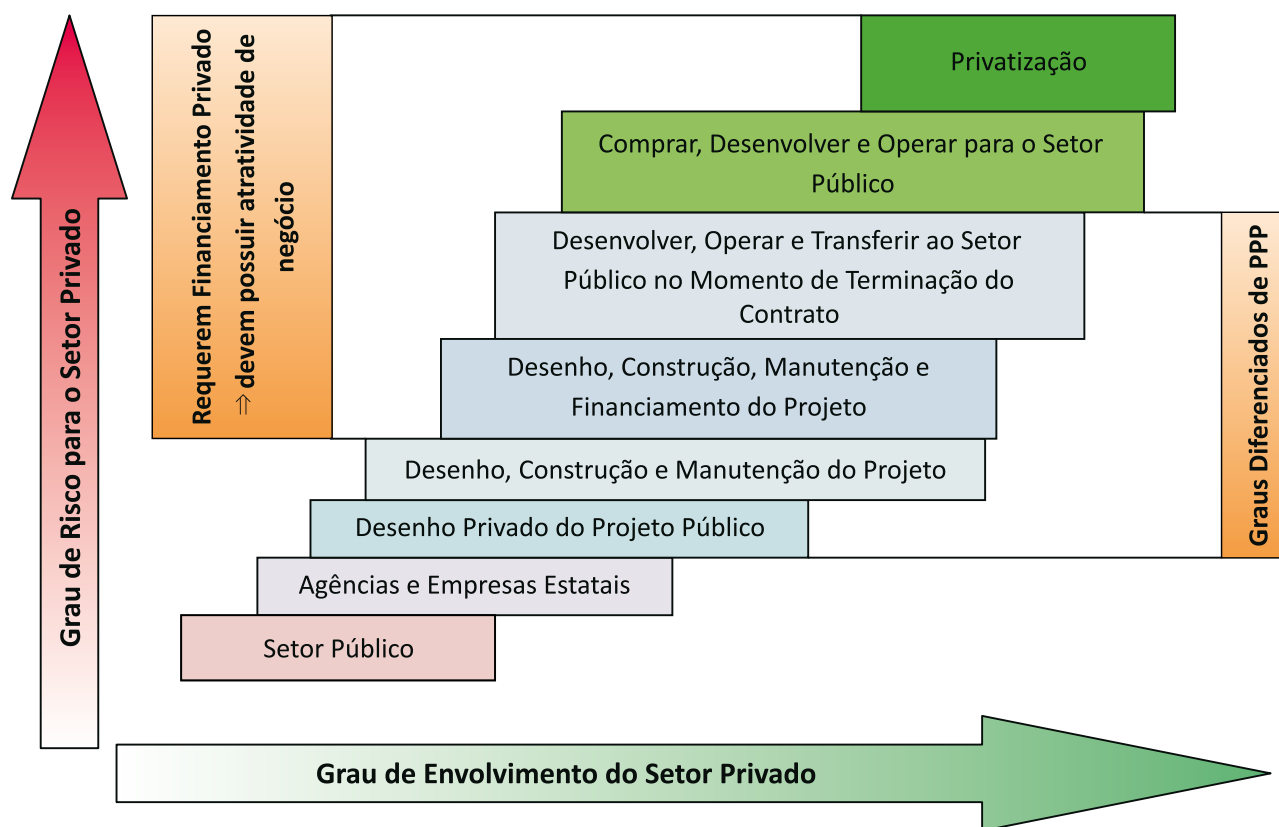
As PPPs se definem como um arranjo contratual entre os setores público e privado para prover serviços e/ou desenvolver e executar projetos que são tradicionalmente de responsabilidade do setor público.

Cabe mencionar dentre as vantagens dos modelos de PPPs: a disponibilidade de fontes alternativas para financiar o investimento que não seja o de endividamento público; a transferência e o compartilhamento do risco com o setor privado; o acesso à expertise e à inovação; o ganho de economias de escala; e a responsabilização, entre outros ganhos administrativos que podem redundar numa utilização mais eficiente dos escassos recursos públicos.

As possibilidades de utilização do modelo cobrem ainda um espectro de possibilidades de desenhos de contratos, onde o setor privado pode desenhar, construir e gerenciar projetos, ou ainda transferir ao setor público o bem ou o serviço ao final da sua execução. Existem, portanto, diferentes arranjos contratuais que podem ser enquadrados dentro da PPP, conforme o grau de envolvimento do setor privado, e, conseqüentemente, o nível de risco por ele assumido (Gráfico 1).

As iniciativas desenvolvidas na Europa mediante as PPPs totalizaram 1.340 projetos de investimento em 20 anos, e alcançaram a cifra de 20 bilhões de euros. Por outro lado, na América Latina, os compromissos anunciados em projetos de infraestrutura com participação do setor privado chegam a pouco mais de US\$ 40 milhões a preços de 2008. Mesmo diante da pequena escala, os desembolsos governamentais diminuíram drasticamente a partir dos anos 2000, por conta do aumento da participação relativa dos investimentos com recursos do setor privado em ativos físicos.¹ Outra característica marcante das PPPs na América Latina

Gráfico 1 – Graus de Envolvimento do Setor Privado nas PPPs



¹ Dados do Banco Mundial, PPIAF 2009.

é o fato dos investimentos em infraestrutura terem sido revertidos, em maior medida, para os projetos já existentes.

No Brasil, a configuração dada às PPPs remete à ampliação do escopo dos modelos de compras governamentais e concessões e tem representado uma alternativa concreta às discussões de cunho ideológico sobre privatizações e tamanho do Estado, desde o final de 2004. Antes da União, diversos estados da Federação já haviam aprovado suas respectivas leis, como é o caso de Minas Gerais, Santa Catarina, São Paulo e Bahia.

No Espírito Santo, a importância das PPPs foi reconhecida, inicialmente, no Plano Estadual de Desenvolvimento ES2025. Posteriormente, dentro do governo Paulo Hartung, estabeleceram-se discussões para formulação da lei estadual, sancionada como Lei Complementar nº 492, de 2009. Alguns projetos foram estruturados, mas mereceu caráter prioritário a segunda fase do programa de esgotamento sanitário Águas Limpas, o que antecipa, dessa forma, as medidas para universalizar a coleta e o tratamento de esgotos da Região Metropolitana de Vitória, conforme previsto no Plano de Desenvolvimento ES2025. Mais recentemente, no governo Renato Casagrande, foi criada a Secretaria Extraordinária de Projetos Especiais e Assuntos Metropolitanos, com a finalidade de dar visibilidade, promover a articulação entre atores, além de imprimir maior velocidade na contratação dessas parcerias. Já no nível municipal, dentre os nove municípios com mais de 100 mil habitantes, somente três (São Mateus, Serra e Vitória) possuem proposição de um marco legal de PPPs, e Serra é o único município com um projeto assinado.

O crescimento acelerado do Estado nos últimos anos, por sua vez, evidenciou uma demanda reprimida considerável por infraestrutura, ainda mais aguçada pelas enormes potencialidades do Estado na área de petróleo e gás, suas necessidades prementes por transportes e seu turismo promissor. O setor de saúde e a educação profissional também serão fatores-chave para a sustentação desse potencial de crescimento. Ainda no caso particular do Espírito Santo, existem os riscos que a reforma tributária enseja no rebalanceamento dos recursos públicos no curto prazo, embora esse dependa de arranjos políticos, cujos processos de-

mandam mudanças naturalmente lentas e de longa maturação, pois se orientam pelo ambiente democrático. A complementaridade com a poupança privada torna-se, portanto, fundamental, justificando inclusive esforços na captação de recursos externos.

4. PPPs, riscos e suas prescrições

A transformação dessas potencialidades em conquistas efetivas e desenvolvimento deve se apoiar necessariamente em investimentos que possam sustentar instituições sólidas e democraticamente construídas.

O cenário que está posto sanciona a promoção dessas parcerias como forma, inclusive, de sinalizar melhorias no ambiente de negócios no Estado do Espírito Santo. Para que isso se estabeleça, faz-se necessário: manter a articulação em torno de projetos de investimentos com retorno financeiro e risco claramente mensuráveis; mitigar as distorções inerentes aos modelos de precificação de ativos por meio de um fundo garantidor; abrir possibilidades para inserção dos municípios maiores ou para aqueles regionalmente articulados; e desenvolver capacidades técnicas específicas em ambos os setores, público e privado.

Contudo, as PPPs não se constituem uma panaceia de soluções para financiamento dos déficits em infraestrutura. As evidências empíricas dos países² que têm utilizado esse mecanismo contratual possibilitaram elencar os fatores-chave para atingir um resultado socialmente positivo mediante as PPPs.

Estudos cuidadosamente realizados por Alonso *et al* (2009)³ para estimar impactos dos investimentos dos fundos de pensões em infraestrutura sobre o crescimento econômico dos países latino-americanos apresentam evidências potencialmente positivas, e que podem beneficiar mutuamente os setores público e privado em relação à situação de não parceria. Aponta-se que, em geral, o sucesso da participação numa PPP se baseia no cumprimento das expectativas de ambas as partes envolvidas.

O setor público e a sociedade em geral esperam que a parceria redunde na provisão de infraestrutura de qualidade a um preço razoável, com práticas administrativas eficientes. Para tanto, o setor público deve transferir

² Hodge and Greve (2009) *PPPs: The Passage of Time Permits a Sober Reflection*, Institute of Economic Affairs, Blackwell Publishing, Oxford.

³ Javier Alonso, Jasmina Bjeletic, Carlos Herrera, Soledad Hormazabal, Ivonne Ordóñez, Carolina Romero, David Tuesta and Alfonso Ugarte (2009). *Projections of the Impact of Pension Funds on Investment in Infrastructure and Growth in Latin America*, Working Paper 1002, Economic Research Department, BBVA, Madrid, Spain.



parte do risco embutido no projeto ao setor privado. A expectativa da empresa privada é a de maximizar seus benefícios condicionados ao risco assumido, objetivos esses que são semelhantes para o agente financiador do projeto. Essas expectativas podem ser alinhadas somente mediante um desenho ótimo de um contrato que contemple cuidadosamente todas as fases de um projeto de investimento: planejamento, licitação, execução e administração. Mas esses requisitos devem ser respaldados por três condições.

Primeiro, em se tratando de contratos de longo prazo, o comprometimento do setor público deve ser explicitamente normatizado, o que pode favorecer a transparência e o monitoramento pela sociedade. As evidências apontam sempre para a predominância da lógica de curto prazo do setor público vis-à-vis os

interesses de longo prazo da sociedade, que podem ser mais conflitantes quanto menos desenvolvidas as instituições sociais.

Segundo, a qualidade da gestão ou capacidade administrativa local receptora das PPPs é citada como fator-chave para o sucesso dos contratos. Em particular, são apontadas como fundamentais: a capacidade para desenhar um contrato que precifique apropriadamente o compartilhamento dos riscos envolvidos na execução do projeto e a explicitação das condições para a terminação do projeto.

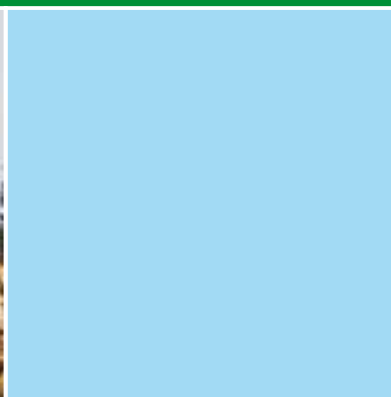
Finalmente, o marco regulatório deve ser capaz de explicitar os mecanismos de mitigação das distorções que podem ser geradas ao longo da execução e terminação do contrato.

* Economista, Diretora Presidente do Instituto Jones dos Santos Neves;

** Economista, Diretora de Estudos e Pesquisas do Instituto Jones dos Santos Neves.



Associe-se à
Frente Nacional de Prefeitos
e promova os interesses
da sua cidade



Uma entidade municipalista suprapartidária, dirigida exclusivamente por prefeitas e prefeitos em pleno exercício dos seus mandatos, e que representa especialmente os municípios das regiões metropolitanas, as médias e grandes cidades.
Seja bem vindo!

SRTVS Quadra 701, bloco H, Edifício Record, Sala 603
Brasília/DF - Tel.: (61) 3322-0228 / 3044-9800

www.fnp.org.br



**Frente Nacional
de Prefeitos**



»» Vinícius Xavier Teixeira*

O alcance da penalidade de suspensão temporária de licitar e de contratar com o **Poder Público**

A doutrina e a jurisprudência pátrias, já há certo tempo, discutem o alcance da suspensão temporária em participar de licitação e contratar com o Poder Público. A divergência pode ser sintetizada na seguinte questão: a sanção é restrita à entidade ou ao órgão prolator da

decisão ou é extensível a todas as esferas federativas da Administração Pública?

Com efeito, é tormentosa a definição do alcance da penalidade suspensiva diante da fundada divergência

acerca da efetiva distinção entre a suspensão temporária e a declaração de inidoneidade, ambas previstas no Estatuto das Licitações.

De início, registre-se que os institutos acima citados estão previstos no art. 87 da Lei nº 8.666/93, *in litteris*:

Art. 87. Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

[...]

III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

Por oportuno, convém fixar as balizas que distinguem as sanções estatuídas na Lei nº 8.666/93. Nesse sentido, a suspensão temporária, prevista no inciso III, está limitada ao prazo de dois anos e pode ser aplicada pela autoridade administrativa do órgão contratante. Por sua vez, a declaração de inidoneidade, prevista no inciso IV, embora não possua prazo limite, deve observar o mínimo de dois anos para a reabilitação do contratado, o que somente ocorrerá após o ressarcimento ao Poder Público pelos prejuízos resultantes da inexecução contratual. A aplicação dessa sanção é da competência exclusiva de ministro de Estado e de secretário estadual ou municipal.

Ocorre que essas distinções, quanto aos elementos e aos aspectos operacionais das penalidades, são insuficientes para o reconhecimento da natureza dos institutos e, por conseguinte, para a identificação do alcance das sanções. Afinal, a decisão suspensiva aplicada por um ente federativo produz efeitos perante os demais?

Ora, uma corrente defende a ampla eficácia da suspensão temporária, de modo que a penalidade teria efeito idêntico à declaração de inidoneidade, alcançando

todas as esferas da administração pública.

Nesse sentido, entre outros, cite-se as lições de José dos Santos Carvalho Filho¹:

Parece-nos que o efeito deva ser sempre extensivo. Em primeiro lugar, não conseguimos ver diferença de conceituação naqueles incisos do art. 6º, já que o que podemos constatar é apenas uma péssima e atécnica definição de Administração Pública; com efeito, nenhuma diferença existe entre Administração e Administração Pública. Além disso, se um contrato é punido por um ente federativo com a aplicação de uma daquelas sanções, a razão só pode ter sido a inexecução total ou parcial do contrato, isto é, o inadimplemento contratual, como está afirmado na lei (art. 87). Desse modo, não nos parece fácil entender por que tal infração também não acarretaria riscos para as demais entidades federativas no caso de alguma delas vir a contratar com a empresa punida. (Destaque do original).

Na mesma linha, inclusive, é a posição dominante no Superior Tribunal de Justiça (STJ)², conforme o aresto a seguir transcrito:

ADMINISTRATIVO. SUSPENSÃO DE PARTICIPAÇÃO EM LICITAÇÕES. MANDADO DE SEGURANÇA. ENTES OU ÓRGÃOS DIVERSOS. EXTENSÃO DA PUNIÇÃO PARA TODA A ADMINISTRAÇÃO.

1. A punição prevista no inciso III do artigo 87 da Lei nº 8.666/93 não produz efeitos somente em relação ao órgão ou ente federado que determinou a punição, mas a toda a Administração Pública, pois, caso contrário, permitir-se-ia que a empresa suspensa contratasse novamente durante o período de suspensão, tirando desta a eficácia necessária.

2. Recurso especial provido.

(Resp. 174.274/SP, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, SEGUNDA TURMA, julgado em 19/10/2004, DJ 22/11/2004, p. 294) (Grifamos).

Outra corrente, ao seu turno, faz distinção entre a aplicação dos incisos III ou IV do art. 87 do Estatuto das Licitações fundada no alcance da sanção. Assim, se a suspensão temporária estaria adstrita apenas à entidade ou ao órgão prolator da decisão, a declaração de inidoneidade, mais gravosa, alcançaria todas as esferas da Administração Pública.

Essa interpretação derivaria da interpretação literal e

¹ CARVALHO FILHO, José dos Santos. *Manual de Direito Administrativo*, 15ª Ed., p.187.

² Vide também Resp. 151.567/RJ, Rel. Ministro FRANCISCO PEÇANHA MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJ 14/04/2003, p. 208.

sistemática dos dispositivos da Lei nº 8.666/93. Explicase. O inciso III remete aos efeitos da penalidade para a *Administração*, ao passo que o inciso IV é explícito em alcançar a *Administração Pública*. O que poderia evidenciar apenas uma lacuna legislativa, contudo, é afastada pela definição legal veiculada pelo próprio art. 6º do Estatuto, que assim dispõe:

Art. 6º Para os fins desta Lei, considera-se:

[...]

XI - Administração Pública - a administração direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, abrangendo inclusive as entidades com personalidade jurídica de direito privado sob controle do poder público e das fundações por ele instituídas ou mantidas;

XII - Administração - órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente;

Ademais, tal interpretação seria consentânea com o espírito do legislador de estatuir penalidades administrativas gradativas, dispostas em escala crescente de gravidade, a serem aplicadas a quem deu causa à inexecução parcial ou total do contrato.

Nessa linha de entendimento, Toshio Mukai³, acompanhado de doutrina igualmente especializada⁴, leciona que:

“A sanção prevista no inciso III valerá para o âmbito do órgão que a decretar, e será justificada, regra geral, nos casos em que o infrator prejudicar o procedimento licitatório ou a execução do contrato por fatos de gravidade relativa. [...] De modo algum se pode entender que aquela sanção possa ter o condão de ter eficácia perante qualquer órgão ou entidade pública que promova licitação”.

Aliás, tal corrente é capitaneada pelo Plenário do Tribunal de Contas da União (TCU), conforme o acórdão a seguir citado:

Alcance da sanção prevista no art. 87, III, da Lei nº 8.666/93

Representação formulada ao TCU noticiou suposta irregularidade no Convite nº 2008/033, promovido pelo Banco do Nordeste do Brasil S/A (BNB), cujo objeto era a “contratação de serviços de infraestrutura na área de informática do Banco”. Em suma, alegou a representante que o BNB estaria impedido de contratar com a licitante vencedora

do certame, haja vista ter sido aplicada a esta, com base no art. 87, III, da Lei de Licitações, a pena de “suspensão de licitar e contratar com a Administração pelo período de um ano”, conforme ato administrativo do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará (TJ/CE). Instado a se manifestar, o Ministério Público junto ao TCU alinhou-se “ao posicionamento da parcela da doutrina que considera que a sanção aplicada com supedâneo no art. 87, inciso III, da Lei das Licitações restringe-se ao órgão ou entidade contratante, não sendo, portanto, extensível a toda a Administração Pública”. Portanto, para o Parquet, “o impedimento temporário de participar de procedimentos licitatórios está restrito à Administração, assim compreendida pela definição do inciso XII do art. 6º da Lei de Licitações.”. Anuindo ao entendimento do MP/TCU, o relator propôs e o Plenário decidiu considerar improcedente a representação. Precedentes citados: Decisão nº 352/98-Plenário e Acórdãos nos 1.727/2006-1ª Câmara e 3.858/2009-2ª Câmara. **Acórdão nº 1.539/2010-Plenário, TC-026.855/2008-2, rel. Min. José Múcio Monteiro, 30.06.2010 (Informativo nº 23/2010, TCU).**

Não obstante, a 1ª Câmara do TCU, em sentido contrário ao prevalecente atualmente no Plenário, em decisão prolatada em abril deste ano, considerou que os efeitos da suspensão temporária estendem-se a toda a Administração Pública, admitindo, assim, a litude de inserção de cláusula editalícia impeditiva de participação daqueles incursos na sanção prevista no inciso III do art. 87 da Lei 8.666/1993, mesmo quando aplicada por outros órgãos ou entidades públicos, conforme informativo de jurisprudência daquela Corte de Contas, a seguir citado:

A suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração prevista no inciso III do art. 87 da Lei 8.666/1993 estende-se a toda Administração Pública.

“A vedação à participação em licitações e à contratação de particular incursa na sanção prevista no inciso III do art. 87 da Lei 8.666/1993 estende-se a toda a Administração direta e indireta”. Esse foi um dos entendimentos do Tribunal ao apreciar o pedido de reexame interposto pela Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero), contra o Acórdão nº 1.166/2010-TCU-1ª Câmara, o qual determinou que não fossem incluídas nos editais de licitação da empresa cláusulas impedindo a participação de interessados suspensos por ente

³ MUKAI, Toshio. *Licitações e Contratos Públicos*, 7ª ed., p. 196-197.

⁴ No mesmo sentido o entendimento de Lucas Rocha Furtado (*Curso de Licitações e Contratos Administrativos*, 3ª ed. P. 400) e Jessé Torres Pereira Junior (*Comentários à Lei de Licitações e Contratações da Administração Pública*, 8ª ed., p. 861).

distinto da Administração Pública e de empresas de cujo ato constitutivo façam parte diretores, sócios ou dirigentes que tenham participado de outra pessoa jurídica suspensa. [...]

Todavia, o Ministro-Revisor Walton Alencar Rodrigues dissentiu do encaminhamento proposto. Para ele, que fora, inclusive, relator da deliberação anterior, e que, na ocasião, defendeu tese idêntica à apresentada pelo relator do recurso em exame, caberia ao Tribunal rever seu posicionamento. Assim, “a proibição de contratação de particular que já revelou ser indigno de ser contratado pela Administração, descumprindo obrigações anteriormente pactuadas, como é o caso do particular punido com a sanção prevista no inciso III do art. 87, tem o nítido propósito de evitar fraudes e prejuízos ao erário”. Por isso, citando julgado do Superior Tribunal de Justiça, destacou que o entendimento de que a suspensão imposta por um órgão administrativo, ou um ente federado, não se estende aos demais, não estaria em harmonia com o objetivo da Lei nº 8.666/93, de tornar o processo licitatório transparente e evitar prejuízos e fraudes ao erário, inclusive impondo sanções àqueles que adotarem comportamento impróprio ao contrato firmado ou mesmo ao procedimento de escolha de propostas. Portanto, a interpretação adequada quanto à punição prevista no inciso III do art. 87 da Lei 8.666/1993 seria pelo alcance para toda a Administração, não se restringindo aos órgãos ou entes que as aplicarem. [...] Após o voto do Ministro-Revisor Walton Alencar Rodrigues, o relator reajustou seu voto, para acompanhá-lo e considerar legal a inserção, pela Infraero, de cláusula editalícia impeditiva de participação daqueles incursos na sanção prevista no inciso III da Lei 8.666/1993, mesmo quando aplicada

por outros órgãos ou entidades públicos, o que foi aprovado pelo colegiado.

Acórdão nº 2.218/2011-1ª Câmara, TC-025.430/2009-5, rel. Min. José Múcio, revisor Min. Walton Alencar Rodrigues, 12.04.2011 (Informativo nº 58/2011, TCU).

Em suma, considerando-se o entendimento dominante no TCU, a adoção da tese de que a penalidade de suspensão temporária de licitar estaria restrita ao órgão prolator seria mais adequada à escala de gradação das penalidades da Lei nº 8.666/93, com supedâneo no princípio da proporcionalidade e com base na interpretação literal e sistemática da lei.

Nessa linha, em que pese a atecnia que possa existir no Estatuto das Licitações no tocante à aplicação das sanções por inexecução contratual, entendemos que o alcance da penalidade de suspensão temporária de participar ou de contratar com o Poder Público, prevista no art. 87, inciso III da Lei nº 8.666/93, deve estar adstrita ao órgão ou à entidade contratante, não irradiando os seus efeitos às demais esferas federativas.

Contudo, é prudente se aguardar um novo posicionamento do Plenário do TCU, após esse julgado da 1ª Câmara do órgão de controle externo, quanto a uma eventual alteração da jurisprudência da Corte de Contas quanto ao tema, o que, por certo, produziria reflexos em toda a Administração Pública, pelo menos na esfera federal.



* Bacharel em Direito pela UFES, especialista em Direito Público, policial rodoviário federal de carreira e, atualmente, ocupa o cargo de Assessor de Gabinete de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo.



BANDES. ONDE OS SONHOS VIRAM EMPREENDIMENTOS.

O Bandes apoia e acredita na economia capixaba. Por isso, trabalha com linhas de financiamento para todos os tamanhos e tipos de negócios, da confecção à indústria têxtil. Assim, os pequenos empreendimentos crescem, as médias e grandes empresas se fortalecem e o Espírito Santo se desenvolve cada vez mais.



BANDES. ONDE OS SONHOS VIRAM EMPREENDIMENTOS.

O Bandes apoia e acredita no empreendedor capixaba. Por isso, oferece diversas linhas de financiamento para todos os tamanhos e tipos de negócios, da agricultura familiar ao comércio, sempre voltadas para o investimento. Assim, o agronegócio cresce, a economia local se fortalece e o Espírito Santo se desenvolve cada vez mais.

bandes
Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo

SECRETARIA DE
DESENVOLVIMENTO

**ESPIRITO
SANTO**
CUIDAR E COM A GENTE



**ABRIR UMA EMPRESA
NO ESPÍRITO SANTO
FICOU MAIS RÁPIDO,
PRÁTICO E BARATO.**

O Governo do Espírito Santo, por meio da Junta Comercial, implantou o **Regin, Registro Comercial Integrado**. Um sistema inovador, que facilita a abertura do próprio negócio de maneira prática e sem burocracia. Agora, quem deseja montar uma empresa consegue acionar todos os órgãos necessários em um único lugar: o site da Junta Comercial. Ao solicitar a viabilidade para abertura de empresa, o capixaba pode acompanhar o andamento de todo o processo via internet, com simplicidade e rapidez. É o Governo proporcionando mais transparência, agilidade e redução de gastos para gerar novos empreendedores.

www.jucees.es.gov.br

